



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS- CCHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

IARA CONCEIÇÃO GUERRA DE MIRANDA MOURA

**HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE:**  
RELAÇÕES ENTRE ESCRITA HISTÓRICA E INSTITUIÇÕES POLÍTICO-  
CULTURAIS

TERESINA-PI  
2010

IARA CONCEIÇÃO GUERRA DE MIRANDA MOURA

**HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE:  
RELAÇÕES ENTRE ESCRITA HISTÓRICA E INSTITUIÇÕES POLÍTICO-  
CULTURAIS**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

FICHA CATALOGRÁFICA  
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

M929h Moura, Iara Conceição Guerra de Miranda.  
Historiografia piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais./ Iara Conceição Guerra de Miranda Moura. Teresina: 2010.  
251 fls.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, 2010.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz.

1. Historiografia – Piauí. I. Título.

CDD: 981.281 22

IARA CONCEIÇÃO GUERRA DE MIRANDA MOURA

**HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE:  
RELAÇÕES ENTRE ESCRITA HISTÓRICA E INSTITUIÇÕES POLÍTICO-  
CULTURAIS**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós- Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação avaliada pela banca examinadora em 14 maio de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (Orientadora)  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Maria Pires Brandão (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento (Examinador Interno)  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Áurea da Paz Pinheiro (Suplente)  
Universidade Federal do Piauí

A todos que fazem a História do Piauí

## AGRADECIMENTOS

Como toda atividade humana, a produção historiográfica é o produto das relações com a sociedade, e por isso, caracteriza-se por ser um trabalho de equipe. Dessa forma, gostaria de agradecer a todos que colaboraram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me ajudar a enfrentar os desafios da vida e iluminar meus caminhos.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudo, possibilitando-me a dedicação exclusiva à minha pesquisa. À minha família, por sempre acompanhar o meu sucesso pessoal e profissional, principalmente, a minha mãe, Elisa Jamim, a minha tia Elza Miranda, e as minhas irmãs Adriana, Karla e Natália.

Em especial, a minha orientadora Dr.<sup>a</sup> Teresinha Queiroz, pela amizade, leitura atenta, dedicada e responsável conferida ao meu trabalho, pelo zelo e empenho em orientar-me, independentemente de tratar-se de período letivo, de férias ou feriados e por me ajudar a buscar nesta dissertação o melhor em um trabalho científico, atenta a tudo, desde a interpretação das fontes, até detalhes de ABNT e correção ortográfica.

Às minhas queridas amigas do curso de graduação e mestrado em História da UFPI, Mara Lúcia, pela amizade sincera, companheirismo em partilhar os momentos de alegria e angústia na elaboração deste trabalho, além da revisão da ABNT e de formatação, bem como, com a colaboração na impressão deste trabalho. À Gislane Tôrres, amiga de infância e universidade, pelo apoio técnico e pelas “aventuras”, acompanhando-me nas instituições de pesquisa, como a Academia Piauiense de Letras, Conselho Estadual de Cultura, Arquivo Público do Piauí, Biblioteca Cromwell de Carvalho, e principalmente, pelo apoio emocional, por ouvir minhas inquietações e presenciar momentos de decepções e entusiasmo em minha pesquisa.

À Lêda Rodrigues, pela amizade e dedicação em ajudar-me nos momentos em que mais precisei, incentivando-me. À Regianny Monte, exemplo de dedicação em sua vida profissional, por partilhar comigo momentos especiais, emoções e experiências que nos fizeram crescer como pessoas. A Iêda Moura, pela torcida no meu desempenho pessoal e profissional, dando-me suportes emocionais para conseguir concluir minha dissertação.

Aos mais novos e também queridos amigos de mestrado, João Gouveia, pessoa inesquecível, que mesmo distante, estimulou-me a enfrentar os desafios da elaboração deste trabalho, sendo fundamental para o meu equilíbrio emocional, fazendo-me sempre sorrir. À Eliane Rodrigues, pela amizade, irreverência, trocas de informações e por fazer parte de

momentos de lazer e angústias, vividos ao longo desses dois anos de mestrado. À Sônia Carvalho, pelo ser humano maravilhoso que é, sempre gentil e disposta a ajudar os amigos. Pela generosidade em acompanhar-me na minha primeira entrevista de trabalho e por ceder materiais de sua pesquisa.

À Lindalva Arrais, pelo carinho, amizade e incentivo dado na produção de minha dissertação. Ao Jarbas Avelino, pela amizade sincera, apoio prestado a todos os principais momentos do mestrado e por estar sempre disposto a me ouvir, pacientemente.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI, prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento, pelo incentivo, pela generosidade ao me acompanhar, e realizar grande parte da entrevista com Raimundo Santana, indispensável à minha pesquisa. E por contribuir com análises realizadas durante a minha qualificação, e por torcer pelo meu desempenho profissional. A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Áurea da Paz Pinheiro, pela leitura séria e dedicada conferida ao meu trabalho de qualificação, pelas críticas construtivas, referências concedidas, pelo apoio e carinho.

Ao Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco pelas importantes contribuições ao meu projeto de pesquisa e pelas orientações, durante a disciplina Teoria e Metodologia da Pesquisa, ensinando a elaborar uma dissertação. Aos Professores Pedro Vilarinho Castelo Branco e Elizangela Barbosa Cardoso, pela dedicação e carinho dispensado à mim, desde a graduação, quando orientaram minha monografia, e por torcerem pelo meu sucesso profissional.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Masilene Rocha (professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI), pelo estímulo dado à minha pesquisa e por compreender minhas ausências nas aulas, devido a participação nos encontros de história.

Aos funcionários da Coordenação do Programa de Pós- Graduação em História, D. Eliete e Márcia (Marcinha), pelo incentivo e pelas conversas agradáveis.

Ao Professor Raimundo Santana pela gentileza em abrir as portas de sua residência para conceder-me entrevista sobre sua atuação nas instituições político-culturais, meu objeto de estudo.

Aos funcionários da Academia Piauiense de Letras, em especial, a bibliotecária Goreth, e a secretária Vera pelo empenho em me ajudar na pesquisa. À bibliotecária da Fundação CEPRO, Lúcia Gurjão, pela dedicação e gentileza em colaborar com a localização das fontes. Aos funcionários do Arquivo Público do Piauí, especialmente Sebastião e Jesus, que direta e indiretamente, colaboraram durante dois anos, para este trabalho.

À Secretária do Conselho Estadual de Cultura, Ana Maria, pela amizade e dedicação em disponibilizar a pesquisa e o empréstimo de revistas, livros e atas da biblioteca da referida instituição, bem como, por seu incentivo. Ao funcionário Jônas, por torcer pelo meu êxito profissional. Aos funcionários da empresa O Dia e das Bibliotecas Cromwell de Carvalho e da UFPI, pela atenção no atendimento e localização das fontes de minha pesquisa.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Maria Pires Brandão, por participar da banca de defesa, e pelas contribuições a esta dissertação.

E finalmente, à todos que apoiaram a minha carreira de Historiadora.



O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao *complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou a ressurgência de uma “realidade” passada. É o *produto* de um *lugar* (Grifos do autor).

Michel de Certeau

## RESUMO

Este trabalho analisa o papel das instituições político-culturais (Centro de Estudos Piauienses, Movimento de Renovação Cultural, Academia Piauiense de Letras, Conselho Estadual de Cultura, Fundação CEPRO e Fundação Cultural Monsenhor Chaves) da cidade de Teresina-PI, no período de 1950 a 1980, no que diz respeito à produção, editoração e divulgação das obras de História do Piauí. Destaca, também, o processo de criação e os assuntos históricos abordados pelos periódicos locais (revistas: *Econômica piauiense*, *Presença* e *Cadernos de Teresina*), além dos planos editoriais e concursos históricos criados pelos governantes piauienses (Alberto Silva e Hugo Napoleão), durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1984), com o objetivo de legitimar uma escrita histórica piauiense, dar visibilidade aos historiadores responsáveis por produzir a História que se queria ver publicada, apresentar uma boa imagem desses políticos e do Estado que representavam. Buscamos, especificamente, compreender que tipo de relação os historiadores locais mantinham com seus lugares sociais (as instituições de pesquisa e com o poder público), quais as regras e os jogos de interesse que estavam por trás dessa ligação, as pesquisas tornadas possíveis, quais eram as abordagens históricas selecionadas, e como era o critério de seleção dessas produções. Ressalta-se ainda, o curto período de existência de algumas dessas instituições, e sua relevância para a fomentação cultural da região, principalmente para a historiografia piauiense.

**Palavras- Chaves:** Historiografia Piauiense. Instituições Político-culturais. Poder.

## ABSTRACT

This paper analyzes the role of political and cultural institutions (Centre for Studies Piauí, Cultural Renewal Movement, Piauí State Academy of Arts, State Council of Culture, the Cultural Foundation and Foundation CEPRO Monsignor Clark) from the city of Teresina, Piauí, in the period 1950 to 1980, with regard to production, publishing and dissemination of works of history of Piauí. It also highlights the creative process and the historical issues raised by local periodicals (magazines: Economic Piauí, Teresina Presence and Notebooks). In addition to publishing plans and quizzes created by the historical rulers Piauí (Alberto Silva and Hugo Napoleon), during the Brazilian military-civilian rule (1964-1984), with the goal of a legitimate historical writing Piauí, to give visibility to the historians responsible for producing History wanted to see it published, besides presenting a good image of these politicians and the rule which now accounted for. Search will specifically understand what kind of relationship with local historians kept their social places (research institutions and the public), which rules and games of interest that were behind this connection, research made possible by them, what were the historical approaches selected, and how was the selection criterion of these productions. It also highlights the short period of existence of some of these institutions and their relevance to fostering the region's cultural, especially to the historiography Piauí.

**Key -Words:** Historiography Piauense. Political-Cultural Institutions. Power.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	13
2 INSTITUIÇÕES CULTURAIS E HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE NOS ANOS 1950-1960 .....	22
2.1 A produção historiográfica nos festejos centenários de Teresina.....	22
2.2 O Centro de Estudos Piauiense e a escrita da História do Piauí .....	37
2.3 A historiografia na <i>Econômica piauiense</i> .....	50
2.4 O Movimento de Renovação Cultural .....	71
3 A ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DOS HISTORIADORES .....	85
3.1 Historiadores - imortais na casa de Lucídio Freitas .....	89
3.2 As interlocuções da Academia Piauiense de Letras com o poder público estadual .....	104
3.3 A historiografia na <i>Revista da Academia Piauiense de Letras</i> .....	116
3.4 A vida intelectual da Academia Piauiense de Letras nas décadas de 1970 e 1980 .....	124
4 ESTADO E PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA PIAUIENSE .....	133
4.1 A Criação do Conselho Estadual de Cultura do Piauí .....	133
4.2 O Conselho Estadual de Cultura e a produção historiográfica piauiense.....	149
4.3 O Estado e a (re) edição de obras históricas .....	155
4.3.1 As tentativas de inserção do Piauí na História Nacional .....	155
4.3.2 O Plano Editorial do Estado .....	166
4.3.1 O Projeto Petrônio Portella.....	185
5 HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE NOS ANOS 1970-1980: OUTROS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS .....	196
5.1 A Fundação CEPRO no desenvolvimento da historiografia piauiense .....	197
5.2 A Fundação Cultural Monsenhor Chaves e a escrita histórica do Piauí .....	208
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	227
REFERÊNCIAS .....	232

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse em trabalhar com as instituições político-culturais da cidade de Teresina (PI) no que se refere à produção e divulgação de obras sobre a História do Piauí, durante o período de 1950 a 1980, surgiu a partir do contato que tivemos com as ações implementadas pelo Plano Editorial do Estado (1972) e pela Fundação de Apoio Cultural do Piauí-FUNDAPI (1995), na elaboração da monografia intitulada *História, memória e identidade da Batalha do Jenipapo (Campo Maior-PI / 1823)*,<sup>1</sup> a qual foi amadurecida, a partir da realização de leituras que abordam a historiografia e a questão cultural piauiense.

Procurando compreender a atuação das políticas de editoração, no âmbito da historiografia local, durante as décadas de 1950 a 1980, analisaremos os tipos de produções historiográficas elaborados nas seguintes instituições: Centro de Estudos Piauienses- CEP (1953), revista *Econômica piauiense* (1957), Movimento de Renovação Cultural (1963), Conselho Estadual de Cultura (1965), Plano Editorial do Estado (1972), Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais – Fundação CEPRO (1972), Projeto Petrônio Portella (1984), e Fundação Cultural Monsenhor Chaves (1986), instituições e planos editoriais que, apesar de contribuírem para o aumento da produção historiográfica no Piauí, não tiveram uma visibilidade maior no campo historiográfico local. Destacamos, também, o papel da Academia Piauiense de Letras (1917),<sup>2</sup> principalmente, por ser uma instituição cultural com importantes contribuições para a fomentação e a pesquisa histórica no Estado.

Essa relação entre políticas públicas e produção historiográfica no Brasil, foi efetivada a partir da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, época em que a História do Brasil começou a ganhar impulso, através de concursos históricos e da criação da revista do referido Instituto, tendo como objetivo integrar as diferenças regionais no interior dos discursos de construção de uma identidade nacional, bem como incentivar a prática escriturística da intelectualidade brasileira. Assim, através dessa revista, historiadores

---

<sup>1</sup> MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. *História, Memória e Identidade da Batalha do Jenipapo (Campo Maior-PI/1823)*. 2007. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 112f. 2007.

<sup>2</sup> Os anos citados referem-se à data de criação das instituições político-culturais de Teresina (PI).

regionais puderam publicar seus estudos, como aconteceu com a obra de José Martins Pereira de Alencastre, *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*.<sup>3</sup>

Partindo do pressuposto de que toda produção historiográfica encontra-se associada a um lugar social, econômico, político e cultural, acreditamos que é “impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente”.<sup>4</sup> Após as críticas aos postulados da história tradicional, como a reconstituição da verdade histórica, surgiu a crença de que o lugar ocupado pelo historiador na sociedade influencia sobremaneira sua escrita.

Dessa forma, os intelectuais passaram a analisar as imposições, as regras e os interesses, que se colocam em jogo durante a pesquisa histórica. Assim, as mudanças no discurso e na abordagem historiográfica, não são mais vistas como acontecimentos espontâneos, pois elas dependem fundamentalmente do contexto e do lugar social. Um exemplo disso é a ascensão da história cultural em detrimento da história econômica e política, devido à importância atribuída, nos dias de hoje, aos *mass media* e às práticas culturais.

Por isso, acreditamos que os estudos do papel e do lugar das instituições político - culturais na produção historiográfica piauiense, não servem apenas para explicar os fundamentos da história, mas, principalmente, para conhecer a sociedade da qual fazemos parte, uma sociedade onde “a modernidade é a escritura”. Por sua vez, não falar desse lugar social, significa instalar o discurso historiográfico em um não-lugar, isto é, em um espaço neutro, onde não ocorre uma discussão a respeito das relações de poder existentes na sociedade.

Além disso, ainda são poucos os estudos que tratam da atuação das instituições político- culturais, principalmente em relação ao trabalho de financiamento, editoração e divulgação das obras de história do Piauí. Como afirma a historiadora Teresinha Queiroz, isso “deve ser posto em relevo, pois a historiografia não se encerra apenas na produção de texto. Texto escrito e não lido não tem ainda estatuto social, não contribui para o conhecimento e para a reflexão entre os historiadores”.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.20, p.5-59, mar.1857.

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.71.

<sup>5</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita de. *Historiografia piauiense*. In: *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006. p.158.

O estudo das instituições constitui um dos campos mais tradicionais da investigação histórica. Este teve seu olhar ampliado para o estudo das instituições familiares, escolares e intelectuais, fazendo assim, parte do *métier* dos historiadores, principalmente a partir da nova concepção de história, proposta pela Escola dos Annales, a qual é caracterizada como história total e plural, que abarca uma gama variada de documentos, objetos de estudos e metodologias. Tomando como pressuposto a concepção da historiadora Sandra Pelegrini, consideramos:

[...] objetos de estudo não apenas as instituições formais, mas também toda forma organizada e coerente de pensamento que, mesmo não formalizada em termos burocráticos e não dispondo de estruturas materiais (como sede própria, orçamento, estatuto, etc.) desempenha papel equivalente ao de verdadeiras instituições. [...]. Assim, a partir deste entendimento o conceito Instituições desta linha de pesquisa abarcaria não apenas estruturas formais dotadas de grande visibilidade, como igreja, Estado, universidade, partidos, sindicatos, museus, arquivos públicos, etc, mas também autores, obras e escolas de pensamento.<sup>6</sup>

Diante da complexidade que caracteriza os conceitos de cultura e política, optamos pela utilização da definição de Canclini, na qual “as políticas culturais resumem-se a um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.”<sup>7</sup>

Dessa forma, acreditamos que o patrocínio e o apoio das instituições político-culturais, no que se refere à produção e editoração de obras históricas, encontram-se estritamente ligados à concepção que o historiador deve oferecer à sua geração. Para José Honório Rodrigues, a função da História é ajudar a humanidade a compreender o tempo presente, isto é, o processo econômico, político, social e cultural que rege a realidade, caso contrário, os cronistas e jornalistas se apossarão de seu papel social. Segundo ele:

A História não é dos mortos, mas dos vivos, como uma realidade presente, obrigatória para a consciência. [...] Esta é a situação da historiografia universal, ou ela volta de novo a olhar a floresta e não apenas as árvores, oferecendo uma interpretação generalizadora que ajude os vivos a

---

<sup>6</sup> PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; ZANIRATO, Sílvia Helena (Orgs.). *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Eduem, 2005. p.223.

<sup>7</sup>CANCLINI, Nestor García. *Definiciones en transición*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p.65.

compreender as raízes do presente, ou então ela se afastará cada vez mais do grande público e se limitará ao círculo dos profissionais.<sup>8</sup>

Em *A escrita da História*, Michel de Certeau afirma que devemos considerar a história, uma operação constituída de um lugar social, de práticas científicas e de escrita. Esta, por sua vez, “se constrói em função de uma Instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas.”<sup>9</sup> Para Certeau, o saber, de uma forma geral, já nasce associado a uma instituição, como as assembleias de eruditos e as Academias. São elas, que determinam o tipo de produção científica que deve ser realizado pelos intelectuais. Dessa forma, entender a relação da história com um lugar, torna-se fundamental para conhecer nossa sociedade. “Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou ‘edificante’), nem a-tópica (sem pertinência).”<sup>10</sup>

A instituição serve, tanto para dar estabilidade social aos historiadores, quanto para proporcionar credibilidade ao seu discurso, pois é ela que gere as leis da aceitação de um trabalho científico, isto é, que legitima a qualidade de uma obra, perante os seus pares intelectuais. Como afirmou Michel de Certeau, “Estas imposições não são acidentais. Elas fazem parte da pesquisa. Longe de representar a inconfessável intromissão de um estranho no Santo dos santos da vida intelectual, constituem a textura dos procedimentos científicos.”<sup>11</sup>

No estudo intitulado *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, Pierre Nora afirma que as instituições político-culturais seriam lugares de memória, cuja função seria parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, immortalizar o passado, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais. Além dos lugares de memória tradicionalmente conhecidos (museus, arquivos, bibliotecas, monumentos, etc), os acontecimentos, as obras, e o próprio gênero histórico, também constituiriam lugares de memória, isto é, lugares ambíguos, que ao mesmo tempo, seriam fechados sobre si mesmo e abertos sobre a extensão de suas significações. Eles são lugares de memória, justamente, porque não existe mais uma memória verdadeira, mas sim, uma voluntária, considerada um dever, a qual se apóia, substancialmente, no vestígio, na imagem, no que mais existe de material concreto: a memória de papel, arquivística, onde existe:

---

<sup>8</sup> RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965. p.13-15.

<sup>9</sup> CERTEAU, 1999, p.66.

<sup>10</sup> CERTEAU, 1999, p.77.

<sup>11</sup> CERTEAU, 1999, p.73.



[...] uma memória na qual não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; [são] lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica.<sup>12</sup>

O estudo dos lugares se insere na perspectiva de dois movimentos, quais sejam: o historiográfico, isto é, de reflexão sobre o fazer da História; e o histórico, a concretização do fim da memória. “O tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída.”<sup>13</sup> Por isso, nossas sociedades condenadas ao esquecimento, necessitam da História, ou seja, de uma representação sempre problemática e incompleta do passado, que demanda análise e discurso crítico.

Para os intelectuais de uma forma geral, a publicação e a divulgação de um texto constituem as fases mais importantes de seu trabalho, porém, antes de tornar-se um objeto de estudo e de encontrar seus leitores, o texto passa por uma série de etapas que, segundo Roger Chartier, liga-se “a figura do editor, a prática da edição, a escolha do texto, ao negócio dos livros e ao encontro com um público de leitores”.<sup>14</sup> Segundo este autor, existe três modos de edição de uma obra: o primeiro refere-se à leitura de um texto em voz alta (praticada principalmente nas Universidades e nos Cenáculos Literários); o segundo corresponde ao momento em que a publicação vincula-se ao comércio de livrarias, e o último, diz respeito ao aparecimento da figura do editor, mediante critérios intelectuais.

De acordo com Chartier, a cultura do impresso tem um papel muito importante na sociedade, pois é uma manifestação que possui um forte poder simbólico e visual, presente principalmente em livros, revistas, cartazes, *banners*, propagandas, etc, impregnando “a totalidade das práticas culturais, incluindo as que não são de leitura, como as rituais ou as das festas, e incluindo a população analfabeta ou mal alfabetizada.”<sup>15</sup> Inserida no mundo dos novos meios de comunicação, a cultura escrita vem se fortalecendo cada vez mais, principalmente após a difusão dos computadores, pois estes são capazes de agregar em suas telas, não apenas imagens e sons, mas, também os textos, que, por sua vez, podem transformar-se em práticas e comportamentos para aqueles que os leem ou apenas os escutam.

---

<sup>12</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 14, dez. 1993.

<sup>13</sup> NORA, 1993, p. 12.

<sup>14</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTIMED, 2001. p.45.

<sup>15</sup> CHARTIER, 2001, p.35.

A partir do texto *Memória, esquecimento, silêncio*, de Michael Pollak, inserimos o conceito de enquadramento da memória, pois este busca a coesão interna de um grupo, e também sua modificação, de acordo com os interesses políticos do presente. Dessa maneira, “As memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento [...] são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade.”<sup>16</sup>

Nesse sentido, este trabalho de enquadramento da memória deve satisfazer a certas exigências de justificação, credibilidade e de coerência, pois “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo.”<sup>17</sup> Daí o controle da memória ser realizado, principalmente por historiadores de instituições político-culturais, que se autodenominam os “guardiões da verdade”, cujo papel é guardar e solidificar a memória em torno da produção de discursos que apresentem importantes acontecimentos e personagens; e de objetos materiais, como monumentos, museus e bibliotecas.

A partir desse referencial teórico estudamos os planos e/ou formas de editoração das instituições político-culturais da cidade de Teresina, no que diz respeito às obras de História do Piauí, no período de 1950 a 1980, tendo em vista responder as seguintes questões: qual o contexto econômico, político, social e cultural em que a historiografia piauiense foi produzida? Quais eram os interesses políticos e culturais que estavam em jogo na construção dessa História? Que funções político-sociais exerceram as instituições citadas? Quais eram as abordagens históricas publicadas por essas instituições? Quais obras foram selecionadas pela política editorial do período? Qual era o critério de seleção para a publicação das obras de História do Piauí? Quais foram os historiadores piauienses que conseguiram solidificar uma memória histórica para o Estado? Como foi a atuação do Estado do Piauí na produção e reedição de obras históricas? Por que estas instituições tiveram, a exceção da Academia Piauiense de Letras (1917) uma vida curta? Qual o legado dessas instituições para a historiografia piauiense?

Tentando responder a esses questionamentos, selecionamos um conjunto de fontes, como os jornais teresinenses (*Diário Oficial do Estado, O Dia, O Estado, Folha da Manhã*), mensagens de governo apresentadas à Assembléia Legislativa, revistas (*Veja, Revista da Academia Piauiense de Letras, Cadernos de Teresina, Impacto, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, Econômica piauiense, Presença, Carta Cepro, Análise Conjuntural*

---

<sup>16</sup> POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.12, 1989.

<sup>17</sup> POLLAK, 1989, p.11.

*da Economia Piauiense, Indicadores Conjunturais da Economia Piauiense, e Piauí: visão sumária*). Fizemos uso da imprensa periódica, não nos limitando “a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas [a partir de uma] análise circunstanciada do seu lugar de inserção e [por meio de] uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica [...]”<sup>18</sup>

Utilizamos, também, os discursos de posse, informativos (*Notícias Acadêmicas*), atas das reuniões do Conselho Estadual de Cultura e da Academia Piauiense de Letras, Decretos-Leis e Regimentos das instituições, bem como as obras historiográficas editadas e/ou reeditadas pelas instituições político-culturais piauienses. O fato deste recorte temporal (1950-1980) constituir um período recente, no qual a maioria das instituições estudadas ainda não possui uma história narrada, consideramos válida a utilização da técnica/metodologia da história oral, mais especificamente, o modelo de entrevista de trajetória de vida, que mescla a proposta de história de vida com a entrevista temática, pois nos ajuda a interpretar e entender as representações sociais, além de possibilitar o conhecimento da realidade, a partir de pessoas que viveram esse momento histórico. No entanto, estamos conscientes dos riscos e/ou dificuldades do uso de entrevistas, isto é, de seu caráter subjetivo e de estar sujeita a diversas leituras, pois de acordo com Ecléa Bosi:

Todo e qualquer trabalho, manual ou verbal, [...], acaba-se incorporando na sensibilidade, no sistema nervoso do trabalhador; este, ao recordá-lo na velhice, investirá na sua arte uma carga de significação e de valor talvez mais forte do que a atribuída no tempo da ação.<sup>19</sup>

Para tanto, realizamos uma entrevista com Raimundo Santana, pois este intelectual atuou em diversas instituições que estudamos como o Centro de Estudos Piauienses, o Movimento de Renovação Cultural, a Faculdade Católica de Filosofia, o Conselho Estadual de Cultura, a Academia Piauiense de Letras e a Fundação CEPRO. E desta forma, contribuiu não apenas com a produção de seus trabalhos históricos e econômicos, mas com a edição de muitas obras históricas, e na execução de trabalhos culturais. Além disso, analisamos uma grande variedade de entrevistas publicadas em jornais e periódicos locais, com intelectuais que tiveram um importante papel no campo historiográfico, a exemplo, de Joaquim Chaves, Odilon Nunes, Wilson de Andrade Brandão e Arimathéa Tito Filho.

---

<sup>18</sup> DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanez et. al. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p.141.

<sup>19</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 480.

Com esses pressupostos teóricos e metodológicos, dividimos o conteúdo da dissertação em quatro capítulos. O primeiro aborda a construção e a legitimação de discursos e práticas ligadas à produção de uma historiografia piauiense relacionada com o desenvolvimento econômico-cultural que atingia o Brasil no decorrer das décadas de 1950 e 1960. Nesse contexto, Teresina, a capital do Estado do Piauí, comemorava o centenário de sua fundação (16.08.1852), e tentava encontrar saídas para a crise econômica que enfrentava, como a queda nos preços dos produtos extrativistas. Assim, buscamos analisar como os fatores econômicos e sociais, de âmbito nacional e local, refletiram na escrita dos historiadores piauienses, na criação de instituições culturais (Centro de Estudos Piauienses, Movimento de Renovação Cultural, Faculdade Católica de Filosofia e outras), e na publicação de obras e periódicos, a exemplo, da revista *Econômica piauiense* (1957).

O segundo capítulo trata da participação dos principais historiadores do período 1950-1980 – Joaquim Chaves, Raimundo Santana, Odilon Nunes, Artur Passos e Wilson Brandão – na instituição mais antiga (1917) e tradicional do ponto de vista de sua atuação histórica, a Academia Piauiense de Letras (APL). Procuramos entender, que tipo de historiografia esta Academia aprovava para a publicação em sua revista (*Revista da Academia Piauiense de Letras*), qual sua importância como fonte histórica para os historiadores, quais obras de cunho histórico foram financiadas e editadas, sob o selo da APL, que tipo de ligação existia entre esta e o poder estatal, principalmente, no âmbito das políticas públicas de editoração do Estado, bem como sua contribuição para o crescimento da historiografia piauiense entre os anos mencionados.

O terceiro capítulo, diz respeito à participação do poder executivo estadual na produção da história local, criando instituições político-culturais, como o Conselho Estadual de Cultura (1965), e a Secretaria de Cultura (1973), principalmente no que diz respeito à edição da revista *Presença*. Participação que ocorria, também, através de financiamentos para a edição de revistas históricas, como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense*, apoio que ocorreu no governo Alberto Silva (1971-1975), tendo em vista as comemorações do sesquicentenário da independência brasileira. Além da instituição de concursos (Concurso sobre O Piauí nas lutas da independência do Brasil) e de projetos visando à publicação de obras históricas através de políticas como o Plano Editorial do Estado (1972) e do Projeto Petrônio Portella (1984). Nosso objetivo, neste capítulo, é compreender quais os interesses dos governantes para a construção e legitimação da História do Piauí, que tipo de escrita histórica era selecionado para a publicação, qual era a imagem pública que esses políticos queriam passar para a sociedade piauiense, e quais os meios político-culturais que

possibilitaram o aparecimento de inúmeras obras de cunho histórico, entre as décadas de 1950 e 1980.

O quarto capítulo analisa a atuação de duas instituições político-culturais teresinenses durante as décadas de 1970 e 1980, de âmbito estadual e municipal, que são respectivamente: a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais- CEPRO (1972), bem como seu Núcleo de História Oral (1979); e a Fundação Cultural Monsenhor Chaves (1986). Desta forma, procuramos entender o papel que o poder público teve na cultura historiográfica piauiense; qual a corrente historiográfica contemplada nas edições das obras e periódicos destas instituições; e quem foram os historiadores que ganharam visibilidade nesse espaço intelectual.

## 2 INSTITUIÇÕES CULTURAIS E HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE NOS ANOS 1950-1960

Durante os anos 1950 e 1960, o Estado do Piauí enfrentou uma de suas maiores crises econômicas, em decorrência do fim do ciclo do extrativismo vegetal, representado pelas exportações de borracha de maniçoba, babaçu e carnaúba. Procurando reagir a essa situação econômica, os intelectuais piauienses passaram a formular projetos de desenvolvimento para a região, com a criação, por exemplo, da revista *Econômica piauiense*, da Faculdade Católica de Filosofia, do Centro de Estudos Piauiense e do Movimento de Renovação Cultural.

Sobre o trabalho destes intelectuais, houve, nessa época, uma ação conjunta de historiadores e economistas locais, buscando a compreensão dos problemas sócio-econômicos que mais afetavam a população do período. Desta forma, analisaremos nos tópicos seguintes, como eles, através da realização de debates e palestras, da produção de livros e de revistas, da criação de instituições culturais, e na efetuação de trabalhos de assessoramento e de planejamento econômico para o governo do Estado, procuraram contribuir para formatar um novo destino para o Piauí, proporcionando um ambiente de modernização e progresso no Estado, principalmente, em sua capital, que completava neste contexto histórico, o centenário de sua fundação. Desta forma, além de uma infra-estrutura adequada para receber seus visitantes, Teresina precisava, do ponto de vista desses intelectuais, de cultura e fundamentalmente, de um forte estímulo para a produção da literatura e da história do Piauí.

### 2.1 A produção historiográfica nos festejos centenários de Teresina

O início da década de 1950 representou para o Estado do Piauí, momento de comemoração, em virtude da passagem do centenário de sua capital, Teresina (1852). Para festejar este aniversário, foi instituída uma Comissão Organizadora do Centenário.<sup>20</sup> Com o

---

<sup>20</sup> A Comissão Organizadora do Centenário foi composta por presidente de honra- Getúlio Vargas (Presidente da República) e Pedro de Almendra Freitas (Governador do Estado); presidente - João Mendes Olímpio de Melo (Prefeito); vice-presidente - Artur Passos (Jornalista); primeiro-secretário - Raimundo Portela Basílio; segundo-secretário - Juscelino de Souza Lima; tesoureiro - José Patrício Franco. Ao todo, esta comissão contava com a participação de quarenta membros, das mais diversas categorias políticas, culturais, religiosas, esportivas e jornalísticas, que se reuniam as quintas-feiras na Câmara Municipal de Teresina.

objetivo de realizar reformas e construções de modernas edificações na cidade de Teresina, esta Comissão promoveu uma campanha junto ao público leitor, visando sensibilizá-lo para a colaboração financeira nas festividades do primeiro centenário da capital piauiense, haja vista a demora da aprovação do auxílio do governo federal. Assim, era preciso que os teresinenses também se sentissem no dever de participar das comemorações de sua cidade aniversariante, como nos mostra a matéria do jornal *O Piauí*:

Bela a capital do Piauí! Nós que te queremos tanto, que somos teus vassallos, vamos cumprir por ti, a grata obrigação de homenageá-la condignamente, pela passagem do teu centenário – oportunidade única que se oferece a esta geração. E é por ti, para engalanar-te, que apelamos para os que aqui morejam, piauienses ou não, brasileiros ou estrangeiros, que vivem nesta comunhão fraterna de homens livres, solicitando-lhes seu concurso para uma causa justa e que deve aprazer a todos os nossos corações. E diremos a todos, parodiando o Tio Sam, *TERESINA PRECISA DE VOCÊ!*<sup>21</sup> (Grifo do autor)

Estas festividades empreendidas pelo governo Pedro de Almendra Freitas<sup>22</sup> (1951-1954), foram, por sua vez, alvo de constantes críticas por parte dos grupos políticos de oposição, que destacavam o desperdício de recursos que foram utilizados nesta comemoração, que bem poderiam ser usados para a melhoria de vida da população piauiense. Sobre os gastos desta festa, denominada por Eurípides de Aguiar,<sup>23</sup> de “Pagode do Centenário,” ele afirmou:

Informaram-me de que os cinco milhões vão ser divididos fraternalmente, sem briga, entre o governador e o prefeito. Resta-me saber como serão eles empregados. Uma parte já foi consumida antecipadamente, em pintar os troncos das figueiras e oitis da arborização pública, com barrela de cal, e enfeitar as praças e ruas com bandeirolas de pano verde e amarelo [...]. Outra parte, certamente mais vultosa, levaram os churrascos, banquetes, bailes e a hospedagem dos convidados do governo. [...]. O prefeito não vê que, em vez de gastar milhões do Governo Federal em pagodeiras prejudiciais e ridículas,

<sup>21</sup> CENTENÁRIO de Teresina. *O Piauí*. Teresina, ano 62, n.758, 10 fev. 1952. p.10. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. As comemorações do centenário de Teresina: novas sensibilidades do viver urbano. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL. MEMÓRIA, ENSINO E BENS CULTURAIS. *Anais...* Teresina, 2008. ISSN: 1983-3385. p.8/9.

<sup>22</sup> Pedro de Almendra Freitas nasceu em 1.03.1891 na cidade de José de Freitas (PI), cidade que tem a denominação em homenagem a seu pai. Ingressou na atividade comercial, chegando a dirigir a importante empresa Almendra & Irmãos Ltda, e a ser Presidente da Associação Comercial Piauiense. Dentre outras atividades também foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de José de Freitas.

<sup>23</sup> Eurípides Clementino de Aguiar nasceu em 19.01.1880 em Matões, (MA), e faleceu em Teresina (PI), em 2.03.1953. Formado pela Escola de Medicina e Farmácia da Bahia, com Doutorado em Paris (França). Também foi jornalista, poeta, e governador do Estado do Piauí entre 1916/1920, tendo disputado novamente a chefia do executivo estadual na década de 1950, perdendo a eleição para o político Pedro Freitas. Livro publicado: *Tratamento de Queimados*.

devia empregar sua atividade em resolver com carinho e bom senso, os prementes problemas da Prefeitura, que dirige. [...]. O governador [...] pouco se lhe dá que o povo passe fome, desde que haja dinheiro para festas em que ele possa exibir a sua caricata figura de governador que não governa.<sup>24</sup>

Dentre outras deficiências apresentadas neste período, Teresina ainda não possuía ligação rodoviária com a segunda cidade mais importante do Estado, Parnaíba, além de ser a única que não tinha aeroporto com pista pavimentada e serviço de esgoto. Sobre a estética da cidade, o *Jornal do Comércio*, se referiu no artigo Pobre Teresina:

Cidade esburacada; cheia de lama no inverno e também na seca; poeira, lixo e até carniça e mictórios nas ruas urbanas; os meio-fios quer onde já passa o calçamento e onde o mesmo não passa, muito descuidados e cheios de mato e lama podre; mercados imundos, e nos bares e botequins... nem é bom falar.[...]. E a vergonha será somente para nós apresentarmos Teresina, no seu primeiro Centenário, nas condições em que se acha. [...]. Se um turista que nos chegue pelo Centenário visitar o Cemitério, os Mercados, o Matadouro e a Praça Deodoro, é certo que dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada do mundo. Sairá cuspiendo de nojo.<sup>25</sup>

Esta situação representava uma preocupação constante por parte de suas autoridades locais, principalmente durante essa época, em que pessoas ilustres de todo o país eram convidadas a visitar a capital piauiense, como, o Presidente da República, Getúlio Vargas, Luís Câmara Cascudo, historiador e folclorista, Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil, o piauiense Deolindo Couto, vice-reitor da referida instituição, e Assis Chateaubriand, jornalista e empresário, para prestigiar as comemorações dos 100 anos de fundação da cidade.

Desta forma, tornava-se urgente a efetivação de uma ação conjunta entre políticos, intelectuais, religiosos e populares para fazer de Teresina uma cidade com ares de moderna, atraente e civilizada aos olhos de seus visitantes. “Porque é preciso ter em vista que um acontecimento de tal magnitude atrairá sobre nós as vistas e as atenções do mundo oficial e do público brasileiro em geral. Seremos medidos e julgados através de um século de atividades.”

26

Em relação ao contexto brasileiro, o país estava prestes a viver a fase da política modernizadora do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), que instituiu, dentre outras ações, o Plano de Metas, priorizando os setores de energia, transportes e indústrias de base, como soluções fundamentais para o Brasil alcançar o desenvolvimento econômico. Dentre as

<sup>24</sup> AGUIAR, Eurípides de. As festas do Centenário. *O Dia*. Teresina, ano 11, n.82, p.1/4, 24 ago. 1952.

<sup>25</sup> POBRE Teresina. *Jornal do Comércio*. Teresina, ano 6, n.926, p.3, 20 jan. 1952.

<sup>26</sup> ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Pedro de Almendra Freitas em 1951*. Teresina, 1951. p. 19.



medidas realizadas pelo governo brasileiro, visando melhorar da situação econômico-social da região Nordeste, destacamos a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF - 1945),<sup>27</sup> o Banco do Nordeste do Brasil (BNB - 1952),<sup>28</sup> a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE - 1959),<sup>29</sup> e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF - 1974).<sup>30</sup>

No Piauí, durante a administração de Jacob Manuel Gayoso e Almendra<sup>31</sup> (1955-1959) também, foram efetivadas várias medidas de caráter econômico, como a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE), em 1956, e das empresas de economia mista: o Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE), em 1955, Departamento de Estradas e Rodagem (DER-PI), em 1955, o Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA) em 1957, e o Banco do Estado do Piauí S/A (BEP) em 1958. Além disso, houve a inauguração em 1957, da ponte sobre o rio Poti, em Teresina, que contou com a presença do Presidente da República Juscelino Kubitschek.

Paralelo as ações estatais, alguns setores da sociedade piauiense, especificamente, a Igreja Católica e os profissionais da educação, contribuíram para o desenvolvimento da região, criando relevantes instituições culturais, como a Faculdade Católica de Filosofia

---

<sup>27</sup> A Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, foi criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 3.10. 1945, com a missão de produzir, transmitir e comercializar energia elétrica para a Região Nordeste do Brasil.

<sup>28</sup> O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza (CE), o Banco atua em cerca de 2 mil municípios, abrangendo os nove Estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo.

<sup>29</sup> Para tentar diminuir a concentração de riqueza nas mãos de poucos, o presidente Juscelino Kubitschek criou a SUDENE, em 1959, para promover o desenvolvimento do Nordeste. A intenção era que houvesse industrialização e agricultura irrigada na região. Porém, a SUDENE ainda não representava um instrumento da prática da Reforma Agrária na região, solução decisiva para acabar com as desigualdades sociais.

<sup>30</sup> A CODEVASF tem sede e foro no Distrito Federal e atuação no Vale do Rio São Francisco, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, podendo instalar e manter, no País, órgãos e setores de operação e representação, cuja finalidade é o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo do Vale do São Francisco, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários.

<sup>31</sup> Jacob Manoel Gayoso e Almendra nasceu em 3.10.1899, na cidade de Teresina-PI, aonde veio a falecer no dia 10.05.1976. Tornou-se Oficial, Coronel e General de Brigada do Exército, Deputado Estadual, Deputado Federal, Presidente da Assembléia Legislativa (1934/1937), Chefe de Polícia, Comandante da Polícia Militar do Piauí, Governador do Estado do Piauí. Também exerceu atividades na empresa Almendra & Irmãos Ltda e pertenceu à Academia Piauiense de Letras.

(1957) e a Faculdade de Odontologia do Piauí (1959), as quais formaram a estrutura inicial da Universidade Federal do Piauí.

No final da década de 1950, na administração do governo Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962),<sup>32</sup> as ações visando ao desenvolvimento do Estado foram ampliadas com a instalação de quatro empresas de economia mista: Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA) em 1959; Agroindústrias do Piauí S/A (AGRINPISA) em 1959; Telefones do Piauí S/A (TELEPISA), em 1960; e Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), em 1962. A CODESE, aprimorada com a Lei n. 1870, de 5 de outubro de 1959, ampliou suas funções, com a criação do Conselho de Desenvolvimento e da Secretaria Executiva, cujos cargos foram exercidos por Raimundo Nonato Monteiro de Santana,<sup>33</sup> o primeiro Secretário Executivo, e depois, um dos membros do referido Conselho.

Percebemos assim, que a década de 1950, foi marcada por reflexões, atuações e investimentos que procuravam minimizar os efeitos da crise econômica e a precariedade existente na infra-estrutura das cidades piauienses, principalmente de Teresina. Nesse sentido, os intelectuais piauienses, também, se sensibilizaram com a situação desfavorável que caracterizava o Piauí, buscando compreender a realidade sócio-econômica para assim, poder intervir com segurança nos problemas do Estado.

Todavia, as produções que abordavam a história econômica piauiense eram insuficientes para os intelectuais analisarem as características, as atividades predominantes e o funcionamento da economia local. Essa carência, por sua vez, não era particular apenas a esta temática de estudo, pois nos anos 1950, dispúnhamos, para uma compreensão geral da História do Piauí, apenas os trabalhos de Sebastião da Rocha Pita,<sup>34</sup> Miguel de Sousa Borges

---

<sup>32</sup> Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, nasceu em Parnaíba (PI), em 8.11.1922, e faleceu em Brasília, a 7.02.2009. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo, foi advogado, deputado federal, governador do Piauí em 1958 e em 1969 teve seus direitos políticos cassados pelo Regime militar de 1964. Foi eleito senador em 1986, afastando-se da vida pública ao final de seu mandato.

<sup>33</sup> Raimundo Nonato Monteiro de Santana nasceu em Campo Maior (PI), a 27.02.1926. Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, exerceu dentre outras funções: Prefeito de Campo Maior, Secretário Executivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado do Piauí, Secretário de Estado para assuntos de planejamento e coordenação econômica do governo do Piauí, professor da Faculdade de Direito do Piauí, da Faculdade Católica de Filosofia, da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Nacional de Brasília. Livros publicados: *Introdução à problemática da economia piauiense* (1957), *Evolução histórica da economia piauiense* (1964), etc.

<sup>34</sup> Sebastião da Rocha Pita nasceu em Salvador (BA) em 3.05.1660 e faleceu em 2.11.1738. Exerceu as funções de advogado, político, poeta e historiador. É autor da obra: *Historia da America Portuguesa: desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro* (1730).

Leal Castelo Branco,<sup>35</sup> José Martins Pereira de Alencastre,<sup>36</sup> Francisco Augusto Pereira da Costa<sup>37</sup> e de Abdias da Costa Neves.<sup>38</sup> Assim, em relação à historiografia piauiense, providências foram tomadas, no sentido de produzir obras de referência para a construção da memória histórica do Estado.

Sensível a esta questão, a Comissão responsável pelos festejos do centenário propôs, em 1952, um concurso para apresentação de trabalhos históricos relacionados ao Estado, e principalmente, a Teresina. Acreditava-se, assim como Artur Passos, que para “bem amar uma cidade [...], não basta lhe conhecer as feições atuais, é mister conhecer-lhe o passado também, evocar-lhe os anos idos, as memórias antigas e as origens”.<sup>39</sup>

Segundo as normas instituídas pela comissão, os trabalhos deveriam apresentar o caráter de “crônicas, antiguidades históricas, feição típica dos primitivos habitantes e povoadores da província, de modo geral e, em particular, quanto às peripécias, tropeços e injunções opostos à idéia da mudança da capital.”<sup>40</sup> Assim, foi estipulado prêmio no valor de Cr\$ 5 mil cruzeiros para o estudo que fosse julgado mais adequado às referidas propostas, pois o governo estadual acreditava que:

Temos material à mão para excelente trabalho evocativo, sério, útil e instrutivo, repassado ele e embebido todo ele em metódica recomposição de atos e fatos de uma tese e história regional. Daí, pois, a imperiosa necessidade de apelo feito à base de prêmios compensadores, aos homens de letras de dentro e fora do Estado, no propósito de obter-se, quanto antes, trabalhos históricos, que julgados, possamos preencher satisfatoriamente

<sup>35</sup> Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco nasceu em Campo Maior (PI) em 15.06. 1836 e faleceu em Teresina a 22.04.1887. Exerceu diversas funções: delegado, professor, escrivão, vereador, deputado. Fundou o Colégio Nossa Senhora das Dores (1882) e atuou também em vários órgãos noticiosos de Teresina. Obra histórica: *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na Província do Piauí* (1879).

<sup>36</sup> José Martins Pereira de Alencastre nasceu em 19.03.1831 em Santo Amaro (BA) e faleceu em 12.03.1871 no Rio de Janeiro (RJ). Exerceu diversos cargos públicos e administrativos nas províncias do Piauí, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Atuou como jornalista e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Obras: *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí; Anais da província de Goiás; Notas diárias sobre a revolta que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1839, 1840 e 1841* e outras.

<sup>37</sup> Francisco Augusto Pereira da Costa nasceu em Recife (PE) a 16.12.1851 e faleceu nesta mesma cidade em 1923. Bacharel em Direito, foi deputado estadual, jornalista e secretário do Presidente da Província do Piauí (1884-1885). Como historiador publicou *Cronologia histórica do estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República, várias obras sobre Pernambuco e escreveu diversos artigos sobre a história piauiense.

<sup>38</sup> Abdias da Costa Neves nasceu em Teresina (PI) em 11.11.1878 e faleceu na mesma cidade no dia 28.08.1928. Bacharel em Direito, exerceu dentre outras funções: juiz de direito, secretário de governo, senador, jornalista e professor. Obras principais: *A guerra do Fidié, Um manicaca e O Piauí na Confederação do Equador*.

<sup>39</sup> PASSOS, Artur. *História, economia e lendas*: município de Jerumenha. Teresina: CEP, 1954. p.4.

<sup>40</sup> PASSOS, 1954, p.4.

essa sensível lacuna, abrilhantando de igual passo as festividades de agosto [de 1952].<sup>41</sup>

Desde a década de 1930, mais especificamente, na administração municipal de Lindolfo do Rêgo Monteiro (1936-1945), havia preocupação em torno da construção da História de Teresina, principalmente, devido à proximidade do centenário da cidade. O prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro criou em 28 de outubro de 1938, pelo Decreto-Lei nº 34, concurso que concedia prêmios a quem escrevesse um livro sobre a história de Teresina, destacando assuntos que iam desde a sua fundação até aquele momento histórico, enfatizando os aspectos políticos, econômicos, administrativos, culturais, dentre outros que tivessem relevância para a sociedade piauiense.

Ao primeiro colocado seria concedido prêmio no valor de cinco contos de réis, edição de dois mil exemplares de sua obra, custeada pelos cofres municipais, cabendo-lhe um quinto dos referidos exemplares. Ao segundo lugar, prêmio de um conto de réis, e a publicação pelo governo de quinhentos exemplares, tendo o autor direito, também, a um quinto de sua obra. Apesar de constituir-se um importante estímulo para a escrita historiográfica, não houve nenhum candidato aos prêmios citados.

Porém, o prefeito Lindolfo do Rêgo Monteiro não desistiu de seus propósitos iniciais e através do Decreto-Lei de nº 98, em 17 de março de 1941, instituiu quatro prêmios, três em dinheiro e uma menção honrosa, sendo que o primeiro lugar receberia o valor de cinco contos de réis, a edição de dois mil exemplares de sua obra, custeada pelos cofres municipais, cabendo-lhe um quinto da respectiva publicação; segundo lugar: um conto e quinhentos mil réis, um quinto da publicação da obra, editada no total de quinhentos exemplares; terceiro lugar: um conto de réis, quatrocentos exemplares da obra, com direito a um quinto da publicação; quarto lugar: publicação da obra por conta do município, com tiragem de trezentos exemplares, cabendo ao autor a metade destes.

Sobre a relevância de uma obra histórica, consideramos que esta se traduz pelo tipo de ideologia transmitida às gerações futuras, e pela maneira como a memória é enquadrada, ao atender interesses dos grupos detentores do poder político-econômico. Caracterizando o livro como um importante instrumento de poder, Roger Chartier destaca que este tipo de interpretação é explícito, principalmente, em obras religiosas, de magia e de ficção, nas quais:

---

<sup>41</sup>ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Pedro de Almendra Freitas em 1951*. Teresina, 1951. p. 24.

O perigoso poder do livro é uma constante que podemos notar [por exemplo, em personagens e obras emblemáticas, como o] Próspero de *A tempestade* de Shakespeare, já que [este deveria] atirar ao mar seu livro, seu único livro, para anular seu poder e, ao mesmo tempo, para reconquistar uma liberdade humana.<sup>42</sup>

O poder público, através dos trabalhos da Comissão do Centenário de Teresina, voltara a incentivar a produção escriturística sobre a História do Piauí. Visando facilitar a concretização e a qualidade das atividades dos membros organizadores da festa do centenário da capital piauiense, formaram-se, no interior da Comissão aludida, subcomissões, como a do Dr. Walter Alencar,<sup>43</sup> responsável por organizar uma maratona intelectual entre os alunos dos principais colégios do Estado sobre o tema da fundação de Teresina, conferindo ao primeiro lugar, bolsa de estudo; e a dos padres Hermínio Davis e Joaquim Chaves,<sup>44</sup> que cuidavam das solenidades religiosas.

Nessa perspectiva, percebemos o quanto era importante para os governantes locais, que os intelectuais produzissem uma memória histórica para Teresina, e por extensão, para o Piauí. A construção, e principalmente, a legitimação de uma memória era essencial para os grupos detentores do poder, pois além de tornarem-se os responsáveis por incentivar os intelectuais na escrita de um passado glorioso e na concessão de uma aura simbólica a determinado acontecimento histórico, selecionavam o que podia ou não cair no esquecimento da sociedade. Sobre a relevância da memória, Jacques Le Goff considera que:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED, 2001. p.114.

<sup>43</sup> Valter do Rego Alencar nasceu em 17.10.1913, em União (PI), e faleceu em Teresina (PI), em 28.01.1972. Funções exercidas: professor, jurista, magistrado, jornalista, promotor público, chefe de polícia, delegado geral do SESI, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado, secretário de Estado. Fundou em 1950 o *Jornal de Notícias*, foi também um dos sócio-fundadores da Rádio Clube de Teresina. Em 1965 conseguiu a concessão da TV Rádio Clube, mas o início da operação comercial do canal só ocorreria no ano de 1972.

<sup>44</sup> Joaquim Raimundo Ferreira Chaves – Monsenhor Chaves nasceu em Campo Maior (PI) em 9.03.1913, e faleceu em Teresina, no dia 8.05.2007. Licenciado em Filosofia, foi Vigário da Matriz de Nossa Senhora do Amparo, desde 1948, vigário-geral da Arquidiocese de Teresina, reitor e professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Teresina, também foi Professor e Historiador. Dirigiu o jornal católico *O Dominical*. Foi autor de vários livros históricos, membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense.

<sup>45</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. p. 422.

Nesse contexto, a Prefeitura de Teresina promoveu a publicação em 1952, da obra *Teresina: subsídios para a história do Piauí*,<sup>46</sup> do padre historiador Joaquim Chaves, que a escreveu para homenagear a referida cidade, bem como, aos teresinenses que o apoiaram na construção das torres da igreja Nossa Senhora do Amparo – uma das primeiras edificações que marcaram a fundação de Teresina. Sobre essa obra histórica, Arimathéa Tito Filho afirmou que:

O seu livro sobre Teresina, que se incorporou às festas comemorativas dos primeiros cem anos da cidade como documentário expressivo, lembra as fases iniciais da capital piauiense, - as ruas, os cafés, os templos, as casas comerciais, o teatro, os furdunços carnavalescos, as manifestações religiosas, os episódios cívicos, o telégrafo, o barco a vapor, a higiene, a polícia, a escola, os passeios de cavalo - enfim o que ia nascendo, o que se ia criando, os passos inaugurais dos costumes e do progresso da comunidadezinha plantada por José Antônio Saraiva entre dois rios. E os forrós. E os **serenos** de baile. E a discurseira laudatória. Quantas cousas antigas, com cheiro de mofo, o bom do padre buscou em registros velhos e delas fez obra saborosa.<sup>47</sup> (Grifo do autor)

O padre Joaquim Chaves faz um retrato de Teresina nos seus primeiros cinquenta anos de existência, pois segundo ele, não há “Nada mais interessante do que a gente, da altura de cem anos, apreciar Teresina saindo do nada, por assim dizer, e crescendo vertiginosamente na Chapada do Corisco, lá por volta do ano de 1852.”<sup>48</sup> Para isso, utiliza-se basicamente de jornais teresinenses como fontes históricas. Porém, devido a sua inexperiência no campo historiográfico, não faz alusão à documentação utilizada para a elaboração da referida obra. O autor não segue uma ordem cronológica dos fatos, ora abordando aspectos relativos ao período monárquico, ora ao republicano. Assim, por não seguir uma rigidez temática e temporal, sua escrita torna-se leve, simples, e em alguns momentos crítica e irreverente, ao abordar as práticas cotidianas de Teresina.

O primeiro assunto analisado pelo autor foi a transferência da capital de Oeiras para a então Vila Nova do Poti, que foi transformada, em 1852, na cidade de Teresina, ressaltando os motivos da mudança, as dificuldades enfrentadas e os esforços do governador José Antônio

---

<sup>46</sup> CHAVES, Joaquim (Pe). *Teresina: subsídios para a História do Piauí*. Teresina: [s. n.], 1952.

<sup>47</sup> TITO FILHO, Arimathéa. Padre Chaves. *Presença*. Teresina, ano 7, n. 15, jul./out. de 1985. p. 65.

<sup>48</sup> CHAVES, Joaquim (Mons.). *Obra completa*. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005. p. 60.

Saraiva (1850-1854),<sup>49</sup> bem como dos populares da Vila do Poti para a concretização dessa transferência, enfatizando a construção dos edifícios públicos nos dez primeiros anos da capital, como a igreja Nossa Senhora do Amparo, o Quartel do Corpo de Polícia, o Hospital de Caridade, o cemitério, a cadeia, o mercado, o Liceu, dentre outros. Caracterizou as principais festas que aconteciam na cidade, como as religiosas (Semana Santa, festa da Padroeira - Nossa Senhora do Amparo, e a da Imaculada Conceição), as cívico-patrióticas (aniversário da Constituição política do Império, da Independência do Brasil e do Imperador D. Pedro II) e as festas populares (farrós, sambas, danças de São Gonçalo, de São João e o Carnaval).

Nascida sob o signo da modernidade,<sup>50</sup> a nova capital piauiense já apresentava no seu cinquentenário, elementos que objetivavam tirar o Piauí da situação de desvantagem econômico-social em relação às praças comerciais de Caxias e de São Luís, no Maranhão, como a criação da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba (1858), do telégrafo (1884), da Fábrica de Fiação e Tecidos Piauienses (1889), e da Associação Comercial Piauiense (1900). Em seu livro, padre Chaves também destacou como era a instrução primária e secundária da capital piauiense, as posturas municipais de 1867, a mudança da nomenclatura das ruas e praças de Teresina, a resistência de sua população frente a esses diferentes nomes, além dos problemas de saúde pública que a afetavam (sezões, sarampo, tuberculose, tifo, varíola), e a precariedade nos serviços de limpeza pública, de abastecimento d' água, de carne e leite.

O autor revela grande interesse pela vida cultural de Teresina, apontando dentre vários aspectos, o sereno dos bailes, os banquetes políticos, os passeios a cavalo, as principais representações ocorridas nos teatros Santa Teresa, Concórdia e 4 de Setembro, bem como a atividade jornalística, que apesar da precariedade das tipografias da época, existia, de maneira “quase inacreditável” para Chaves, com enorme variedade e quantidade de jornais locais onde apareciam, dentre outros assuntos, severas críticas aos políticos da situação. Apaixonado por Teresina, Chaves afirma que esta cidade “oferece aos estudiosos de seu passado pratos verdadeiramente deliciosos ao espírito: [...] momentos que suavizam a aridez das pesquisas,

---

<sup>49</sup> José Antônio Saraiva, mais tarde Conselheiro Saraiva, nasceu em Santo Amaro (BA), a 1.05.1823, e faleceu em Salvador (BA), 21.07.1895. Dentre outras funções, foi presidente das províncias do Piauí (1850-1853), de Alagoas (1853-1854), de São Paulo (1854-1855), e de Pernambuco, em 1859.

<sup>50</sup> Modernidade compreendida, de acordo com Marshall Berman, enquanto um *modus vivendi*, uma experiência vital de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida, constituindo-se em tragédia do desenvolvimento, que permitiu deslumbrar incriveis horizontes ao mesmo tempo em que criou uma força que desmancha tudo que é sólido no ar. In: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

quando se respinga aqui e ali referências a aspectos interessantes de sua vida, de sua gente, de acontecimentos que a empolgaram [...].”<sup>51</sup>

Padre Chaves interessou-se não somente pelos fatos políticos e pelos “grandes homens” que marcaram a história do Piauí, mas por todos aqueles que imprimiram sua marca na construção da cidade de Teresina. Apesar de seu lugar social de sacerdote, Joaquim Chaves não deixou de assumir postura crítica em relação à atuação dos primeiros padres da capital, que segundo ele, estavam mais interessados na política do que na espiritualidade do povo. Enfatizou que:

Naqueles primeiros cinquenta anos o povo mantinha sua fé quase que simplesmente por obra e graça da tradição. Os padres eram poucos e ainda assim dedicavam grande parte de seu tempo à política e aos negócios particulares. Nem sempre davam bom exemplo. [...]. Não havia frequência aos sacramentos da penitência e da eucaristia. Também não havia preocupação com a conservação dos templos [...]. Além disso, a união da Igreja com o Estado, como era feita naquele tempo, determinava uma influência burocrática deste último sobre a primeira. Isso tirava aos padres aquela flama de entusiasmo de quem trabalha por um ideal, e não para fazer jus a uma cônica.<sup>52</sup>

O autor possuía grande consciência da temática relacionada à política, mostrando ao leitor que havia, tanto no passado quanto no presente, interesses político-comerciais em manter a imagem do Estado do Piauí pobre, carente e vitimado por constantes secas, visando atrair recursos federais e estaduais, a exemplo da seca que ocorreu em 1877; disputa entre partidos políticos, restrição à participação do povo na cena política, perseguições, desmandos políticos extremados, e principalmente, fraudes durante as eleições. Em relação a este fato, afirmou que se realizássemos “uma comparação do presente com o passado no que diz respeito a eleições, no Brasil, chegaremos a um resultado que não nos pode encher de muito otimismo. [...] Talvez será melhor dizer que os atuais processos de violentar a liberdade do eleitor sejam apenas mais sutis [...] que os do passado.”<sup>53</sup>

Procurando inserir Teresina no contexto nacional, Joaquim Chaves conclui sua obra, destacando a participação da capital piauiense nos principais eventos políticos brasileiros: na Questão Christie (1863), na Guerra do Paraguai (1865), na luta pela libertação dos escravos (1888), na proclamação da República (1889), na Revolução Federalista (1893), e na Guerra de Canudos (1897), sem, contudo, fazer uma análise conclusiva dos fatos arrolados ao longo de

---

<sup>51</sup> CHAVES, 2005, p. 55-56.

<sup>52</sup> CHAVES, 2005, p. 54.

<sup>53</sup> CHAVES, 2005, p. 72.



toda a sua produção escrita. Sobre sua satisfação pela produção historiográfica, Monsenhor Chaves expressou que escrevia:

[...] porque gostava daquilo e achava que a história do Piauí não tinha sido toda escrita. Muitas passagens da nossa história precisavam ser conhecidas. Mesmo com a contribuição dos antigos, como Abdias Neves, Clodoaldo Freitas e outros, não havia quase estudos. Eu entrei e não me dei mal, gostei muito.<sup>54</sup>

Durante as comemorações do centenário, a imprensa também foi incentivada a escrever sobre a história de Teresina. De acordo com Maria Lenice de Barros Lima<sup>55</sup> os jornais *O Dia* e o *Jornal do Comércio* foram os que mais se destacaram na produção de matérias sobre a fundação, as transformações e os problemas de infraestrutura que marcaram os cem anos de vida da cidade. Desta forma, foi publicado no jornal *O Dia*, entre os meses de maio a agosto de 1952, artigos de Joel Oliveira, intitulados Centenário de Teresina, os quais versavam sobre a transferência da capital de Oeiras para Teresina, destacando a atuação de José Antônio Saraiva na fundação da nova capital. No *Jornal do Comércio*, destaca-se a série de trinta artigos, escritos pelo jornalista Celso Pinheiro Filho.<sup>56</sup> Além disso, os jornais locais também abordavam as ações da Comissão do Centenário, para que a população pudesse tomar conhecimento de seu trabalho e ajudá-la nos preparativos da festa, colaborando em dinheiro e/ou na organização e limpeza da cidade.

No que se refere ao aspecto literário, podemos citar a obra *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina*,<sup>57</sup> do poeta H. Dobal,<sup>58</sup> que assim como a anterior, foi escrita para homenagear a capital piauiense. Podemos afirmar que esta obra se assemelha em muitos

<sup>54</sup> ENTREVISTA Monsenhor Chaves. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 10, n. 27, p.28-29, dez. 1997.

<sup>55</sup> LIMA, Maria Lenice de Barros. *Centenário de Teresina: mudanças no espaço urbano e no cotidiano dos teresinenses (1939-1952)*. 2008. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 68f. 2008.

<sup>56</sup> Celso Pinheiro Filho nasceu em Teresina (PI), em 17.11.1914, e faleceu na mesma cidade em 23.02.1974. Foi advogado, político, militar e escritor. Foi governador interino do Distrito Federal; prefeito de Teresina e de Porto Velho (RO). Pertenceu à Academia Piauiense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. Livros publicados: *História da imprensa no Piauí*, etc.

<sup>57</sup> Apesar de ter sido escrita em 1952, em virtude das comemorações do centenário de Teresina, esta obra não foi publicada na época, devido à própria vontade do autor, sendo divulgada apenas em 1991, nas páginas do jornal *Folha da Manhã*, e sob a forma de livro. DOBAL, H. *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.

<sup>58</sup> Hindemburgo Dobal Teixeira nasceu em 17.10.1927 em Teresina (PI) e faleceu na mesma cidade em 2008. Formado em Direito, foi Auditor fiscal do Tesouro Nacional, professor, poeta e contista. Foi um dos fundadores do Movimento Meridiano. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras e a Academia Brasileira de Letras. Livros publicados: *O tempo conseqüente; O dia sem presságio; Uma antologia provisória*, etc.

aspectos a *Teresina*: subsídios para a história do Piauí, do padre historiador Joaquim Chaves, por ter capítulos curtos e linguagem bastante simples, enfatizando o cotidiano de Teresina, a população pobre (com destaque para alguns tipos populares: o Manelão, o Peru, a Maria Sapatão, o Jaime Doido e o Braguinha), as mudanças na malha urbana, durante os seus cem anos de existência, bem como as críticas ao descaso público para com as praças, os mercados, os prédios, e a pobreza da maioria de sua população, aos desmandos da elite político-econômica do Estado, e a demora e/ou paralisação das construções, como aconteceu com as torres da igreja Nossa Senhora do Amparo e com o Hotel Piauí. A obra de H. Dobal, também, aborda os principais fatos polêmicos que marcaram a vida de Teresina, como os incêndios das casas de palha na década de 1940, afirmando que estas residências foram queimadas criminosamente e misteriosamente, sem que se tenha conseguido descobrir os responsáveis pelo crime.

Além disso, destaca todas as singularidades que a definem como uma cidade provinciana, com suas praças Rio Branco (para uso diurno) e Pedro II (uso noturno), com os romances que aconteciam na última, seus cafés, a vida cultural e dinâmica de seu único teatro, o 4 de Setembro, o Clube dos Diários, o Bar Carnaúba, os cabarés da rua Paissandu e os da Piçarra, os banhos e os passeios de barcos nos rios Parnaíba e Poti, a famosa missa de domingo nas igrejas, as compras de domingo no Mercado velho, as penitências e promessas no cruzeiro do motorista Gregório,<sup>59</sup> que virou santo, as escolas para rapazes e moças, as construções modernas como o Hospital Getúlio Vargas, o Sanatório Meduna, e a Avenida Frei Serafim, considerada a melhor avenida da cidade, onde existia “a zona residencial elegante e onde ninguém paga impostos”, e sem falar, na inexistência de jornais diários, cuja vida era efêmera, vivendo na maioria das vezes durante as campanhas eleitorais, com um nível de linguagem agressivo.

Por reconhecer que em Teresina, “Esta cidade ardente, poucos homens a trazem na lembrança ou no coração,” o autor procurou compreender a vida íntima e real da cidade, os sujeitos sociais que a fazem existir como cidade pacata, pitoresca, suas práticas que a destacam como provinciana e acolhedora, visando apontar suas peculiaridades (calor, cultura, sociedade, política) e dificuldades (situação de pobreza e abandono político), como forma de homenagear o centenário de fundação do lugar onde nasceu, de “uma cidade que já nasceu

---

<sup>59</sup> Essas penitências e promessas ao motorista Gregório são realizadas no Parque Ambiental Poti I-Motorista Gregório - área de peregrinação religiosa, localizada na Av. Marechal Castelo Branco, local onde existe um monumento de uma cruz moldurada por um recorte em forma de gota d água. Sobre isso, ver: Nunes, Cecília. Motorista Gregório, um santo do povo. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 9, n.19, abril de 1995.

velha e que sempre teve o ar de uma aldeia grande”,<sup>60</sup> isto é, uma região, que apesar de manter suas tradições conservadoras, deseja ser uma capital moderna e progressista.

Outra produção literária escrita em homenagem a essas comemorações, foi a obra *Chapada do corisco*, do poeta João Ferry, publicada com o apoio da Comissão do Centenário. Esta obra constitui-se uma reunião de suas melhores poesias, intitulada de início, *Feijoada brasileira*. Utilizando linguagem figurada, o poeta quis dizer que a Teresina da década de 1950 ainda era uma cidade provinciana, sem muitos atrativos modernos, cujos moradores eram, na sua maioria, mestiços e analfabetos, e, que devido a suas condições financeiras e culturais, estaria pronta para oferecer aos seus visitantes, mais um almoço típico de domingo do que uma festa de gala, haja vista que:

[...] a feijoada brasileira é um prato sem significação e sem valor, incapaz de fazer parte de banquetes e jantares de respeitável significação; é uma mistura à toa, própria tão somente para a plebe, para a gente miúda, para caboclo do mato, quase que exposta ao ridículo, quando se trata de coisa séria e de alto coturno.<sup>61</sup>

No entanto, por sugestão de seus amigos, que consideraram o título acima depreciativo, João Ferry mudou-o para *Chapada do corisco*, para homenagear o centenário de Teresina, cidade que escolheu para viver desde os doze anos de idade. De acordo com Fabrício de Arêa Leão, “Nas páginas de *Chapada do corisco* desfilam numa intérmina profusão de cores, de paisagens e de ritmos, as imagens sucessivas de personagens vários, tipos exóticos, bizarros, e até de duendes e fantasmas que se movimentam, falam e predizem coisas e acontecimentos”.<sup>62</sup> Em uma de suas poesias, João Ferry demonstra o seu apreço e a sua homenagem à capital piauiense, como a que selecionamos a seguir, denominada Cidade Verde:

De linda roupagem  
Agora te vejo,  
Qual moça bonita  
Que está no festejo,  
Cantando de alegre  
Sedenta de beijo.

De ‘Cidade Verde’  
Alguém te chamou  
E o lindo apelido  
Depressa pegou

<sup>60</sup> DOBAL, H. *Obra completa II*. Prosa. 2 ed. Teresina: Plug, 2007. p. 11.

<sup>61</sup> FERRY, João. *Chapada do corisco*. Teresina: Imprensa Oficial, 1952. p.10.

<sup>62</sup> LEÃO, Fabrício de Arêa. Em plena Chapada do corisco... In: FERRY, João. *Chapada do corisco*. Teresina: Imprensa Oficial, 1952. p.15.

E nas asas do vento  
O mundo levou.

Tu és Teresina,  
Que em festas e galas,  
Ostentas nas salas  
O teu Piauí.  
[...] <sup>63</sup>

Este era um momento em que o Estado do Piauí necessitava de produções históricas “em disposição metódica, sentida e verdadeira; história de arquivo, mas, sobretudo tirada de mil referências dispersas, [que tratasse], da evolução de suas fazendas de criar, de sua lavoura, de seu comércio; [...] da saudade dos velhos e da valentia do sertanejo [...].” <sup>64</sup> Desta forma, buscava-se construir uma memória histórica de Teresina e do Piauí, haja vista que não mais existia uma memória espontânea dos acontecimentos passados (colonização, independência, transferência da capital, etc), cujas lembranças só seriam possíveis se fossem estimuladas através de poderosos suportes de memória, como datas comemorativas, monumentos, museus, arquivos, bibliotecas, livros de História e de Literatura, e coleções de objetos antigos. Esses suportes foram denominados por Pierre Nora de lugares de memória, pelo fato de serem:

[...] antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares que aplainam os particularismos; [...] sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.<sup>65</sup>

Nesse sentido, a produção de festas cívicas, monumentos, medalhas, prêmios, e obras históricas e literárias, procuram dar um sentido ao tempo presente, imortalizando aquilo que já se perdeu, e que por isso, não volta a ser como antes, tornando-se assim, apenas uma “ilusão de eternidade”, uma tentativa de petrificar a memória através destes símbolos e, principalmente, pela construção de uma História que atenda os interesses dos “donos do poder.”

---

<sup>63</sup> FERRY, 1952, p.33.

<sup>64</sup> PASSOS, 1954, p.5.

<sup>65</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.12/13, dez. 1993.

## 2.2 O Centro de Estudos Piauiense e a escrita da História do Piauí

Inspirados pelo clima de efervescência político-cultural dos anos 1950/1960, e acreditando no papel de Teresina como centro dinâmico e propulsor do desenvolvimento econômico e da evolução cultural, uma nova geração de intelectuais piauienses constituída por Manoel Paulo Nunes,<sup>66</sup> José Camillo da Silveira Filho,<sup>67</sup> Raimundo Nonato Monteiro de Santana, Odilon Nunes,<sup>68</sup> Joaquim Chaves, dentre outros, procurou renovar as formas de produção histórica e literária piauiense, ajudando, direta e/ou indiretamente, na criação de algumas instituições culturais, como: a Academia Mafrensiana de Letras (AML),<sup>69</sup> o Centro de Estudos Piauienses (CEP),<sup>70</sup> o Movimento de Renovação Cultural (MRC)<sup>71</sup> e o Circulo Literário Piauiense (CLIP).<sup>72</sup>

---

<sup>66</sup> Manoel Paulo Nunes nasceu em 11.10.1925, em Regeneração (PI). Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Piauí, foi professor de português dos colégios Demóstenes Avelino, São Francisco de Sales, Estadual Zacarias de Góis, de Literatura Portuguesa da Faculdade Católica de Filosofia e da Universidade Federal do Piauí. Foi secretário da Cultura, presidente da Fundação Cultural do Piauí, e presidente do Conselho Estadual de Cultura desde 1992. Livros publicados: *A geração perdida: ensaios e notas críticas*, *Modernismo e Romance de 30 no Nordeste*, *A província restituída: ensaios e estudos*, dentre outros.

<sup>67</sup> José Camillo da Silveira Filho nasceu em 18.12.1927, em Teresina (PI) e faleceu em 22.01.2004 na mesma cidade. Bacharel em Direito, foi Professor Universitário, Historiador, Reitor da Universidade Federal do Piauí, Secretário de Interior, Justiça e Segurança Pública, dentre outros cargos. Dentre os vários trabalhos que publicou, figuram os seguintes livros: *A rebelião de Pinto Madeira no Piauí*; *O Piauí na II Guerra Mundial*; *O Piauí na Guerra dos Canudos*; *Pequena História do Piauí*.

<sup>68</sup> Odilon Nunes nasceu em 10.10.1899, em Amarante (PI), e faleceu na cidade de Teresina em 29.08.1989. Atividades exercidas: professor e diretor do Departamento da Educação. Foi membro do Conselho Estadual de Cultura do Piauí, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, da Academia Piauiense de Letras. Livros publicados: *O Piauí na história* (1931), *Súmula de história do Piauí* (1963), *Pesquisas para a história do Piauí* (1966), *Um desafio da historiografia do Brasil* (1979), etc.

<sup>69</sup> A Academia Mafrensiana de Letras, idealizada por Fabrício de Area Leão Carvalho, foi criada em Teresina, a 8.01.1955. Fizeram parte da organização da Academia, Álvaro Alves Ferreira, Clemente Fortes, José de Arimathéa Tito, Raimundo de Brito Melo, Raimundo Nonato Monteiro de Santana e Simplício de Sousa Mendes.

<sup>70</sup> O Centro de Estudos Piauiense foi criado em Campo Maior (PI), no início da década de 1950, sob a iniciativa de Raimundo Santana e Olímpio Castro, contando com a colaboração de outros intelectuais como Artur Passos, Odilon Nunes e Pe. Joaquim Chaves. Teve vida curta, não conseguindo chegar à década de 1960.

<sup>71</sup> O Movimento de Renovação Cultural surgiu em Teresina, no começo da década de 1960, tendo como principais participantes: Raimundo Nonato Monteiro de Santana, José Camillo da Silveira Filho, José Miguel de Matos, Raimundo José dos Reis, José Ribeiro e Silva e Nerina Pessoa Castelo Branco.

<sup>72</sup> O Círculo Literário Piauiense (CLIP) foi instalado oficialmente em Teresina, em 9.04.1967, com a eleição e posse da primeira diretoria: presidente - Herculano Moraes; vice-presidente - Osvaldo Lemos; secretário geral - Francisco Hardi Filho; tesoureiro geral - Francisco Miguel de Moura.

Esses espaços de saber, dotados de intelectuais interessados na produção da história e da memória para a sociedade da qual fazem parte, seriam, de acordo com a concepção de Jacques Le Goff, os “verdadeiros lugares da memória,” isto é:

[...] aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.<sup>73</sup>

Neste contexto, a Academia Piauiense de Letras (APL-1917), a Faculdade de Direito (FADI-1931) e a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI-1957), transformaram-se nos centros de idealização e propagação das instituições citadas anteriormente, locais onde muitos desses intelectuais aperfeiçoaram o seu ofício de produtores culturais. Sobre os dois últimos estabelecimentos, percebemos que vários homens de letras, ali exerceram a atividade de docente e/ou de discente, como Raimundo Santana, que se tornou titular da cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito e de História Econômica da Faculdade Católica de Filosofia, de Manoel Paulo Nunes, José Camillo da Siveira Filho, Raimundo José Reis e Wilson de Andrade Brandão, que se formaram no curso de bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais da FADI, sendo que o último, além de professor, também foi diretor da instituição na década de 1960.

Outros locais onde esta intelectualidade também se reunia, considerados na década de 1950 como os espaços de sociabilidade importantes em Teresina, onde se discutia de maneira mais informal sobre a política, a economia e cultura do Estado eram o Bar Carvalho e o Café Avenida, ambos localizados nos arredores da praça Rio Branco. Sobre esses espaços que oportunizaram inúmeros debates, Raimundo Santana afirmou:

Vim a Teresina, e me disseram: - Santana, você vai ao Bar Carvalho, na Praça Rio Branco; lá se reúne a intelectualidade, se discutem problemas. E eu fui. Ao chegar, encontrei o Professor Martins Napoleão (foi quando o vi pela primeira vez), o Professor Clemente Fortes, o Celso Barros (recém-saído do seminário, acho, e já ingressando no magistério, no Ateneu), Professor Paulo Nunes, Camillo Filho [...], enfim, todos os professores de Língua Portuguesa. Sabe o que eles estavam discutindo, e que me deixou escandalizado? As trinta e quatro funções do **Que**. [...] Pois bem, simpatizei com o Celso Barros, na época muito novinho, e o chamei, dizendo: Celso, que história é essa? Pelo amor de Deus! [...] Será que vamos resolver

---

<sup>73</sup> LE GOFF, 2003, p.467.

problemas a partir das funções do **Que?** E ele: - Não, respondeu felizmente.<sup>74</sup> (Grifos do autor)

Ao concluir o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal do Ceará, Santana regressa em 1949 a Teresina, não mais com aquela mentalidade de jovem sonhador, mas agora como homem ativo, que quer contribuir para o crescimento de seu Estado, tão carente de iniciativas e projetos que o fizessem deslanchar. Desta forma, candidatou-se a prefeito de sua cidade natal Campo Maior (PI), exercendo o mandato de 1950 a 1954, após vencer a eleição contra Sigefredo e Cláudio Pacheco, através da coligação com a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Na mesma época, Raimundo Santana começou a atuar na vida artística e cultural do Estado, criando, juntamente com outros pesquisadores, o CEP, convidando intelectuais de Teresina para pronunciar conferências no interior do Piauí, realizando desta forma, intercâmbio cultural entre a capital e as demais cidades do Estado.<sup>75</sup>

O Centro de Estudos Piauienses (CEP), idealizado por Raimundo Santana, presidente desta instituição, e por Olímpio de Castro em 1953, na cidade de Campo Maior, foi constituído por diversos intelectuais, dentre eles, Pe. Joaquim Chaves e Odilon Nunes, que representavam a instituição cultural em Teresina. Assim, além de ter propiciado o desenvolvimento do trabalho historiográfico de Joaquim Chaves, o CEP, também contribuiu para que Odilon Nunes voltasse a residir em Teresina. Sobre isso, Raimundo Santana conta que:

[...] Odilon foi [...] Secretário de Educação e Cultura do Piauí, naquele tempo, tinha um nome diferente [...] Diretor da Instrução [Pública]. Ele ficou desgostoso porque quando as coisas iam melhorando, o Estado [o] deixou de lado. E então foi embora. [Mudou-se para Timon, levando, então, uma vida humilde]. Quando voltei de Campo Maior eu perguntei Monsenhor Chaves, eu não encontro Odilon. [E ele responde] Santana encontra, é fácil [Depois disso] passei a [visitá-lo aos domingos] [...]. E eu disse Magnólia [esposa de Santana] você vai me ajudar em uma coisa, [...] eu quero trazer o Odilon pra cá, pra Teresina, pra ele continuar as pesquisas dele.<sup>76</sup>

<sup>74</sup> SEMINÁRIO PRESENTE DO PASSADO: A FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ. *Anais...* Teresina: EDUFPI, 2000. p. 259-260.

<sup>75</sup> DISCURSO do Sr. Raimundo Nonato Monteiro de Santana. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v.3, p.36, 1972.

<sup>76</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento, Iara Conceição Guerra de Miranda Moura e Sônia Maria dos Santos Carvalho*. Teresina, set. 2008.

O CEP era uma instituição cultural que tinha como objetivo “pesquisar e escrever sobre assuntos piauienses, de modo a revelar o que ainda era inédito ou aprofundando aquilo que já se sabia.”<sup>77</sup> De acordo com Fernando Lopes e Silva Sobrinho, o CEP procurava contribuir com o desenvolvimento econômico e cultural do Piauí, através da implantação de programas que foram caracterizados como:

[Um] programa em que se procura, não apenas imprimir-lhe um cunho de sadio municipalismo, [...], mas, também, [...] com espírito de objetividade, contribuir para a integração do Piauí na realidade contemporânea brasileira, pelo estudo de seus problemas vitais, de suas necessidades sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que trabalhando ao lado das demais entidades culturais do nosso Estado, pela nossa reabilitação no seio da civilização brasileira: despertando entusiasmo e fé e coragem entre os estudiosos da nossa terra e da nossa gente, tão necessitadas, como nunca, de uma melhor e mais objetiva compreensão daqueles que, piauienses, têm o dever de jamais descurarem do nosso futuro, do futuro do Piauí, cujo presente, bem o sabemos e bem o sentimos, não é de rosas, mas de suor e lágrimas...<sup>78</sup>

Percebemos com esta explanação de Fernando Lopes e Silva Sobrinho, que o CEP tinha pressa em contribuir para melhorar a região, bem como despertar em outros intelectuais, o engajamento nesse movimento, o que, para ele, só demonstrava o sentimento patriótico que existia em cada piauiense. Com o mesmo objetivo, o poder estatal passou a conceder apoio à intelectualidade local.

O CEP, “uma sociedade destinada ao estudo do Piauí, de sua gente e de seus problemas de base,”<sup>79</sup> conseguiu publicar sete monografias/conferências, de autoria de Jacob Manoel Gayoso e Almendra,<sup>80</sup> Joaquim Chaves,<sup>81</sup> Álvaro Alves Ferreira,<sup>82</sup> José Gayoso de Almendra

---

<sup>77</sup> SANTANA, R. N. Monteiro de. A propósito de uma Apresentação. In: CHAVES, Joaquim (Mons.). *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.5.

<sup>78</sup> SILVA SOBRINHO, Fernando Lopes e. *Pe. Marcos de Araújo Costa: um missionário do bem*. Teresina: CEP, 1955. p.5.

<sup>79</sup> SILVA SOBRINHO, 1955, p.4.

<sup>80</sup> ALMENDRA, Jacob Manoel Gayoso e. *O feudo da Casa da Torre do Piauí*. Teresina: CEP, 1953.

<sup>81</sup> CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *O índio no solo piauiense*. 2 ed. Teresina: CEP, 1953.

<sup>82</sup> FERREIRA, Álvaro Alves. *Estudos: o determinismo geográfico, impondo um regime econômico: porque o piauiense não é imaginoso*. Teresina: CEP, 1953.



Freitas,<sup>83</sup> Artur Passos,<sup>84</sup> Fernando Lopes e Silva Sobrinho,<sup>85</sup> e Joaquim Mendes de Oliveira.<sup>86</sup>

Através da análise das obras publicadas, percebemos a preocupação destes intelectuais, e do CEP, em narrar às origens da história do Piauí, isto é, como se desenvolveu o processo de colonização piauiense através da Casa da Torre, quem foram os primeiros habitantes da Capitania, as características sociais, econômicas e culturais das primeiras vilas, e de seus habitantes, bem como as personalidades ilustres que ajudaram a desenvolver o território piauiense, tentando assim, conhecer e entender o passado, aquilo que ajuda a constituir o que chamamos de identidade e/ou piauiensidade. Sobre a necessidade dos escritores criarem sentimentos de pertencimento, prática que por sua vez, se reflete na produção de obras históricas, Pierre Nora indagou:

Como não ver, nesse gosto pelo cotidiano no passado, o único meio de nos restituir a lentidão dos dias e o sabor das coisas? [...] Como não ler nessas bulas do passado que nos fornecem tantos estudos de micro-história, a vontade de igualar a história que reconstruímos à história que vivemos? Memória-espelho, dir-se-ia, se os espelhos não refletissem a própria imagem, quando ao contrário, é a diferença que procuramos aí descobrir, e no espetáculo dessa diferença, o brilhar repentino de uma identidade impossível de ser encontrada. Não mais uma gênese, mas o deciframento do que somos à luz do que não somos mais.<sup>87</sup>

Visando produzir uma versão do passado e fundamentalmente, uma identidade piauiense, os fundadores do CEP, Raimundo Santana e Olímpio de Castro, também pretendiam publicar uma obra sobre a Geografia e a História do Piauí. Porém, este projeto acabou não se realizando, devido, dentre outros motivos, à mudança de Raimundo Santana, de Campo Maior para Teresina, lugar onde passou a se dedicar ao magistério.

Em relação à publicação das obras do CEP, Raimundo Santana declarou que conseguiu obter apoio da iniciativa privada, pois:

Sempre teve, por exemplo, alguns homens de negócios, empresários, que me ajudavam, não muito, só o bastante pra eu conseguir publicá-los, e eu tive um aluno [...], um cearense [chamado Antônio Lopes] que tinha uma tipografia, e se dispunha a fazer essas publicações. Ele cobrava só o custo,

<sup>83</sup> FREITAS, José Gayoso de Almendra. *O município de José de Freitas na História do Piauí*. Teresina: CEP, 1954.

<sup>84</sup> PASSOS, Artur. *História, economia e lendas: município de Jerumenha*. Teresina: CEP, 1954.

<sup>85</sup> SILVA SOBRINHO, Fernando Lopes e. *Pe. Marcos de Araújo Costa: um missionário do bem*. Teresina: CEP, 1955.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Joaquim Mendes de. *Família Mendes: memória*. Teresina: CEP, 195[?].

<sup>87</sup> NORA, 1993, p.20.

porque ele era apaixonado por essas coisas, e eu só pagava quando vendia [as obras], e somava o bastante para reembolsá-lo porque era dinheiro dele, ele vivia daquilo.<sup>88</sup>

Dessa maneira, eram editadas em média, trezentos exemplares por obra, vendidas a preços módicos para o pagamento dos trabalhos de editoração. As obras eram de pequeno formato, pois a maioria delas era proveniente de palestras/conferências, ministradas por alguns dos mais importantes intelectuais piauienses pelo interior do Estado. Assim, além de incentivador cultural, Raimundo Santana, também, desempenhava as funções de editor, ao coordenar diversos trabalhos, como: conseguir recursos financeiros, encarregar um editor de transformar as palestras em livros, e planejar as estratégias comerciais e de distribuição. Neste caso, a figura do editor como empresário se apaga em proveito de uma instituição cultural, que é o Centro de Estudos Piauiense.

A primeira conferência publicada pelo CEP foi a de Álvaro Ferreira, *Estudos: o determinismo geográfico*, impondo um regime econômico: porque o piauiense não é imaginoso. Dividido em duas partes, o livro refere-se aos primeiros povoadores do Piauí, isto é, aos vaqueiros da Casa da Torre, da Bahia, que segundo o autor, colonizaram a região do centro para o litoral, contrário assim, à colonização da maioria das regiões nordestinas. Trata do papel desempenhado pelos piauienses em defesa da emancipação política do Brasil, que culminou na Batalha do Jenipapo.

Álvaro Ferreira afirma que existem dois Nordeste: o da cana-de-açúcar e o da escravidão, exaltado por Gilberto Freyre,<sup>89</sup> e o da lavoura, da pecuária e do vaqueiro, referido por Djacir Menezes.<sup>90</sup> O autor, também, aponta severas críticas contra a escravidão, pois considera que “Escravizar é mais do que um crime, é negar a existência daquele que igualou os seres humanos. O Nordeste foi o teatro onde a escravidão superou a vontade, onde o lucro se converteu em comércio do corpo humano para gáudio de uma sociedade viciada pela riqueza desenfreada.”<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento, Iara Conceição Guerra de Miranda Moura e Sônia Maria dos Santos Carvalho*. Teresina, set. 2008.

<sup>89</sup> FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana de açúcar na vida e na paisagem do Nordeste*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937. Apud: FERREIRA, Álvaro. *Estudos: o determinismo geográfico, impondo um regime econômico: porque o piauiense não é imaginoso*. Teresina: CEP, 1953.

<sup>90</sup> MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. Apud: FERREIRA, Álvaro. *Estudos: o determinismo geográfico, impondo um regime econômico: porque o piauiense não é imaginoso*. Teresina: CEP, 1953.

<sup>91</sup> FERREIRA, 1953. p.13-14.

Para o autor, o Piauí estaria inserido no Nordeste analisado por Djacir Menezes, local em que os protagonistas seriam o vaqueiro e o gado, ou seja, a “civilização do couro.” Álvaro Ferreira, também, esboça o caráter psicológico do povo piauiense, caracterizando-o como humilde, resignado, passivo, solitário, triste, trabalhador, honesto, analfabeto, religioso, supersticioso (que crê em mulas-sem-cabeças, lobisomens, currupiras ou caiporas, etc) e corajoso. Além disso, destaca suas características físicas, afirmando que o piauiense é fraco e doente, por não se alimentar bem, devido ao pouco consumo de carne e leite, pois o gado era considerado um produto de exportação, e não de subsistência.

Adepto da mesma concepção de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, sobre o determinismo do meio, Álvaro Ferreira expressa uma concepção pessimista, acreditando dessa forma, que o vaqueiro piauiense:

É o mesmo tipo hereúleo e feio do Centauro bronco, tão superiormente desenhado nas páginas fulgentes, de ‘Os Sertões’. Não se modificou até agora. A colônia passou-o a monarquia e a república recebeu-o, sem lhe alterar os trajes, indiferente à sua sorte, negando-lhe assistência, conforto, bem-estar social, instrução e tudo o que o homem moderno exige para o domínio completo de sua personalidade.<sup>92</sup>

Para ele, esse diagnóstico seria resultado do cruzamento do português com o indígena, resultando no mameluco, ou seja, no caboclo sertanejo pobre de imaginação, emoção, e de alegria de viver. Esta interpretação, por sua vez, reflete as perspectivas deterministas em voga no século XIX.

A segunda palestra publicada pelo CEP foi *O feudo da Casa da Torre do Piauí*, realizada por Jacob Manoel Gayoso e Almendra, abordando diferentes temáticas, dentre elas: o devassamento do Piauí, a ocupação feita por Domingos Jorge Velho, as atividades da Casa da Torre no Piauí, as disputas entre posseiros e sesmeiros, a luta pela independência política do Piauí com relação ao Maranhão, e a influência político-econômica da família Gayoso e Almendra no Piauí. Segundo Manuel Domingos Neto, “Apesar de não conter nenhuma informação original, o livro é interessante como repertório resumido de praticamente toda a visão estereotipada da conquista do Piauí.”<sup>93</sup>

---

<sup>92</sup> FERREIRA, 1953, p. 15.

<sup>93</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. *Indicações bibliográficas sobre o Estado do Piauí*: selecionadas e comentadas. Teresina: Fundação CEPRO, 1978. p.11.

Outras conferências foram realizadas pelo CEP, como a do jornalista José Pires Gayoso de Almendra Freitas<sup>94</sup>, ocorrida na cidade de José de Freitas no dia 17 de maio de 1953, presidida pelo desembargador Adalberto Correa Lima, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. A mesa diretora dos trabalhos desta conferência, também, foi composta pelo presidente da Academia Piauiense de Letras, Clidenor de Freitas Santos (1954-1959), pelo presidente do CEP, Raimundo Santana e pelo padre Tarciso Cruz.

A palestra, publicada em 1954, denominada de *O município de José de Freitas na História do Piauí* versava sobre a trajetória do referido município,<sup>95</sup> bem como sobre a atuação de José de Freitas (avó do conferencista) no desenvolvimento da região, que assim como todo o Piauí, girava em torno da criação de gado e das fazendas, locais onde se formava e consolidava o complexo cultural regional da “civilização do couro,” constituído pela família, religião, instituições sociais e pelos costumes. Para José Pires Gayoso, o município de José de Freitas estava ligado, desde os seus primórdios, a esses aspectos formadores da sociedade piauiense, a fazenda e a família.

Assim, de duas fazendas, a da Casa das Contendas, da família de dom Francisco da Cunha Castelo Branco, e da Casa de São Domingos, de Jacob Manoel de Almendra teriam surgido, segundo o autor, as figuras mais expressivas da vida social e política da região, como o fazendeiro e político José de Almendra Freitas. José Pires Gayoso, também destacou em seu pronunciamento o papel do homem do campo, do vaqueiro e do operariado do centro urbano, no desenvolvimento do município de José de Freitas. Sobre a iniciativa do CEP em promover palestras e editá-las, o desembargador Adalberto Correa Lima manifestava no referido livro as seguintes opiniões:

Movimentos como esse demonstram que, não obstante a era de imediatismo que atravessamos, de desvirtuamento dos preceitos morais, de descrença nos elevados destinos humanos, há ainda, idealistas que se nutrem de alimentos espirituais, que confiam no futuro, que não se arreceiam de óbices, aparentemente, insuperáveis, quando têm em mira objetivos superiores, conquistas que transcendem o âmbito estreito das ambições pessoais, do puro egoísmo ou de preconceitos de indivíduos ou de grupos. Merece, pois, o apoio dos homens de boa vontade, daqueles que, ainda, não perderam a fé

---

<sup>94</sup> José Pires Gayoso de Almendra Freitas nasceu em 13.04.1919 em José de Freitas. Foi jornalista, professor de inglês, deputado estadual, secretário de Estado do Governo, membro do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Estadual de Educação, Assessor especial da Reitoria da Universidade Federal do Piauí, dentre outras funções. Sócio Honorário da Academia Piauiense de Letras e Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí.

<sup>95</sup> Em 1874, chamava-se paróquia de Nossa Senhora do Livramento. Tornou-se vila em 1877, e cidade em 1924, com a denominação de Livramento. Em 1931 passou a chamar-se José de Freitas em homenagem ao comerciante, fazendeiro e político português José de Almendra Freitas.

nas possibilidades criadoras da inteligência e da cultura, e que, ainda, sentem na alma algo que os impele para frente, para o porvir, para um mundo de sensações novas, para um ambiente de pura estesia intelectual.<sup>96</sup>

Com esse objetivo, diversas palestras iam sendo realizadas pelo interior do Piauí a convite desse movimento cultural, como a que ocorreu na cidade de Jerumenha no dia 23 de julho de 1953, proferida pelo jornalista Artur Passos, presidida pelo governador do Estado, Pedro de Almendra Freitas, sendo publicada pelo CEP em 1954, com o nome, *História, economia e lendas: município de Jerumenha*.

Nascido naquela localidade, Artur Passos sentiu a necessidade de escrever e divulgar a sua história, pois segundo ele: “O que temos em narração pouco além vai, se é que vai, de fastidiosa repetição automática, pois nada existe em verdade de interpretação e crítica dos interessantes eventos históricos relacionados com a expansão geográfica e a cruenta conquista do território piauiense.”<sup>97</sup>

Interessado em analisar estes acontecimentos, Artur Passos aborda os primórdios da fundação da cidade de Jerumenha, sua relação com a então capital piauiense, Oeiras, a educação no município, a forma existente de economia, cujos lucros provinham, principalmente, da venda do fumo e do gado, dos trabalhadores (escravos e vaqueiros), a inserção da vaquejada na vida sócio-cultural do município, e sua participação nas lutas pela independência do país e da Balaiada.

Para o autor, dois aspectos teriam contribuído para o declínio econômico da região: a mudança da capital de Oeiras para Teresina, e a abolição da escravidão. Assim, tendo em vista as dificuldades econômicas que afligiram o território de Jerumenha, Passos destacou algumas medidas de recuperação econômica a serem adotadas não apenas na localidade, mas em todo o Nordeste do Brasil, pelo governo federal, com o objetivo de substituir as ações paliativas de épocas de calamidade pública.

Analisou, também, as disparidades econômicas entre o norte e o sul do país, os erros da política econômica brasileira, bem como, a falta de edifícios de utilidade pública em Jerumenha, e a presença de pessoas destacadas na região, que conseguiram produzir uma boa imagem dela para o Brasil, como o Pe. Marcos de Araújo Costa, o desembargador José Manuel de Freitas e o médico Astrolábio Passos. Para finalizar seu estudo, Artur Passos enfatiza os aspectos culturais de Jerumenha, abordando as três lendas mais expressivas do

---

<sup>96</sup> FREITAS, 1954, p 8.

<sup>97</sup> PASSOS, 1954, p.3.

imaginário da cidade: a da professora santificada, a da fuga da imagem de Santo Antônio e a da origem do nome Jerumenha.

Outra publicação, advinda de conferência proferida na cidade de Floriano pelo juiz Dr. Fernando Lopes e Silva Sobrinho, versou sobre o trabalho do educador piauiense Pe. Marcos de Araújo Costa<sup>98</sup>. Assim, por acreditar que o Pe. Marcos de Araújo Costa não podia ser lembrado apenas por designação de rua nas principais cidades piauienses, Raimundo Santana, além da publicação, prestou ao padre uma singela homenagem, ao colocar seu nome na biblioteca do CEP, localizada na cidade de Campo Maior-PI, e registrando-a no Instituto Nacional do Livro. Fernando Lopes, também prestou homenagem ao religioso e educador, ao fundar na cidade de Jaicós (PI), um colégio denominado de Padre Marcos.

Publicada em 1955, com a denominação de *Pe. Marcos de Araújo Costa: um missionário do bem*, a obra aborda a trajetória do sacerdote que dedicou sua vida à religião e ao magistério, e embora tenha exercido atividades políticas, sua atuação seria mais destacada nas duas primeiras funções sociais. Fernando Lopes aponta, também, as boas relações que o Pe. Marcos mantinha com a sua família e com os seus discípulos, enfatizando a importância de manter viva na memória dos piauienses a trajetória desse padre-educador, que foi pioneiro na construção de escolas no território piauiense.

Além destas, outras obras fizeram parte da política editorial do CEP, como a monografia de Joaquim Chaves, *O índio no solo piauiense*, reeditada pelo CEP em 1953.<sup>99</sup> Esta sua segunda obra histórica, já traz influências bastante visíveis da participação no CEP e do apoio intelectual do historiador Odilon Nunes, ao abordar as fontes históricas utilizadas, isto é, o corpus bibliográfico e primário, documentação inédita da estante da Capitania do Piauí, localizada no Arquivo Público do Estado. Sobre sua atuação como historiador, Joaquim Chaves revelou que:

No princípio eu agi como franco-atirador. Eu não tinha nenhuma experiência nas primeiras pesquisas. Depois, o professor Santana organizou um grupo de intelectuais para fazer estudos sobre o Piauí e me convidou. Decidi entrar também. Do grupo participava o professor Odilon Nunes, que era famoso, nosso mestre, e que me deu muitas dicas, me ensinou muito, me ajudou

<sup>98</sup> O padre Marcos de Araújo Costa nasceu no Arraial do Paulista, hoje município de Paulistana (PI), em 1780, e faleceu em Jaicós (PI) em 4.11.1850. Coursou os estudos eclesiásticos em Portugal. Em 1820 muda-se para a fazenda Boa Esperança (atual Jaicós), com a finalidade de adaptar a casa grande que herdara dos pais numa escola com regime de internato. Também desempenhou as funções de assessor do Visconde da Parnaíba, Manoel de Sousa Martins, secretário do governo provisório (1824-1825), vice-presidente da Província (1825-1828), membro da Assembléia Provincial (1835) e comendador da Ordem de Cristo.

<sup>99</sup> CHAVES, Joaquim (Pe.). *O índio no solo piauiense*. 2 ed. Teresina: CEP, 1953.

muito. Então aprendi a fazer um trabalho mais técnico. Mas nunca me considerei um historiador. Sou um amador...<sup>100</sup>

Ao contrário da produção historiográfica dominante no país, o livro de Joaquim Chaves antecipa, já na década de 1950, um tipo de abordagem que viria a ter destaque, sobretudo, na década de 1980, ao enfatizar as minorias e os marginalizados, como os índios piauienses. O fato de ter vivido uma rotina diária ligada à igreja, ao povo que vinha pedir ajuda espiritual e financeira, levou-o a ter um comportamento e uma preocupação diferentes da maioria dos intelectuais, o que se refletiu em sua escrita de “amador da história do Piauí.” Daí ela ser tão direcionada ao povo, estando assim, em constante interlocução com o leitor. Segundo Teresinha Queiroz:

A leitura propicia prazer, em virtude de estar dirigida para o outro e de ter o cuidado de manter vivo o seu interesse. A narrativa é perfeitamente acessível a um público não necessariamente iniciado na cultura historiográfica e agrega o cuidado de cativar o leitor, seduzindo-o inclusive a compartilhar de suas às vezes mordazes e irreverentes opiniões e observações.<sup>101</sup>

Este autor não se interessava em exaltar os feitos heróicos dos brancos colonizadores, mas em destacar o posicionamento do vencido, isto é, do índio, abordando os conflitos de interesse, e as lutas entre colonizadores e colonizados, a violência de suas relações, e a utilização do trabalho escravo na busca de metais preciosos, nos serviços agrícolas e na atividade pecuária.

Dessa forma, destaca uma história de dor e sofrimento da população indígena, denunciando as ações de crueldade cometidas pelas autoridades locais, a exemplo do primeiro governador da Província do Piauí, João Pereira Caldas e do tenente-coronel João do Rêgo Castelo Branco, considerados por Joaquim Chaves, os vilões da História. Como podemos perceber, sua obra possui um forte sentido social, de denúncia das atrocidades que foram realizadas contra os “pobres selvagens”, denominação utilizada pelo autor ao se referir aos índios. De acordo com Joaquim Chaves, os índios foram:

[...] as pobres vítimas de um choque de culturas. Amando em extremo a sua liberdade, reagiram violentamente quando perceberam a intenção do branco de escravizá-los. Para desagravarem aquilo que supunham ser a sua honra ofendida pelo injusto agressor, agrediram e cometeram inúmeras atrocidades. Mas, porventura, teriam sido maiores e mais requintadas do que

<sup>100</sup> ENTREVISTA Monsenhor Chaves. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 10, n.27, dez. 1997. p.28.

<sup>101</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Historiografia piauiense*. QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006. p.119.

as que sofreram por parte do seu contendor, o branco civilizado? A história diz que não. Sem terem uma noção do direito de propriedade, tal como a entendiam os brancos, matavam para comer algumas reses que apanhavam no mato. [...] Por isso eram caçados como ladrões para os quais não havia cadeia, porque havia coisa muito mais prática e sumária: o espingardeamento, pura e simplesmente.<sup>102</sup>

Sobre os indígenas, o padre/historiador Joaquim Chaves, ainda traçou suas principais características, quais tribos existiam no território piauiense, bem como sua localização, através de documentações do período da conquista. Além de explorar sujeitos sociais de pouca visibilidade histórica, *O índio no solo piauiense*, apresenta um tom de polêmica, pois seu autor discorda dos argumentos do historiador pernambucano Barbosa Lima Sobrinho,<sup>103</sup> de que o bandeirante Domingos Afonso Mafrense foi o pioneiro no povoamento do solo piauiense; defendendo por outro lado, de maneira bastante enfática, a tese de que o primeiro homem branco a ocupar o território do Piauí, com vistas à colonização, foi o sertanista Domingos Jorge Velho, que viveu na região entre 24 e 25 anos aproximadamente. Porém, apesar das discussões, o autor não se utiliza do artifício de reduzir a atuação do bandeirante Domingos Afonso Mafrense na colonização e no povoamento do Piauí.

No entanto, o maior interesse de Joaquim Chaves com esta obra, é prestar homenagem à bravura dos índios do Piauí, sugerindo que apareçam outros pesquisadores com interesse pela história e etnografia indígena, pois há muita documentação abandonada nos municípios piauienses, principalmente, em São Raimundo Nonato, como armas, utensílios e adornos.

Além de estimular a realização de palestras pelo interior do Piauí, publicando-as posteriormente, o CEP incentivava o aparecimento de estudos referentes aos assuntos piauienses, com o intuito de procurar solucioná-los. Era um trabalho coletivo, que implicava na participação de alguns intelectuais piauienses nas conferências, na produção de textos, na editoração, divulgação e no consumo das obras publicadas. Desta forma, esperava-se que existisse:

[...] um dever para com o Piauí [pois] de cada um de todos nós o Piauí espera um esforço. Somos o mais atrasado dos Estados da Federação, é preciso que se proclame esta verdade entre nós, porém uma verdade ainda maior é aquela que nos esclarece e adverte que somente pelo nosso esforço continuado e constante, somente por nós mesmos, poderemos nos erguer deste atraso imperdoável. Ninguém nos socorrerá, percamos a esperança, e, no entanto, nossa salvação depende de nós mesmos. Somos mais de um milhão de

<sup>102</sup> CHAVES, Joaquim (Mons.). *Obra completa*. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005. p.138.

<sup>103</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O devassamento do Piauí*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.



habitantes, possuímos inúmeras possibilidades econômicas, e entre nós existem homens de talento e capacidade invulgares. [...] E para erradicar esse *habitus* espúrio, unicamente a força da cultura, da educação, dispõe de um poder suficientemente capaz de remover esse automatismo da nossa mentalidade. Se o CEP conduz essa bandeira a cada município de nossa terra, apoiado pela boa vontade dos homens esclarecidos, imprescindível se torna que esta semente assim plantada germine, cresça e frutifique para surtir o efeito de nossas esperanças. Educar, instruir, orientar não depende apenas do Governo. Este cuida de seu programa, mas o particular, o cidadão esclarecido, por si mesmo, também necessita ter o seu plano de ação compatível com a sua capacidade. Tudo o que se fizer nesse sentido, por menor que seja, tem merecimento social, utilidade coletiva.<sup>104</sup>

Assim, em 1954, o advogado e jornalista Luís Antônio de Sousa reuniu um conjunto de artigos publicados no jornal *O Piauí*, sobre os mais diferentes aspectos econômicos e sociais do Estado, divulgando-os numa obra denominada *Problemas piauienses*.<sup>105</sup> Segundo o autor, sua obra valia “como um brado de alerta de quem sente, como todos os brasileiros do interior, o condenável anacronismo anquisolador do progresso da região.”<sup>106</sup>

Na parte denominada Fisiografia do Piauí, o autor aborda a extensão do território piauiense, suas fronteiras naturais com os demais estados, a quantidade de sua população, e as zonas econômicas do Estado (Litoral, Parnaíba, Centro e Sul). Para ele, os maiores entraves ao desenvolvimento do Piauí eram a falta de investimento em comunicação, transportes, indústrias agropecuárias, educação, cooperativismo, pecuária, plano urbanístico, agricultura, e no incentivo à imigração.

Buscando contribuir com estudos sobre os problemas básicos do Piauí, particularmente, sobre a economia, sociedade e cultura, o CEP apoiou o surgimento de trabalhos históricos importantes, proporcionando a ascensão de uma nova era de desenvolvimento cultural no Piauí, pois segundo Fernando Lopes e Silva Sobrinho:

O Centro de Estudos Piauienses [objetivava] com o necessário amparo moral e intelectual dos piauienses de boa vontade e que creem no poder da inteligência e na força dinâmica do Ideal [...] contribuir eficazmente, para o surgimento de uma nova era nos destinos do Piauí, terra em que disse um intelectual conterrâneo, - o povo é simples, dócil, humilde, mas talhado para grandes coisas; para que se afirme com mais vigor a nossa capacidade de conquistar, ativa e honestamente, um lugar destacado no cenário da civilização brasileira [...] para que possamos dar o melhor do nosso patriotismo e da nossa inteligência, da nossa compreensão e do nosso trabalho para a realização de um Brasil melhor [...] em que não haja mais essa irritante e impatriótica desigualdade de tratamento dos poderes públicos

<sup>104</sup> FREITAS, 1954, p 12.

<sup>105</sup> SOUSA, Luís Antônio de. *Problemas piauienses*. Teresina: Empresa Publicitária Piauiense, 1954.

<sup>106</sup> SOUSA, 1954, p. 3.

da Nação para com os Estados pequenos frente aos economicamente mais poderosos [...].<sup>107</sup>

Porém, mesmo não sobrevivendo durante a década de 1960, o CEP conseguiu diminuir as distâncias e a falta de conhecimento entre os municípios piauienses, integrando-os num objeto de estudo mais amplo, que era a História do Piauí, contribuindo desta forma, para um maior interesse dos intelectuais locais no que se refere à sua identidade e memória histórica; e para a publicação de conferências e livros.

Sobre isso, Raimundo Santana destacou que “Os derrotistas, certamente, nesta oportunidade, nos prestarão a homenagem do silêncio, deixando-nos em paz. E inspirados nos mais elevados propósitos de bem servir aos nossos companheiros de geração e ao Piauí do futuro, continuaremos a nossa luta, com fé e patriotismo verdadeiros.”<sup>108</sup> Desta forma, consideramos que as atividades realizadas pelo CEP, como o engajamento dos intelectuais piauienses na execução de conferências, obras e projetos culturais, contribuíram para aprofundar o conhecimento da história do Piauí, bem como, das causas do empecilho ao desenvolvimento do Estado, no intuito de solucioná-las.

### 2.3 A historiografia na *Econômica piauiense*

Tendo em vista mudanças nas políticas econômicas que aconteciam nos anos 1950, pelo país inteiro, e particularmente no Piauí, Raimundo Santana, Petrônio Portella Nunes<sup>109</sup> e Alves de Paula, organizaram e promoveram em março de 1957, na Associação Comercial do Piauí, o lançamento da revista trimestral *Econômica piauiense*, cujo objetivo era oferecer “aos homens de elite do Piauí, políticos e dirigentes de empresas, sérios estudos à sua reflexão, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado”.<sup>110</sup> Estes intelectuais tornaram-se respectivamente, diretor responsável, diretor superintendente, e diretor secretário da

<sup>107</sup> SILVA SOBRINHO, 1955, p.17.

<sup>108</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. Apresentação. In: FERREIRA, Álvaro. *Estudos: o determinismo geográfico, impondo um regime econômico: porque o piauiense não é imaginoso*. Teresina: CEP, 1953. p.3.

<sup>109</sup> Petrônio Portella Nunes nasceu em 12.09.1925 em Valença (PI), e faleceu em 6.01.1980 em Brasília (DF). Formado em Direito pela Universidade Nacional do Rio de Janeiro, exerceu as funções de professor, estadista e político, sendo deputado estadual, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Secretário geral e presidente do Diretório Regional da UDN, prefeito de Teresina, governador do Estado do Piauí, senador da República por duas legislaturas, presidiu o Senado e o Congresso Nacional por duas vezes, foi ministro da Justiça, dentre outras funções. Pertenceu a Academia Piauiense de Letras. Livro publicado: *Tempos de Congresso*.

<sup>110</sup> ECONÔMICA piauiense. *Folha da Manhã*. Teresina, ano 3, n. 707, p.4, 10 maio de 1960.

*Econômica piauiense*. Na apresentação do primeiro número da revista, encontra-se a justificativa para sua circulação:

Se não temos no Estado completamente amadurecidas as condições necessárias ao aparecimento de economistas profissionais, não há dúvida de que o Piauí não pode mais deixar de preocupar-se com os problemas da produção e do crédito, se quiser levar a sério o seu desenvolvimento. Sabemos que o desenvolvimento é problema total. Estamos certo de que o desenvolvimento econômico não precede nem sucede ao desenvolvimento cultural, de modo que o econômico é apenas o setor escolhido para o exercício de nossas atividades de contribuição para o progresso do Estado. [...]. Desse modo, julgamos oportuno o nosso aparecimento. Não podemos continuar no domínio puramente livresco, adotando soluções pré-fabricadas, sem promover as pesquisas econômicas úteis ao solucionamento dos problemas piauienses. [...]. *Econômica piauiense* é uma tentativa séria neste campo.<sup>111</sup>

Os problemas tratados pela revista diziam respeito, basicamente, ao fornecimento de crédito para impulsionar o comércio, a indústria, a agricultura e a pecuária piauiense; a questão de energia, do saneamento, do abastecimento de gêneros de primeira necessidade, e da habitação nas cidades mais populosas do Estado, ou seja, problemas que atestavam a situação de pobreza que a região enfrentava. Desta forma, Raimundo Santana considerava a economia não como uma ciência abstrata, mas sim uma:

[...] ciência que se vive [pois ela] tem em vista o homem, a melhora do seu bem-estar, o desenvolvimento das sociedades. É política, sobretudo. Atualmente, no Piauí, tem papel saliente: descobrir as causas do nosso atraso, deixando os responsáveis pela presente situação, sem defesa na opinião pública. [...] Cada estrutura econômica e culturalógica requer instrumentos próprios de compreensão. No Piauí, tem sido essa a nossa atitude e o nosso esforço.<sup>112</sup>

O surgimento da *Econômica piauiense* está inserido no contexto econômico do declínio do extrativismo piauiense (queda nos preços de produtos extrativistas, como a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba e o babaçu), e do colapso da autonomia financeira do Estado do Piauí. Desta forma, a partir da década de 1950, o Estado passou a se adequar à política de centralização do presidente Juscelino Kubitschek, tornando-se assim, cada vez mais dependente de recursos financeiros advindos do governo federal.

<sup>111</sup> APRESENTAÇÃO. *Econômica piauiense*. Teresina, n.1, v.1, p.3, jan/mar. 1957.

<sup>112</sup> SANTANA, R. N. Monteiro de. Economia piauiense: problemas de estrutura. In: *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. Teresina: FUNDAPI, 2008. p. 67-68.

A situação econômica do Piauí nos primeiros anos da década de 1950 não foi nada favorável, pois o Estado fazia parte da região mais pobre do país, constituindo-se no local de mais baixa renda per capita, com 0,5% da renda anual do Brasil, no biênio 1953/1954. Segundo Raimundo Santana, o Estado mesmo absorvendo 86% da população piauiense nas atividades primárias, “a taxa de aumento neste setor, foi inexistente no Piauí. Houve, aliás, diminuição. [E isto revela] um indício de maior grau de pobreza.”<sup>113</sup>

Os pesquisadores responsáveis pela edição da *Econômica piauiense* estavam “absolutamente convencidos de que é necessário submeter as teorias elaboradas no estrangeiro ao que chamamos de redução sociológica, a fim de por termo aos fracassos repetidos que até agora têm presidido ao processo de crescimento do Piauí.”<sup>114</sup>

Interessados em reverter este quadro, Raimundo Santana, Alves de Paula, Petrônio Portella, Odilon Nunes, Raimundo Nonato Veloso e outros, buscaram diagnosticar as causas do pequeno desempenho do Estado do Piauí, identificando soluções e alternativas para o aceleramento de seu crescimento econômico, através, por exemplo, da publicação de artigos na revista *Econômica piauiense*. Sobre o campo de ação destes intelectuais, o arcebispo D. Avelar Brandão Vilela<sup>115</sup> destacou que:

Efetivamente, o campo é vasto e se encontra à espera de ceifadores e pioneiros que não só se entreguem ao exame dos estudos econômicos do Piauí, como ainda, ofereçam aos órgãos executivos do Estado e aos particulares conclusões seguras acerca de nossos problemas básicos. O assunto possui aspectos os mais complexos e delicados, é verdade, dependendo do ângulo em que nos colocamos; mas, é, por outro lado, sugestivo, não só quando se propõe à revisão de temas antigos e de suas soluções, como também quando se dispõe a examinar temas novos e apresentar soluções adequadas à sua natureza.<sup>116</sup>

Pioneira nos assuntos econômicos do Estado, a *Econômica piauiense*, destinava-se a um público alvo, ou seja, aos homens públicos, empresários, comerciantes, fazendeiros, políticos, economistas, historiadores, e demais interessados no fortalecimento da economia do Estado

<sup>113</sup> SANTANA, 2008, p. 33-34.

<sup>114</sup> APRESENTAÇÃO. *Econômica piauiense*. Teresina, v.1, n.1, p. 3, jan./mar. 1957.

<sup>115</sup> Dom Avelar Brandão Vilela nasceu em 13.06.1912 em Viçosa (AL), e faleceu em 19.11. 1986 em Salvador (BA). Foi arcebispo de Teresina, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil. Presidiu o Conselho Episcopal Latino-Americano, fundou a Rádio Pioneira de Teresina, instalou a Ação Social Arquidiocesana, presidiu a CNEC/PI, foi um dos fundadores da Faculdade Católica de Filosofia de Teresina, pertenceu à Academia Piauiense de Letras. Livros publicados: *Oração aos médicos*; *Amazônia: esperança e desafio*; *Filosofia e desenvolvimento*, e *Prece que brota da vida*.

<sup>116</sup> VILELA, D. Avelar Brandão. Carta à Direção. *Econômica piauiense*. Teresina, v.1, n.1, p.5, jan./mar. 1957.

do Piauí, que por sua vez, precisava de medidas enérgicas e urgentes para seu fortalecimento. Dessa forma, assim como as obras históricas, a revista também tinha seus “verdadeiros leitores”, os quais, não eram o público leigo, mas aqueles que sabiam apreciar seu conteúdo de acordo com critérios científicos.

Porém, mesmo com as dificuldades que existiam nos meados dos anos 1950 e 1960 para editar e publicar uma revista, o grupo ainda conseguiu fazer circular no cenário piauiense um total de dez números da *Econômica piauiense*, com artigos que abordavam o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. De acordo com Raimundo Santana, a *Econômica piauiense* foi a primeira revista econômica editada no Piauí, e a sexta do Brasil.<sup>117</sup>

Sobre a atuação de Raimundo Santana na organização da revista, Teresinha Queiroz afirma que “o leitor um pouco mais atento percebe que, embora não assinados, muitos textos editoriais e matérias subscritas pelo governo são da lavra do editor principal”,<sup>118</sup> isto é, de Raimundo Santana, responsável por selecionar os textos a serem editados. Assim, a presença do anonimato ou da invenção de um pseudônimo, quando o problema consiste em identificar a autoria de um texto ou de uma obra, constitui um enigmático jogo que caracteriza a função do autor. Contudo, percebemos que desses “jogos de palavras” podemos chegar a uma conclusão plausível, quando analisamos a historicidade e as condições materiais de uma obra e de um autor, como o contexto de produção da revista *Econômica piauiense*.

No que se refere ao apoio financeiro, Raimundo Santana lembra que, apesar de serem poucos os recursos, a ajuda que recebia do governo era suficiente para sua circulação. Afirmou que “o Estado [...] pagava pela publicação que eles queriam que saísse, mas como eu influenciava nessas publicações, só saía coisa boa, [como] os artigos de Odilon Nunes, [onde] ele começou a [sua] grande obra.”<sup>119</sup>

Desta forma, Odilon Nunes foi, entre todos os colaboradores da revista, o que mais se beneficiou, em termos de trabalhos publicados na *Econômica piauiense*, pois entre 1957 e 1960, Nunes teve divulgados os seguintes estudos: Geografia e História do Piauí;<sup>120</sup> A

<sup>117</sup> Na década de 1950, já existiam no país: *Revista de Ciências Econômicas* (SP); *Estudos econômicos* (RJ); *O observador econômico e financeiro* (RJ), *Revista Brasileira de Economia* (RJ), *Conjuntura econômica* (RJ).

<sup>118</sup> QUEIROZ, Teresinha. R. N. Monteiro de Santana e a historiografia econômica do Piauí. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL. MEMÓRIA, ENSINO E BENS CULTURAIS. *Anais...* Teresina, 2008. ISSN: 1983-3385. p.6.

<sup>119</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento, Iara Conceição Guerra de Miranda Moura e Sônia Maria dos Santos Carvalho*. Teresina, set. 2008.

<sup>120</sup> NUNES, Odilon. Geografia e história do Piauí. *Econômica piauiense*. Teresina, v.1, n. 4, out./dez. 1957.

origem das Fazendas Estaduais;<sup>121</sup> Economia e finanças: Piauí colonial;<sup>122</sup> Domingos Jorge Velho e o Piauí;<sup>123</sup> O Piauí e seu povoamento<sup>124</sup> e Independência do Piauí.<sup>125</sup> Sobre a produção escriturística de Odilon Nunes, Erasmo Celestino considera que a temática econômica:

[...] é uma preocupação inerente ao processo de Odilon Nunes construir a história piauiense, a começar de *O Piauí na História*, passando pelas monografias, até chegar às *Pesquisas*. Estabelece relações, faz contas, monta tabelas, apresenta estatísticas: apogeu e decadência da pecuária, alternativas de desenvolvimento, colonização, dependências, exportações, finanças públicas, importações... Nada escapa ao seu crivo perscrutador.<sup>126</sup>

No primeiro artigo publicado na *Econômica piauiense*, denominado Geografia e História do Piauí: um documento do século XVII, Odilon Nunes destaca a obra *Descrição do sertão do Piauí*,<sup>127</sup> do Pe. Miguel de Carvalho, escrita em 1697, por ser uma das mais antigas páginas de geografia e história do Piauí colonial. De acordo com Nunes, foi este padre, o responsável pela fundação da capela de Nossa Senhora da Vitória, a primeira do Piauí, localizada na freguesia da Môcha, atual cidade de Oeiras. Sobre as principais características do Piauí do século XVII, isto é, o contexto de fundação da capela, Odilon Nunes o descreve da seguinte forma:

Esse Piauí era um desvão recôndito que, por ser pobre, não lhe chegava nem mesmo a cobiça dos inimigos de Portugal. Achava-se resguardado por alcantilados penhascos de extensas cordilheiras ou dilatados chapadões de caatingas ou matas. Nenhuma promessa de pedras ou metais preciosos. Sua flora e sua fauna ofereciam também modestas contribuições econômicas. Sua população era selvagem, pois os próprios europeus que se embrenhavam em suas selvas, dentro em pouco viviam como tapuias.<sup>128</sup>

<sup>121</sup> NUNES, Odilon. A origem das fazendas estaduais. *Econômica piauiense*. Teresina, v.2, n. 1, 2, 3 e 4, jan./dez. 1958.

<sup>122</sup> NUNES, Odilon. Economia e finanças: Piauí colonial. *Econômica piauiense*. Teresina, v.3, n. 1, 2, 3 e 4, jan./dez. 1959.

<sup>123</sup> NUNES, Odilon. Domingos Jorge Velho e o Piauí. *Econômica piauiense*. Teresina, v.4, n. 1, jan./mar. 1960.

<sup>124</sup> NUNES, Odilon. O Piauí e seu povoamento. *Econômica piauiense*. Teresina, v.4, n. 3, jul./set. 1960.

<sup>125</sup> NUNES, Odilon. Independência do Piauí. *Econômica piauiense*. Teresina, v.4, n. 4, out./dez. 1960.

<sup>126</sup> CELESTINO, Erasmo. *Odilon Nunes: historiador e educador*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 1996. p. 93.

<sup>127</sup> CARVALHO, Miguel de (Pe.) *Descrição do sertão do Piauí*. 2 ed. Teresina: Gráfica Mendes, 1993.

<sup>128</sup> NUNES, 1957, p.224.

O autor analisa, neste artigo, as relações econômicas desenvolvidas entre o Piauí, o Maranhão e o Ceará, feitas à base de trocas; o papel dos jesuítas na expansão da fé católica; a pequena quantidade de habitantes; seus limites naturais em relação a outras regiões, bem como suas vias de comunicação com elas. Ressalta quem administrava as fazendas no Piauí, isto é, os donos das terras e/ou vaqueiros, que de quatro cabeças de gado que cuidavam, uma passava a ser sua.

Nunes utiliza quadros comparativos, com o objetivo de apontar os aspectos mais interessantes da colonização piauiense. Assim, baseando-se em informações do Pe. Miguel de Carvalho, o autor nos mostra o número de fazendas, de habitantes brancos, negros, indígenas, mestiços, e feminina existentes no Piauí. Odilon Nunes, também, apresenta ao leitor, o tipo de alimentação consumida por essa população, a presença e o extermínio indígena, e o desenvolvimento da pecuária.

Outro tema que merece atenção do autor é a toponímia do Piauí nos dois primeiros séculos da colonização. Sobre esse assunto, Nunes afirma que: “Identificar em nossos dias os designativos dos rios, serras, fazendas do primeiro e segundo séculos de nossa história, localizar os acidentes geográficos conhecidos naquela época, é trabalho que demanda não apenas erudição, mas, sobretudo meticulosa paciência.”<sup>129</sup> Ao referir-se à economia, aborda que não houve prática de agricultura, e sim, da pecuária, que sempre foi presente na vida dos piauienses, constituindo-se a “primeira página de nossa história”.

Odilon Nunes enfatiza a necessidade de comparar a fundação dos currais do Rio Grande do Sul com os do Piauí, considerados por ele, os dois mais importantes centros pecuários da colônia portuguesa na América. O autor conclui que, enquanto aquele, logo teve a atenção e/ou cobiça dos governantes, este foi abandonado pelos homens públicos. Dessa forma, os vaqueiros tiveram uma importante atuação, constituindo-se nos verdadeiros desbravadores e colonizadores das terras piauienses.

No texto A origem das fazendas estaduais, Odilon Nunes explica a origem desses estabelecimentos e sua ligação ao grupo dos Ávila, composto dentre outros fazendeiros, por Domingos Afonso Sertão, dono das mais opulentas fazendas existentes na bacia do Canindé; bem como, os motivos que levaram esse explorador a penetrar em terras piauienses.

Nunes considera Domingos Afonso Sertão, o pioneiro da economia piauiense, porém, não o precursor da colonização, título que o autor concede a Domingos Jorge Velho. Sobre as fazendas daquele colonizador, Odilon Nunes critica a cobiça dos administradores piauienses,

---

<sup>129</sup> NUNES, 1957, p. 236.

por não cumprir os objetivos de Domingos Afonso Sertão, quando, este, ao falecer, deixou suas terras em testamento para instituições filantrópicas e educacionais, representadas, respectivamente, pelo Noviciato de Jiquitata e o Colégio da Bahia. Após sua morte, as fazendas passariam a ser administradas pelos jesuítas, que as transformaram em centros de catequese, em fatores de ordem social. Além destas terras, os jesuítas incorporaram mais fazendas, através de compra, arrematação e doação.

Porém, após a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, seus bens passaram a ser administrados pelo poder público do Piauí. Analisando um documento de 1760, que autorizava a repartição de seis fazendas de Domingos Afonso Sertão, por pessoas distintas residentes na Capitania, Odilon Nunes afirma que este ato era o começo da dilapidação do patrimônio que, outrora pertencia aos jesuítas.

De acordo com este, os novos administradores trataram de usufruir as vantagens que lhe foram conferidas, inclusive, deixando de pagar os dízimos. Contra estas arbitrariedades, o autor afirma que foi instituída a nomeação de três inspetores, assim como, a divisão das fazendas em três inspeções: a de Nazaré, do Piauí, e do Canindé, as quais possuíam 12.066 km.

Todavia, as rendas provenientes destas fazendas já não beneficiavam o colégio e o noviciado, suprimindo, de acordo com Nunes, os cofres da Provedoria Real. Segundo ele, a intenção do marquês de Pombal e do rei de Portugal era vender as terras e aplicar o dinheiro em outras funções, o que não ocorreu pelo fato delas representarem bens de Morgado, e não dos eclesiásticos. Para ele, as terras só foram bem administradas durante a direção dos jesuítas, pois dentre outras funções, estes exerciam o papel de conselheiros dos vaqueiros, os quais: “Sem direito a propriedade, integrava-se naquele ambiente em que o pastoreio e o missionarismo corriam parelhas em generosa faina.”<sup>130</sup>

Nunes considera que a administração das fazendas nacionais, realizada por autoridades indicadas pelo governo local, constituiu-se no mais importante ramo da administração pública, o que tornava essa administração alvo de constantes lutas, principalmente durante os vinte e três anos de Juntas Governativas. Ressalte-se ainda a importância econômico-financeira advinda da venda do gado, os quais constituíam segundo Odilon Nunes, mananciais da riqueza piauiense.

Apesar de o autor considerar-se adepto da corrente tradicional da história, ao longo do texto, Nunes faz juízos de valor, emitindo opiniões contrárias às dos administradores das

---

<sup>130</sup> NUNES, 1958, p.17.



fazendas nacionais. Dessa forma, percebemos que ele não filtra as críticas que foram encontradas na documentação oficial sobre estes homens públicos. Assim, sua escrita passa a girar em torno de críticas à elite local, como se depreende a partir da seguinte citação:

A humanidade padece uma época em que as forças morais foram banidas para um plano inferior da sociedade: vivem-nas os homens de vida modesta, angustiados num mundo de delinquência e indisciplina. [...] Tanto se tem falado de juventude transviada, aqui e por toda parte, esquecendo-se duma elite também transviada que por isso já não tem força para comandar. O problema é de elite, porque só a esta compete governar. [...] A elite deve ser escoimada de elementos espúrios. Ela deve representar a força intelectual e a força espiritual da Nação.<sup>131</sup>

Em relação ao artigo Economia e finanças: Piauí colonial, Odilon Nunes acredita que a história econômica do Piauí, desde o século XVI até o período da emancipação política do país, ocorrida em 1822, resumia-se à pecuária e ao comércio de seus derivados, realizados desde o Maranhão até Minas Gerais. Para compreendermos a ascensão e decadência da pecuária piauiense, Nunes considera necessário analisar como essa atividade econômica desenvolveu-se no Rio Grande do Sul, por reconhecê-lo um importante centro pecuário.

O autor afirma que em fins do século XVII, a concorrência gaúcha era insignificante, devido à dominação da pecuária nordestina, em que predominavam os rebanhos piauienses e a falta de estradas que ligassem a região sul às demais localidades brasileiras. Através da análise dos valores dos produtos relacionados com a pecuária, Nunes conclui que o desempenho do norte foi algo notável, ultrapassando em quase cinco vezes as receitas do sul do país. Para ele, a importância da pecuária manifestava-se no aspecto alimentar, como força motriz para o labor da agricultura e da pequena indústria, como meio de transporte e como ação propulsora da colonização e da unidade nacional.

No entanto, após o declínio da atividade mineradora, a região norte (considerado atualmente como Nordeste) já não constituía o centro mais importante da rota bovina, devido à ascensão econômica do Rio Grande do Sul, que vivia então o seu período das estâncias, passando assim:

[...] de sua fase de exploração depredatória de gados silvestres para uma fase de exploração racional de gados de criação extensiva, em que já não se matava a rês para aproveitar apenas o couro. Os colonos do Sul já vendiam da rês o couro, o sebo, a carne, a crina, a sola, a raspa de couro, chifre, tudo enfim. E já se preparavam [...] para vender manteiga e queijo.<sup>132</sup>

<sup>131</sup> NUNES, 1958, p. 26-27.

<sup>132</sup> NUNES, 1959, p.16.

Em relação ao Piauí, o Rio Grande do Sul apresentava segundo Odilon Nunes, as seguintes vantagens: clima favorável, boa localização, e existência de ricas pastagens saturadas de sal. Além desta concorrência, o Piauí, também, enfrentava os rebanhos da região norte e de Minas Gerais, os quais deixaram de ser os melhores mercados do Piauí para se transformarem em grandes concorrentes, devido, principalmente, à facilidade de transportes e à proximidade com os mercados consumidores. Porém, até os anos de 1769 e 1779, o Piauí ainda mantinha a liderança desse ramo da economia, pois contava com a atuação da sua mais próspera vila, denominada São João da Parnaíba, bem como de seus comerciantes, representados por João Paulo Diniz e Domingos Dias da Silva.

Referindo-se ao declínio da pecuária piauiense, Odilon Nunes critica a posição dos fazendeiros e dos governantes locais negligentes e acomodados em face dos problemas econômico-sociais do Piauí. Sobre o aspecto sócio-administrativo, Nunes enfatiza a pobreza material que existia, com exceção de Parnaíba, nas vilas piauienses, as quais se caracterizavam por uma vida artificial, pela inexistência de agricultura, comércio, manufaturas, prédios e verbas públicas, pela precária localização e pequena quantidade da população urbana.

Além da pecuária, Nunes ressalta a comercialização do algodão, do fumo, da aguardente, das peles de animais, da cera de abelha, e da quina. Pesquisas encomendadas pela Metrópole portuguesa, e realizadas, pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo padre Joaquim José Pereira, também revelaram a existência de minérios, como salitre, enxofre, chumbo, ferro, prata, ouro, etc.

Nesse contexto, Nunes aborda a luta que existia contra os latifundiários absenteístas da Bahia, os quais exerciam, segundo ele, forte pressão nos vaqueiros piauienses; as confusões sobre os direitos de jurisdição e os pagamentos de dízimos. Sobre estes, o autor aponta suas vantagens e desvantagens. No primeiro aspecto, enfatiza a inexistência de moedas. Em relação às desvantagens, ressalta a falta de alfândegas, o que levava os dízimos a serem arrematados e cobrados na província do Maranhão, situação que colocava o Piauí numa posição desfavorável.

Consideramos este artigo, uma das mais importantes produções de Odilon Nunes, por reunir em um único texto, pesquisa, diálogo com as fontes, interpretação dos acontecimentos, usa de tabelas e quadros referentes à economia piauiense, linguagem acessível, englobando não apenas a temática econômica, mas também a sociopolítica.

O quarto trabalho de Odilon Nunes, publicado na *Econômica piauiense* foi, Domingos Jorge Velho e o Piauí. Seu objetivo, com este artigo, é elucidar a questão da prioridade na colonização do Piauí, tendo em vista a polêmica em torno da temática, travada desde muito tempo, com Rocha Pita, Pereira da Costa, Afonso de Taunay, Barbosa Lima Sobrinho, João Pinheiro e Carlos Eugênio Porto.

Em relação a essa disputa, Odilon Nunes filiava-se à corrente que aceita Domingos Jorge Velho como o precursor da colonização piauiense. Para o autor:

Este trabalho que estuda o primeiro empreendimento para a fixação de nossa riqueza, enquadra-se perfeitamente na *Econômica piauiense* e ainda deveria ter precedido aos trabalhos anteriores. E presumimos também que ele traz algo de novo, embora sem a roupagem e o brilhantismo da linguagem, forma e estilo dos que nos antecederam.<sup>133</sup>

Nunes considerava sua linguagem muito objetiva, sem muitos adornos na escrita, mas que lhe agradava, por acreditar que estava sendo fiel à verdade histórica. Assim, para entrar na discussão da prioridade da colonização no Piauí, o autor contextualiza a forma de vida da donataria de São Vicente, caracterizada pela plantação de cana-de-açúcar, pela pesca e pela pecuária, visando à subsistência de sua população. De acordo com ele, neste local não existia “abundância, e, portanto, não havia propiciação para o enriquecimento que era a verdadeira ganância do colono,”<sup>134</sup> fator que levou ao aparecimento das bandeiras.

Odilon Nunes compara o bandeirante paulista e os portugueses no processo de colonização, abordando o aspecto desbravador e guerreiro de ambos. Entre os líderes paulistas considerados mais notáveis pelo autor, por se destacarem nas lutas contra os índios, os negros escravos, e os invasores holandeses, além da conquista de novas terras, estava Domingos Jorge Velho. E em relação aos personagens que tiveram decisiva influência como solicitadores de sesmarias no Piauí, destaca: Cristóvão da Rocha Pita, Sebastião da Rocha Pita e Domingos Afonso Sertão.

Sebastião da Rocha Pita, na obra *História da América Portuguesa* (1730), evidencia o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, como o pioneiro da colonização da bacia do Parnaíba. Discordando dessa análise, Odilon Nunes destaca os historiadores Alencastre e Varnhagen. E os adeptos seriam Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Pereira da Costa,

---

<sup>133</sup> NUNES, 1960, p.4.

<sup>134</sup> NUNES, 1960, p.4.

considerado por Nunes o autor da mais importante obra<sup>135</sup> que se editou até hoje, referente ao Piauí, pois:

Consignou um documento que muito elucidaria o ponto controverso de nossa História. Foi um requerimento que fez a viúva de Domingos Jorge Velho, o qual revela que o Mestre de Campo penetrara no Piauí entre 1661 e 1662, [...] sertão, onde se encontram o Poti, o Parnaíba, o Canindé, e as fronteiras do Maranhão, e onde tivera ‘seu domicílio vinte quatro ou vinte cinco anos’, descera para Alagoas em 1687.<sup>136</sup>

De acordo com Odilon Nunes, a controvérsia em relação ao pioneirismo de Domingos Jorge Velho no desbravamento do Piauí, inicia com a rejeição do documento apontado por Pereira da Costa, pois alguns historiadores afirmam que ele é confuso e falso em vários pontos. Odilon Nunes discorda e analisa todas as objeções referidas a este documento, que teve “o dom de criar adeptos ardorosos, em todos os escalões. E como tais, nem todos poderiam imunizar-se contra a paixão.”<sup>137</sup> Nunes desafia inclusive, a mudar de opinião, caso se provasse que não foi Domingos Jorge Velho o primeiro a colonizar o Piauí.

Na revista *Econômica piauiense*, do ano de 1960, Nunes publica o artigo O Piauí e seu povoamento, no qual aborda os aspectos geográficos do Piauí, como suas fronteiras, seus planaltos, rios, e sua vegetação, bem como, suas características, definindo a região como um lugar de transição, isto é, mesclado por vegetação de origem amazônica e nordestina.

Odilon Nunes descreve tudo isso, porque acredita que o meio natural influencia o homem em suas características, tendências e tradições. Segundo ele, existia no Piauí “uma sociedade liderada por vaqueiros dissolutos e prepotentes.”<sup>138</sup> Sobre essa influência do meio na personalidade do homem piauiense, Nunes ressalta que:

As caatingas e as matas, quando não são carentes de água, são acessíveis e facilmente devassáveis. Aqui e ali se abrem várzeas e campinas a perder de vista. Daí o nomadismo da população que se domiciliava nos vales de seus rios, já propensa à conduta de vagabundos. As planícies que eram excelentes para a criação de gado, seriam também um estímulo para a vida de beduínos.<sup>139</sup>

<sup>135</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife, 1909.

<sup>136</sup> NUNES, 1960, p.10.

<sup>137</sup> NUNES, 1960, p.11.

<sup>138</sup> NUNES, Odilon. O Piauí e seu povoamento. *Econômica piauiense*. Teresina, v.4, n. 3, p.161, jul./set. 1960.

<sup>139</sup> NUNES, Odilon. O Piauí e seu povoamento. *Econômica piauiense*. Teresina, v.4, n. 3, p.161, jul./set. 1960.

O autor afirma que o crime e o autoritarismo, eram resultados do poder que o meio físico exerce nas populações. Para comprovar sua teoria, Nunes traça o perfil dos indígenas, considerando-os guerreiros, selvagens, nômades com alto poder de adaptação, iconoclastas e ateus, isto é:

[...] uma população vagabunda dos mais embrutecidos ameríndios da época do Descobrimento. [...] E para eles, a riqueza era a pesca, a caça, o fruto silvestre, a propiciação do seu ócio inveterado. O trabalho sedentário, para os silvícolas, era escravidão. Como todo animal da espécie humana, tinha profundo amor à liberdade.<sup>140</sup>

Porém, a presença indígena não foi algo constante no Piauí, devido, dentre outros fatores, aos ataques e perseguições liderados pelos colonizadores. Segundo o recenseamento de 1697, realizado pelo Padre Miguel de Carvalho, existiam pouco mais de cinquenta índios nas 129 fazendas piauienses. Por isso, o autor conclui que os indígenas pouco contribuíram para a formação étnica do povo piauiense, em virtude da sua dizimação física e moral.

A respeito da população piauiense, o autor enfatiza que eram descendentes de bandeirantes endividados que se refugiavam nos sertões, em busca de uma vida livre, bem como do apoio dos fazendeiros para conseguirem algum trabalho. Segundo Nunes, apenas uma pequena parte dessa população alcançaria seus objetivos, enquanto a maioria seria convertida em colaboradores de posseiros e/ou sesmeiros na luta pela posse da terra, combate que por sua vez, se constituiu no eixo da história do Piauí. Sobre a forma de vida desses homens, Nunes ressaltou que:

O homem vivia oprimido e oprimindo, num clima de dissolução e prepotência. É frouxo o espírito de sociabilidade. O lar não existia. Surgiu do conúbio do vaqueiro com a índia. Religião, política não eram objetos de cogitações. Seriam restrições à liberdade dos poucos que comandavam. Não havia mesmo núcleo populacional para a igreja ou para o foro. Capacidade de organização, inteligência, são também qualidades secundárias para enriquecimento. [...] Estuantes de vitalidade, os solitários da terra empregavam suas atividades na ostentação de grandeza que se traduzia pela exibição de força, sempre que houvesse oportunidade.<sup>141</sup>

O autor considerava a existência de três segmentos sociais, compostas: pelo grupo dos fazendeiros; pela população ociosa, que formava a clientela do primeiro grupo social

<sup>140</sup>NUNES, 1960, p. 164.

<sup>141</sup> NUNES, Odilon. O Piauí e seu povoamento. *Econômica piauiense*. Teresina, v.4, n. 3, p.176, jul./set. 1960.

apontado; e o dos escravos, constituído por indígenas e negros. Durante o século XIX, aparecem os letrados, os quais seriam para Odilon Nunes, “chicanistas de poucas letras, quase sempre vindos de Portugal,”<sup>142</sup> que logo se vinculavam às famílias dos fazendeiros por meio do matrimônio.

Também destaca o preconceito racial, a desordem e a insegurança que a população enfrentava no Piauí, no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Desordem que era, de acordo com Nunes, praticada inclusive, entre “os próprios depositários da lei, recrutados entre os tirânicos potentados, fazendeiros e latifundiários, convertidos em autoridades. Às vezes, saídos do grupo dos letrados que tanta ascendência viria a ter no período das juntas governativas.”<sup>143</sup>

Fundamentado em documentos de cronistas e de autoridades públicas, Nunes acredita que a população do Piauí era afeita à vadiagem, possuindo inclinações para o crime, por viver em ambiente propenso a isso, isto é, num lugar onde existia fartura de alimento, baixa densidade populacional, predominância da pecuária, inexistência de agricultura e de trocas monetárias.

Odilon Nunes afirma que nesta região, tudo gira em torno da pecuária e do vaqueiro, cuja profissão era muito desejada, devido às vantagens auferidas, pois o vaqueiro podia, através da quarta parte dos bezerros, tornar-se fazendeiro. Para Nunes, todos eram de alguma forma, vaqueiros, ou pela profissão exercida, ou pelo desempenho durante as vaquejadas.

Além desta temática, o autor discorre sobre as lutas emancipacionistas no Piauí, responsáveis por dividirem as forças piauienses entre os separatistas e os portugueses. Em relação ao que teria impulsionado os piauienses a participarem dessa guerra, Nunes acredita que não foi o sentimento patriótico, mas a aversão aos lusitanos, os quais detinham o poder político-econômico da região.

No que diz respeito à oligarquia local, Odilon Nunes destaca como um dos líderes desse movimento, Manuel de Sousa Martins, considerado a figura central do mandonismo no Piauí. Sobre ele, o autor ressalta que “Sua grande capacidade foi o poder de domínio a disciplinar aqueles fazendeiros prepotentes e dissolutos e aqueles vagabundos que constituíam uma população inquieta e afeita ao crime em todas as modalidades. Foi esse o seu grande mérito: um retentor de rebelião em potencial.”<sup>144</sup> Após o governo de Manuel de Sousa Martins, de 1823 a 1843, o Piauí ingressaria, segundo Odilon Nunes, em uma nova fase de sua história, ao sair da Idade Média, e entrar para a Moderna.

---

<sup>142</sup> NUNES, 1960, p. 177.

<sup>143</sup> NUNES, 1960, p. 179.

<sup>144</sup> NUNES, Odilon. O Piauí e seu povoamento. *Econômica piauiense*. Teresina, v.4, n. 3, p.193, jul./set. 1960.

O último texto de Odilon Nunes publicado na revista *Econômica piauiense* foi, Independência do Piauí, artigo resultado de conferência realizada no Palácio de Karnak, a convite do governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, em 19 de outubro de 1960, em homenagem as comemorações da independência do Piauí.

Nesta conferência, o autor faz críticas à população piauiense, por esta se esquecer do passado e conceder relevância apenas ao presente, além de não manifestar patriotismo durante as comemorações alusivas à pátria. Em relação ao poder público do Estado, Nunes censurava a falta de apoio para a publicação das revistas da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense.

Sobre a temática da independência no Piauí, destaca a atuação do deputado piauiense, José Auto de Abreu, que a 30 de agosto de 1937 apresentou à Assembléia Legislativa projeto de lei considerando 19 de Outubro o dia do Piauí,<sup>145</sup> por ser a data da primeira proclamação emancipacionista, ocorrida na cidade de Parnaíba no ano de 1822. Para analisar o movimento, Nunes faz um recuo histórico, enfatizando alguns aspectos que iam contra a unidade do Brasil, como a política desintegradora da Metrópole portuguesa, a distância entre as províncias, a existência de dois Estados, o do Maranhão e o do Brasil, e o desprezo dos portugueses pela região e pelos indígenas brasileiros.

De acordo com o autor, o Piauí estaria localizado numa região privilegiada, intermediando os Estados do Brasil e do Maranhão, através da venda de suas boiadas de norte a sul da colônia portuguesa, sendo desta forma, o ponto central das comunicações comerciais entre os dois Estados. Nesse contexto, Nunes ressalta a importância da cidade de Parnaíba como o mais importante centro comercial do Piauí, pois além de suas charqueadas, lá também havia a prática de curtimento de couros, os quais eram vendidos por todo o país. Paralelo ao comércio, a cidade também se sobressaía, segundo ele, por ser o maior centro cultural da região.

Para Odilon Nunes, a emancipação política da Colônia era algo inevitável. No Piauí, a atitude pioneira de Parnaíba, ao aderir à independência do Brasil em 1822, estimulou, segundo o autor, outras cidades piauienses a proclamarem a independência, como aconteceu na capital Oeiras, em Piracuruca e Campo Maior, cuja “população de hábitos bucólicos, subitamente se deixa empolgar pelos mais nobres sentimentos de exaltação patriótica.”<sup>146</sup>

---

<sup>145</sup> A Lei nº 176, que tornou feriado o dia 19 de outubro, com a denominação de Dia do Piauí, foi sancionada em 30 de agosto de 1937, pelo governador interino Anfrísio Lobão Veras Filho, e publicada no *Diário Oficial* em 1º de setembro daquele ano.

<sup>146</sup> NUNES, Odilon. Independência do Piauí. *Econômica piauiense*. Teresina, v.4, n. 4, p.257, out./dez. 1960.

Sobre o patriotismo, percebemos a mudança no discurso do autor, pois enquanto no texto anterior ele afirmava que este sentimento não existia na população simples, neste artigo, escrito por ocasião do convite do governador Chagas Rodrigues, Odilon Nunes muda seu posicionamento, assumindo o papel de legitimador de uma ideologia que interessava ao poder público, ratificando assim, a glória desse acontecimento histórico.

Desta forma, não podia deixar de destacar a Batalha do Jenipapo, ou seja, a luta ocorrida nas margens do riacho Jenipapo, em Campo Maior, contra os soldados portugueses, comandados pelo major João José de Cunha Fidié, e os separatistas, formados por piauienses e cearenses. Sobre essa luta, Nunes critica o fato deste acontecimento ser esquecido pela população e pelos intelectuais, com a exceção dos historiadores piauienses Abdias Neves<sup>147</sup> e Hermínio Conde.<sup>148</sup>

O último assunto tratado pelo autor é a participação dos piauienses na independência do Maranhão. Após a saída de Fidié de Campo Maior (PI), ele segue para o Maranhão em busca de reforços, sendo perseguido por piauienses e cearenses, os quais terminam por derrotar as tropas portuguesas em Caxias. Sobre a participação de Fidié nas lutas pela independência do Brasil, Odilon Nunes, destacou a sua bravura e o seu patriotismo, pois apesar de derrotado, lutou com profundo ardor pela causa que defendia.

Ao analisarmos todos os artigos de Odilon Nunes, publicados pela revista *Econômica piauiense*, percebemos que eles possuem uma aproximação temática e temporal, ou seja, a preocupação em estudar a sociedade e a economia piauiense do período colonial. Apesar da distância deste momento histórico, o autor fazia algumas comparações com o período de sua escrita, deixando assim, de praticar a impessoalidade que tanto caracteriza a história tradicional.

Como podemos perceber a preocupação com a economia do Estado contribuiu, significativamente, para a ampla participação de Odilon Nunes na *Econômica piauiense*, espaço que o ajudou a tornar-se consagrado como um dos historiadores mais atuantes no meio cultural piauiense, das décadas de 1950 a 1980.

Raimundo Santana foi outro historiador deste contexto histórico que, também, se preocupou com a economia piauiense e com a publicação de obras relacionadas a esta questão. Sobre a atuação de Raimundo Santana, podemos dizer que seu interesse pela área econômica, adveio da participação em cursos ministrados na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sobre Problemas de Desenvolvimento Econômico; e no

---

<sup>147</sup> NEVES, Abdias da Costa. *A guerra do Fidié*. Teresina: Livraria e Tipografia Veras, 1907.

<sup>148</sup> CONDE, Hermínio de Brito. *Independência no Nordeste*. Ceará: Cadernos do Cariri, 1960.



Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), lugar de reflexão dos problemas brasileiros, onde se concentravam alguns dos mais importantes intelectuais do período em análise, como Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Fernando de Azevedo, dentre outros.<sup>149</sup> Foi nesta instituição que Raimundo Santana se diplomou em Economia, Política e Sociologia, defendendo a tese *Aspectos de uma ideologia para o desenvolvimento econômico*,<sup>150</sup> publicada em 1956.

É nesta obra que Santana expõe o pensamento político-econômico do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ou seja, o esforço dos intelectuais brasileiros na busca pelo desenvolvimento nacional. Para isso, explica as causas do subdesenvolvimento brasileiro ou do semi-colonialismo em transformação, como definiu o autor, e a escassez de pensamento crítico no país, isto é, de uma consciência que mostrasse a situação do Brasil como um “país importador de manufaturas e exportador de produtos primários, subordinado à liderança econômica e cultural de outros países que se haviam de impor às nossas elites como modelos, [dessa forma] não podíamos fugir à regra de nos tornarmos consumidores de ideologias alheias [...]”.<sup>151</sup> A solução para a crise econômica do país encontrava-se, de acordo com o autor, na utilização da ciência, da técnica, e da ideologia do desenvolvimento nacional, que por sua vez, significava uma representação de um Brasil melhor na consciência de sua população.

Tendo em vista a discussão em torno da configuração econômica do Piauí, Santana publicou nesse período *Introdução à problemática da economia piauiense* (1957), em que discute o conceito de desenvolvimento como processo, defendendo a tese de que seria inconveniente adotar idéias econômicas, provenientes dos países desenvolvidos, para aqueles de economia em transição. Para o autor, os fatores responsáveis pela falta de um bom desempenho econômico no Piauí, eram o seu isolamento, isto é, a falta de integração com os demais mercados regionais, a dependência da maioria dos municípios piauiense às verbas federais, aplicações incorretas do dinheiro público no Estado, e a inexistência de políticas públicas federais voltadas para o investimento da região Nordeste.

Sua análise, parte do pressuposto de que o desenvolvimento econômico seria alcançado através da ação do planejamento científico da economia, da atração de capitais estrangeiros e da redução do consumo de produtos industrializados importados. Destaca, também, a crítica situação da economia do Estado na década de 1950, bem como os projetos de mudança, com

---

<sup>149</sup> QUEIROZ, 2008, p.5.

<sup>150</sup> SANTANA, R. N. Monteiro de. *Aspectos de uma ideologia para o desenvolvimento econômico*. Teresina: [s. n.], 1956.

<sup>151</sup> SANTANA, 1956, p. 14.

destaque para o trabalho da Comissão de Desenvolvimento do Piauí (CODESE) e o apoio dos políticos e homens de negócios da região. Esta obra, por sua vez, é parte da justificativa do Projeto *O Piauí na problemática nacional: evolução econômica e análise do momento atual*, que tinha como objetivo compreender:

[...] os motivos econômicos da penetração [do território piauiense], a luta pela posse da terra, a propriedade privada; a pecuária, desenvolvimento e estacionamento, análise em face da economia nacional; a economia extrativa; a questão das divisas; o comércio; o mercado piauiense na economia nacional; a fase atual, possibilidades de industrialização; os critérios de investimentos governamentais no Estado, características que devem assumir e em que medida constitui gravame a economia do país. Finalmente, desenvolvimento e planejamento; critérios políticos.<sup>152</sup>

De acordo com Teresinha Queiroz,<sup>153</sup> os textos de Raimundo Santana foram elaborados, sob a influência, tanto da tradição cepalina, quanto dos trabalhos econômicos de Celso Furtado, Caio Prado Júnior; e do movimento de transformação pelo qual a Igreja Católica passava nas décadas de 1950 e 1960.<sup>154</sup>

Além da produção de estudos voltados para a modernização do Piauí, Raimundo Santana, ainda, participou da organização e administração da Comissão de Desenvolvimento do Piauí (CODESE), que, posteriormente, se transformou na Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), sendo que o projeto acima referido constituiu-se em sua proposta de trabalho no papel que desempenhou frente a esta Comissão. Porém, apesar de tudo isso, ele afirma que não é economista e que jamais se considerou planejador, mas sim, historiador econômico, pois acredita que “Ao chamar a atenção dos homens de governo e de negócios do Piauí para esse aspecto da teoria do desenvolvimento e da prática econômica de crescimento

---

<sup>152</sup> SANTANA, 2008, p. 35.

<sup>153</sup> QUEIROZ, 2008, p.2.

<sup>154</sup> O período compreendido entre 1950 e 1960 foi de intensa mudança na estrutura da Igreja Católica, em virtude das posturas assumidas nas áreas políticas e sociais. A hierarquia católica brasileira tinha entre suas preocupações não somente combater o comunismo, mas conter seu avanço junto às camadas populares. Desta forma, uma das estratégias era lutar contra a inércia cristã, a recristianização da sociedade e a organização de uma ação católica para trabalhar todo este processo. Para isso, foi criado a J.O.C. (Juventude Operária Católica), em 1948, a JUC (Juventude Universitária Católica) em 1950, a C. N. B. B. (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1952, e incentivados a formação de sindicatos rurais e a promoção do MEB (Movimento de Educação de Base). “Em Teresina, as mudanças na Igreja Católica foram marcadas pela ação de D. Avelar Brandão Vilela na Arquidiocese de Teresina, cujo lema era Evangelizar e Humanizar. In: SILVA, Daniel James Sousa. *Dom Avelar e as mudanças ocorridas durante a segunda metade do século XX na Igreja Católica*. 2009. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 45 f. 2009.

dos países subdesenvolvidos, fazemo-lo porque não se trata de um campo exclusivo de economistas [...].”<sup>155</sup>

Também publicou durante a década de 1960, artigos que abordavam a situação econômica piauiense nos principais veículos de comunicação impressas de Teresina, como no jornal *Folha da Manhã*, onde saiu o trabalho *Zonas econômicas e sociais*, em 1963, e no jornal *O Dia*, divulgando uma monografia elaborada para a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), denominada *Vale do Longá*, em 1963, *Caminhos, estradas e rodovias*, monografia elaborada para o DER-PI (Departamento de Estradas e Rodagens do Piauí), em 1964. Esta matéria, em particular, apontava dentre outras deficiências da região, a carência de transportes, defendendo assim, a aberturas de rodovias modernas, distintas das estradas abertas por vaqueiros e escravos nos tempos coloniais, que serviam para dar passagem às levas de gado que eram vendidas às demais regiões do nordeste. Além destas, ainda publicou no jornal *O Dia*, no ano de 1965, artigos denominados *Economia piauiense*.

Assim, compreendemos que durante os anos 1950, as preocupações dos historiadores locais não eram apenas com os fatos passados, mas principalmente, com a situação de pobreza pela qual a região estava passando. Desta forma, suas intervenções nos estudos econômicos transpareciam, tanto através do olhar atento do historiador, quanto do cidadão, ansioso por mudanças na estrutura econômica, social e política do Piauí. Nesse sentido, a História desempenharia o papel de diagnosticar as causas do subdesenvolvimento, criticando os erros, e mostrando possíveis soluções ao poder público. Sobre a função da história, Roger Chartier, acredita que a crítica tem um papel fundamental, porém:

[...] não necessariamente crítica em si mesma, mas sim como proposta de instrumentos críticos. [...] A história tem a dupla dimensão do conhecimento do passado e a possibilidade de produzir instrumentos de crítica do presente, o que certamente pode conduzir à confusão. [Porém] Devemos nos distanciar do modelo clássico de intelectual ‘a la Sartre’, que se pronuncia sobre a totalidade dos problemas em uma sociedade.<sup>156</sup>

No Piauí, as análises dos historiadores Raimundo Santana e Odilon Nunes, concentravam-se, preferencialmente, nos aspectos econômicos e sociais, principalmente, por serem pontos de convergência de relevantes problemas da sociedade piauiense. Desta forma, eles procuravam compreender a lógica da estrutura econômica desde a colonização, objetivando identificar os erros e as soluções para o desenvolvimento do Estado.

<sup>155</sup> SANTANA, 2008, p. 25.

<sup>156</sup> CHARTIER, 2001, p.79-80.

Paralelo a este grupo de intelectuais, a Igreja Católica no Piauí, representada por D. Avelar Brandão Vilela, empenhou-se em colaborar com o desenvolvimento econômico-cultural piauiense. Dentre outras atividades exercidas na capital piauiense, D. Avelar tornou-se personagem de fundamental importância para a criação da Faculdade Católica de Filosofia (FAFI) em Teresina, que, de acordo com o economista Felipe Mendes, “constituiu em um centro de pensamento crítico dos problemas do Estado, fazendo, de certa forma, um contraponto à Faculdade de Direito, onde se formavam advogados para as lides forenses e se qualificava a elite de funcionários públicos e dirigentes do governo.”<sup>157</sup> Dessa forma, interessada no progresso econômico-cultural da região, a FAFI estabelecia em seu estatuto, como uma das medidas a serem cumpridas, a realização de dois simpósios por semestre, um sobre Planejamento do Desenvolvimento Regional e o outro sobre Problemas Educacionais do Nordeste Brasileiro.<sup>158</sup>

A FAFI, criada em 16 de junho de 1957 e oficializada em 1958, com a realização de seu primeiro vestibular, era uma instituição privada, mantida pelo pagamento das mensalidades dos alunos que nela ingressavam, por subvenção federal, e pela Sociedade Piauiense de Cultura, fundada em 29 de maio de 1957 por D. Avelar Brandão Vilela.

Assim, enquanto a Escola Normal era encarregada de preparar os professores dos estabelecimentos de ensino de nível primário, cuja clientela, era majoritariamente feminina, a FAFI tinha como objetivo qualificar os professores das escolas de ensino médio no Piauí, pois a maioria destes professores, não possuía formação nas áreas de licenciatura/bacharelado.

Visando suprir essa carência, a FAFI passou a oferecer os seguintes cursos de bacharelado: Filosofia, Geografia e História, e Letras Neolatinas, com duração de três anos.<sup>159</sup> Ao final da década de 1960, ela já ofertava os cursos de Matemática e Física, através de convênio com a SUDENE. Porém, os cursos da FAFI só foram reconhecidos pelo governo federal em 23 de julho de 1964, através do Decreto nº 54.038.

Durante os seus doze anos de existência, de 1958 a 1970, a FAFI foi administrada por significativos nomes da intelectualidade piauiense, como os professores Clemente Honório

---

<sup>157</sup> MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

<sup>158</sup> FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA. *Regimento interno da Faculdade Católica de Filosofia*. Art. 8º, Título II - Da Organização Didática, Capítulo I - Da Constituição, p.2.

<sup>159</sup> CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares - história e memória de estudantes universitárias em Teresina-1930/1970*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003. p.122.

Parentes Fortes<sup>160</sup> e o Pe. Raimundo José Airemoraes Soares.<sup>161</sup> Este acreditava que “A missão da Faculdade de Filosofia era conscientizar a pessoa humana de todas as suas dimensões para que ela não apenas o fosse, mas também atuasse no meio da comunidade global [...]”.<sup>162</sup>

Para isso, contava com a atuação de destacados professores, muitos dos quais já com experiência no ensino superior, devido à existência em Teresina, da Faculdade de Direito. Dentre os docentes responsáveis por ministrarem aulas no curso de História desta instituição, destacamos: José Camillo da Silveira Filho, João Alfredo Carvalho Lima, Raimundo Wall Ferraz e Raimundo Santana. É importante ressaltar que até o ano de 1963, o curso era oferecido juntamente com o de Geografia<sup>163</sup>, sendo desmembrado a partir desta data. Sobre isso Célis Portella, ex-aluna e ex-professora da UFPI afirmou:

O esquema curricular era chamado ‘seriado 3+ 1’, ou seja, três anos de estudo de bacharelado e um de licenciatura, que cuidava da formação didático-pedagógica. Os currículos continham disciplinas de Geografia e História, mas a integração entre elas deixava muito a desejar. Na época, os cursos de História, no país, davam ênfase no estudo do passado. Mas é preciso também levar em conta a conjuntura da época - Brasil, início dos anos 60. Vivíamos em um Piauí provinciano e isolado do resto do país. Naquele tempo, muitas falhas na produção e na transmissão do conhecimento decorriam de uma formação forjada na concepção positivista que se tinha de Ciência e da própria História. História, até então, encarada como reconstituição do passado tal como aconteceu. O conhecimento histórico era transmitido como verdadeiro e imutável desde que comprovado por farta documentação oficial.<sup>164</sup>

---

<sup>160</sup> Clemente Honório Parentes Fortes nasceu em Teresina (PI), em 30.08.1914, e faleceu na mesma cidade em 24.12.1974. Foi advogado, crítico literário e professor do Liceu, da Escola Técnica Federal do Piauí, da Faculdade de Direito do Piauí, da Faculdade Católica de Filosofia, e diretor desta instituição.

<sup>161</sup> Pe. Raimundo José Airemoraes Soares nasceu em Teresina (PI), em 30.03.1933, ordenando-se padre na Arquidiocese de Teresina em 17.02.1957. Em 1968 assumiu a direção da FAFI. É membro da Academia Piauiense de Letras.

<sup>162</sup> SEMINÁRIO PRESENTE DO PASSADO: A FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ. *Anais...* Teresina: EDUFPI, 2002. p. 145.

<sup>163</sup> Segundo o artigo 13- Do Curso de Geografia e História, contido no Regimento da FAFI, suas disciplinas compunham-se na primeira série de: Geografia Física, Geografia Humana, Antropologia, História da Antiguidade e da Idade Média, Introdução a Filosofia, Introdução a Teologia; na segunda série eram: Geografia Física, Geografia Humana, História Moderna, História do Brasil, Etnografia, Teologia Dogmática; e na última série destacavam-se: Geografia do Brasil, História Contemporânea, História do Brasil, História da América, Etnografia do Brasil e Teologia Moral.

<sup>164</sup> SEMINÁRIO PRESENTE DO PASSADO: A FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ. *Anais...* Teresina: EDUFPI, 2002. p. 250-251.

Outro aspecto interessante em relação ao curso de História da FAFI, era a disputa intelectual em busca de maior espaço na instituição, com os cursos de Filosofia e Letras, considerados por Célis Portella, “mais nobres em função de clientela vinda dos cursos científico, clássico, CADES”, em contraposição àquele, formado, na grande maioria, por alunos oriundos das classes menos favorecidas da sociedade piauiense, vindos das escolas normais.

No que diz respeito à fomentação cultural, o poder estatal, também, empreendeu medidas relevantes, como a instituição, pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, da Lei nº 2.208, de 17 de novembro de 1961, que autorizava a realização de um concurso anual de Literatura no Estado. Com o objetivo de incentivar o cultivo às letras, o deputado estadual Hugo Bastos idealizou este concurso, que estabelecia a entrega de quatro prêmios no valor total de cem mil cruzeiros, para os ganhadores que tivessem suas produções situadas nos seguintes gêneros literários: ficção (romance, contos e novelas) - Prêmio Abdias Neves - 30.000 cruzeiros; poesia - Prêmio Da Costa e Silva - 30.000 cruzeiros; teatro - Prêmio Jônatas Batista - 20.000 cruzeiros; e ensaios e crônicas - Prêmio Félix Pacheco - 20.000 cruzeiros.

Além disso, o governo Chagas Rodrigues contratou em 1962, os historiadores Odilon Nunes e Raimundo Nonato Monteiro de Santana para escreverem, respectivamente, *História do Piauí* e *História econômica do Piauí*, devido principalmente, à necessidade de pesquisa histórica, a existência de poucos livros sobre a história piauiense, e ao desconhecimento por parte da juventude, dos fatos mais relevantes que marcaram a história do Piauí.<sup>165</sup>

A escolha de Odilon Nunes e de Raimundo Santana, pelo governo do Estado, pode estar relacionada ao tipo de abordagem que estes historiadores davam a seus trabalhos, isto é, uma escrita ligada às seguintes temáticas: economia, sociedade e administração estadual, e que buscava a compreensão da formação econômico-social do Piauí, a partir do período colonial. Eles faziam assim, parte da linha de pesquisa conhecida ao longo dos anos 50, como nacional-desenvolvimentista, cuja preocupação girava em torno da concepção de um projeto comprometido com o desenvolvimento brasileiro.

A colaboração dos historiadores com o poder público e com as instituições político-culturais, advindas de suas análises e produções histórico-sociais, torna-se cada vez mais constante nas sociedades modernas. Segundo Pierre Nora, isso acontece, por vivermos num período em que a História:

---

<sup>165</sup> INICIATIVA pioneira no campo cultural. *O Dia*, Teresina, ano 12, n. 941, p.3, 14 jan. 1962.

[Está] certamente arrancada de sua memória pela amplitude e suas mudanças, mas ainda mais obcecada por se compreender historicamente, está condenada a fazer do historiador um personagem cada vez mais central, porque nem se opera aquilo de que ela gostaria, mas não pode dispensar: o historiador é aquele que impede a história de ser somente história.<sup>166</sup>

Diante da falta de memória, os historiadores passam a produzir história, isto é, registros escritos que possuem diversas finalidades, cada uma se adequando ao momento temporal, espacial e ideológico de cada situação. Em relação às produções históricas financiadas pelo poder público, podemos especular que a intenção dessas narrativas pode estar vinculada à perpetuação de imagens, que dignificam certos personagens e/ou lugares, bem como, a identificação de soluções para os problemas do presente, a partir do estudo e da análise dos acontecimentos que marcaram o passado de uma sociedade.

#### 2.4 O Movimento de Renovação Cultural

Interessado na produção cultural piauiense, intelectuais como Odilon Nunes, Joaquim Chaves, José Camillo da Silveira Filho, Manoel Paulo Nunes, José Miguel de Matos, Artur Passos, Pedro Celestino, Raimundo José dos Reis, José Ribeiro e Silva, Maria Nerina Pessoa Castelo Branco, dentre outros, tendo à frente Raimundo Santana, empenharam-se na criação, durante a década de 1960, do Movimento de Renovação Cultural, com o objetivo de promover publicações de obras históricas e de literatura piauiense. Com isso, procurava-se quebrar “o tabu de que toda entidade cultural de Teresina nasce, mas não se cria.”<sup>167</sup> Para o historiador Fonseca Neto, a época da fundação do Movimento de Renovação Cultural representou a:

[...] marca de um tempo piauiense bafejado por sensações de progresso mental e material e de viradas políticas. O cenário acabara de incorporar elementos de dinamismo, a exemplo da Faculdade Católica de Filosofia, por si só capaz de animar certa aspiração de ter-se no Estado até mesmo uma Universidade. [...]. Em meio a tudo, sinal de luz daquele tempo que não vai assim tão distante, está o Movimento de Renovação Cultural, idealização do professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana, vetor de animação intelectual de tudo que se coloca enquanto possibilidade de situar noutras bases as grandes questões em debate no Piauí.<sup>168</sup>

<sup>166</sup> NORA, 1993, p.21.

<sup>167</sup> REIS, Raimundo. O autor e o livro. *O Dia*, Teresina, ano 14, n. 1258, p.2, 7 jun. 1964.

<sup>168</sup> SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Apresentação da 2ª ed. In: NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. 2 ed. Teresina: APL, 2001. p.17.

Dentre os livros lançados com o apoio deste Movimento, podemos destacar: *Poesias modernas I*<sup>169</sup> e *Poesias modernas II*,<sup>170</sup> de Nerina Castelo Branco e *Poetas do Piauí*,<sup>171</sup> de Raimundo José dos Reis. As obras publicadas pelo Movimento de Renovação Cultural foram: *Súmula de história do Piauí*,<sup>172</sup> de Odilon Nunes; *Evolução histórica da economia piauiense*,<sup>173</sup> de Raimundo Santana; *Sinais de seca*,<sup>174</sup> de Pedro Celestino de Barros; *Folclore piauiense*,<sup>175</sup> de Artur Passos; e *Perspectiva histórica do Piauí*,<sup>176</sup> de Raimundo Santana.

Em relação aos livros publicados por esta instituição, analisaremos apenas aqueles que se enquadram na perspectiva histórica, como a *Súmula de história do Piauí*, de Odilon Nunes; *Evolução histórica da economia piauiense*; e *Perspectiva histórica do Piauí*, de Raimundo Santana. Sobre a obra de Odilon Nunes, Raimundo Santana considerou que:

Sua contribuição à historiografia piauiense é, não só relativamente grande, mas original e séria. Além de *O Piauí na História*, páginas que destinou à mentalidade infantil do Piauí, publicou *Geografia e História do Piauí*, *Economia e finanças* (Piauí colonial), *Domingos Jorge Velho e o Piauí*, *O Piauí e seu povoamento* e *Independência do Piauí*, os seis últimos na revista que dirijo – *Econômica Piauiense*, a partir de 1957. [...]. Ninguém, aliás, no Piauí, buscou os fatos com a preocupação, a paciência e o zelo desse grande historiador. [...]. Odilon Nunes, na sua vasta pesquisa, revelou aspectos interessantes da formação política do Piauí, de sua evolução econômica e social. [...]. Seu conhecimento seguro e profundo da história piauiense permitiu que ele chegasse a uma periodização satisfatória da evolução social do Piauí. A presente *Súmula* revela ao leitor o exame das fases por que passou a sociedade piauiense, ao longo de sua história.<sup>177</sup>

A *Súmula de História do Piauí*, de Odilon Nunes foi dividida em seis partes: período tribal, período anárquico, tentativa de organização, a ordem, organização, e angústia social. Essa divisão do autor, caracteriza a maneira como ele entende a história do Piauí, isto é, de forma evolucionista, passando por etapas até atingir o seu maior estágio, no qual, segundo Odilon Nunes o Piauí marcharia “para sua completa integração na civilização brasileira.”

<sup>169</sup> CASTELO BRANCO, Nerina. *Poesias modernas I*. Teresina: [s.n.], 1963.

<sup>170</sup> CASTELO BRANCO, Nerina. *Poesias modernas II*. Teresina: [s.n.], 1964.

<sup>171</sup> REIS, Raimundo José dos. *Poetas do Piauí*. Teresina: [s.n.], 196[?].

<sup>172</sup> NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. Teresina: Cultura, 1963.

<sup>173</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964.

<sup>174</sup> BARROS, Pedro Celestino de. *Sinais de seca*. Teresina: Cultura, 1964.

<sup>175</sup> PASSOS, Artur. *Folclore piauiense*. Teresina: Cultura, 1965.

<sup>176</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Perspectiva histórica do Piauí*. Teresina: Cultura, 1965.

<sup>177</sup> SANTANA, R. N. Monteiro de. Apresentação da 1ª ed. In: NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. 2 ed. Teresina: APL, 2001. p.13-14.



Dessa forma, discute na primeira parte da obra, que a integração do Piauí ao Brasil teve início em 1845, e que durante os anos 1960, ainda continuava a reclamar atenção do governo central, pois ainda existiam partes do Piauí que pertenciam ao “Brasil arcaico”, marcado pela agricultura de subsistência, pela pecuária extensiva e pelo isolamento regional.

Partindo desse pressuposto, o autor aborda o processo de colonização realizado pelos bandeirantes paulistas e pelos fazendeiros da Casa da Torre da Bahia, destacando a primazia daqueles em detrimento destes, representados, respectivamente, por Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense. Além disso, enfatiza a luta entre os colonizadores e os indígenas, a predominância da pecuária, o papel dos jesuítas na fundação da primeira capela do Piauí, a disputa por terras entre posseiros (ocupantes das terras) e sesmeiros (detentores da posse da terra), e a pequena quantidade da população na região, fatos que marcaram o Piauí dos séculos XVII e XVIII.

Na parte relacionada ao período anárquico, analisa o modo de viver da população, caracterizado por uma vida isolada, marcada pelo individualismo, e sem organização social e política. Para o autor, esse momento histórico seria anárquico, pela falta de leis e de justiça, bem como pela intensidade das lutas entre posseiros e sesmeiros, e indígenas. Demonstra os primeiros passos que levariam a região a sair desse caos, com a mudança de jurisdição de Pernambuco para a do Maranhão, a elevação do Piauí em 1718 à condição de Capitania, o aumento da população e o da produção pecuária.

A terceira parte do livro, denominada Tentativa de organização, trata da chegada do primeiro governador João Pereira Caldas, da organização da justiça e dos quadros de oficiais, das dificuldades encontradas pelo governo, principalmente no que se refere à falta de pessoas capacitadas para exercer cargos relevantes, e a relutância dos soldados a se submeterem à separação conforme a cor da pele. Destaca nesse período, a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, a instalação das primeiras vilas, a designação da Capitania do Piauí para São José do Piauí, em homenagem ao rei português D. José, bem como, da vila da Môcha, que passou a se chamar Oeiras, em homenagem ao Conde de Oeiras (posteriormente Marquês de Pombal), sendo em seguida elevada à categoria de cidade.

A política é o assunto preferencial, nessa parte do trabalho de Odilon Nunes, que aborda o surgimento de uma oligarquia vinculada aos poderosos fazendeiros piauienses, constituindo, segundo ele, num governo que em longo período, parasitou a coisa pública. Enfatiza, também, o aparecimento de núcleos urbanos de índole patriarcal, os quais seriam precários, por não existir o artesanato, a pequena indústria, os ofícios manuais e até mesmo negociantes, com

exceção da cidade de São João da Parnaíba, que, por se localizar próximo ao oceano Atlântico, desde cedo se destacou através de suas charqueadas e seus curtumes.

Para Odilon Nunes, a luta entre as oligarquias locais e os representantes da Coroa portuguesa, como aconteceu, entre os políticos piauienses e os governadores D. João de Amorim Pereira e Carlos César Burlamaque, constituíram, na visão do autor, a característica mais importante da história do Piauí, na segunda metade do século XVIII. Sobre isso, afirmou:

[...] cada fazendeiro representava um poder, e geralmente estava vinculado àquela oligarquia por laços de interesses comuns. [...] Entre [esses fazendeiros] estavam os que se vinham infiltrando em todos os governos e que se sentiam capacitados a influenciar o exigente governador vindo da Corte, e quando este não quisesse submeter-se a seus caprichos, então se sentiam animados a desafiar-lhe a autoridade e a provar a ineficiência das Leis de El-Rei. E como tais, tinham inclinações de barões medievais, propensos a não reconhecer hierarquia superior.<sup>178</sup>

Por isso, Nunes considera esse período sem leis, sem governo estabilizado, um “período retardatário de nossa evolução histórica. [Em que] Vivíamos nossa Idade Média”.<sup>179</sup> A ordem, segundo o autor, só viria após o movimento emancipacionista no Piauí, quando Manoel de Sousa Martins assumiu o governo da Província do Piauí, e instalou, durante mais de vinte anos em que esteve à frente do poder executivo, disciplina e autoridade, reprimindo revoltas, como a Balaiada.

Em outra parte do estudo, o autor afirma que no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, os bacharéis saídos das escolas de Recife e de São Paulo passariam a governar o Piauí, e a organizar comissões para estudar os principais problemas piauienses, destacando assim, as ações dos governadores Zacarias de Góis e Vasconcelos, ao realizar uma reforma de ensino, criar o Liceu e o primeiro estabelecimento de educandos artífices; e de José Antônio Saraiva, ao efetuar a mudança da capital localizada em Oeiras para Teresina. Essas iniciativas proporcionariam, segundo o autor, a chegada de elementos modernizadores, como a navegação a vapor, as estradas de ferro, a realização de peças teatrais e a produção de obras históricas, como a *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí* (1857), de José Martins Pereira de Alencastre.

Em relação aos aspectos econômicos, aborda a ascensão de novos produtos, como a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba e o babaçu. No que diz respeito à política, ressalta

---

<sup>178</sup> NUNES, 1963, p.67.

<sup>179</sup> NUNES, 1963, p.69.

como a abolição da escravidão e o advento da República refletiram na população piauiense. Enfatiza a importância da elaboração do Código do Processo Criminal, a promulgação da Constituição do Estado, do Código do Processo Penal e o Código do Processo Civil e Comercial do Piauí. Além da criação da Escola Normal (a quarta criada até então), da Academia Piauiense de Letras (1917) e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense (1918), destacando a atuação de vários intelectuais na vida cultural do Estado, como Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e Simplício Mendes.

Por último, Odilon Nunes trata da angústia social, resultado, segundo ele, da integração do Piauí à civilização brasileira, isto é, do novo período da história do Piauí. Porém, o autor não analisa o assunto de forma complexa, apesar de fazer um recuo na história, mostrando os resultados sociais, que importantes revoluções, como a Revolução Francesa, trouxeram para a humanidade, principalmente para os países desenvolvidos. Defendia assim, a valorização das classes oprimidas, a partir do cumprimento das reformas advindas das grandes revoluções da história.

Devido ao caráter de súmula, o autor não aprofunda os assuntos estudados, constituindo-se a obra em um resumo dos principais fatos que ocorreram ao longo da história do Piauí. Ao contrário de *Pesquisas para a história do Piauí*,<sup>180</sup> a *Súmula de história do Piauí* não faz uso de notas e referências. De acordo com Erasmo Celestino, esta obra é precária, tendo em vista o contexto a que serviu. Ela “intermedia os livros *O Piauí na História* e as *Pesquisas*, e é um oferecimento ao Movimento de Renovação Cultural, liderado pelo professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana, autor da Apresentação da obra.”<sup>181</sup>

No que diz respeito à obra *Evolução histórica da economia piauiense*, de Raimundo Santana, ela fora destinada não apenas à elite intelectual do Piauí, mas, sobretudo, aos comerciantes e industriais da região, bem como, aos homens que compunham os quadros administrativos do Estado. Desta maneira, a noite de autógrafos deste livro foi bem elucidativa quanto à sua destinação, pois o lançamento contou com a ilustre presença de políticos e intelectuais da região.<sup>182</sup> Segundo Francisco Veloso:

---

<sup>180</sup>NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1966.

<sup>181</sup>CELESTINO, Erasmo. *Odilon Nunes: historiador e educador*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 1996. p.53.

<sup>182</sup>Dentre os principais políticos e intelectuais do Piauí que compareceram ao lançamento, destacamos: o desembargador Edgard Nogueira, José Gayoso Freitas, representante do governo do Estado; Hugo Bastos, prefeito de Teresina; os deputados federais Ezequias Costa e Gayoso e Almendra; Simplício Mendes, presidente da Academia Piauiense de Letras; Wilson de Andrade Brandão, diretor da Faculdade de Direito; Clemente Fortes, diretor da Faculdade de Filosofia; escritores, Fontes Ibiapina, Bugyja Britto, e O. G. Rêgo de Carvalho.

Os trabalhos de R. N. Monteiro de Santana, em especial *Evolução Histórica da Economia Piauiense*, constituem não apenas uma ampla e erudita visão da formação e evolução do sistema econômico piauiense, mas também uma base para a etapa de diagnóstico nos procedimentos de planejamento econômico governamental.<sup>183</sup>

Sua intenção ao produzir a obra era analisar “a influência que os fatores econômicos exerceram na formação do Piauí, bem como examinar o comportamento da economia piauiense na evolução econômica do Brasil”.<sup>184</sup> Assim, o autor parte dos primórdios da colonização para entender o sistema econômico do Estado, explicando, dessa forma, como a pecuária influenciou o devassamento e o povoamento da região, bem como, os hábitos de vestuário, de habitação, os utensílios domésticos e/ou profissional.

Aborda também, as causas da estagnação da pecuária piauiense, a participação do Piauí no comércio mundial, com a exportação de algodão, arroz, borracha de maniçoba, cera de carnaúba e babaçu. Para o autor, o Piauí precisava libertar-se do domínio do Maranhão, criando uma alfândega, um porto e desenvolvendo a navegação fluvial e marítima. Esta vinculação ao comércio internacional trazia não apenas, aspectos positivos, mas também desfavoráveis, haja vista que a economia do Piauí ficava sujeita às oscilações do mercado exterior.

A última etapa da economia piauiense seria sua integração no mercado nordestino, a partir da criação, em todo o país, das redes rodoviárias. No Estado, ocorria o aumento da lavoura e o incremento no setor industrial através do aproveitamento dos produtos de extração vegetal, como o óleo de babaçu. Porém, o comércio continuou sem maiores diversificações, ligado às atividades primárias, como o gado, a borracha de maniçoba, o babaçu, a carnaúba, dentre outros produtos.

Para Simplício de Sousa Mendes, presidente da APL (1959-1971), o livro *Evolução histórica da economia piauiense*, constituía “um trabalho histórico de natureza interpretativa dos fatos e, portanto, de sociologia econômica piauiense”,<sup>185</sup> haja vista que entendia a história, não mais como uma sucessão de acontecimentos da vida social, de datas e heróis, mas como um campo de investigação e interpretação científica da realidade social.

---

<sup>183</sup> VELOSO, Francisco. Apresentação à 2ª ed. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. 2 ed. Teresina: APL, 2001. p. 21.

<sup>184</sup> SANTANA, 2008, p. 113.

<sup>185</sup> MENDES, Simplício de Sousa. As leis da história. *O Dia*. Teresina, ano 14, n. 1265, p.3, 16 jun. 1964.

Todavia, apesar de narrar uma história econômica sem muitas evoluções, Santana mostra-se otimista em relação à integração espacial, oportunidade que o Piauí tinha para sair de seu isolamento.<sup>186</sup> Em relação à contribuição de Raimundo Santana no estudo do processo econômico piauiense, o historiador Wilson de Andrade Brandão considerou que:

Seu grande esforço é no sentido de periodizar a história da economia piauiense. Tê-lo-á concretizado? Em rigor, não. Os 'períodos' não estão perfeitamente definidos, em virtude da flexibilidade com que estuda os fatos econômicos arrolados, que não chegam a ser grupados como exigiria a periodização histórica. Mas a tentativa não pode considerar-se frustrada. O livro é rico de dados históricos, recolhidos através de demorada pesquisa, e, pioneiro e único, constitui valiosa contribuição.<sup>187</sup>

O historiador Manuel Domingos Neto, também, teceu algumas críticas à obra de Raimundo Santana, pois mesmo constituindo-se a primeira tentativa de análise da evolução econômica do Estado do Piauí, afirmou que Raimundo Santana:

[...] apenas em alguns momentos quebrou a tradição da literatura histórica piauiense, acentuadamente descritiva. O autor adotou como método de trabalho a transcrição de citações de obras conhecidas sobre os diversos momentos econômicos do Piauí e a estas citações agregou um comentário. Chegou a consultar alguma fonte primária (essencialmente os relatórios do Governo Provincial). Apesar de propor uma divisão cronológica de evolução econômica piauiense (Formação da Economia de Subsistência, Estagnação Econômica, Participação no Comércio Internacional e Integração no Mercado Nordestino) não ficam sempre claros os limites dessas fases. Sem acrescentar muita coisa às idéias correntes sobre as diversas etapas históricas vividas pelo Piauí, o autor tem o mérito de reuni-las em um só livro, fornecendo uma verdadeira síntese dessas idéias.<sup>188</sup>

Outra produção de caráter histórico, de autoria de Raimundo Santana, editada pelo Movimento de Renovação, foi a obra *Perspectiva histórica do Piauí* (1965), onde o referido autor, faz estudo sucinto sobre os primórdios da colonização piauiense, com destaque para a economia e a sociedade, destacando as causas e as peculiaridades do povoamento da região, a predominância da pecuária e do latifúndio, a luta contra os nativos, as relações de caráter pré-capitalista entre vaqueiros e fazendeiros, a composição étnica da população, a elevação de Freguesia para Capitania do Piauí, a situação de precariedade da capital Oeiras, o movimento

<sup>186</sup> RABELO, 2008, f. 38.

<sup>187</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. Introdução: Historiografia piauiense. In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de Alencastre. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981. p.27-28.

<sup>188</sup> DOMINGOS NETO, 1978, p.21-22.

de independência, a proclamação da República, a Revolução de 1930 até chegar aos anos 1950 e 1960, períodos de inserção do Estado na economia nacional. Segundo o autor, este era um momento em que ainda predominavam resquícios da estrutura oligárquica e rural, pois:

No [setor] econômico, há ausência de acumulação. Sociologicamente, inexistente povo, pelo menos, no conjunto. No campo cultural, a minoria dominante não é criadora. E, politicamente, a dominância pertence aos manipuladores dos aparelhos extrativos de produção. O clientelismo político permanece, em parte. O serviço público exerce, de certo modo, papel compensatório e o aparelho administrativo continua do ponto de vista global, desvinculado do desempenho efetivo das funções a que se destina. Os partidos ficam inativos nas entressafas eleitorais.<sup>189</sup>

Apesar de admitir que o Estado do Piauí continuava com uma estrutura tradicional, Santana demonstrava confiança e otimismo em relação ao futuro da região, acreditando assim, em um “novo destino para o Piauí”, principalmente depois do aparecimento de novos meios de transportes; novos hábitos de consumo, com o aumento do comércio, com a influência do rádio, dos jornais e revistas trazendo notícias mais recentes, além do aumento da população urbana, da ascensão de novas classes sociais (burguesia/operariado), e da disseminação do ensino primário, secundário e superior.

Em relação às obras de Nunes e Santana, Teresinha Queiroz considera que *Súmula de História do Piauí*, de Odilon Nunes, representa, juntamente com *Perspectiva histórica do Piauí*, de Raimundo Santana, propostas de explicação para o Piauí, que seguiam aquela mesma linha de raciocínio que os historiadores brasileiros das décadas de 1930 elaboraram para o país, a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, os quais procuraram construir e/ou legitimar explicações para o Brasil a partir de análises dos problemas do país, sugerindo assim, propostas e soluções para o seu desenvolvimento. Historiadores como Odilon Nunes e Raimundo Santana, faziam parte de um grupo de intelectuais que procuravam explicar:

[...] o Piauí, tentando conhecê-lo cientificamente, [...] se beneficiando das discussões dos historiadores econômicos brasileiros de maior circulação na década anterior - nomeadamente Celso Furtado e Caio Prado Júnior e sugerindo possibilidades de explicar o Estado e o seu lugar no âmbito da ebulição social brasileira da década de 1960. Ao mesmo tempo, o grupo está se remetendo, no que concerne à escrita local, a uma retomada de Abdias Neves, por meio do qual vai dar continuidade à historiografia das décadas anteriores.<sup>190</sup>

---

<sup>189</sup> SANTANA, 2008, p. 204.

<sup>190</sup> QUEIROZ, 2008, p.8.

Em 1965, as Edições Cultura, do Movimento de Renovação Cultural, publicaram mais uma obra, dessa vez, do jornalista e ex-integrante do CEP, Artur Passos, denominada *Folclore piauiense*, que buscava preencher a lacuna, no que se referia aos estudos sobre mitos e lendas do Piauí, temática, até então, pouco trabalhada pelos homens de letras piauienses. Sobre essa questão, o historiador Elson Rabelo afirmou que:

Além dos artigos de Torquato Neto, o folclore do Piauí havia sido tematizado pelo jornalista, cronista e contista Artur Passos [...]. Dedicado à literatura oral e à fixação de canções, anedotas e versos populares, o livro de Artur Passos indicava as questões que se tornariam recorrentes nos enunciados do folclore piauiense, que eram a sua legítima nordestinidade e a sua ameaça de extinção pelo tempo ‘que gasta o próprio bronze’, o que, segundo o autor, apontava para a necessidade do registro escrito: Já se tem dito e escrito, e é uma verdade, que se dispersarão aos poucos, sob a avalanche de novos costumes, esses nossos contos, cantos e dizeres populares nordestinos, por falta de músicos de boa vontade e talento que os tomem por escritos.<sup>191</sup>

Nesta obra, Artur Passos representou “o papel pouco cobiçado de investigador ou de divulgador de contos incríveis e de lendas, recompondo assim, não raro, como que o próprio ossuário do passado, que se dispersa, de contínuo, ao relento, em mil filigranas apenas [...]”

<sup>192</sup> Assim, buscando recompor o “quebra-cabeça” do folclore piauiense, Passos reuniu um conjunto de tradições populares em prosa e verso, quase totalmente desconhecido da elite intelectual do Piauí, através de histórias contadas por personagens simples, que até então, não eram muito destacados pela História local, como: crioulos semi-analfabetos, vaqueiros, roceiros, caçadores, pescadores, isto é, trabalhadores do campo, em geral. De acordo com suas pesquisas, Passos concluiu que o folclore piauiense, nasceu da união de três fatores: do vaqueiro, do agricultor sertanista e da superstição popular, “sentimento que se mantêm e vive do medo, das abusões, das aparições fantásticas, do pavor que inspiram as almas do outro mundo”.<sup>193</sup>

No que se refere à publicação das obras mencionadas, o Movimento de Renovação Cultural contava com o apoio público, como o do deputado Ezequias Costa, que na década de 1960, chegou a conseguir recursos no total de dois milhões de cruzeiros, destinados à publicação de estudos referentes ao Estado do Piauí; do governo estadual e municipal, que eram solicitados para contribuir tanto com dinheiro, quanto com terrenos, visando à

<sup>191</sup> RABELO, 2008, f. 132.

<sup>192</sup> PASSOS, Artur. Palavras necessárias. In: *Folclore piauiense*. Teresina: Cultura, 1965. p. 3.

<sup>193</sup> PASSOS, 1965, p. 5.

construção da sua própria gráfica editora, pois algumas das obras do Movimento eram editadas da mesma forma que aquelas patrocinadas pelo CEP, isto é, na tipografia de um aluno de Santana, que cobrava apenas os custos de produção, sendo por sua vez, reembolsado com uma parte da venda dos livros.

Sobre a venda destas obras, Raimundo Santana lembrou que ele próprio foi: “um vendedor ambulante em Teresina e nas principais cidades do Piauí, embora exercesse o cargo de secretário <sup>194</sup> de Estado.” <sup>195</sup>

Além da visibilidade que buscava para as suas publicações no âmbito local, o Movimento de Renovação Cultural, também, se preocupava com a divulgação das produções históricas fora do Estado, oferecendo assim, aos intelectuais de outras regiões do país, alguns dos exemplares das obras que conseguia editar, como a *Evolução histórica da economia piauiense*, ofertada ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas (SP), para que conhecesse as peculiaridades econômicas do Piauí, de forma a criar suas próprias impressões, sem precisar utilizar-se de rótulos e chacotas, correntes no centro-sul brasileiro, sobre a economia piauiense.

Interessados na valorização da história do Piauí, os intelectuais do Movimento de Renovação Cultural, também, contribuíram na preservação das fontes históricas, localizadas, fundamentalmente, no Arquivo Público do Piauí, através da organização e transcrição de documentos relevantes para a história do Estado. De acordo com Fonseca Neto, o Arquivo Público do Piauí foi para Odilon Nunes, “seu ambiente predileto de labor, oficina de sua ação no manejo das artes e seduções de Clio”. <sup>196</sup>

Segundo Certeau, um trabalho histórico torna-se científico quando ele consegue transformar algo bruto, inanimado, em fonte histórica, fazendo através do uso de técnicas, os documentos falarem, concedendo voz e significado ao passado adormecido. Assim, para Certeau, uma das tarefas principais do historiador consiste em:

[...] transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente. Da mesma forma não se pode chamar ‘pesquisa’ ao estudo que adota pura e simplesmente as classificações do ontem que, por exemplo, ‘se atêm’ aos limites propostos pela série H dos Arquivos e que, portanto, não define um campo objetivo próprio. Um trabalho é ‘científico’ quando opera uma redistribuição do espaço e consiste,

---

<sup>194</sup> Secretário Executivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado do Piauí.

<sup>195</sup> ENTREVISTA Prof. Raimundo Nonato Monteiro de Santana. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 9, n. 20, p.50, ago. 1995.

<sup>196</sup> SANTOS NETO, 2001, p.24.



primordialmente, em se dar um lugar, pelo ‘estabelecimento das fontes’- quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras.<sup>197</sup>

Essa necessidade de história e de uma memória arquivística, caracterizada pela prática de guardar jornais, livros, fotografias, revistas, mensagens governamentais, e outros documentos, evidencia a limitada predominância da memória interior em detrimento de grandes quantidades de suportes exteriores, no qual a memória voluntária se alimenta. “Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado.”<sup>198</sup>

Tanto Odilon Nunes, quanto Joaquim Chaves entendiam o documento como um monumento, isto é, como algo incontestável, uma prova autêntica da realidade que falava por si próprio. Assim, não conseguiam vê-lo como um objeto que pode ser ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, haja vista que o documento pode tornar-se uma montagem produzida pela sociedade, a partir de determinados interesses. Desta maneira, esses historiadores não questionavam o documento, e não o analisavam de forma crítica, pois para isso, seria necessário desestruturar esta montagem e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.<sup>199</sup>

Em relação às principais críticas ao Movimento de Renovação Cultural, destacamos as dos intelectuais: Herculano Moraes,<sup>200</sup> presidente do Círculo Literário Piauiense (CLIP). O CLIP foi uma instituição cultural de caráter literário, idealizada em 1964 por Herculano Moraes, Francisco Hardi Filho,<sup>201</sup> e Francisco Miguel de Moura.<sup>202</sup> Movimento criado,

---

<sup>197</sup> CERTEAU, 2007, p.83.

<sup>198</sup> NORA, 1993, p.14.

<sup>199</sup> LE GOFF, 2003, p. 538.

<sup>200</sup> Herculano Moraes da Silva Filho nasceu em 2.05.1945 em São Raimundo Nonato (PI). Poeta, romancista, ensaísta e jornalista. Dirigiu o Teatro 4 de Setembro e a Casa Anísio Brito. Foi um dos fundadores da Academia de Letras do Vale do Longá e da Academia de Letras do Médio Parnaíba. Pertence à Academia Piauiense de Letras e à União Brasileira de Escritores, Seção Piauí. Dentre os livros publicados destacam-se: *A nova literatura piauiense*, e *Visão histórica da Literatura Piauiense*.

<sup>201</sup> Francisco Hardi Filho nasceu em 5.07.1934 em Fortaleza (CE). Poeta, jornalista e ensaísta, foi secretário executivo do Projeto Petrônio Portella, pertenceu ao Conselho Editorial da Revista Presença e da Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Pertence a Academia Piauiense de Letras e a União Brasileira de Escritores, Seção Piauí. Dentre os livros publicados destacam-se: *Cinzas e orvalhos*, *Gruta iluminada*, *Teoria do simples*, e outros.

<sup>202</sup> Francisco Miguel de Moura nasceu em 16.06.1933, em Picos (PI). É professor e bancário aposentado. Atua como poeta, crítico literário, romancista e contista. Membro da União Brasileira de Escritores, Seção Piauí e da Academia Piauiense de Letras. Foi membro por três mandatos do Conselho Estadual de Cultura, dirigiu a revista *Cadernos de Teresina* e editou a revista *Cirandinha*. Dentre as obras publicadas destacam-se: *Areias*; *Linguagem e Comunicação em O. G. Rego de Carvalho*; *Pedra em sobressalto*, *Bar Carnaúba*, dentre outras.

justamente no auge das publicações do Movimento de Renovação Cultural, e da implantação da ditadura civil-militar brasileira.

No entanto, o CLIP só foi oficialmente efetivado em nove de abril de 1967, sendo constituído por: Osvaldo Lemos (vice-presidente), Geraldo Borges, João Henrique Sousa, Castro Aguiar, Tarciso Prado, Honorato Rocha Costa, Benoni Alencar, Raimundo Vilarinho, Wagner Lemos, Cacilda da Mata, Rosa Castelo Branco, Joaquim Soares, Francisco C. Viana, Gregório de Moraes, Magalhães da Costa e José Miguel de Matos, um dos únicos clipianos a fazer parte do Movimento de Renovação Cultural. Para a sua instalação, o CLIP contou com o auxílio de autoridades públicas, como o do prefeito de Teresina, Cel. Joffre Castelo Branco, que cedeu o espaço do Teatro de Arena para as reuniões da instituição cultural. Em obra publicada em 2001, de autoria de Herculano Moraes, este autor considerava o CLIP como um:

[...] instrumento através do qual a mocidade intelectual da época discutia os rumos do país, os lançamentos editoriais, os acontecimentos culturais, colocando a nu suas posições filosóficas e o pensamento literário, em textos que eram ouvidos e lidos por todos. [Seus integrantes] Sonhavam com um país livre, onde o direito de dizer e pensar não fosse uma utopia.<sup>203</sup>

Os objetivos do CLIP consistiam em publicar livros que estavam engavetados, promover concursos literários, incentivar o meio intelectual teresinense a participar dos saraus de poesias, realizar programas de rádio, movimentar a cultura, retirando, do ponto de vista dos clipianos, a produção literária do marasmo. Esse movimento, apesar de ter registrado apenas um ano de realizações, ainda conseguiu editar o jornal *O CLIP*,<sup>204</sup> primeiro e único número do movimento, lançado durante a posse de sua diretoria no Teatro de Arena.

Intelectuais ligados ao CLIP, como Herculano Moraes, foram responsáveis por algumas críticas ao Movimento de Renovação Cultural, que com o passar dos anos, foram se tornando cada vez mais fortes e frequentes. Herculano Moraes afirmava que, apesar de possuir propostas inovadoras, o Movimento de Renovação Cultural “não conseguiu renovar coisa nenhuma” no âmbito da cultura piauiense. No entanto, ele não deixou de reconhecer o seu mérito, principalmente, no que se refere à produção e editoração de importantes obras de história, literatura e economia.

<sup>203</sup> MORAES, Herculano. In: MOURA, Francisco Miguel de. *Literatura do Piauí*. Teresina: APL/Banco do Brasil, 2001. p.186.

<sup>204</sup> Neste primeiro e único número do jornal, foi publicada, entre outras matérias, uma entrevista com o poeta, romancista, jornalista e rábula Olímpio Vaz da Costa Neto, feita por integrantes do CLIP, no Quartel da Polícia Militar, onde se encontrava preso o entrevistado.

Para ele, o término do Movimento de Renovação Cultural, teria sido influenciado pelo surgimento, em 1965, do romance, da poesia e do conto renovador e bem trabalhado, que ajudaram de uma vez por todas a “destruir o formalismo das concepções literárias de fechadíssimo grupo do Movimento de Renovação Cultural, [cujos integrantes possuíam] iniciativas individualistas [os quais acreditavam] na possibilidade de criar o **novo**”.<sup>205</sup> (Grifo do autor)

De acordo com Francisco Miguel de Moura, o Movimento de Renovação Cultural, realizava suas atividades culturais, no sentido oposto daquelas desenvolvidas pelos clipeanos. Nesse sentido, Francisco Miguel de Moura considerava que o surgimento do Movimento de Renovação Cultural serviu:

Para complicar mais o quadro da geração que se iniciava, [pois] nesse intermédio aparece no cenário, um divulgador da estirpe de Raimundo Nonato Monteiro de Santana (1926) [que vem] publicando os historiadores Odilon Nunes e Mons. Chaves, [...], além dos seus próprios trabalhos de pesquisa, e incentivando os que surgiam na área propriamente literária: J. Miguel de Matos.<sup>206</sup>

De acordo com o exposto, consideramos que as críticas dos clipeanos em relação ao Movimento de Renovação Cultural, eram resultado de uma disputa intelectual existente nos anos 1960, entre o grupo literário que começava a ascender ao panteão das letras piauienses (CLIP), e o grupo histórico-social, que então, se destacava na cultura local (Movimento de Renovação Cultural).

Sobre o fim do Movimento de Renovação, o escritor Pedro Celestino, que teve sua obra publicada<sup>207</sup> por esta instituição cultural, afirmou que “acabou cedo sem ninguém saber por que acabou, parece que cada [membro] arribou [...]. Eu achei muita fraqueza do Santana ter abandonado aquilo; ele era o cabeça!”<sup>208</sup>

O historiador Fonseca Neto acredita em outra versão, sobre o desaparecimento deste movimento, ressaltando que foi “a ventania golpista e o desfecho de 64 [que levaram] de roldão o Movimento de Renovação Cultural”, pois de acordo com suas afirmações, “a força e

<sup>205</sup> MORAES, 1975, p. 19-20.

<sup>206</sup> MOURA, Francisco Miguel de. *Literatura do Piauí*. Teresina: APL/Banco do Brasil, 2001. p.183.

<sup>207</sup> BARROS, Pedro Celestino de. *Sinais de seca*. Teresina: Cultura, 1964.

<sup>208</sup> ENTREVISTA Pedro Celestino de Barros. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 8, n. 18, p. 32-36, dez. de 1994.

a natureza que habita[va]m [no Movimento] e [davam-lhe] consistência, colidiam, direto, com o furor retrógrado, reacionário do golpismo imposto.”<sup>209</sup>

No entanto, mesmo com o fim desta entidade, seus principais líderes, isto é, Raimundo Santana, Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, não deixaram de atuar, e de serem beneficiados por este novo/velho tempo que a década de 1960 criou para o país, e mais especificamente, para o Piauí. Referindo-se a atuação intelectual desses homens de letras, Teresinha Queiroz afirmou que:

[...] do ponto de vista da historiografia do período, esses autores citados constroem uma interlocução que parece trazer como pontos comuns principalmente o *corpus* documental sobre o qual se constroem, algumas dimensões acerca do papel do Estado e de sua função interventora sobre os destinos do Piauí, uma utopia de desenvolvimento que é então bastante generalizada e não apenas no Piauí e no Brasil, além de uma perspectiva que se preserva desde os séculos anteriores na tradição escrita ocidental, acerca da responsabilidade do historiador e da eficácia interventora da escrita.<sup>210</sup>

Como podemos perceber, foi a preocupação que estes intelectuais tiveram em registrar os aspectos da sociedade, da cultura e da economia do Estado, que os tornaram, os homens-memória<sup>211</sup> responsáveis pela produção da historiografia piauiense nas décadas de 1950 a 1980. Assim, o fato de possuímos uma memória esfacelada em torno dos fatos históricos piauienses, resultou no aparecimento de historiadores que consideravam sua produção escriturística capaz de reconstituir um passado sem lacuna e sem falha, principalmente, devido ao aporte científico que caracterizou a História nos séculos XIX e XX, e que reforçavam o aparecimento de uma memória dita verdadeira.

Suas obras publicadas foram definidas pela relação que mantiveram com os intelectuais contemporâneos (seus pares) e com as questões históricas vividas por eles, que o ajudaram a delinear certos tipos de interesses, abordagens, e documentos essenciais à produção de uma escrita. Dessa forma, entendemos que a estrutura da sociedade ou o lugar social do qual fizeram parte, influenciou, sobremaneira, o modo deles trabalharem, o tipo de discurso utilizado, uma prática que evidenciou-se desde a escolha dos documentos à elaboração do livro.

<sup>209</sup> SANTOS NETO, 2001, p.18.

<sup>210</sup> QUEIROZ, 2008, p. 2.

<sup>211</sup> Entendido aqui como os guardiões ou os responsáveis pela memória e pela escrita da história do Piauí.

### 3 A ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DOS HISTORIADORES

A Academia Piauiense de Letras (APL)<sup>212</sup> foi fundada no dia 30 de dezembro de 1917, no salão nobre do Conselho Municipal de Teresina, em momento de vigor intelectual no Estado, porém, de grande turbulência político-econômica no país, devido aos impactos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e a Áustria.

Nesse contexto, a criação da Academia de Letras no Piauí foi possível porque existia um grupo de intelectuais que atuava no jornalismo, na tribuna, na produção poética e histórica, a exemplo dos bacharéis oriundos da Faculdade de Direito de Recife (PE): Clodoaldo Freitas,<sup>213</sup> bacharel da turma de 1880, Higino Cunha,<sup>214</sup> da turma de 1885 e Abdias Neves, da turma de 1898. Assim, sob a iniciativa de Lucídio Freitas, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, João Pinheiro,<sup>215</sup> Edison Cunha,<sup>216</sup> Jônatas Batista,<sup>217</sup> Celso Pinheiro,<sup>218</sup> Antônio Chaves,<sup>219</sup> Benedito Aurélio de Freitas<sup>220</sup> e Fenelon Castelo Branco<sup>221</sup>

---

<sup>212</sup> Também denominada de Casa de Lucídio Freitas, por ter sido idealizada por este poeta. Lucídio Freitas, filho de Clodoaldo Freitas e de Corina Couto de Freitas, nasceu em Teresina no dia 5.04.1894. Aos 18 anos publicou seus primeiros livros de poemas, ao lado do irmão Alcides Freitas, denominado *Alexandrinos* (1912), e depois *Vida obscura* (1917) e *Minha terra* (1921). Faleceu em Teresina, no dia 14.05.1922.

<sup>213</sup> Clodoaldo Severo Conrado de Freitas nasceu em Oeiras (PI) em 7.09.1855, e faleceu em Teresina (PI) a 29.06.1924. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, em 1880, Clodoaldo exerceu, dentre outras, as funções de: advogado, jornalista, político e historiador. Principais obras publicadas: *Os fatores do coelhado* (1892); *Vultos piauienses*: apontamentos biográficos (1903); *Em roda dos fatos* (1911).

<sup>214</sup> Higino Cícero da Cunha nasceu em Flores (atual Timon-MA) em 11.01.1858 e faleceu em Teresina em 16.11.1943. Formado pela Faculdade de Direito de Recife, em 1885, foi advogado, juiz, promotor, professor, etc. Dentre as obras publicadas destacamos: *O idealismo filosófico e o ideal artístico* (1913); e *A defesa do professor Leopoldo Cunha* (1934).

<sup>215</sup> João Pinheiro nasceu em Barras (PI), em 16.05.1877, e faleceu em 1946 no Rio de Janeiro. Formado em Odontologia, preferiu, contudo seguir outras carreiras, como a de contista, jornalista, professor, etc. Livros publicados: *Solar dos sonhos*; *Literatura piauiense*: esboço histórico; e outros.

<sup>216</sup> Édison da Paz Cunha nasceu em Teresina (PI) no dia 15.12.1891, e faleceu em Parnaíba (PI), em 1973. Formado em Direito, exerceu as funções de promotor, jornalista, poeta e professor, etc. Livros publicados: *Correspondências para você*; e *Vozes imortais*.

<sup>217</sup> Jônatas Batista nasceu em Monsenhor Gil (PI), em 18.04.1885, e faleceu em 15.04.1935 em São Paulo. Foi poeta, ator, jornalista e teatrólogo. Livros publicados: *Teresina de improviso*; *Jovita, a heroína*, dentre outros.

<sup>218</sup> Celso Pinheiro nasceu em Barras (PI), em 24.11.1887, faleceu em Teresina, em 29.06.1950. Sem formação superior, exerceu as seguintes atividades: escrivão de polícia, coletor estadual, professor de literatura, etc. Livros publicados: *Flor incógnita* e *Poesias*.

<sup>219</sup> Antônio Diniz Chaves nasceu em Teresina (PI), em 26.04.1883, e faleceu na mesma cidade em 22.02.1938. Foi servidor público, poeta e jornalista. Livros publicados: *Nebulosas*, *Almas irmãs*, em co-autoria com Zito Batista.

foi fundada a APL. De acordo com Teresinha Queiroz, uma das motivações que fizeram com que esses intelectuais almejassem a fundação de uma Academia de Letras no Estado foi a ânsia de:

[...] tirar Teresina da condição de acanhamento e de provincianismo que fazia com que ela contrastasse profundamente com São Luís, a Atenas brasileira; com Belém, vista como um lugar de vanguarda cultural; com Recife, a metrópole do Norte; e com o Rio de Janeiro, cenário do sonho dos literatos brasileiros.<sup>222</sup>



Fotografia 01: Fundadores da Academia Piauiense de Letras

Fonte: Folheto comemorativo dos 90 anos da APL (30/12/2007).

<sup>220</sup> Benedito Aurélio de Freitas, mais conhecido como Baurélio Mangabeira, nasceu em Piripiri (PI), a 19.07.1884, faleceu em Teresina (PI), a 16.04.1937. Livro publicado: *Sonetos piauienses*.

<sup>221</sup> Fenelon Ferreira Castelo Branco nasceu em Barras (PI), em 22.05.1874, e faleceu em União (PI), em 27.02.1925. Foi promotor, juiz, jornalista, poeta, etc. Livros publicados: *Memórias históricas; Nossos imortais*.

<sup>222</sup> QUEIROZ, Teresinha. Teresinha Queiroz: emoção e respeito no discurso de posse. *Presença*. Teresina, ano 23, n. 41, p. 40, abril de 2008.

Porém, a instalação oficial da APL só ocorreu no dia 24 de janeiro de 1918, na época, considerado o dia da independência do Piauí. Sua diretoria, com mandato de dois anos, foi constituída por um presidente, Clodoaldo Freitas, secretário geral, João Pinheiro, primeiro secretário, Fenelon Ferreira Castelo Branco, segundo secretário, Jônatas Batista, tesoureiro, Antônio Chaves, bibliotecário, Edison Cunha. De acordo com Celso Barros Coelho,<sup>223</sup> a vida intelectual do Piauí das primeiras décadas do século XX, se intensificava em torno de Higinio Cunha, Clodoaldo Freitas e Abdias Neves. Este, apesar de não figurar entre os fundadores da APL, foi escolhido por unanimidade de votos, para tornar-se sócio efetivo desta instituição.

Todavia, esta Academia só foi oficialmente reconhecida como instituição de utilidade pública em 4 de julho de 1921, através da Lei nº 1.002, aprovada pelo governador João Luís Ferreira (1920-1924); e filiada na Federação das Academias de Letras do Brasil, no dia 24 de março de 1935, contando com o apoio moral e material do governo da República. O interesse em manter contato com outras academias brasileiras, visando divulgar as produções dos literatos piauienses, e de dialogar a respeito das demais manifestações culturais realizadas pelos mais destacados homens de letras do país, sempre constituiu parte integrante de seu regimento, fazendo com que os acadêmicos piauienses elegeassem sócios correspondentes em outros Estados da federação, como no Pará, na Bahia, no Rio de Janeiro, no Mato Grosso, em Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e São Paulo.

Sobre esse tipo de espaço social, de que os historiadores fazem parte, Certeau o considera “neutro” em relação às disputas políticas e religiosas, por isso sua caracterização como um lugar científico, objetivo e despolitizado. No entanto, não se trata de um ambiente alienado em torno dos problemas sócio-econômicos e políticos de um território, “mas de um lugar particular numa redistribuição do espaço social.”<sup>224</sup> Para este autor:

A ruptura que torna possível a unidade social, chamada a se transformar na ‘ciência’, indica uma reclassificação global, em curso. Este corte mostra, pois, através da sua face externa um lugar articulado sobre outros num conjunto novo, e através da sua face interna, a instauração de um saber indissociável de uma instituição social.<sup>225</sup>

Outro fato que merece destaque, é que esta é a única das instituições criadas em Teresina, durante o começo do século XX, que vingou, pois as demais, como: a Oficina

---

<sup>223</sup> COELHO, Celso Barros. *Academia Piauiense de Letras: 75 anos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1994.

<sup>224</sup> CERTEAU, 1999, p.69.

<sup>225</sup> CERTEAU, 1999, p.69.

Literária José Coriolano,<sup>226</sup> a Arcádia dos Novos,<sup>227</sup> o Instituto Histórico e Geográfico Piauiense,<sup>228</sup> e o Cenáculo Piauiense de Letras,<sup>229</sup> não conseguiram ter uma duração maior.

Desta forma, ao representar a tradição e a memória histórica da vida cultural piauiense, memória, que por sua vez, encontra-se ameaçada pela voracidade do tempo, e por isso, petrificada pelos lugares de memória, como as Academias de Letras, a APL passa a ser imbuída de uma forte carga simbólica. Para Bourdieu, o poder simbólico é capaz de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo [...], poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização.”<sup>230</sup>

Por ter uma vida longa no meio literário local, os estatutos da Academia Piauiense de Letras foram modificados três vezes, a primeira em 1940, no segundo mandato da presidência de Higino Cunha (1929/1940), diante da filiação da APL à Federação das Academias de Letras do Brasil, a segunda em 1967, na presidência de Simplício Mendes<sup>231</sup> (1959-1971) e a última em 1986, na presidência de Arimathéa Tito Filho<sup>232</sup> (1971-1992).

---

<sup>226</sup> Fundada por José Coriolano, Daniel Paz, Edmundo Genuíno de Oliveira, Antônio Tito Castelo Branco, Raimundo Furtado, Maria José Batista, dentre outros. A finalidade da Oficina Literária era aprimorar o fazer literário piauiense. Para a realização de seus objetivos a instituição editava a revista quinzenal *A Pena*, que circulou pela primeira vez em 24.01.1902.

<sup>227</sup> Fundada por J. Gualberto da Silva, João Martins de Moraes, Mardocheu Marques, J. C. Soares, João Emílio Costa, Rui Maranhão, Odilo Costa Filho, dentre outros. Em 1922, a agremiação editou a revista *Gente nova*, em 1928, a *Lotus*, e em 1948, a revista mensal *Mocidade*.

<sup>228</sup> Fundado em 23.06.1918, e tinha como objetivo o estudo da história, antropologia e geografia em geral e especialmente sobre o estado do Piauí. Sua primeira diretoria foi constituída por Presidente: Higino Cunha; secretário: Benjamin de Moura Baptista; tesoureiro: Simplício de Sousa Mendes; bibliotecário: João Pinheiro; e orador: Valdivino Tito de Oliveira.

<sup>229</sup> A primeira tentativa de criação do Cenáculo Piauiense de Letras ocorreu em 1913, mas a sua efetivação só foi oficializada em 07.07.1927, em reunião realizada no prédio da Assembléia Legislativa do Estado, em Teresina, e durou até os idos de 1932, tendo como principal articulador o poeta Antônio Neves de Melo e como primeiro presidente Oton Rego Monteiro. Dentre os seus membros havia 27 homens e 3 mulheres, perfazendo um total de 30 cadeiras, cujos patronos eram os membros da Academia Piauiense de Letras. Editou um periódico denominado *A revista*.

<sup>230</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.14.

<sup>231</sup> Simplício de Sousa Mendes nasceu em União (PI), em 1882, e faleceu em Teresina no ano de 1971. Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1908, foi juiz, magistrado, professor da Faculdade de Direito do Piauí e jornalista. Presidiu o Tribunal de Justiça do Piauí, o Conselho Estadual de Cultura (1968-1971) e a Academia Piauiense de Letras (1959-1971). Foi diretor do Arquivo Público do Estado do Piauí e da Imprensa Oficial do Piauí. Assinou colunas em jornais da capital como: *Folha do Nordeste*, *Folha da Manhã* e *O Dia*, todas com o título de *Televisão*. Dentre as obras publicadas destaca-se: *O Homem, a sociedade, o direito e Propriedade territorial no Piauí*.

<sup>232</sup> José de Arimathéa Tito Filho nasceu em Barras (PI), em 27.10.1924 e faleceu em Teresina, em 23.06.1992. Foi historiador, cronista, jornalista, orador, professor, político, desportista e bacharel em Direito. Presidiu a Academia Piauiense de Letras por 21 anos (1971-1992), também presidiu a Associação Piauiense de Imprensa e o Conselho Estadual de Cultura. Dentre outros cargos que exerceu foi diretor do Arquivo Público do Estado do Piauí, diretor do Liceu Piauiense, secretário de



De acordo com o artigo 2º do capítulo Dos fins da Academia, contido em seu Regimento<sup>233</sup>, os objetivos da APL são: cultivar a língua portuguesa, o estudo e o desenvolvimento da literatura piauiense, divulgar os autores piauienses, organizar uma biblioteca para consulta pública, criar arquivos e museus sobre a vida dos acadêmicos e respectivos patronos, publicar uma revista com artigos, resenhas e poesias de seus membros, além de suas notícias acadêmicas, para registro de suas atividades. Visando à realização de seus objetivos, a Academia pode ministrar cursos, editar obras, coordenar pesquisas, firmar convênios com o poder público e, quaisquer entidades culturais. Assim, desde a sua instalação, a APL foi responsável por inúmeras atividades em prol da cultura do Estado, como o lançamento de revistas, obras literárias e históricas, criação de concursos, biblioteca, prêmios, homenagens, solenidades de posse de acadêmicos, dentre outros.

### 3.1 Historiadores - imortais na Casa de Lucídio Freitas

A Academia Piauiense de Letras considera como seus membros imortais, não apenas literatos, mas intelectuais provenientes de variadas áreas culturais, a exemplo da História, pois segundo entrevista realizada no início dos anos 1990, com o presidente da APL, Arimathéa Tito Filho:

[...] podem ser membros aqueles que se projetam com obras em qualquer setor da atividade humana. Você pode ser um oleiro, pintor, essas coisas lhe credenciam. [...] Um exemplo brasileiro, Santos Dumont, membro da Academia Brasileira de Letras, que criou a aviação. A Academia não pertence só aos poetas, romancistas. [...] o necessário é que a pessoa tenha valor na atividade que exerce.<sup>234</sup>

Dessa forma, a Academia Piauiense de Letras já reuniu importantes homens de letras em sua casa, como Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e Abdias Neves, para citar apenas alguns historiadores de destacada participação cultural, no Estado do Piauí do começo do século XX.

Na segunda metade do século XX isto é, entre 1963 a 1965, a Academia Piauiense de Letras empossou novos historiadores em seus quadros. Dentre eles, Joaquim Chaves, que

---

Educação, secretário de Cultura. Principais livros publicados: *Esmaragdo de Freitas: homens e episódios*; *Teresina, meu amor*; *Teresina, ruas, praças e avenidas*; dentre outras.

<sup>233</sup> O Regimento Interno aprovado em sessão de 30 de dezembro de 1988 e publicado no Diário da Justiça, n.1.681, de 12 de jan. de 1989, registro no Cartório Nazareno Araújo, de Teresina.

<sup>234</sup> TITO FILHO, José de Arimathéa. Entrevista: A. Tito Filho: um homem polêmico. *Revista Impacto*. Teresina, ano 3, n. 13, p.6, julho de 1991.

ocupou a cadeira de número 23, deixada vaga com o falecimento da poetisa e romancista Amélia Beviláqua.<sup>235</sup> Cadeira, esta que ficou vaga por 17 anos, até ser novamente ocupada em 1963. A vitória de Monsenhor Chaves para ocupar a cadeira de nº. 23 na APL, o deixou muito surpreso, como podemos depreender de suas palavras:

Se há momento que já jamais pensei teria de viver, entreendo o futuro, sem dúvida alguma é este em que vos falo. Imaginar que um dia, por eleição, me veria assentado no meio de vós, se me afigurava temeridade tamanha que nem a vaidade, nem a ambição, nem as loucuras da fantasia, que sempre soem pôr a meta dos nossos desejos muito além da nossa capacidade, jamais conseguiram cegar a tal ponto a minha insuficiência. Quando a demasia de vossa liberalidade me surpreendeu, elevando-me ao vosso altíssimo convívio e distinta companhia, se me não afastei horrorizado ante o meu reconhecido demérito e a vossa generosidade foi porque, no meu aturdimiento, não encontrei energia bastante para uma deliberação razoável e prudente. Recusar seria também faltar ao respeito devido ao tino das vossas resoluções. Nas vossas mãos deponho a expressão do meu mais profundo reconhecimento pela distinção que me liberalizaste.<sup>236</sup>

Apesar de saber o peso da nova responsabilidade, o padre-historiador Joaquim Chaves, cumpriu satisfatoriamente com suas funções de acadêmico, escrevendo artigos históricos para a revista da Academia, atuando como bibliotecário da APL, elaborando discursos ao receber os novos acadêmicos, e principalmente, publicando obras sobre a História do Piauí.

Sua formação teológica aliada à sua sensibilidade, fez do padre Chaves um historiador afeito às emoções e às dores dos populares, voltando sua atenção para o cotidiano de crianças, mulheres, vaqueiros e roceiros. Essa sua preocupação com a história das classes menos abastadas, bem como seu olhar mais abrangente, era perceptível em seu discurso de posse, quando afirmou que:

O homem, porque conquistador voluntarioso e brutal pode destruir muito e encher todas as páginas da História com os seus vandalismos gloriosos. Mas a mulher, depositária da tradição, em contato imediato com a fome, o sofrimento, a doença, compreende duma forma muito mais sintética e profunda o mistério da vida. Por isso quando se trata de educar a criança, de velar o enfermo, de cuidar do ferido, de acarinhar o velho, de organizar o lar,

<sup>235</sup> Amélia Carolina de Freitas Beviláqua nasceu em 8.08.1860 em Jerumenha (PI) e faleceu em 17 de nov. de 1946. Aprendeu a ler com professor particular, contratado pelo pai. Amélia Beviláqua escreveu romances, novelas, contos, artigos. Colaborou também com o marido Clóvis Beviláqua na publicação de revistas e de livros. Foi redatora-chefe da revista *O Lirio*. Teve publicados, dentre outros trabalhos: *Alcyone*, 1902; *Aspectos*, 1906; *Instrução e educação da infância*, 1906; *Através da vida*, 1906; *Silhouettes*, 1906; *Literatura e Direito* (em colaboração com Clóvis).

<sup>236</sup> CHAVES, Joaquim (Mons.). Discurso do acadêmico Mons. Joaquim Chaves por ocasião de seu acesso à Casa de Lucídio Freitas. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 48, n. 22, p. 5, 1965.

de valer aos infelizes, onde o homem naufraga, se afasta ou se abstém, a mulher triunfa completamente. E isso não somente [...] porque ela tem mais ternura e mais intuição. [...] Para triunfar nas tarefas difíceis de que falamos, é preciso uma inteligência sintética, uma prodigiosa capacidade de apreender rapidamente todo um conjunto de elementos, não através de teorias, mas imediatamente na própria vida. Um exame objetivo corrigiu, desde há 50 anos, as conclusões precipitadas e gratuitas dos primeiros evolucionistas e dos velhos clássicos sobre a mentalidade da criança, do primitivo e da mulher. Já não se consideram como atrasados ou inferiores, mas reconhecem-se neles uma faculdade de síntese original, muito próxima do real.<sup>237</sup>

Na década de 1960, ocorreu também, o aumento do número de membros efetivos que passou de 30 para 40, conforme previa a mudança dos estatutos da APL de 1967, e o padrão vigente na Academia Brasileira de Letras. Baseando-se no critério da produção literária, foram convidados para tomar posse, entre os anos de 1965 e 1967, os seguintes intelectuais, na ordem crescente das cadeiras (31-40) ocupadas na APL: Artur de Araújo Passos (05.1965), Raimundo Santana (18.12.1967), Wilson de Andrade Brandão (14.10.1967), Odilon Nunes (05.10.1967), Maria Nerina Pessoa Castelo Branco (09.12.1966), Darcy Fontenelle de Araújo (27.10.1967), Emília Castelo Branco de Carvalho (29.09.1967), Manoel Paulo Nunes (28.08.1967), Celso Barros Coelho (29.05.1967), e João Coelho Marques.<sup>238</sup>

As solenidades de posse na Academia eram por si só, um atrativo à parte, dotado de simbologias, de uma encenação de rituais, que buscavam teatralizar a imortalidade literária. Dentre os elementos dotados de uma aura simbólica, apontamos o manto usado pelos novos acadêmicos, espécie de réplica do fardão utilizado pelos intelectuais que tomavam posse na Academia Brasileira de Letras. Essa espécie de beca conferia um poder de pompa e de distinção entre o acadêmico a ser empossado e os demais expectadores que iriam assistir a solenidade de posse, haja vista que:

[...] o hábito faz muito mais o monge do que se pensa. Assim como não se poderia reconhecer um frade sem hábito, porque um frade nu não era um frade, mas um simples homem, os literatos também deveriam usar um tipo de beca para através dela mostrarem-se literatos. Não concebo militar sem farda, magistrado sem toga, advogado [e formando] sem beca, dizia afinal, o parecer é um modo de ser.<sup>239</sup>

<sup>237</sup> CHAVES, Joaquim (Mons.). Discurso do acadêmico Mons. Joaquim Chaves por ocasião de seu acesso à Casa de Lucídio Freitas. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 48, n. 22, p. 9, 1965.

<sup>238</sup> João Coelho Marques faleceu em 1966, antes de sua posse, porém, a Academia considerou-o membro efetivo, elegendo como seu substituto Salomão Chaib.

<sup>239</sup> EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.30.

Havia, ainda, a escolha do patrono para cada cadeira ocupada na Academia, o qual seria homenageado durante o discurso de posse do novo acadêmico, representando desta forma, a legitimação de um passado glorioso, de uma verdadeira tradição almejada e/ou inventada pela instituição literária. A Academia seria assim, um templo de memória, um lugar de eterna lembrança, no qual seus acadêmicos viviam e trabalhavam para serem lembrados pela geração futura, oficializando a memória histórico-literária. De acordo com El Far, as Academias de Letras representavam:

[...] sob o mesmo teto, a veneração respeitosa pelos homens ilustres que engrandeceram nossa história literária e o esforço fecundo dos que presentemente procuram engrandecê-la ainda. Assim, a Academia guardaria e representaria a evolução do nosso desenvolvimento literário, tornando-se a sombra e a memória protetora dos nossos imortais. Portanto, ao ordenar o passado, que até então se mostrava disperso, os acadêmicos estabeleceriam uma história oficial, instituiriam mitos e recortariam uma memória literária, mostrando, por fim, a existência de uma tradição nas letras brasileiras.<sup>240</sup>

Estas solenidades de posse iam aos poucos, se transformando num evento da alta sociedade piauiense, onde os discursos dos novos acadêmicos eram a parte mais importante e esperada da cerimônia. O ritual de posse compunha-se primeiro por um discurso do Presidente da Academia, onde o novo membro para ser recebido na qualidade de acadêmico, era levado por dois colegas (seus paraninfos) até a mesa de honra, depois se dirigia até o púlpito e discursava sobre sua entrada, elogiando seu patrono e/ou seu antecessor na cadeira para a qual fora eleito. A solenidade só era finalizada, após a recepção de boas vindas por um acadêmico previamente escolhido, e pelo discurso final do Presidente da instituição.

---

<sup>240</sup> EL FAR, 2000, p. 60.



Fotografia 02: Solenidade de entrega dos mantos acadêmicos aos membros da Academia em 29.01.1978. Da esquerda para a direita: A. Tito Filho, Armando M. Bastos, Fontes Ibiapina, Júlio Vieira, Cunha e Silva, José Miguel de Matos e Lilizinha Castelo Branco.

Fonte: NETO, Adrião. *Dicionário biográfico escritores piauienses de todos os tempos*. 2 ed. Teresina: Halley Editora, 1995. p.418.

Desta forma, o preenchimento de uma vaga de imortal na APL, passou a representar reconhecimento profissional e valorização social, haja vista que dizia respeito a um lugar de poder. Daí suas solenidades, serem tão prestigiadas pelas camadas mais abastadas da sociedade piauiense, como podemos perceber através da seguinte explanação de Alcides Nascimento:

[...] a relação entre os intelectuais e o Estado parecia ser amistosa e de apreço. Por ocasião da posse do professor Álvaro Ferreira na Academia Piauiense de Letras, três integrantes da equipe do Governo compareceram: o coronel Torquato Pereira de Araújo, Chefe da Casa Militar e representantes do interventor [Leônidas Melo] naquela solenidade; coronel Evilásio Gonçalves Vilanova, então comandante da Força Militar e Artur Passos, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Além de ser um professor da rede pública estadual, Álvaro Ferreira era um intelectual reconhecido em Teresina. Por outro lado, a cidade, no início dos anos quarenta, não oferecia muitas possibilidades para o lazer, assim, a posse de um imortal transformava-se numa festa para a elite local.<sup>241</sup>

<sup>241</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002. p.87.

Além da eleição de Joaquim Chaves, destacamos outra, realizada durante a década de 1960, na Academia Piauiense de Letras, a de Artur Passos que, além de político, jornalista, cronista e folclorista, também foi um colaborador imprescindível para o crescimento e a qualidade da historiografia piauiense, produzindo obras como: *Conceito político-social do município*; *Dois vultos piauienses*; *Lendas e narrativas*; *Nas ribas do Gurguéia*; <sup>242</sup> *Roteiro histórico do município de Guadalupe*; *Lendas e fatos*; <sup>243</sup> *Folclore piauiense*; <sup>244</sup> *História, economia e lendas*; <sup>245</sup> *Esboço de um perfil*; e *Abdias Neves: homens e eventos de sua época*. <sup>246</sup> Sua posse na APL ocorreu paralela à publicação, em 1965, de sua obra *Folclore piauiense*, editada pelo Movimento de Renovação Cultural. Segundo Fontes Ibiapina, estas produções literárias e históricas de Artur Passos caracterizavam-se por:

[Um] linguajar diáfano, dum estilo transparente. Dum sentimento vivo. [Onde existia] uma constante preocupação de traçar com segurança os contornos dos rincões das plagas sulinas do nosso Estado. Ora é Jerumenha [sua cidade natal], ora o Escondido – ‘obscura aldeia grudada nas faldas da serra do Vai-e-Vem?’ - ora o vale do Paraim, o do Gurguéia, o Fidalgo, o morro do Pinga, a esplanada dos galheiros, o riacho do Lava, a vereda das Mulheres, a Fazenda Formosa... Finalmente, todo aquele ‘mundão largado de terra de não acabar mais’ [...].<sup>247</sup>

Afeito à sensibilidade sertanista piauiense, Artur Passos tinha uma escrita leve, marcada por subjetivismo, e em sua perspectiva, para ser historiador, não era necessário se moldar as normas de uma escrita dita científica, objetiva, pesada e séria, e sim ser autêntico e subjetivo em seus textos, mesmo correndo o risco de não ser considerado historiador pelos seus pares, pois, como afirmou em seu discurso de posse na Academia:

Como sabeis, discorrer sobre história não é o mesmo que discernir ou apreciar uma flor, mesmo que seja a lendária rosa de Jericó. É cediço, mas é verdade: história é o passado em frente do presente. Há normas imutáveis. Sistema filosófico. Preceitos para o seu tracejamento. É verdade que divergem os mestres. Brigam às vezes nos caminhos da História [...]. Os mais velhos de nossa época contemporânea, os Taine, os Vanhargem, os Capistranos, querem um escrito escoreito, sisudo, confiante, preemptório. Exigem documentação cerrada e autêntica. O fato expresso e, sobretudo, nada de observações fora do quadro histórico: deslumbramento repleto de imagens e metáforas preciosas -, o perfume das flores, o gorgoeio dos

<sup>242</sup> PASSOS, Artur. *Nas ribas do Gurguéia*. Teresina: COMEPI, 1973.

<sup>243</sup> PASSOS, Artur. *Lendas e fatos: crônicas do Vale do Gurguéia*. Teresina: [s.n.], 1958.

<sup>244</sup> PASSOS, Artur. *Folclore piauiense*. Teresina: [s.n.], 1945.

<sup>245</sup> PASSOS, Artur. *História, economia e lendas: município de Jerumenha*. Teresina: CEP, 1954.

<sup>246</sup> PASSOS, Artur. *Abdias Neves: homens e eventos de sua época*. Teresina: [s.n.], 1966.

<sup>247</sup> IBIAPINA Fontes. Ao receber o acadêmico Artur Passos. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 48, n. 22, p.32, 1965.

pássaros, o azul do céu, o dourado do sol, nem ao menos o brilho das estrelas por noites misteriosas.<sup>248</sup>

Em 1967 a APL registrou mais um membro historiador em seus quadros: Raimundo Santana, o qual, questionado sobre sua entrada nesta instituição cultural, lembrou, durante entrevista realizada em 2008, que:

Foi ela [a Academia] que escolheu a mim e outros intelectuais daquele tempo, e [...] nos meteu na Academia Piauiense de Letras. [...] Aí não pertencíamos a ela não, ele [Simplício Mendes] fez uma lista, [...] botou logo em ata, tudo, comunicou aos jornais, [risos] aí nós fomos eleitos lá [...]. Dessas dez vagas, ele deu pelo menos oito, pra esse grupo novo que tava aí se impondo. [...] Eu não ambicionava, mas a gente sente aquele gostinho, satisfeito.<sup>249</sup>

Como podemos perceber, esse “grupo novo” a que Raimundo Santana se referiu, diz respeito aos componentes do Centro de Estudos Piauienses e do Movimento de Renovação Cultural, bem como a um grupo de professores da Faculdade Católica de Filosofia, isto é, os intelectuais que mais interessavam à Academia Piauiense de Letras naquele momento histórico. O fato desses intelectuais já terem obras publicadas e participarem do meio cultural local, foi um fator preponderante para suas escolhas, daí não haver muito esforço, por parte do presidente da APL para preenchimento das dez vagas.

No que se refere ao discurso de posse de Raimundo Santana, ele considerava-se como um dos pioneiros na seara editorial. Em sua concepção foi “O primeiro a abrir caminhos no movimento editorial; o primeiro a descobrir estradas no setor do intercâmbio cultural, aproximando as cidades piauienses pelos laços do pensamento e das idéias; precursor, no Piauí, do planejamento público”.<sup>250</sup> Visando destacar este caráter pioneiro, em prol da educação e da cultura no Estado, Santana escolhe como patrono da sua cadeira na APL, Antonino Freire da Silva,<sup>251</sup> o fundador da Escola Normal e da Biblioteca Pública no Piauí. A

<sup>248</sup> PASSOS, Artur. Discurso do acadêmico Artur Passos por ocasião de seu acesso à Casa de Lucídio Freitas. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 48, n. 22, p.27, 1965.

<sup>249</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento, Iara Conceição Guerra de Miranda Moura e Sônia Maria dos Santos Carvalho*. Teresina, set. 2008.

<sup>250</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. Discurso do Sr. Raimundo Nonato Monteiro de Santana. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v. 3, p.36, 1972.

<sup>251</sup> Antonino Freire da Silva nasceu em Amarante (PI), em 10.05.1876, e faleceu em Teresina (PI), em 16.09.1934. Dentre outras funções foi engenheiro, servidor público, professor, vice-governador do Piauí (1908-1909), governador do Piauí (1910-1912), deputado federal (1913-1916), senador (1919-1926/1930). Livros publicados: *Limites entre os Estados do Piauí e do Maranhão* (1907), um em co-autoria com Justo Jansen Ferreira: *A barra da Tutoya* (1908) e *Limites do Piauí* (1921).

escolha de patronos na APL faz parte dos seus estatutos, e possui a finalidade de manter viva a memória de pessoas ilustres que contribuíram para o engrandecimento cultural piauiense. Neste trabalho, a memória está sendo entendida, de acordo com o conceito de Michael Pollak, para o qual ela é uma:

[...] operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra[ndo], em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.<sup>252</sup>

Dessa forma, acreditamos que o esfacelamento da memória espontânea favoreceu a invenção e/ou construção de variados procedimentos, a exemplo da elaboração de atas, de pronunciamentos de elogios fúnebres, dos discursos de posse nas Academias de Letras, os quais destacam os aspectos positivos da vida pessoal e pública do ocupante anterior da cadeira e/ou do patrono. Assim, consideramos os discursos de posse, como lugares de memória, pois possuem características materiais, simbólicas e funcionais, que ao mesmo tempo, conservam seu significado em sua existência, são capazes de evocar diversos tipos de sentimentos (saúde, admiração, etc) e, ainda de expressar uma ordem pedagógica, ao elogiar boas formas de comportamentos e ações dos patronos das respectivas cadeiras da APL. Além disso, consideramos estes discursos de posse, formas de tradição inventada, conceito apropriado de Eric Hobsbawm, o qual o entende como:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; [...] de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.<sup>253</sup>

No discurso de Raimundo Santana, percebe-se sua preocupação com o desenvolvimento econômico do Piauí, fato que o levou a se engajar nos anos 1950 a 1960, no planejamento estatal, trabalhando junto à CODESE e à SUDENE. No que se refere ao trabalho historiográfico, defendia uma escrita da história do Brasil, vista a partir do presente e dos planos para o seu futuro, e não sob a ótica daquela divisão da evolução social brasileira em colonial, monárquica e republicana. De acordo com o discurso de recepção realizado por

<sup>252</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.9, 1989.

<sup>253</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p.9.



Monsenhor Sampaio a Raimundo Santana, este teria afirmado que: “Precisamos valorizar nossa vida, cumprindo com o nosso dever de intelectuais. [...]. Nem esqueçamos que é grave nossa responsabilidade na atual conjuntura, quando pesam sobre os valores espirituais as ameaças de um mundo escravizado pelo medo.”<sup>254</sup>

Sua intenção, ao ingressar na Academia Piauiense de Letras, era retomar suas atividades culturais, centradas em torno de pelo menos três projetos: no estudo sobre a sociedade brasileira, na elaboração de um compêndio nacional de economia política para seus alunos, e numa análise mais criteriosa sobre a teoria por ele utilizada, a respeito das disparidades regionais brasileiras, a qual defendia que o estudo da realidade sócio-econômica do país não deveria ser analisado apenas pela ótica do passado, mas do futuro também, pois “Quando um país atinge o grau de desenvolvimento idêntico ao alcançado pelo Brasil, o amanhã é uma realidade que se impõe a perspectiva de seu povo e naturalmente de seus intérpretes”.<sup>255</sup>

Destacamos, também, nos quadros da APL, o historiador Odilon Nunes. Este, foi recebido na APL, por seu discípulo e companheiro de pesquisas, Joaquim Chaves, o qual afirmou que só o fato daquele ser um exímio conhecedor da história piauiense, já merecia fazer parte dos quadros da Academia. Segundo Joaquim Chaves, as obras de Odilon Nunes são preciosas, não somente pela grande quantidade de documentos que utilizou, mas principalmente, pela sua seriedade em lidar com a pesquisa, pois detentor de uma impiedosa autocrítica, sempre se preocupou com a busca da verdade histórica.

Em 1966, um ano antes de sua entrada na Academia Piauiense de Letras, Odilon Nunes teve publicada sua obra *Pesquisas para a História do Piauí*, em três volumes, livro que segundo o autor, são subsídios históricos, isto é, um roteiro de fontes documentais sobre os antepassados do povo piauiense.<sup>256</sup> Sua intenção ao escrever e publicar as pesquisas era tornar-se útil aos seus contemporâneos, incentivando o surgimento de novos estudos sobre o Piauí, pois considerava que “Estudando a terra piauiense, não apenas aprendemos a amá-la, mas, sobretudo, a admirá-la nas tradições de sua gente, saturadas de sofrimento, mas também de idealismo”.<sup>257</sup> Por isso, Odilon Nunes considerava pertinente sua posse na APL, como demonstra a seguinte afirmação:

---

<sup>254</sup> SAMPAIO, Antônio (Mons.) Discurso de recepção a Raimundo Nonato Monteiro de Santana. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v. 3, p.175, 1972.

<sup>255</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. Discurso do Sr. Raimundo Nonato Monteiro de Santana. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v. 3, p.43, 1972.

<sup>256</sup> NUNES, Odilon. Discurso do professor Odilon Nunes. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano 23, n. 5.157, 14/15 jul. 1974, p. 5.

<sup>257</sup> NUNES, 1974, p. 5.

Só assim também podemos compreender nossa eleição para officiar no ritual que ora comungamos. [No qual] conforta o recém-imortal nascido e criado por obra da generosidade dos imortais da Academia Piauiense de Letras. Somente isso, pois longe está a presunção de ser artista, senão um admirador da arte. [...] Quis apenas testemunhar seu grande afeto à terra estremecida, e ela, tão boa e generosa, assim recompensa o filho que jamais em vida pensara atingir a imortalidade. Mas permiti ainda que vos diga, se ao estudo da história do Piauí se dedicou, foi a necessidade sentida do assentamento de bases documentais na elaboração de nossa historiografia, e também de revisões a serem feitas não somente sob o ponto de vista interpretativo, mas sobretudo sob o ponto de vista factual.<sup>258</sup>

No entanto, apesar de alguns leitores afirmarem que o estilo literário de Odilon Nunes é denso e difícil para uma compreensão rápida, os trabalhos historiográficos de Odilon Nunes tornaram-se referência, em virtude da pouca quantidade de pesquisa e obras históricas sobre o Piauí. Dessa forma, Padre Chaves afirmava que Odilon Nunes tinha todas as prerrogativas de um bom historiador, quais sejam: a busca por documentos, o uso de análise crítica, e de raciocínio lógico para encadear os vários acontecimentos e fontes históricas, “terreno perigosíssimo para os inexperientes, todo ele inçado de possibilidades de erro, o menor dos quais, cometido no princípio, no meio ou no fim do trabalho pode viciar inteiramente as conclusões”.<sup>259</sup> Assim, a história para Odilon Nunes era:

[...] ciência, e seu material de exame é o documento, e este nem sempre aparece em nossa historiografia, ainda em formação, e se aparece, quase sempre não traz a fonte originária, imprescindível à confrontação documental dos desvios sob o aspecto interpretativo e factual. Foi o que procuramos fazer. Contudo, sempre julguei meu trabalho literário, um trabalho de sapa, e assim o foi, eu o sentia, quando na poeira dos arquivos. [...]. Buscava eu também, nos escaninhos arquivais, preciosas jóias documentais, na esperança de valorizar a história de minha terra, e restabelecer em plenitude as tradições de minha comunidade, de tanta beleza e encantamento.<sup>260</sup>

Seu discurso de posse está marcado pela busca e valorização da verdade histórica e de um passado heróico, digno de memória e evocação. É esse reconhecimento da importância das tradições de um povo, e do culto aos mortos, que segundo Odilon Nunes, dava sentido as reuniões e posses de intelectuais na APL, pois acreditava que os objetivos desses discursos dos novos membros da APL, era reverenciar as qualidades daqueles homens de letras que

<sup>258</sup> NUNES, Odilon. Discurso de posse. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v. 3, p.113-114, 1972.

<sup>259</sup> CHAVES, Joaquim. (Mons.). Discurso de recepção a Odilon Nunes. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v. 3, p.123, 1972.

<sup>260</sup> NUNES, Odilon. Discurso de posse. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v. 3, p.114, 1972.

dignificaram o passado piauiense, para somente depois, declarar ocupada mais uma das cadeiras da instituição cultural.

Para Odilon Nunes, a escolha do patrono era considerada uma missão importante, face ao zelo pela memória cultural do Estado. Percebemos assim, que o objetivo maior dessa “tradição inventada,” seria estabelecer uma coesão social, um sentido de identificação com uma das mais antigas instituições culturais do Estado, a Academia Piauiense de Letras. Desta forma, não poderia ser uma escolha apressada ou aleatória, pelo contrário, deveria ser responsável, na medida em que sua função era homenageá-lo. Por considerar a história uma ciência que não comportava preocupações estéticas e ficcionistas, mas sim uma disciplina interessada em corrigir erros e distorções de antigos historiadores, Odilon Nunes escolheu como patrono de sua cadeira nº 34, o historiador Anísio Brito.<sup>261</sup>

Como Odilon Nunes, seu patrono teve uma vida dedicada ao estudo da História e à preservação das fontes documentais do Arquivo Público do Piauí, principalmente, quando exerceu a função de diretor deste estabelecimento, local onde segundo Nunes, Anísio Brito prestaria seu maior serviço à coisa pública. Dessa forma, acreditamos que a dedicação de Odilon Nunes aos estudos históricos, bem como, a paixão por documentos primários, foi inspirada, dentre outros motivos, na carreira do historiador Anísio Brito, considerado seu grande mestre, este foi homenageado por Odilon Nunes nas três edições de *O Piauí na História*,<sup>262</sup> e no seu discurso de posse na Academia Piauiense de Letras, no qual foi traçado um perfil deste intelectual.

No entanto, Odilon Nunes acreditava que Anísio Brito poderia ter contribuído mais para a produção historiográfica local, se não fossem seus trabalhos ligados à burocracia e ao magistério, área em que o autor tinha um importante desempenho. Suas ideias relacionadas à educação já eram consideradas precursoras no Estado, por defender a inclusão de cinco anos na Escola Normal, a atuação da mulher no ensino primário, e um cuidado especial para com os estudos musicais e de educação física.

---

<sup>261</sup> Anísio Brito de Melo nasceu em Piracuruca (PI) em 26.09.1886 e faleceu em 17.04.1946 em Teresina (PI). Foi dentista, militar, professor, historiador, diretor do Arquivo Público do Piauí, dentre outras funções. Foi sócio fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. Dentre suas obras publicadas, podemos citar: *Contribuição do Piauí à Guerra do Paraguai*; *O município piauiense*; *A quem pertence a prioridade histórica do desenvolvimento do Piauí*; *Adesão do Piauí à Confederação do Equador*; *Independência do Piauí*.

<sup>262</sup> NUNES, Odilon. *O Piauí na História*. Teresina: [s.n.], 1931. NUNES, Odilon. *O Piauí na História*. 2. ed. Teresina: Tipografia Popular, 1937. NUNES, Odilon. *O Piauí na História*. 3. ed. Teresina: [s.n.], 1959.

Considerando-se revisionista,<sup>263</sup> Odilon Nunes acreditava que a historiografia piauiense ainda estava em formação, e que a maioria das obras históricas, ainda, trazia visões distorcidas e/ou contraditórias a respeito de vários assuntos, como o processo de colonização e de independência do território piauiense. Além disso, elas não analisavam documentos históricos primários, e quando apareciam, não abordavam a fonte originária, para que fosse possível a confrontação documental e conseqüentemente, a legitimidade da produção historiográfica. Em relação à postura metodológica empregada por Odilon Nunes, Manoel Domingos Neto concluiu que:

A obra de Odilon Nunes chama a atenção por muitos aspectos. O primeiro, e mais importante, é a revelação de documentos originais. [...]. Odilon Nunes fez das fontes escritas, dos papéis poeirentos, amarelecidos, de difícil leitura, sua matéria-prima. Revelou elementos novos para a compreensão do processo histórico. [...]. Com mais de uma vez se exprimiu, pretendeu ‘deixar falar os documentos’. Esta postura, hoje criticada por alguns teóricos da história [...], representou um avanço considerável no estudo do processo evolutivo piauiense. [...] Dando grande importância ao documento escrito, tendeu a valorizá-lo como ‘prova da verdade’, do relato histórico, sem apurar as circunstâncias em que tais documentos foram redigidos [...].<sup>264</sup>

Além do título de imortal, seu trabalho de educador e historiador foi reconhecido pela sociedade, lhe valendo algumas premiações, como o título de Doutor *Honoris Causa*, outorgado pela Universidade Federal do Piauí, em 12 de julho de 1974. E em dezembro de 1980, recebeu a medalha do mérito do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (PE), em reconhecimento aos seus trabalhos publicados em favor da pesquisa histórica do Piauí. Sobre o trabalho de Odilon Nunes, o presidente da Fundação Joaquim Nabuco, Fernando de Melo Freire afirmou que: “na qualidade de autodidata e trabalhando com seus próprios meios, ele merece todo o respeito dos homens ligados à cultura, tanto assim que o conselho da Medalha do Mérito do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais aprovou a outorga da comenda por unanimidade de votos.”<sup>265</sup>

Outras homenagens foram prestadas a Odilon Nunes. Em sua cidade natal, Amarante (PI) foi inaugurada, em 26 de maio de 1989, a Casa Odilon Nunes, uma espécie de museu e biblioteca pública. Na capital do Estado, o Museu Histórico passou a se chamar Museu

<sup>263</sup> Odilon Nunes também considerava como historiadores revisionistas Anísio Brito, Celso Pinheiro Filho, Joaquim Chaves, Carlos Eugênio Porto, Jacob Manoel Gayoso e Almendra e Raimundo Santana.

<sup>264</sup> A PROEZA de Mestre Odilon. *O Dia*. Teresina, ano 38, n. 9.107, p. 12, 27-28 de ago. de 1989.

<sup>265</sup> ODILON Nunes é homenageado e recebe comenda. *O Dia*. Teresina, ano 29, n. 7.439, 27 dez. 1980, p. 8.

Odilon Nunes, em memória ao centenário de nascimento (10.10.1999) deste historiador piauiense. E em 2007, foi criado o Centro de Formação Professor Odilon Nunes, utilizado pela Prefeitura de Teresina como um local de treinamento para os funcionários municipais, além de receber profissionais de empresas privadas, bem como, da comunidade, para a realização de cursos de aperfeiçoamento e artes.

Outro historiador que tomou posse na década de 1960 na APL (14.10.1967) foi Wilson de Andrade Brandão, o qual se destacou não só pelos cargos ocupados e publicações realizadas na área jurídica, filosófica, literária e sociológica, mas também historiográfica, produzindo, posteriormente, obras como: *História da Independência no Piauí* (1973); *A Balaiada: aspectos sociais e políticos* (1974); *Historiografia piauiense* (1981); *Os oitenta anos da Cronologia histórica do Estado do Piauí* (1989); *Etnia piauiense* (1992); *Discurso sobre a História* (1994); *Formação social do Piauí* (1995); e *História do poder legislativo na Província do Piauí* (1997).

Exerceu, também, carreira no magistério, lecionando Francês no Liceu Piauiense (Colégio Estadual Zacarias de Góis), entre 1942/1964, Sociologia na Escola Normal Antonino Freire (1960/1963), Direito Civil na Faculdade de Direito do Piauí (1954/1968) e Língua e Literatura Francesa na Faculdade Católica de Filosofia. Também exerceu as funções de diretor do Liceu Piauiense, da Faculdade de Direito, e da Faculdade Católica de Filosofia. De acordo com o historiador Fonseca Neto:

A pesquisa e o magistério foram mesmo o ponto de chegada da militância intelectual do professor Wilson Brandão. Aliás, lembre-se desde logo que ele de há muito teve a compreensão de que o ser professor significa mais que ministrar conteúdos consagrados em manuais de ensino; mostrou com sua experiência que o magistério aplicado é, ao mesmo tempo, criação e repasse de conhecimentos [...].<sup>266</sup>

Para patrono da cadeira de nº 33 na Academia Piauiense de Letras, Wilson de Andrade Brandão escolheu Abdias Neves, que semelhante a ele, era dividido por duas paixões: o Direito e a História. Ambos formados no Curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, este, na Faculdade de Direito de Pernambuco, e aquele na Faculdade de Direito do Piauí, tiveram trajetórias de vida similares, os quais passaram pela experiência do magistério (como professor e diretor), da política, da administração pública, e principalmente, no campo historiográfico, legando obras de grande valor para a historiografia piauiense. Em relação à

---

<sup>266</sup> SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Brandão: entre Clio e Têmis. In: BRANDÃO, Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade; MORAES, Herculano (Orgs.). *Wilson Brandão: símbolo de uma geração*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 2005. p.119-120.

produção histórica de Wilson Brandão, Fonseca Neto afirmou que “seu objeto foi o Piauí. Sobre este, plasmou uma contribuição percuciente, moldada e iluminada em percepção teórica de acurada atualidade.”<sup>267</sup>

Como Abdias Neves, Wilson de Andrade Brandão percorreu os caminhos da Independência do Piauí e da formação social do povo piauiense, objetivando compreender o passado e construir uma identidade para o Piauí. Outro traço que aproximava estes historiadores era o caráter polemista de seus estudos.

No que se refere a Wilson de Andrade Brandão, destacamos o posicionamento diferente que este tinha em relação aos historiadores da época, Odilon Nunes, Mons. Chaves e Raimundo Santana, do que seria uma verdadeira obra historiográfica piauiense, gerando desta forma, discussões calorosas na década de 1980, de que é exemplo sua crítica à metodologia de pesquisa utilizada por Monsenhor Chaves. Segundo Wilson de Andrade Brandão a postura historiográfica de Monsenhor Chaves não era correta, por que:

O extremado amor à verdade histórica prende-o excessivamente ao material de arquivo. [...]. A obsessão do documento, muitas vezes já largamente divulgado, limita a visão e o descortino do historiador e lhe inibe o raciocínio. Por outro lado, isso importa no desprezo injustificável dos autores que antes versaram a matéria. Deve entender-se que o que já constitui assertiva indubitável prescinde de nova comprovação documental. É forçoso que se aproveite o trabalho realizado criteriosamente no passado, porque representa uma experiência adquirida. Padre Joaquim Chaves discorda desse magistério. E, com isso, empobrece grande parte de sua obra.<sup>268</sup>

Wilson de Andrade Brandão revela que Monsenhor Chaves atribuía um valor significativo aos documentos primários, desprezando os secundários, como as produções historiográficas que apresentavam os assuntos trabalhados por este historiador, terminando assim, por comprometer sua pesquisa, por não equilibrar a empiria com a teoria. Essa crítica em relação ao “culto documental”, e a concessão “ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável”,<sup>269</sup> demonstrava que durante a década de 1980, a corrente metódica da história, já não era mais tão aceita e legitimada como o era

<sup>267</sup> SANTOS NETO, 2005. p.119-120.

<sup>268</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. *Historiografia piauiense*. ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981. p.26.

<sup>269</sup> NORA, 1993. p.14.

nas décadas de 1950 a 1970, aspecto que prenunciava o aparecimento na década de 1990, de uma nova corrente historiográfica, isto é, da História sociocultural.

Wilson Brandão discordava igualmente da interpretação histórica de Abdias Neves, principalmente, sobre o perfil psicológico do piauiense, caracterizado em suas obras como lento, triste, passivo, conservador, rotineiro e pacífico, generalizando esses traços a todos os habitantes do Estado. Para Wilson de Andrade Brandão, Abdias Neves depreciava o povo piauiense, ao compará-lo com o cearense, descrito como forte e destemido, o que inferiorizava a população do Piauí. De acordo com Brandão:

Por trás desse pensamento está a velha concepção dos cronistas e autoridades reinóis [...]. Mas Abdias Neves, ao seu tempo, não poderia repetir semelhantes conceitos. Tem ele mesmo, em sua própria obra, os desmentidos dos que fizeram a Independência, dos que se arriscaram na adesão à República do Equador, dos que promoveram a Balaiada.<sup>270</sup>

Como historiador, Wilson Brandão acreditava no potencial revolucionário do povo, em sua bravura diária, no seu espírito guerreiro, destemido, capaz de suportar e vencer as adversidades da vida dura em um Estado pobre. No que diz respeito ao papel de historiador, Teresinha Queiroz acredita que “Wilson de Andrade Brandão deve ser lembrado mesmo é como notável pesquisador da história do Piauí do século XIX, trazendo contribuições inestimáveis para os temas ligados ao poder e à vida administrativa.”<sup>271</sup>

Exceto Wilson Brandão, todos os historiadores eleitos para a Academia Piauiense de Letras eram provenientes do Centro de Estudos Piauienses e do Movimento de Renovação Cultural, instituições que nas décadas de 1950 e 1960, representavam o esforço empreendido pela elite intelectual do Estado para a produção, qualidade, divulgação, e o crescimento da História do Piauí. Ainda em relação a estes historiadores, é válido destacar que dois deles tiveram funções bastante especiais na Academia, pois além de acadêmicos imortais, assumiram posteriormente, a presidência da instituição: Wilson Brandão e Raimundo Santana, respectivamente entre os anos de 1996 - 1997; e 2000- 2001.

A Academia Piauiense de Letras representou, portanto, o espaço social, político e cultural que legitimava as ações e pesquisas histórico-sociais desses homens de letras, principalmente, por ser um local de tradição e invenção da memória histórica piauiense.

---

<sup>270</sup> BRANDÃO, Wilson. Os oitenta anos da *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 72, n.47, p. 40, 1989.

<sup>271</sup> QUEIROZ, Teresinha. Historiografia piauiense. In: QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Bagaço, 2006. p.156.

### 3.2 As interlocuções da Academia Piauiense de Letras com o poder público estadual

Na presidência do Des. Simplício Mendes (1959-1971), a escassez de recursos na APL foi uma grande preocupação. Para enunciar esse fato, Simplício Mendes usou seu espaço reservado nas colunas dos jornais de Teresina, enfatizando a indiferença do poder público e de alguns sócios eleitos, bem como a necessidade de que o Estado cumprisse com suas obrigações de difundir, proteger e amparar a produção cultural da região. Segundo Simplício Mendes, a APL passava na década de 1960 por profunda crise econômico-cultural, porque:

A Academia é paupérrima, não pode pagar jetom e, nesses tempos de materialismo pragmatista, arrosta também a indiferença dos próprios intelectuais piauienses. Não correndo o ouro, não há atrativo nem idealismo, que possa interessar e valer no plano emocional da inteligência e das artes literárias. Poucos, raros os que se mantêm em vigília, guardando o fogo sagrado do culto dos antepassados. [...]. Há, porém, um raiar de esperança na compreensão e alto gabarito intelectual do Governador Petrônio Portella, que protegerá as letras, - dando, proporcionando à Academia, o que a Academia pobre precisa e merece, pela edificante grandeza dos compromissos culturais, da sua missão civilizadora e histórica.<sup>272</sup>

Para ele, o que faltava no Estado do Piauí era uma política de valorização da cultura local, o que era perceptível não só pelo descaso com a APL, cuja sede era provisória e sua mobília inexistente, por ter sido confiscada pelo governo do interventor Landry Sales (1931-1935), em 1931, para servir ao Tribunal de Contas do Estado. Além disso, a subvenção anual de cinco contos de réis, criada pelo Estado, através da Lei nº 131 de 9 de julho de 1937, para ajudar nas despesas da Academia, principalmente na publicação de sua revista, e de obras dos membros efetivos e dos demais piauienses, também foi retirada, e sua revista não era publicada desde 1943 por falta de verbas. Tendo em vista esta situação, Simplício Mendes afirmou: “Os [literatos] mortos protestam do além. Mas tudo porque a Academia é paupérrima e o governo piauiense não a protege, não a ampara, e nem lhe restitui a mobília de que foi espoliada pela violência da ditadura em 1931, há mais de 30 anos [...]”<sup>273</sup>

Como podemos perceber, a APL não possuía sede própria, suas reuniões ordinárias ocorriam nas casas dos próprios sócios, já as extraordinárias e solenes, nas dependências de prédios públicos. Dentre outros espaços, a Academia Piauiense de Letras já se reunira e fora

<sup>272</sup> MENDES, Simplício de Sousa. A nossa revista. *O Dia*. Teresina, ano 15, n. 1475, 28 fev. 1965, p.3.

<sup>273</sup> MENDES, Simplício de Sousa. Atividades da cultura acadêmica. *O Dia*. Teresina, ano 15, n. 1.490, 20 mar. 1965, p. 3.



sediada na casa de Clodoaldo Freitas, no Teatro 4 de Setembro, na Assembléia Legislativa, na residência de Simplício de Sousa Mendes, em sala do Arquivo Público do Piauí, na Escola Normal, no Colégio das Irmãs, e no Liceu Piauiense. Diante dessa migração involuntária, o acadêmico José Miguel de Matos solicitou em 1975, através do jornal *O Dia*, o apoio do então governador do Estado do Piauí, Alberto Silva, para que a APL conseguisse uma sede definitiva. Escrita sob o impacto emocional da morte de D. Maria Edite Resende Tito, viúva do acadêmico José de Arimathéa Tito, sua manifestação significava:

[...] não [...] um apelo ao Governador Alberto Tavares Silva, porque seria querer de mais de um chefe de estado que se tornou pela criação do Plano Editorial do Estado - iniciativa *sui generis* no Brasil - o grande Mecenas das letras do Piauí e pela ajuda que tem dado ao nosso *Petit Trianon*, o seu maior benemérito. Representa sim uma sugestão - uma mera sugestão - para que, antes de findar o seu mandato - o mais luminoso de nossa terra - brinde a inteligência do Piauí com um teto definitivo, mandando adquirir, para sede própria da Academia Piauiense de Letras, o prédio número 1481, da Rua Elizeu Martins (esquina de 24 de Janeiro), onde faleceu, enlutando o sentimento cultural do Piauí, a 24 de março de 1963, o acadêmico José de Arimathéa Tito (pai), seu proprietário e figura oracular da 'Casa de Lucídio Freitas'. Com esse gesto, Vossa Excelência, além de cumprir promessa feita aos acadêmicos do Piauí, abrigará do sol, da chuva, da neblina e do sereno os ilustres hóspedes do areópago piauiense, e entrará para a nobre história das ciências, das artes e das letras de sua terra natal [...].<sup>274</sup>

José Miguel de Matos esperava assim, que o governo pudesse homenagear os acadêmicos, em especial, José de Arimathéa Tito, um dos principais intelectuais com que o Estado já contara, contribuindo com a concessão definitiva de um prédio para a APL, realizando uma promessa que vinha sendo feita aos acadêmicos por vários governantes piauienses, e que nunca havia sido concretizada. Todavia, somente a partir da década de 1980, especificamente, no dia 29 de abril de 1986, é que a APL passou a viver “sob um teto que a abrigará para sempre”, localizado na Avenida Miguel Rosa, nº 3.300, zona sul de Teresina, através de doação do Governador do Estado, Hugo Napoleão (1983-1986). Como vimos, a Academia Piauiense de Letras enfrentou muitos desafios até conseguir sua sede definitiva, pois conforme registros da própria Academia:

Fundada a 30 de dezembro de 1917 e instalada solenemente a 24 de janeiro de 1918, a Academia Piauiense de Letras pleiteou, anos a fio, a sua sede própria. Infrutíferos os esforços. O Governador João Luís Ferreira, em 1924, quando se concluía a estrutura do teto da Escola Normal, recomendou que se examinasse se as fundações do prédio suportavam um terceiro pavimento. O

<sup>274</sup> MATOS, José Miguel de. Casa de Lucídio Freitas não tem teto, mas vive. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4131, 14 fev. 1975, p. 12.

engenheiro Luís Mendes Ribeiro Gonçalves conta: ‘Dias depois ele me cobra a resposta da incumbência. Digo-lhe que tudo seria possível, menos concluir a construção para a passagem de governo, como era seu propósito. Após ouvir-me, refletiu um instante, torceu a mecha de cabelo na testa, como era seu hábito, e arrematou: ‘Então deixemos de pensar nisso’. Espicaçado pela curiosidade, indago: ‘E qual era seu objetivo?’ E ele logo esclareceu: ‘Eu desejava deixar alojadas no terceiro pavimento a Academia Piauiense de Letras e o Instituto Histórico’. Presidente da APL e Governador do Estado, Matias Olímpio enfrentou sérias lutas no Sul do Estado e o cerco da Coluna Prestes, não lhe sendo possível, conforme acentuou, conceder o teto acadêmico. Tempos depois, sensível ao problema, Leônidas Melo, Governador, concedeu à APL a subvenção anual de cinco contos de réis, de que se reservaria parte para a aquisição da sede. Não pôde economizar o necessário. Como interventor federal, Leônidas tencionava dar a sede própria da Casa de Lucídio Freitas, mas o chefe do governo e três desembargadores acadêmicos se desavieram, crescera as paixões, e a ideia ficou para tempos de harmonia. No 25º aniversário da APL, orador oficial, o acadêmico Arimathéa Tito (pai) proclamava: ‘Não tem teto, mas vive! Encontra almas generosas, que lhe dão agasalho, compadecidas de sua humildade...’ [...] A reivindicação da sede própria prosseguiu junto aos poderes públicos. [...] Em sessão solene acadêmica, pouco depois de assumir a chefia do Executivo piauiense, Hugo Napoleão do Rego Neto, assumiu o compromisso de conceder o teto definitivo da Casa de Lucídio Freitas- e o fez, sob aplausos, a 29 de abril de 1986, contando com o trabalho constante do Secretário Jesualdo Cavalcante [...].<sup>275</sup>

---

<sup>275</sup> COMENTÁRIO. *Notícias Acadêmicas*. Teresina, ano 1, n. 4, p.1, abr. 1986.



Fotografia 03: Sede da Academia Piauiense de Letras.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Além dessa dificuldade em conseguir uma sede para a APL, o presidente Simplício Mendes, desde os anos 1950, também criticava o descompromisso que a grande parte da mocidade piauiense tinha em relação às letras, e com a cultura, de uma forma geral. Sobre o assunto, o jornalista Oscar Filho se posicionou da seguinte forma:

Infelizmente, o velho professor de Direito Constitucional [Simplício Mendes] da nossa Faculdade de Direito tem razão. A mocidade piauiense, que, façamos justiça, é inteligente, [mas] não se preocupa com assuntos de literatura. [...]. Afora meia dúzia de moços que se dedicam às letras, fazendo jornalismo ou escrevendo história, teatro, poesia, etc - como William Palha Dias, Osvaldo Soares do Nascimento, Francisco Bento, Fontes Ibiapina, Raimundo Reis, dois outros que pesquisam e escrevem sobre assuntos econômicos como Raimundo Santana (Catedrático da Faculdade de Direito) e Raimundo Veloso (acadêmico de Direito), não se tem notícia de atividades literárias por parte dos moços piauienses. [...]. Nenhum jovem, do nosso

conhecimento, procura manter colunas literárias nos jornais que circulam no meio. E falta de estímulo não é, pois se aqui são poucos os concursos de natureza literária (um da Prefeitura, realizado em novembro de 1958 e de reportagens aberto pela Tribuna Acadêmica da Faculdade de Direito, não realizado por falta de concorrentes), os jornais estão constantemente dando notícia de certames de âmbito nacional, cujos prêmios são por demais tentadores, deles até proporcionando viagens ao exterior.<sup>276</sup>

Em decorrência da falta de efervescência cultural em Teresina, o jornalista Francisco Rodrigues de Freitas pedia que os homens de letras e os detentores do poder político do Estado, adotassem uma atitude, pois:

Como se quer preparar a juventude desta terra para continuar o trabalho das gerações passadas, se não lhe ensinam a venerar e a imitar os mais autênticos valores de seu torrão natal? Como há de se querer despertar na juventude piauiense um real apego ao Piauí se não lhe dão motivações para tanto? Onde estão os nossos intelectuais do presente? Onde estão os nossos professores? Onde estão os nossos escritores e ensaístas? Onde estão os nossos jornalistas? Onde estão os imortais da Academia Piauiense de Letras? Onde estão todos que não veem esse gravíssimo erro, esta falha imperdoável? [...]. É preciso que apareçam. É necessário que acordem todos deste sono.<sup>277</sup>

Procurando contribuir para a difusão do conhecimento histórico piauiense, Simplício Mendes solicitou ao governador Petrônio Portella Nunes, e ao prefeito de Teresina, Hugo Bastos, o financiamento para a reedição de obras históricas que estavam esgotadas: *Cronologia histórica do Estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República (1909),<sup>278</sup> do historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa, *A guerra do Fidié* (1907),<sup>279</sup> e *O Piauí na Confederação do Equador* (1921),<sup>280</sup> ambas do historiador piauiense Abdias Neves. No entanto, as duas primeiras só foram reeditadas através do Plano Editorial, em 1974, promovido pelo governador Alberto Silva (1971-1975). E o último, pela Editora da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI), em 1997. Desta forma, a intelectualidade piauiense lutava por uma política editorial séria e compromissada, a ser realizada com urgência, durante a década de 1960. Segundo reportagem no jornal *O Dia*:

<sup>276</sup> FILHO, Oscar. Inatividade literária: coluna da cidade. *Folha da Manhã*, Teresina, ano 2, n. 286, 26 fev. 1959, p. 5.

<sup>277</sup> FREITAS, Francisco Rodrigues de. Ressuscitem os imortais. *O Dia*, Teresina, ano 14, n. 1.233, 29 mar. 1964, p.6.

<sup>278</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até à Proclamação da República. Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife, 1909.

<sup>279</sup> NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Teresina: Livraria e Tipografia Veras, 1907.

<sup>280</sup> NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

[...] nossa produção editorial ainda está longe de responder à capacidade do mercado leitor. Mesmo descontando a forte massa de analfabetos e a elevada população infantil, sobra um contingente potencial altíssimo que não é atendido, ou é atendido por publicações estrangeiras; por outro lado, o campo das bibliotecas semipúblicas e privadas e das associações culturais sugere aberturas substanciais para uma expansão do livro nacional.<sup>281</sup>

Nesse sentido, a Academia tentava mudar esta situação, incentivando o surgimento de prêmios literários, além dos já existentes, como os prêmios Abdias Neves, Da Costa e Silva, Jônatas Batista e Félix Pacheco. Segundo Simplício, deveria existir o prêmio Clodoaldo Freitas, para a pesquisa da história piauiense, o prêmio Higino Cunha, para os jornalistas, prêmio engenheiro Sampaio, para os economistas e planejadores da produção do Estado, e prêmio Anísio de Abreu, para estudos que versassem sobre a política do Império e da República.

Além disso, a APL teve importante atuação no final da década de 1960, ao administrar, através de convênio firmado com o Governo do Estado, o Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito, tendo sido atribuída ao presidente da Academia, Simplício Mendes, a função de diretor do Arquivo do Piauí.

A presidência de Simplício Mendes, também, foi marcada pela passagem das comemorações do cinquentenário da Academia Piauiense de Letras, realizadas em dezembro de 1967. Este fato por sua vez, suscitou a atenção e o apoio da intelectualidade e dos políticos locais, como o do governador Petrônio Portella, o qual já estava se despedindo do governo, devido sua candidatura para o senado da República.

Porém, mesmo não estando presente no momento da realização das festividades, sua colaboração ficou registrada nas revistas de 1965 e 1972, onde existem, respectivamente, homenagens e agradecimentos a ele. Foram nos três volumes do ano de 1972 dessa revista, denominados de edição do cinquentenário, que as comemorações dos 50 anos da APL tiveram seu destaque, pois entre 1967 a 1971, a revista da Academia não circulou.

Nas solenidades de comemoração do jubileu de ouro da APL, que aconteceram entre os anos de 1967 a 1969, as autoridades públicas do Estado, também, participaram das conferências e festividades, como o governador do Estado, Helvídio Nunes de Barros (1966-1970), que ofereceu em homenagem à Academia, banquetes aos seguintes convidados: vice-governador João Clímaco de Almeida, prefeito de Teresina Joffre do Rego Castelo Branco, presidente do Sindicato dos Jornalistas Araújo Mesquita, arcebispo D. Avelar Brandão Vilela,

---

<sup>281</sup> ENTIDADES culturais e livros. *O Dia*, Teresina, ano 15, n. 1611, 4 ago. 1965, p. 6.

presidente do poder Judiciário Edgard Nogueira, às forças armadas, aos representantes federais do Piauí no Congresso Nacional, professores, estudantes, intelectuais, etc.

Todavia, o apoio a estas comemorações, não partiu apenas do Estado, mas também, de intelectuais de outras regiões, como o Comandante Carlos Garrido, da Academia de Alagoas e presidente da Federação das Academias de Letras do Brasil, que ofereceu à Academia, brasão e medalhas comemorativas do jubileu de ouro, pois considerava que “Todas as unidades políticas do País têm cunhado medalhas comemorativas, assinalando os mais diversos eventos, menos o Piauí, que, jamais em tempo algum, teve qualquer, por mais banal.”<sup>282</sup>

Nestas conferências foram homenageados os dez sócios fundadores da APL, todos já falecidos, exceto Édison Cunha, que participou das festividades, recebendo assim, homenagens especiais. Estas comemorações serviam para mostrar o poder da instituição perante a sociedade piauiense. Sobre a importância das festas, Jaime de Almeida e Ana Rego Souza acreditam que “não há como negar que festa e poder se atraem – relação cimentada por uma necessidade de ritualização que, de um jeito ou de outro, acompanha o homem em seu viver em sociedade. O poder, qualquer que seja sua instância, não só tem instituído festas como se apropria das existentes.”<sup>283</sup>

Na presidência de Arimathéa Tito Filho (1971-1992), as ações estatais de promoção cultural tiveram importante presença na Academia. Em sua opinião, existia boa convivência entre governo e instituições culturais piauienses, a exemplo da Academia Piauiense de Letras, pois segundo ele:

Naturalmente, não há uma instituição no Brasil que não sofra [influência política]. Não é que eles mandem, apenas têm uma convivência. Eles são políticos e se interessam por tudo que é político. Inclusive, há uma coisa muita falha, nenhum político dá dinheiro à Academia, ela recebe verbas estadual e federal. O governo do Estado até 31 de dezembro do ano passado [1990] dava 20 mil cruzeiros, onde gastamos apenas com correspondência cerca de 3 mil diariamente, o governo federal faz uma doação anual, e no ano de 90, ela foi de 80 mil.<sup>284</sup>

De acordo com Tito Filho, a Academia Piauiense de Letras necessitava como as demais instituições culturais, da ajuda do governo para prosseguir com dinamismo suas atividades,

<sup>282</sup> O CINQUENTENÁRIO da Academia. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v. 3, p.12, 1972.

<sup>283</sup> ALMEIDA, Jaime de; SOUZA, Ana Guiomar Rego. Qualquer festa é festa? PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Sensibilidades e sociabilidades: perspectivas de pesquisa*. Goiânia: Editora da UCG, 2008. p. 32.

<sup>284</sup> TITO FILHO, José de Arimathéa. Entrevista: A. Tito Filho: um homem polêmico. *Impacto*, Teresina, ano 3, n. 13, p.8, 1991.

pois além de outras formas de apoio, era o Estado que pagava o aluguel da casa onde funcionava a APL na década de 1970, pois o papel desempenhado pela maioria da sociedade local era praticamente nulo. De modo geral, o presidente da APL considerava que “a coletividade, [só] vive de clubes, de almoços, de jantares, de cervejadas, de futilidades, [...]. Aqui, o sujeito compra uma cerveja por duzentos cruzeiros, mas se recusa a gastar duzentos cruzeiros com um livro.”<sup>285</sup>

A administração de Arimathéa Tito Filho na APL, também foi frutífera, pois a instituição contou, a partir de 1974, com subvenções estaduais permanentes, concedidas mensalmente pelo governador Alberto Silva, no valor de Cr\$ 5 mil cruzeiros. No governo de Dirceu Arcoverde (1975-1979), especificamente, a partir de julho de 1978, o chefe do executivo estadual aumentou essa subvenção para Cr\$ 10 mil cruzeiros. Sobre a importância do Estado na promoção cultural, El Far acredita que “Sem a proteção do Estado para legitimá-la perante a sociedade, as chances [das Academias de Letras sobreviverem] seriam mínimas. Além disso, seria inviável dividir as despesas necessárias às reuniões entre os literatos, dadas as condições financeiras em que a maioria deles vivia.”<sup>286</sup>

Contando com o apoio público, a Academia recebeu em 1975, do Conselho Federal de Cultura, Cr\$ 30 mil cruzeiros para ajudar na compra de equipamentos; e em 1976, deputados e senadores do Piauí, como Petrônio Portella Nunes, Helvídio Nunes de Barros, Celso Barros Coelho e Hugo Napoleão do Rêgo Neto, consignaram verbas para a Academia no valor de Cr\$ 15 mil cruzeiros, sendo que esta foi elevada em 1977, para Cr\$ 63 mil cruzeiros, em 1979, para Cr\$ 140 mil cruzeiros, e em 1984 foi registrado o maior valor em dinheiro: Cr\$ 1.280.000 de cruzeiros. Além destes, destacamos como mecenas da APL: a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério da Educação e Cultura, a Prefeitura de Teresina, a Fundação Nacional Pró-Memória, e o RCB Investimentos S/A.

Em 1986, a Academia Piauiense de Letras foi registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural do Ministério da Cultura, podendo, desta forma, receber patrocínio e doações instituídos através da Lei 7.505. Assim, os investimentos e o apoio relacionado com a cultura local procediam, em grande parte, das autoridades públicas.

A relação entre Estado e Academia Piauiense de Letras tornou-se mais forte, quando governantes como Leônidas Melo, Petrônio Portella, Alberto Silva, Dirceu Arcoverde e Hugo Napoleão, não apenas contribuía com recursos financeiros para a manutenção da APL,

---

<sup>285</sup> TITO FILHO, José de Arimathéa. Entrevista: A. Tito Filho. *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, p.19, dez./fev. 1983.

<sup>286</sup> EL FAR, 2000, p.55.

como prestigiavam acontecimentos importantes que esta instituição realizava, patrocinando a publicação e reedição de obras de acadêmicos mortos e vivos. No que se refere ao apoio estatal à publicação de obras literárias e históricas, o jornal *Notícias Acadêmicas* destacou que:

No Império, o governo do Piauí (Vieira da Silva) sancionou lei que autorizava a publicação de ‘Impressões e Gemidos’ de J. Coriolano, e no regime republicano Anísio de Abreu mandou editar ‘Cronologia Histórica do Estado do Piauí’, de Pereira da Costa. Os intelectuais pouco prestígio desfrutavam no sentido de dar a lume os seus trabalhos. Leônidas Melo, entre 1935 e 1945 [ofereceu] muito amparo às letras, divulgando Celso e João Pinheiro, as Memórias de Fidié, Higinio Cunha e alguns outros; Pedro Freitas mandou fazer a primeira parte da *Descrição do Piauí*, de Antônio Sampaio. O notável Petrônio Portella editou, dentre outros, os trabalhos de Odilon Nunes. Com o governador Helvídio se estamparam alguns títulos históricos e literários. Alberto Silva cria e sustenta o Plano Editorial do Estado e realiza várias publicações, entre mortos e vivos, com permanente cooperação da APL, que inclusive organizou e comentou edição de ‘Lira Sertaneja’. Na administração seguinte, Dirceu Arcoverde entrega ao público *Veríssimo de Castro e Isabel Vilhena*. No período de Lucídio Portella fazem-se umas dez ou mais divulgações de bons livros. Os exemplos frutificaram. Hugo Napoleão apóia, incentiva o esforço de Jesualdo Cavalcante no Projeto Petrônio Portella - e duas dúzias de obras de melhor conceito se distribuem entre 1984 e 1986.<sup>287</sup>

Os momentos em que as relações entre a APL e as autoridades públicas mostraram-se mais presentes e participativas, são aqueles das festividades de comemoração da Academia, como nos mostram as solenidades do seu 60º aniversário (30.12.1977), realizadas em janeiro de 1978, ocasião em que houve contribuições especiais do Governo Estadual, na ordem de Cr\$ 90 mil cruzeiros e do Ministério de Educação e Cultura, de Cr\$ 53 mil cruzeiros. Como parte destas comemorações, ocorreram posses de acadêmicos, dentre eles, Armando Madeira Bastos, na cadeira nº 27, e a concessão de diploma de sócio benemérito aos ex- governadores Alberto Silva e Leônidas Melo, e ao senador Petrônio Portella Nunes.

Em 1979, o senador Petrônio Portella Nunes foi eleito para a cadeira nº 16, vaga após a morte de Edgard Nogueira. Em homenagem ao senador Petrônio Portella, o outro candidato a esta cadeira, José Eduardo Pereira, desistiu de sua candidatura, para que aquele viesse a fazer parte dos quadros de imortais da APL. Porém, mesmo com o falecimento do senador no dia 6 de janeiro de 1980, isto é, antes de sua posse na Academia, o Presidente desta instituição, Arimathéa Tito Filho apresentou aos seus pares, a proposta de se considerar eleito na APL o

---

<sup>287</sup> COMENTÁRIO. *Notícias Acadêmicas*. Órgão da Academia Piauiense de Letras. Teresina, ano 1, n. 3, março de 1986. p. 1.



senador Petrônio Portella Nunes, como gesto de reconhecida homenagem aos serviços prestados à cultura do Estado do Piauí, e do país como um todo, ao exercer as funções de prefeito de Teresina, governador do Piauí, senador, deputado estadual, federal, ministro e presidente do Congresso Nacional. Assim, diante do reconhecido valor deste ilustre piauiense, todos os acadêmicos manifestaram-se favoráveis à sua posse (*post-mortem*).

Dessa forma, Petrônio Portella Nunes foi empossado na cadeira nº 16, no dia 12 de setembro de 1980, no Teatro 4 de Setembro. O discurso foi realizado pelo seu irmão e Governador do Piauí (1979-1983) Lucídio Portella, que proferiu sobre os ocupantes anteriores desta cadeira, e agradeceu a homenagem que a APL prestava a Petrônio Portella. O discurso de recepção foi realizado pelo Presidente da Academia Arimathéa Tito Filho, no qual apontou aspectos nobres da personalidade daquele homem público. Com isso, a Academia sedimentava seu prestígio político-social, acrescentando em seus quadros, pessoas de notória importância.

Através de seus membros, a APL também apoiava os dirigentes políticos piauienses, fazendo-se presente nos eventos político-sociais da capital piauiense, como a posse ocorrida em 1986, de Raimundo Wall Ferraz e de Deoclécio Dantas, Paulo Freitas, Manfredi Cerqueira, e Antônio Ribeiro de Almeida, para os cargos, respectivamente, de Prefeito e Vice-Prefeito de Teresina, Presidente, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e na Corregedoria Geral da Justiça.

Por proposta do acadêmico Herculano Moraes, a APL criou o Diploma do Mérito Cultural Lucídio Freitas, com a finalidade de condecorar anualmente, as cinco personalidades que mais se destacaram em serviços culturais prestados ao Estado do Piauí. Desta forma, no primeiro ano da concessão dos diplomas (1983), foram eleitas as seguintes personalidades: Lucídio Portella, João Freitas, Raimundo Wall Ferraz, Milton Brandão e Possidônio Queiroz.

A colaboração realizada entre poder público e instituições culturais eram imprescindíveis para a manutenção do poder simbólico. Sobre este aspecto, Pierre Bourdieu acredita que ele é um mecanismo de “integração social, enquanto instrumentos de conhecimentos e de comunicação, [tornando] possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social [...]”<sup>288</sup> Desta forma, os representantes políticos piauienses faziam parte da vida da Academia Piauiense de Letras, através do apoio as suas atividades, e em contrapartida, a APL os legitimava perante a sociedade, aumentando o seu poder simbólico.

---

<sup>288</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.10.

No que se refere aos assuntos culturais, o poder estatal, na maioria das vezes, delegava funções à Academia Piauiense de Letras, como a execução do Plano Editorial da década de 1970, criado pelo governo Alberto Silva (1971-1975), e no Projeto Petrônio Portella, idealizado pelo governo Hugo Napoleão (1983-1986), que tinha como objetivo, (re) editar obras históricas e literárias sobre o Estado do Piauí. Sobre a origem do Plano e a participação da APL nesta política editorial, Arimathéa Tito Filho destacou que:

O Plano Editorial do Piauí nasceu de uma idéia do jornalista Armando Bastos, que gostava desses cometimentos culturais. Muita gente pensa que fomos nós o idealizador deste plano. Quando ele se criou, ao menos nos ouviram. Na época, pensamos até em protestar porque o decreto que criou o Plano dizia que o governador nomearia um membro da Academia Piauiense para integrá-lo, sem que o governo tivesse essa faculdade; poderia pedir a cooperação da Academia, mas nunca nomear um acadêmico. Mas como da polêmica ou da contestação nada se lucraria, era melhor ajudar calando.<sup>289</sup>

Devido ao prestígio conquistado no meio intelectual piauiense, principalmente no governo Alberto Silva (1971-1975), pelos serviços prestados de revisão, atualização e comentários de grande parte das obras editadas através do Plano Editorial do Estado, a APL chegou a receber os direitos autorais da obra *Antologia de sonetos piauienses*,<sup>290</sup> do poeta Félix Aires.

Em relação ao Projeto Petrônio Portella, criado em 1984, firmaram-se convênio entre a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, representada pelo Secretário Dr. Israel José Nunes Correia, também Presidente da Fundação Cultural do Piauí, e a Academia Piauiense de Letras, representada pelo seu Presidente Prof. José de Arimathéa Tito Filho, no dia 5 de agosto de 1987, que teve como testemunha o Governador Alberto Silva (que exerceu o segundo mandato entre os anos de 1987-1991). De acordo com as cláusulas do referido contrato, a Secretaria da Cultura teria que transferir mensalmente à Academia Piauiense de Letras, o relativo a 50% (cinquenta por cento) dos recursos financeiros do Projeto Petrônio Portella, sendo que a APL deveria apresentar relatório mensal e quadro financeiro demonstrativo dos valores recebidos e aplicados dentro de um prazo de trinta dias.

Além disso, nas publicações aprovadas pelo Conselho Editorial da Academia, deveria constar a seguinte referência: “Governo Alberto Silva- Projeto Petrônio Portella”, indicando também as entidades e seus respectivos dirigentes, que apoiaram a publicação das obras editadas. Dessa forma, através de parceria com o Governo do Estado e o Ministério da

<sup>289</sup> TITO FILHO, José de Arimathéa. Entrevista: A. Tito Filho. *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, p.22, dez./fev. 1983.

<sup>290</sup> AIRES, Félix. *Antologia de sonetos piauienses*. Teresina: COMEPI, 1972.

Educação e Cultura, a Academia Piauiense de Letras conseguiu realizar importante trabalho no que diz respeito à edição de livros de autores locais, principalmente na década de 1980, como *Copa e cozinha*,<sup>291</sup> de Cunha e Silva; *O Piauí na segunda metade do século XIX*,<sup>292</sup> de Miridan Knox; *Da Costa e Silva*,<sup>293</sup> de José Miguel de Matos; *Sinhazinha de Karnak*,<sup>294</sup> de Lilizinha Carvalho; *Vaqueiro e visconde*,<sup>295</sup> de José Expedito Rego; além da coletânea em prosa e verso de Jônatas Batista, lançada no centenário de seu nascimento. Em 1986, isto é, no ano do centenário da Igreja de São Benedito, fundada em 3 de junho de 1886, a Academia Piauiense de Letras, com o apoio da Prefeitura de Teresina, também participou da reedição de um livro sobre este importante centro religioso.<sup>296</sup>

Acredita-se que a maioria dos intelectuais das principais instituições político-culturais, tinha o poder/mérito de terem seus trabalhos publicados sob o selo e/ou apoio do Estado, perpetuando dessa forma, uma memória histórico-literária piauiense. Intelectuais como Arimathéia Tito Filho, representavam os papéis de funcionários públicos e escritores, e tinham facilidade para publicar suas produções, devido a sua proximidade com o poder estatal. Sobre esta relação entre intelectuais e Estado, Sérgio Miceli, considera que aqueles:

Na condição de presas da máquina do Estado e, ao mesmo tempo, desejosos de se livrarem dos cerceamentos que costumam incidir sobre os praticantes de uma arte e uma literatura oficial, resolveram esse dilema cedendo ao encanto de justificações idealistas. O mérito dessa solução era o de manter estanques, no plano das representações, as dimensões de sua existência enquanto escritores e enquanto funcionários. Como não dispunham de recursos alternativos para minorar a servidão de intelectuais subvencionados, se esquivaram em lidar com a questão das condições institucionais de que eram beneficiários. [...] Vendo-se a si próprios como responsáveis pela gestão do espólio cultural da nação, se dispõem a assumir o trabalho de conservação, difusão e manipulação dessa herança, aferrando-se a celebração de autores e obras que possam ser de alguma utilidade para o êxito dessa empreitada.<sup>297</sup>

Apesar dos cerceamentos e das censuras oficiais, estes intelectuais sabiam administrar suas funções de funcionários do Estado e escritores, trabalhando em benefício da cultura, selecionando obras que eram importantes para o meio literário local. Desta forma, ao garantir

<sup>291</sup> SILVA, Cunha e. *Copa e cozinha*. Teresina: APL/Projeto Petrônio Portella, 1988.

<sup>292</sup> KNOX, Miridan. *O Piauí na segunda metade do século XIX*. Teresina: COMEPI, 1986.

<sup>293</sup> MATOS, José Miguel de. *Da Costa e Silva: o poeta da saudade*. Teresina: COMEPI, 198[?].

<sup>294</sup> CASTELO BRANCO, Lilizinha de Carvalho. *Sinhazinha de Karnak*. Teresina: COMEPI, 198[?].

<sup>295</sup> REGO, José Expedito. *Vaqueiro e visconde*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

<sup>296</sup> TITO FILHO, José de Arimathéia. *A igreja do Alto da Jurubeba*. Teresina: [s.n.], 1978. TITO FILHO, José de Arimathéia. *A igreja do Alto da Jurubeba*. Teresina: APL, 1986.

<sup>297</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979. p.158-159.

o acesso dos “grandes” autores piauienses na órbita dos planos editoriais, as autoridades do poder público se transformam na instância de validação e reconhecimento da produção intelectual. É em função desse lugar social que o fazer histórico se organiza e é legitimado pela sociedade, que por sua vez, torna possível a realização de novas pesquisas.

### 3.3 A historiografia na *Revista da Academia Piauiense de Letras*

Uma das obrigações da APL era criar uma revista que publicasse os discursos de posse e de recepção, as conferências literárias ou de caráter educativo e histórico, poesias, e resenhas de obras dos acadêmicos ou dos sócios da instituição. Nesse sentido, a revista da Academia seria um instrumento de enquadramento da memória de seus acadêmicos, principalmente por ela representar um espaço, no qual os intelectuais poderiam divulgar seus trabalhos, seus pontos de vista, suas ações culturais, servindo de modelo para as instituições culturais da região, sobre quais medidas político-culturais seriam mais relevantes para o Estado do Piauí.

Porém, apesar dos escassos recursos que possuía, da pequena ajuda do poder público, e de falhas existentes na sua circulação,<sup>298</sup> os membros da Academia Piauiense de Letras conseguiram produzir textos importantes sobre a História e a Literatura do Piauí. No primeiro número de sua revista, ela já nos mostra a sua finalidade e importância:

[...] esta publicação, [é] destinada, principalmente, a difundir o gosto das boas letras e dos estudos de história e geografia do Piauí, de que tanto carecemos. O nosso olvido pelas coisas piauienses concorre para que sejamos esquecidos dentro do país, de forma que os geógrafos e historiadores cometem os erros mais grosseiros sempre que se referem a nossa terra, tão pouco amada de seus filhos. A fundação da Academia de Letras e a publicação desta Revista visam chamar a atenção dos entendidos para o estudo de quanto nos possa interessar, de seus homens, de suas coisas, tanto quanto estiver ao alcance das nossas forças.<sup>299</sup>

A APL preocupava-se em legitimar a identidade piauiense, e diminuir as distorções de imagens preconceituosas veiculadas por jornalistas, geógrafos e historiadores do centro-sul do país, que por sua vez, incomodavam a sociedade piauiense. Um dos objetivos da circulação da revista era incentivar o conhecimento da produção escriturística do Piauí, no intuito de fazer

<sup>298</sup> A maior falha na produção e circulação da *Revista da Academia Piauiense de Letras* durou vinte anos, correspondendo aos anos de 1943 a 1963.

<sup>299</sup> ADVERTÊNCIA. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v.1, n.1, p.1, jun. 1918.

com que o Estado fosse valorizado pelos seus habitantes e pela população brasileira em geral, perpetuando sentidos e valores para a posteridade. Para isso acontecer, era preciso muito mais do que a simples publicação de um periódico ou de obras histórico-literárias, pois de acordo com Pierre Bourdieu, a aceitação de uma idéia ou a sua subversão, depende da legitimidade conferida ao lugar social onde atuam os intelectuais, e não apenas da crença na competência das palavras daqueles que as pronunciam.<sup>300</sup>

A Revista da APL não circulou durante os anos 1950, impedindo que analisássemos a produção historiográfica dessa época, pois a circulação desse periódico só foi retomada em março de 1963. Neste número há a colaboração de Artur Passos com artigos históricos intitulados Teresina: lembranças, reparos e sugestões;<sup>301</sup> Anísio de Abreu: uma expressão cultural do Piauí;<sup>302</sup> e de Joaquim Chaves com o texto Coisas de nossa História.<sup>303</sup>

Escrito em decorrência dos 110º aniversário da capital piauiense (1962), o texto Teresina: lembranças, reparos e sugestões, narra o empreendedorismo do presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva (1850-1853) na luta pela transferência da capital de Oeiras para Teresina em 1852, além das construções dos primeiros edifícios da cidade, as realizações governamentais de feição moderno na malha urbana da capital, como o Hospital Getúlio Vargas, o Hotel Piauí, a ponte metálica João Luís Ferreira, o edifício-sede do Departamento de Estradas e Rodagem, dentre outras, ocorridas na administração de Leônidas de Castro Melo (1935-1945).

Fazendo alusão à reforma empreendida pelo engenheiro e prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro (1902-1906), o autor defendia a necessidade do Estado do Piauí, possuir governantes que não fossem burocráticos e político-partidários, mas sim técnicos especializados em assuntos municipalistas, para que Teresina pudesse ser transformada em uma cidade mais moderna, apagando, segundo Artur Passos, a imagem de capital:

[...] sem esgoto e praticamente sem água e luz; sem arborização, sem ar e sem beleza; na realidade sem transporte popular; sem extirpação de animais daninhos que enfestam ruas e praças; sem assistência correspondente ao elevado número dos que estendem as mãos à caridade pública- homens maltrapilhos, mulheres esqueléticas, crianças doentes e sem pão [...]. Teresina quer ruas espaçosas, avenidas de quarenta metros de largura,

<sup>300</sup> BOURDIEU, 2007, p.15.

<sup>301</sup> PASSOS, Artur. Teresina: lembranças, reparos e sugestões. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 45, n. 21, p.95-109, mar. de 1963.

<sup>302</sup> PASSOS, Artur. Anísio de Abreu: uma expressão cultural do Piauí. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 45, n. 21, p.125-135, mar. de 1963.

<sup>303</sup> CHAVES, Joaquim. (Mons.). Coisas de nossa História. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 45, n. 21, p.122-124, mar. de 1963.

partindo a cidade em vários sentidos, de norte a sul, [...]. Luz, ar, higiene, arborização intensa e apropriada nas orlas, nos passeios marginais, assim, no espaço central, longitudinal, dando frescor, dando vida, horizonte e encanto, que é o de que mais carece e necessita a Teresina do momento [...].<sup>304</sup>

No artigo Anísio de Abreu: uma expressão cultural do Piauí, Artur Passos relata alguns episódios interessantes e cômicos da vida do político e poeta Anísio de Abreu (1862-1909). Este artigo destacava, como a revista carioca *O Malho*, ridicularizava o governador Anísio de Abreu, e a situação de pobreza do Estado do Piauí, retratando o seu gabinete de estudos como um local insignificante, com uma pequena mesa junto a uma parede esburacada, um velho caixão de querosene que servia como assento, e no centro da imagem o governador, apontado pela revista como um homem assustado, vestido de pijama e com cabelo desalinhado.

Artur Passos, por sua vez, reagia a essas ironias, afirmando que os piauienses, e principalmente, os políticos locais que atuavam no âmbito nacional, não buscavam a correção destas acusações, o que resultava em mais espaços na imprensa nacional para críticas sobre a situação de miséria que afligia o Piauí. Sobre isso, o autor criticava a atuação de Anísio de Abreu, afirmando que:

Queria ele um Piauí inculto e inacessível como uma fruta do mato. Dizia-se contra a imigração, contra as estradas de ferro, contra o telégrafo! [...] Estranhos pontos de vista esposados por um político que, não obstante, alcançou, como se sabe, os mais altos postos oficiais- deputado estadual, deputado federal, senador e governador do Piauí. No parlamento nacional, onde brilhou por seus dotes de inteligência e de cultura e onde fez prosélitos e admiradores, não se esforçou, em verdade, pela solução de nossos problemas de então, que são ainda os de hoje. Falou alto e bonito para o grande público e para a imprensa do Distrito Federal, porém, jamais para o Estado que representava. [...]. No entanto, ninguém no lar, na sociedade, nas rodas de políticos sabia como ele, exaltar o Piauí.<sup>305</sup>

Artur Passos utilizava seu espaço na Revista da APL, para expressar suas opiniões sobre política, economia e cultura do Estado, baseando-se, principalmente, em sua experiência de jornalista e político. Seus temas históricos giravam em torno de assuntos que estavam em evidência, como o 110º aniversário de Teresina e o centenário de nascimento do ex-governador Anísio de Abreu.

---

<sup>304</sup> PASSOS, Artur. Teresina: lembranças, reparos e sugestões. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 45, n. 21, p. 105-107, mar. 1963.

<sup>305</sup> PASSOS, Artur. Anísio de Abreu: uma expressão cultural do Piauí. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 45, n. 21, p. 127, mar. de 1963.

O texto de Padre Chaves, intitulado *Coisas de nossa História*,<sup>306</sup> analisa a correspondência dos governadores do Piauí e do Pará no século XVIII, a migração de piauienses para a Amazônia, especificamente para trabalhar na construção da Fortaleza de Macapá em 1767. Neste artigo, Chaves denunciou os maus tratos a que os trabalhadores piauienses eram submetidos durante a viagem à Amazônia, levados sob correntes de ferro para não fugirem. O autor aponta que neste episódio, as autoridades, também, trouxeram dificuldades para a Província, na medida em que a prejudicava com a diminuição do número de seus habitantes. Para Monsenhor Chaves, essa prática de sacrifícios passava a ser corriqueira, principalmente quando se tratava de colaborar para a unificação e o desenvolvimento do país.

Na edição do cinquentenário da Academia destacamos um artigo de Joaquim Chaves sobre a independência do Piauí, seu tema predileto. O texto *Campo Maior e a Independência*<sup>307</sup> é um ensaio para a elaboração do livro *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*,<sup>308</sup> publicado em 1975, em virtude do concurso para a produção de melhor monografia sobre o tema.

No artigo, Monsenhor Chaves aborda a Batalha do Jenipapo, analisando os fatos que a precederam e a sucederam. Baseando-se em documentação oficial existentes na Casa Anísio Brito, Padre Chaves descreve como a Vila de Campo Maior já se destacava como uma ameaça aos olhos da então capital da Província, Oeiras, pois havia, na época, movimentação em torno da fabricação de pólvora, motivo que levou as tropas do comandante português Fidié, a ficarem bastante atentas com qualquer acontecimento que ali ocorresse. Daí as ordens do referido comandante para deixar uma guarnição naquela localidade, quando foi a Parnaíba para sufocar o movimento de 19 de outubro de 1822.

Ressalta, também, a participação dos comandantes Leonardo de Carvalho Castelo Branco e Luiz Rodrigues Chaves na luta a favor da independência do Piauí. Após a Batalha do Jenipapo, o autor aponta a situação de desordem em que ficou a Vila de Campo Maior, por conta dos saques, assassinatos e violências cometidas, principalmente contra os descendentes de portugueses, situação que só foi minimizada em virtude das providências tomadas pelo tenente Simplício José da Silva.

---

<sup>306</sup> CHAVES, Joaquim. *Coisas de nossa História*. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 45, n. 21, p. 122-124, mar. de 1963.

<sup>307</sup> CHAVES, Joaquim (Mons.). *Campo Maior e a Independência*. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v.3, p.23-33, 1972.

<sup>308</sup> CHAVES, Joaquim (Mons.). *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1975.

Este artigo, se comparado com o primeiro texto de Joaquim Chaves na Revista da APL, apresenta uma postura diferente, agora, bem mais fundamentado em fontes documentais, com uma escrita mais subjetiva, com um enredo organizado, seguindo os parâmetros da História tradicional, com a presença de vilões e heróis em sua trama histórica. No que se refere à linguagem, continua acessível à grande parte da população piauiense, por ser simples e irreverente, ao usar termos populares como: “Do alto dos seus tamancos”, “cara de bestas que Deus lhe deu”, “se escafederam com muita presteza”, “o pau entrou a cantar, no duro”, “turma de salafrários”, etc. Todavia, sua falha como historiador é reconhecida, por não utilizar referência e notas, não revelando, desta maneira, a procedência de suas informações.

No mesmo número da revista da APL, foi publicado artigo de caráter histórico do acadêmico Fernando Lopes e Silva Sobrinho, intitulado Patrocínio, o heróico defensor da abolição,<sup>309</sup> narrando o perfil biográfico de José do Patrocínio, de uma maneira distinta das biografias comuns, pois o autor usava uma linguagem mais poética e menos formal.

Em 1974, a revista da Academia, edição especial, traz um artigo do sociólogo e historiador Clóvis Moura,<sup>310</sup> que apesar de não fazer parte dos quadros da instituição, teve publicado o texto Uma abordagem sociológica do conceito de História,<sup>311</sup> considerando a História uma prática interdisciplinar e social, pois segundo ele “a História não existe apenas para registrar, narrar ou explicar os fatos passados. Ela está inserida no quadro das Ciências Sociais, marca e delimita objetivos para o Homem, generaliza os fatos e aponta as tendências do futuro, baseada no passado.”<sup>312</sup>

Afirmou, também, que a metodologia utilizada pelos historiadores deve ser aquela que entende os fatos históricos como um processo dinâmico social, que se realiza através de contradições, em que está sujeito a causalidade. O autor entende a História como uma ciência objetiva, que se baseia em documentos para buscar a verdade. Porém, acredita que a escrita histórica é subjetiva por natureza, porque “Ninguém pode fazer História, ou qualquer outra ciência social sem usar desse instrumental analítico que é criado pelo cérebro do estudioso.

<sup>309</sup> SILVA SOBRINHO, Fernando Lopes e. Patrocínio, o heróico defensor da abolição. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v.3, p.17-22, 1972.

<sup>310</sup> Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu em Amarante (PI), em 1925, e faleceu em São Paulo, no ano de 2003. Ele foi sociólogo, jornalista, historiador e escritor. Militou pelo Partido Comunista Brasileiro e, em 1962, na cisão do partido, migrou para o PCdoB. Destacou-se pela militância pioneira no movimento negro brasileiro. Teve como livros publicados: *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (1959), *A sociologia posta em questão* (1978), *Diário da Guerrilha do Araguaia* (1979), *Os quilombos e a rebelião negra* (1981), *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* (1990), e *Dicionário da escravidão negra no Brasil.*, etc.

<sup>311</sup> MOURA, Clóvis. Uma abordagem sociológica do conceito de História. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v. 1, ano 49, p.63-73, 1974.

<sup>312</sup> MOURA, 1974, p.63.



Seria infantil negar isso. Isto, porém, não invalida a *objetividade científica* da História.”<sup>313</sup>  
(Grifo do autor)

Por último, analisa a crise da História, seus métodos de análise, sua posição de fuga, ao buscar na abordagem da micro-história, e no estudo do passado longínquo, uma válvula de escape para os problemas cruciais do mundo atual.

No mesmo número da revista, encontramos artigos do jornalista, professor e político, Altevir Alencar,<sup>314</sup> denominado José de Arimathéa Tito: uma grande ausência,<sup>315</sup> que aborda a trajetória de José de Arimathéa Tito no cenário cultural piauiense; e do historiador Bugyja Britto,<sup>316</sup> sobre a independência do Piauí, tema que seria expandido no livro *O Piauí e a unidade nacional*.<sup>317</sup> Esse artigo tem o mesmo título do livro, escrito em alusão às comemorações dos 150 anos de emancipação política brasileira.

Em relação ao trabalho publicado na revista da APL, Bugyja Britto procura inserir o Piauí na nação brasileira, através de três características: a colonização do território realizada do sertão para o litoral; a luta pela Independência do Brasil; e seu baixo desenvolvimento socioeconômico, atribuído ao difícil acesso aos centros mais civilizados do país, ao regime extensivo da criação de gado, que por sua vez, resultou num trabalho menos rígido, se comparado à cultura canavieira e cafeeira, a pequena quantidade de imigrantes e à falta de atenção por parte do Governo central.

Analisando, apenas a participação piauiense na emancipação brasileira, o autor defende as condições positivas que favoreceram essa luta no Piauí, valendo-se para isso, de informações de três estrangeiros, que segundo Britto, seria de opiniões insuspeitas: Martius,

---

<sup>313</sup> MOURA, 1974, p.69.

<sup>314</sup> Altevir Soares Alencar nasceu em 26.08.1934 em Alto Longá (PI). É advogado criminalista, filósofo, poeta erudito e popular, cronista e professor. Prefeito da cidade de Nioaque (MS) e Secretário de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul (1983 a 1985). Pertence à Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, ao Clube da Poesia de Recife, à Academia Piauiense de Letras, ao Instituto Americano de Cultura, à Academia de Letras do Vale do Longá, e à União Brasileira de Escritores (UBE/MS). Obras publicadas: *Sonho e realidade* (1956), *Eterno crepúsculo* (1961), *Poemas da solidão* (1962), dentre outros.

<sup>315</sup> ALENCAR, Altevir Soares. José de Arimathéa Tito: uma grande ausência. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v.1, ano 49, p.77-80, 1974.

<sup>316</sup> Antônio Bugyja de Sousa Britto nasceu em 21.05.1907, na cidade de Oeiras (PI), e faleceu em 3.12.1992, no Rio de Janeiro. Foi bacharel em Direito, poeta, historiador, romancista, jornalista e folclorista. Membro da Academia Piauiense de Letras e do Cenáculo Piauiense de Letras. Militou no *Lábaro* e em outros jornais do Piauí. Livros publicados: *Muralhas* (1934); *Miridan* (1961); *Zabelê* (1962); *Itains* (1967); *O Piauí e a unidade nacional* (1976); *Narrativas autobiográficas; A história da Inglaterra do Pequeno Arthur* (1989); *Quatro escorços biográficos* (1978); *Desajustes e desajustados* (1984); *Três artífices do verso* (1991); *Traços em 5 biografias* (1987) e *As histórias do menino Catônio* (1992).

<sup>317</sup> BRITTO, Bugyja. *O Piauí e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1976.

Ferdinand Denis, e George Gardner. Estes, afirmavam que a criação de gado tornou o sertanejo (descendente de europeu) um povo bem nutrido, forte, trabalhador e alegre. Sobre isso Bugyja Britto defendia que:

O regime do pastoreio é de índole tranquila. O gado enchendo os campos e proporcionando cuidados que são muito mais atraentes hobbies do que encargos pesados perpetuam belos sentimentos e eleva os corações. O homem é dócil como o armento quando ele é pastor. [...] Todavia, não obstante a docilidade dada pelo bucolismo dos campos, o homem ergue-se como um titã quando está em jogo a quebra desse bucolismo.<sup>318</sup>

Bugyja Britto acredita que o Brasil já tinha uma consciência emancipacionista, um patriotismo latente, apesar de reconhecer que entre as províncias, as comunicações eram difíceis, e que a maioria da população era analfabeta. Em relação à Província do Piauí, aborda que esta, era considerada um ponto privilegiado para os interesses políticos, econômicos e militares dos portugueses, pois, a região possuía uma comunicação mais facilitada e rápida com Portugal, numerosas criações de gado para exportação, além de fazer fronteira com o Maranhão, a Bahia, Pernambuco e o Ceará. Daí a nomeação de Portugal, do experiente Major português, João José da Cunha Fidié, para Governador das Armas do Piauí.

No Piauí, os patrocinadores financeiros mais importantes do movimento emancipacionista, foram Manuel de Souza Martins (Oeiras), Simplício Dias da Silva e João Cândido de Deus e Silva (Parnaíba). Sobre a luta propriamente dita, o autor ressalta quatro episódios: o levante de Parnaíba (19.10.1822), a proclamação em Oeiras (24.01.1823), a Batalha do Jenipapo (13.03.1823) e a fuga de Fidié para Caxias (Maranhão), como sendo uma luta única na história da Independência do Brasil.

Destacando, ainda, a História do Piauí, a revista de dezembro 1979, traz o artigo do historiador Dagoberto Carvalho Júnior, denominado Parnaíba: roteiro histórico e sentimental,<sup>319</sup> destacando a falta de preservação cultural da cidade, de seus prédios, de suas igrejas e casas coloniais, bem como, a presença de importantes construções históricas como a Casa-Grande da Parnaíba, as igrejas da Graça e do Rosário, os Sobrados dos Molinas, dos Clark e dos Miranda Osório, o Sobrado de Azulejos, o Hotel Carneiro e a Casa de Humberto de Campos.

<sup>318</sup> BRITO, Bugyja. O Piauí e a unidade nacional. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v.1, ano 49, p.84, 1974.

<sup>319</sup> CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. Parnaíba: roteiro histórico e sentimental. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p. 45-51, dez.1979.

Além desse, a revista apresentou três trabalhos do historiador Moysés Castello Branco Filho. O primeiro intitula-se Dom Francisco da Cunha Castello Branco: um pioneiro do desbravamento do Piauí;<sup>320</sup> o segundo Memória da navegação do Rio Parnaíba;<sup>321</sup> e o último, O Presidente Humberto de Alencar Castello Branco e o Piauí.<sup>322</sup> Ao analisar todos os artigos citados, percebe-se a preocupação dos intelectuais locais com a cultura piauiense, principalmente, com os aspectos históricos e a construção da imagem ligada ao desenvolvimento, como mostram, também, os artigos editados na revista de 1980: O Piauí na rota da integração,<sup>323</sup> de Aristeu Bulhões; Relembrando o Piauí,<sup>324</sup> de Lycurgo de Castro Santos Filho e Notícia Histórica da Freguesia de Nossa Senhora do Ó e Conceição,<sup>325</sup> de Dagoberto Carvalho Júnior.

Após um intervalo de nove anos sem publicar artigos históricos e literários,<sup>326</sup> a revista da Academia concedeu espaço para assuntos de história, apenas em 1989, com o artigo de Wilson de Andrade Brandão, Os oitenta anos da *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*,<sup>327</sup> onde destaca a atuação do historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa ao contribuir com “um trabalho subsidiário da futura história do Piauí”, pois na época de sua publicação (1909), praticamente não existiam escritos históricos sobre o Piauí. Apesar de considerá-la uma obra importante para a História do Piauí, Wilson de Andrade Brandão ao avaliar a *Cronologia histórica do Estado do Piauí*, aponta os erros e o tipo de metodologia empregada por Pereira da Costa, bem como a posição da obra diante do avanço da historiografia piauiense. E por fim, sugere que o livro seja novamente editado, porém sem os erros existentes, e sim com “uma edição crítica, em que a obra monumental, através de

<sup>320</sup> CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. Dom Francisco da Cunha Castello Branco: um pioneiro do desbravamento do Piauí. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.87-90, dez.1979.

<sup>321</sup> CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. Memória da Navegação do Rio Parnaíba. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.81-85, dez.1979.

<sup>322</sup> CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. O Presidente Humberto de Alencar Castello Branco e o Piauí. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.91-95, dez.1979.

<sup>323</sup> BULHÕES, Aristeu. O Piauí na rota da integração. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.61-66, jun.1980.

<sup>324</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Relembrando o Piauí. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.67-72, jun.1980.

<sup>325</sup> CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. Notícia Histórica da Freguesia de Nossa Senhora do Ó e Conceição. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.73-74, jun.1980.

<sup>326</sup> A falta de artigos históricos e literários, com exceção de dois textos literários que apareceram na Revista da APL de 1985, deve-se ao fato de que os organizadores do periódico deram visibilidade apenas para os acontecimentos mais importantes da vida acadêmica, o registro dos ocupantes das cadeiras da instituição, a relação de livros publicados por autores piauienses ou radicados no Piauí, bem como as obras que a APL organizou e revisou para o Plano Editorial do Estado, além do quadro da diretoria e dos servidores da instituição no período, e informações sobre as verbas recebidas.

<sup>327</sup> BRANDÃO, Wilson. Os oitenta anos da *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.34-41, 1989.

pertinentes anotações, seja escoimada, esclarecida, ampliada ou reduzida, e afinal, revitalizada para a consulta das novas gerações. Um trabalho no molde dos similares de Capistrano de Abreu e de Rodolfo Garcia. ”<sup>328</sup>

Diante do exposto, compreende-se que um dos papéis desempenhados por estes intelectuais piauienses, foi construir uma tradição que legitimasse o lugar social de onde falavam (APL), bem como, o discurso histórico por eles produzido. Discurso que possuía funções políticas e sociais importantes, como o estabelecimento dos marcos fundadores e desenvolvimentistas de Teresina e do Estado do Piauí, quais sejam: a transferência da capital do Piauí, de Oeiras para Teresina; a edificação de construções modernas na capital piauiense; a participação do Estado na independência nacional, além de outros aspectos que objetivavam impulsionar o progresso econômico e cultural da região.

Nesse sentido, o controle da memória histórica realizado por esses historiadores, representava uma arma poderosa para a manutenção e a legitimidade da História do Piauí, voltada na época, para uma abordagem progressista e linear, marcada por grandes fatos político-econômicos, e que fosse patriótica, destacando as principais personalidades do passado histórico.

#### 3.4 A vida intelectual da Academia Piauiense de Letras nas décadas de 1970 e 1980

Entre as décadas de 1970 e 1980 a APL estaria, de acordo com Celso Barros Coelho, na “fase que seria a mais dinâmica de sua história e frutífera de sua luta: a da Presidência de Arimathéa Tito Filho [1971-1992].”<sup>329</sup> Dinâmica, dentre outros motivos, pela aquisição de uma sede definitiva (1986), pela regularidade com que era publicada a *Revista da Academia*, (principalmente na década de 1980), devido à criação de *Notícias Acadêmicas* (jornal criado em 1986 para divulgar as atividades mensais da instituição), a uma maior publicação de livros de autores piauienses, e principalmente, pela efetiva participação dos imortais na vida acadêmica, comparecendo às reuniões semanais, realizadas aos sábados, às solenidades de posse e aos lançamentos de obras.

O *Notícias Acadêmicas*, boletim informativo, tinha como objetivo principal destacar, mensalmente, os acontecimentos socioculturais de que a referida instituição participava, bem

<sup>328</sup> BRANDÃO, Wilson. Os oitenta anos da *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.41, 1989.

<sup>329</sup> COELHO, Celso Barros. *Academia Piauiense de Letras: 75 anos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1994.p.18.

como lembrar datas históricas importantes na série Efemérides. O jornal, também, trazia as seções Agenda, Noticiário e Opiniões de leitores ilustres, sobre a importância e a repercussão deste meio de comunicação. Antes da circulação de *Notícias Acadêmicas*, a APL mantinha o *Informativo Acadêmico*, jornal que totalizou 144 edições em um período de doze anos (1974/1985).

Em relação à História de Teresina, o *Notícias Acadêmicas* foi responsável por fazer, a pedido da Prefeitura da cidade, um levantamento histórico dos principais prédios da capital, como o da Justiça Federal, o do Conselho Municipal, o do Mercado Velho, o da Companhia de Fiação e Tecidos Piauienses, o Museu do Piauí, Educandário Pedro II (prédio onde hoje funciona a Casa da Cultura), Palácio da Cidade (Prefeitura de Teresina), Biblioteca Cromwell de Carvalho, Teatro 4 de Setembro, Palácio de Karnak, Colégio Sagrado Coração de Jesus, dentre outros.

Conforme o artigo 2º dos Estatutos de 1989, que rege sobre os objetivos da APL, o presidente Arimathéa Tito Filho providenciou, em 1974, a organização de uma biblioteca para consulta pública e em 1976, um arquivo sobre a vida dos acadêmicos e respectivos patronos. Sobre a biblioteca, esta foi formalmente instalada em 1989, com espaço amplo para oferecer aos estudantes e intelectuais, ambiente favorável à pesquisa e ao estudo, organizada em seções, como Catálogo Geral, Seção Tito Filho, Seção Gayoso e Almendra, Seção Ribeiro Gonçalves, Autores Piauienses e Periódicos.

A Academia, sempre atenta às datas de nascimento e falecimento de seus acadêmicos e patronos, também realizava concursos, como os que ocorreram sobre Fenelon Castelo Branco e Abdias Neves, em virtude do centenário do nascimento de ambos. Essa necessidade de memória e de uma escrita histórica que se apóia no vestígio e no rastro, com a finalidade de tudo guardar e registrar para as gerações futuras constitui a marca desse período. Como afirmou Pierre Nora, a mentalidade moderna é caracterizada pela inibição em destruir papéis, fotografias, diários, ou seja, tudo aquilo que pode servir como documento para os historiadores, transformando desta forma, tudo em arquivo.<sup>330</sup> Produzir arquivos, organizar bibliotecas, instituir datas de aniversário, tornou-se então, imperativo dos tempos modernos, isto é, de uma época, cuja memória “verdadeira” se perdeu, e se transformou em memória voluntária, cuja marca é a presença do aspecto comemorativo.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a APL destacou-se por ser uma instituição bastante ativa, promovendo em parceria com o governo do Estado, diversas conferências sobre a obra

---

<sup>330</sup> NORA, 1993. p.15.

*Os Lusíadas*, de Luís de Camões, proferida pelo acadêmico Martins Napoleão na Escola Técnica Federal; além de sessões de estudo sobre Camões, com a participação de professores universitários e dos acadêmicos Clidenor de Freitas Santos, Wilson de Andrade Brandão e Arimathéa Tito Filho.

No que se refere aos trabalhos para melhorar a educação e a cultura no Estado do Piauí, realizados pela APL, destacamos o fato desta, possibilitar:

[...] a ascensão de um sem número de autores jovens, [sendo que também] organizou e revisou uma infinidade de trabalhos, revistas e jornais, incentivou autores já consagrados a continuarem escrevendo e publicando obras, o que fez a literatura piauiense crescer enormemente, dando à Academia Piauiense de Letras um lugar privilegiado no cenário cultural brasileiro, como instituição das letras das mais atuantes deste país.<sup>331</sup>

A seleção desses autores baseava-se no compromisso da Academia em oferecer oportunidade a muitos intelectuais, que não possuíam meios para se projetarem no cenário local. Desta forma, percebe-se que a APL, tinha o papel de incentivar jovens escritores, principalmente, quando suas obras se caracterizavam pelo cunho educativo. Além dos novos escritores, a APL apoiava o lançamento de livros dos acadêmicos, como *Um desafio da historiografia do Brasil*, (1979);<sup>332</sup> *Depoimentos históricos* (1981),<sup>333</sup> ambos de Odilon Nunes; *Apontamentos biográficos e outros* (1981),<sup>334</sup> de Joaquim Chaves; e *O povoamento do Piauí* (1982)<sup>335</sup> de Moysés Castelo Branco Filho.

Sobre o livro de Joaquim Chaves, a APL colaborou com a revisão, apresentação e confecção da capa, que ficou respectivamente, sob a responsabilidade de Arimathéa Tito Filho e Delci Maria Tito, além do patrocínio oferecido, juntamente com o Ministério da Educação e Cultura, do Governo do Estado do Piauí e da Universidade Federal do Piauí. Para Teresinha Queiroz:

[...] os *Apontamentos* constituem o conjunto mais significativo da contribuição de Monsenhor Chaves à história do Piauí, pois retomam de maneira mais feliz o esforço iniciado, há mais de cem anos, por um dos [...] primeiros historiadores [piauienses]- Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, cujos *Apontamentos* datam de 1879 e contemplam dezenas de

<sup>331</sup> FERNANDES JÚNIOR, Raimundo Itamar Lemos. Falando de A. Tito Filho. *O Dia*. Teresina, ano 41, n. 9.946, 30 jun. 1992, p.6.

<sup>332</sup> NUNES, Odilon. *Um desafio da historiografia do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1979.

<sup>333</sup> NUNES, Odilon. *Depoimentos históricos*. Teresina: COMEPI/Academia Piauiense de Letras, 1981.

<sup>334</sup> CHAVES, Joaquim. *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: COMEPI, 1981. v.1.

<sup>335</sup> CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. *O povoamento do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1982.

personagens da história local. [...] Monsenhor Chaves o faz em profundidade, dado que se beneficiou do acúmulo de informações e da experiência adquiridos no trato dos materiais e das interpretações históricas ao longo de mais de vinte anos de exercício desse labor.<sup>336</sup>

A Academia, também, prestou importante contribuição à cultura piauiense, ao colaborar para a escrita da história da Coluna Prestes no Piauí, com documentos e estudos necessários à elucidação desse episódio, realizado por Anita Leocádia Prestes, filha de Luís Carlos Prestes. Além disso, a APL promoveu durante a década de 1970, momentos de grandes comemorações, como o 60º aniversário de sua fundação, ocorrido no dia 30 de dezembro de 1977, mas festejado somente em janeiro de 1978, especificamente entre os dias 9 e 31, em virtude das festividades de Natal e Ano Novo.

O aniversário da APL foi comemorado com solenidades de posses de novos acadêmicos, presença de convidados de outros Estados (Rio Grande do Sul, Pará, Sergipe, Brasília e Rio de Janeiro), passeios, almoços, conferências, entrega do manto oficial aos acadêmicos e diplomas de sócios beneméritos a alguns políticos do Estado. A característica principal deste tipo de cerimônia formal é o reforço dos papéis sociais, a partir da imutabilidade das regras e da ordem instituída, ratificando o poder simbólico da referida instituição cultural.<sup>337</sup>

Para Manoel Paulo Nunes, a Academia Piauiense de Letras, não significa apenas uma instituição preocupada com os valores do passado, da tradição, ou como afirma a crítica habitual “um depósito de poeira, traças, onde velhos se reúnem para tomar chá,”<sup>338</sup> mas, uma instituição interessada em participar e incentivar a promoção cultural do Estado, atuando não somente dentro do pequeno círculo acadêmico no Piauí. Seu propósito consistia em contribuir com o conhecimento intelectual, divulgando principalmente, os literatos e historiadores da região para o público estudantil do Estado, bem como, para seus sócios efetivos e honorários residentes em outros estados da federação. Sobre isso o literato Manoel Paulo Nunes afirmou:

Evidente que as academias são o repositório da tradição. [...] porque sem tradição não há academia. [...] Elas são, ao mesmo tempo, repositórios da tradição e propulsoras do espírito de invenção, ou seja, de renovação, sem a qual o espírito se esclerosa. [...] Por isso que acho que a Academia Piauiense de Letras, que existe com muita dificuldade, mas dentro de uma realidade pobre, [...] ela só se afirmará (eu costumo dizer isso sempre para os

<sup>336</sup> QUEIROZ, Teresinha. De amor e de livros. In: CHAVES, Joaquim. (Mons.). *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

<sup>337</sup> ALMEIDA, 2008, p. 32-33.

<sup>338</sup> ENTREVISTA: Manoel Paulo Nunes. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 7, n. 14, p. 40, ago. de 1993.

acadêmicos) se ela sair do seu pequeno universo e procurar prestar um serviço social à comunidade. [...] O professor Arimathéa Tito [...] sempre se empenhou nisso: em fazer da Academia uma instituição atuante na comunidade.<sup>339</sup>

Raimundo Santana, em seu discurso de posse na presidência da APL, postulava que a Academia Piauiense de Letras deveria sair de seu casulo e da indiferença que se encontrava em relação aos assuntos culturais, principalmente por parte de alguns acadêmicos, que depois de reconhecidos, esqueciam os ideais e projetos da APL. De acordo com ele, muitos escritores piauienses ficavam sem espaço para publicar suas obras e discutir sobre a cultura local. Assim, contrário a esse estado de coisa, Santana sugeria que:

[...] é fundamental tornar a Academia mais próxima dos piauienses, ensaiando passos, ainda que tímidos, nessa direção. Para tanto, devemos contatar, de forma experimental e motivadora, estudantes, letrados e profissionais de toda ordem, inicialmente em alguns municípios, para que nos auxiliem sinalizando formas de incentivar a produção e a difusão literária em nosso estado, buscando, para tanto, inclusive, o apoio dos políticos, acenando para eles com coisas ‘visíveis’ para suas comunidades, ao nosso alcance. Apenas a título de exercitar a imaginação, poderíamos pensar na ocorrência de saraus literários, encontros de leitura, debates com críticos [...]. Nessa visão de uma Academia mais próxima não somente dos nossos conterrâneos, penso que, para fora do Piauí, uma das coisas a fazer é a implantação de um ‘site’ na Internet [...]. O valor de nossa história e o desejo de ver consolidado um porvir de esperança e realizações, faz-me crer que a esta casa está reservado um papel especialíssimo. E, dentre tantas vertentes em que nossa atuação possa vir a enveredar-se, situa-se a busca de um diálogo franco com a sociedade, para que, refletindo sobre nossos feitos passados, presentes e os que ainda virão, esta Academia venha a contribuir para a renovação da língua e da cultura de nosso povo.<sup>340</sup>

Uma das ações que tornaram a Academia mais próxima da sociedade piauiense foi a criação, em 1980, do Departamento de Ação Comunitária, orientado e dirigido pelas esposas dos acadêmicos, com a finalidade de angariar recursos para a edição de livros, bem como, de proporcionar uma relação mais participativa com os demais familiares dos imortais. Para a venda dos livros, esse Departamento contava com um sistema de distribuição a preço reduzido, ou seja, uma assinatura de seis exemplares custaria Cr\$ 500 cruzeiros, visando incentivar a população de classe média baixa a adquirir livros de literatura piauiense.

<sup>339</sup> NUNES, 1993, p. 40-41.

<sup>340</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. Discurso de posse do acadêmico Raimundo Nonato Monteiro de Santana na Presidência da Academia Piauiense de Letras. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 83, n. 58, p. 40-42, dez. 2000.



A APL se destacou, também, como órgão social, ao prestar em 1982, cooperação financeira ao Centro Social Urbano do Bairro Parque Piauí, e à Editora dos Artistas Sem-mãos, em São Paulo; contribuindo com doações de livros a Associação dos Cegos do Piauí, patrocinando e incentivando os universitários a participarem de congressos estaduais, como o I Congresso de Ciências Sociais (Rio de Janeiro), do VI Congresso de Orientação Educacional (Minas Gerais). E em relação aos estudantes secundários, a Academia forneceu livros didáticos a alunos carentes, como parte da promoção educativa Livro nas Escolas, iniciativa da Secretaria de Cultura, Sindicato dos Jornalistas e da APL.

Em 1983, a Academia Piauiense de Letras colaborou para a manutenção do patrimônio arquitetônico da cidade de Teresina, ao pedir para o governo do Estado tomar providências diante da deterioração do Clube dos Diários.<sup>341</sup>

Através de parceria com a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, a Academia Piauiense de Letras promoveu palestras, como as realizadas nos dias 28, 29 e 30 de abril de 1986, que marcaram a inauguração de sua sede definitiva. As palestras foram realizadas na Universidade Federal do Piauí, por Esdras do Nascimento, com a denominação de A crítica literária na prática do ensino de Literatura e O fenômeno da criação literária e a profissão de Escritor no Brasil.

O historiador Hélio Silva, também, participou das palestras, com os seguintes temas: A Coluna Prestes no Piauí; A Constituinte; e Poder Militar, Poder Civil e Poder Econômico, que aconteceram respectivamente, na Secretaria de Cultura, na Associação dos Magistrados e na Universidade Federal do Piauí. Além disso, ocorreu o lançamento do romance de Esdras do Nascimento, *As aventuras do capitão Simplício*.<sup>342</sup>

É importante destacar, que nem só de palestras, lançamentos de livros e revistas, posses e homenagens de homens de letras, vivia a APL, mas igualmente, de arte. Através de um diálogo com a Embaixada dos Estados Unidos, em Brasília, a Academia Piauiense de Letras trouxe, em 1989, doze filmes da época de ouro do cinema mudo, entre eles *Sangue e areia*, *O filho de Sheik*, *O médico e o monstro*, que foram exibidos na Secretaria de Cultura, na Escola Técnica Federal, no Colégio das Irmãs, no SESC, no Rotary Clube e no Teatro 4

---

<sup>341</sup> Prédio fundado em 1922 é uma das construções mais antigas da capital, cuja arquitetura apresenta características do estilo eclético, com detalhes do neoclássico – colunas coríntias e frontão decorado, simetria da fachada e cobertura em telha francesa – tipo chalé. O Clube dos Diários era onde se realizavam as mais concorridas festas da cidade, como os concursos de misses, as recepções a autoridades em visita e bailes de carnavais. Abandonado durante décadas, foi restaurado em 1996 e integrado ao Teatro 4 de Setembro, sendo atualmente um espaço cultural com auditório, galeria de arte e salões de exposição.

<sup>342</sup> NASCIMENTO, Esdras do. *Aventuras do capitão Simplício*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.

de Setembro, para estudantes, jornalistas, empresários, professores, isto é, para diversos públicos interessados em cinema.

A Academia Piauiense de Letras tornou-se, durante as décadas de 1970 e 1980, não apenas um local de reunião de intelectuais, mas um espaço interessado em abrir o horizonte cultural piauiense através das ações de seus acadêmicos, que atingiam desde os homens de letras mais renomados do Estado, até os estudantes menos favorecidos de uma formação erudita. Como acentuou a acadêmica Fides Angélica, ao tratar da instituição em 1998:

[...] a Academia de Letras tem a seu encargo atuar na comunidade mediante a difusão da cultura, tal como sinaliza seu estatuto. [A APL] abre-se aos intelectuais de todos os matizes e formações, relaciona-se com todos os órgãos e entidades públicas e particulares em parcerias de produção e divulgação culturais, abriga estudiosos e estudantes de todos os níveis para com eles repartir e interagir nos diversos ramos do conhecimento, discute, pluralisticamente, os aspectos da vida local, nacional e mundial, sugere medidas a governos e entidades para o aprimoramento da vida sócio-econômico-político-cultural [...]. Enfim, é uma entidade viva, dinâmica, construtiva, aberta à sociedade, e não somente aberta, mas que vai à procura da sociedade para dizer-lhe quem é, o que faz, o que pode e o que deve fazer pelo Estado em que está sediada.<sup>343</sup>

Esta instituição, reconhecida pela sociedade piauiense, através do desempenho de seus trabalhos socioculturais, tem um importante papel no Estado do Piauí, principalmente na sociedade teresinense, espaço onde multiplica seu poder, devido às atividades realizadas por seus acadêmico-imortais do presente e do passado.

Diante do poder simbólico da Academia Piauiense de Letras, os intelectuais Simplício Mendes e Arimathéa Tito Filho monopolizaram seus cargos de direção nesta instituição, cujo tempo exercido foram, respectivamente, 12 anos e 21 anos, sendo que ambos faleceram durante o exercício da presidência. Isto pode ser explicado, de acordo com Arimathéa Tito Filho, porque as Academias de Letras representam “uma espécie de poltrona cômoda”, que oferece proteção àqueles intelectuais que se sentem desamparados, sem apoio, estímulo, financiamento, ou seja, sem oportunidade de verem suas obras editadas, seus livros comentados pelos membros da APL, seus estudos e opiniões divulgados na revista da Academia, e principalmente, de ser reconhecido pelos seus pares. Sobre isso, Tito Filho concluiu que “Há um exemplo frisante na Academia Piauiense: eleito, um companheiro

---

<sup>343</sup> OMMATI, Fides Angélica de Castro Veloso Mendes. A Academia de Letras na construção da cidadania. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 81, n.56, p. 63-64, 1998.

nosso, no dia seguinte, nos dizia: - Professor Arimathéa, gente que nunca me cumprimentou na vida passou a me cumprimentar”<sup>344</sup>.

A aura simbólica conferida à APL era bastante forte na sociedade piauiense, pois ela representava a tradição histórico-literária do Estado do Piauí. Dentro dessa perspectiva, o presidente da APL tinha um papel fundamental no sentido de legitimar este poder. Sobre a atuação do presidente Arimathéa Tito Filho na Academia Piauiense de Letras, Cineas Santos enfatiza a dedicação deste intelectual às letras e a direção da instituição, pois, segundo ele:

A paixão de A. Tito pelos livros era algo incomum; lendo, escrevendo, prefaciando, comentando e, principalmente, distribuindo prodigamente livros a mancheias, consumiu boa parte de sua vida útil. Ninguém visitava a Academia Piauiense de Letras sem receber dele livros de presente, mesmo que fosse uma daquelas brochurinhas ordinárias que se vendem no quilo nas praças de qualquer cidade. Sem o menor preconceito lia tudo: do cordel à filosofia. [...] A paixão de A. Tito pela APL estava bem próxima da devoção. A ela dedicou o melhor de sua existência; conferiu-lhe a credibilidade e o dinamismo de que as academias tanto carecem. Ali recebia a todos indistintamente [...]. É certo que, uma que outra vez, estilava nas barbas do freguês o seu humor corrosivo. Presenciei um fato que me parece digno de registro: procurado por um poeta que lhe cobrava prefácio para um ‘novo’ livro de poemas, nem se dignou a ler os originais. Entregou-os ao poeta com a recomendação: ‘Pode usar aquele prefácio que escrevi há vinte anos: sua poesia não mudou.’<sup>345</sup>

Porém, há opiniões discordantes em relação à administração de Arimathéa Tito Filho na APL, a exemplo, de Raimundo Santana, que durante entrevista realizada em 2008, apresentou algumas críticas, em relação a:

[Tito Filho ter permanecido durante] 21 anos como presidente da Academia [...]. Não deixava ninguém entrar [...] Tem que considerar que ele a manteve viva, esse mérito ele teve, agora graças, sobretudo, à segunda mulher dele [Delci Tito]. A Academia deve muito a ela [...] Lá ela quem administrava aquilo direitinho, a Academia deve muito àquela mulher, acho que deve mais a ela do que ao próprio Arimathéa. Arimathéa era um grande jornalista à moda daquele tempo, tinha um estilo que eu classificava de ático, grego, como ele escrevia simples, claro, e bem, viu? E outra coisa, ele tinha uma coisa que Cineas [Santos] têm também, viu? Falando, convence as pessoas. [A APL também foi marcada pelas] intransigências que havia de certos anos,

<sup>344</sup> TITO FILHO, José de Arimathéa. Entrevista: A. Tito Filho. *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, p.19, dez./fev. 1983.

<sup>345</sup> SANTOS, Cineas. Sob o signo da paixão. *Cadernos de Teresina*, Teresina, ano 6, n. 12, p. 48, ago. de 1992.

que meu amigo Tito Filho cometeu, [pois] botou gente lá que não merecia tá lá.<sup>346</sup>

Sem dúvida Delci Maria Tito, também, deixou sua contribuição para a cultura do Estado, trabalhando e impulsionando as atividades realizadas na APL, a exemplo da organização e revisão das revistas da Academia, da concepção das capas destas revistas e do manto oficial, peça bordada a ouro, feita a mão por ela. Delci Tito, funcionária transferida pela Fundação Cultural do Piauí à APL, era Secretária do Presidente Tito Filho, desde 1977.

Por ser um espaço dotado de poder simbólico, a APL torna-se palco de disputas, de criação e consolidação de grupos intelectuais, que embora diferentes em determinados pontos de vista, são unidos em torno dos seguintes ideais: tradição, memória, história, literatura e poder. Esses lugares sociais são, ao mesmo tempo, o espaço das trocas de saberes, das cerimônias de posse, de lançamento de obras, da produção histórico-literária; mas fundamentalmente, locais de poder, que legitimam a pesquisa e o escritor, conferindo-lhe desta forma, a função de intérprete do passado e do presente.

---

<sup>346</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento, Iara Conceição Guerra de Miranda Moura e Sônia Maria dos Santos Carvalho*. Teresina, set. 2008.

## 4 ESTADO E PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA PIAUIENSE

Neste capítulo, destacamos as medidas culturais que foram efetivadas pelos governantes piauienses, como a criação do Conselho Estadual de Cultura (1965), de periódicos locais, a exemplo, da revista *Presença*, que era organizada pela Secretaria de Cultura do Piauí (1973). Além das ações empreendidas pelo Estado do Piauí, no que diz respeito ao financiamento e estímulo da produção, edição e legitimação de obras sobre a História do Piauí, bem como as relações entre os homens de letras e o poder público piauiense no que se refere às reedições de obras históricas, através de concursos e da política editorial do Estado (Plano Editorial e Projeto Petrônio Portella), dos anos 1970 e 1980, visando desenvolver a produção cultural no Piauí. Ressaltamos, também, o apoio do Estado às manifestações cívicas locais, como as comemorações da independência do Piauí, e as atividades do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense (1918), objetivando principalmente, buscar uma afirmação positiva do Piauí no contexto nacional.

### 4.1 A Criação do Conselho Estadual de Cultura do Piauí

Para a construção da política cultural brasileira dos anos 1960, Renato Ortiz acreditava que o Estado civil-militar (1964-1984) precisava convocar a intelectualidade nacional, com a finalidade de divulgar os discursos oficiais de forma positiva a uma boa parcela da população, pois era reservada aos intelectuais, a função social de serem os intérpretes da História do Brasil. Como afirmou o autor:

Para que o Estado desenvolva um projeto cultural brasileiro, é necessário que ele se volte para os únicos intelectuais disponíveis, e que se colocam desde o início a favor do golpe militar. [Mas] Quem são essas figuras, no dizer do próprio Conselho [Federal de Cultura], ‘altamente representativas da cultura brasileira no campo das artes, das letras e das ciências humanas’? São, na verdade, membros de um grupo de produtores de conhecimento que pode ser caracterizado como de intelectuais tradicionais. Recrutados nos Institutos Históricos e Geográficos e nas Academias de Letras, esses intelectuais conservadores e representantes de uma ordem passada irão se ocupar da tarefa de traçar as diretrizes de um plano cultural para o país. [Dessa forma] Ao chamar para o seu serviço os representantes da ‘tradição’,

o Estado ideologicamente coloca o movimento de 64 como continuidade, e não como ruptura [...].<sup>347</sup>

Dentro dessa lógica, os intelectuais seriam os responsáveis por legitimar um discurso histórico que atendesse aos interesses político-culturais do país, os quais por sua vez, eram representados pelos grandes produtores de arquivo-história, como as famílias tradicionais, a Igreja e o Estado. Este por sua vez, solicita aos intelectuais, especificamente aos historiadores, que na condição de homens-memória, trabalhem para construir uma história da região, com o objetivo de fazer com que a sociedade possa reencontrar o sentimento de pertencimento e de coesão. Referindo-se ao papel do historiador, Pierre Nora considera que:

Seu papel era simples antigamente e seu lugar inscrito na sociedade: se fazer a palavra do passado e barqueiro do futuro. Nesse sentido, sua pessoa contava menos do que seu serviço; cabia-lhe ser apenas uma transparência erudita, um veículo de transmissão, um traço de união o mais leve possível entre a materialidade bruta da documentação e a inscrição na memória. [...]. Da explosão da história-memória emerge um novo personagem, pronto a confessar, diferentemente de seus predecessores, a ligação estreita, íntima e pessoal que ele mantém com seu sujeito. [...]. Porque esse sujeito deve tudo a sua subjetividade, sua criação, sua recriação. É ele o instrumento do metabolismo que dá sentido e vida a quem, em si e sem ele, não teria nem sentido nem vida.<sup>348</sup>

No intuito de legitimar uma memória nacional, bem como construir uma imagem positiva do regime civil-militar brasileiro (1964-1984), o Estado ditatorial incentivou e patrocinou a criação e os canais de distribuição dos produtos culturais. De acordo com Renato Ortiz, o Estado só seria democrático se participasse de forma ativa da promoção cultural, incentivando as formas de sua produção e divulgação, por meio do mercado editorial. “Ao se afirmar, por exemplo, que o homem brasileiro precisa se habituar a consumir cultura em sua vida diária”,<sup>349</sup> o Estado autoritário passava a controlar de forma mais cuidadosa as manifestações culturais do país.

O apoio governamental em relação às atividades culturais no país é bastante antigo, tomando como exemplo o período político do Estado Novo (1937-1945), podemos destacar a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), da revista *Cultura e Política* (que atuava como órgão ideológico do Estado), do Serviço Nacional de Teatro e de cursos de

<sup>347</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 91.

<sup>348</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, n.10, p.20-21, dez.1993.

<sup>349</sup> ORTIZ, 1987, p.117.

ensino superior no país. Durante o período de 1964 a 1984, o Brasil já era caracterizado por um significativo aumento da produção e do consumo culturais, a exemplo da indústria do disco, do cinema, da editoração, e da imprensa, bem como “a consolidação dos grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação de massa (TV Globo, Ed. Abril, etc.)”.<sup>350</sup>

Assim, foi durante as décadas de 1960 e 1970, que os meios de comunicação de massa brasileiros mais se desenvolveram, devido, principalmente, aos altos investimentos do Estado em setores de telecomunicações, como aconteceu através da multiplicação de aparelhos e redes de rádio e televisão (primeiro em preto e branco, depois coloridas), que uniformizavam os conteúdos programados pela ditadura de 1964.

Procurando identificar-se como representante dos interesses coletivos, o Estado utilizava, não apenas instrumentos coercitivos, mas um conjunto de valores que favoreciam sua hegemonia, como as estratégias: política, (que se ocupavam em neutralizar os antagonismos em torno dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), econômica (dizia respeito aos assuntos ligados aos setores primário, secundário e terciário), militar (responsável por controlar a Marinha, o Exército e a Aeronáutica) e psicossocial (encarregada de cuidar das instituições da sociedade civil – família, igreja, escola, universidade, sindicato, meios de comunicação de massa, etc -).<sup>351</sup>

Nesse contexto, encontrava-se a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, cuja ideologia pregava a existência de inimigos internos, os quais eram responsabilizados por “dividir a nação e, portanto, de pôr em risco a segurança requerida pelos militares”.<sup>352</sup> Esta Doutrina, também, acreditava na possibilidade de o Brasil tornar-se uma grande potência, pois ocupava uma posição geograficamente estratégica e possuía riquezas, até então inexploradas.

De acordo com o conceito de integração nacional, idealizado pela Escola Superior de Guerra, o Estado brasileiro precisava criar algumas instituições culturais, que ficassem sob o seu controle e a sua manutenção, daí o seu caráter abrangente quando se trata de políticas culturais. Interessado em integrar as diferenças regionais, os governantes da ditadura civil-militar criaram os seguintes órgãos: o Conselho Federal de Cultura e o Instituto Nacional de Cinema, em 1966, e a EMBRAFILME, em 1969. Além do Plano Nacional de Cultura, elaborado em 1975.

---

<sup>350</sup> ORTIZ, 1987, p.83.

<sup>351</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>352</sup> VIDAL, Márcia. *Imprensa e poder: o I e o II veteranos (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994. p.26.

Foi neste contexto político-social, que os historiadores piauienses produziram suas obras histórico-literárias, uma época, considerada por muitos homens de letras locais, como um período de desenvolvimento para o Estado do Piauí, principalmente para a sua capital, como podemos depreender do discurso de comemoração do 113º aniversário de Teresina (16.08.1965), realizado por Raimundo Santana:

Teresina é hoje, além de centro administrativo e político, ponto de confluência rodoviária. Breve se tornará entroncamento ferroviário e com a regularidade do Parnaíba a navegação se animará. Indústrias nela se localizam, quer em virtude de vantagens quanto a custos de transportes com materiais ou produtos, quer em virtude de vantagens relativas quanto à mão-de-obra e, oportunamente, de energia. O governo do Estado está diligenciando para implantar o distrito industrial. A Universidade se avizinha. A liderança política se qualifica. A Igreja está presente através de um Pastor dinâmico e generoso. Deus e os homens conspiram assim em seu benefício.<sup>353</sup>

Em relação às mudanças processadas no âmbito da economia e da cultura piauienses, durante a administração Petrônio Portella Nunes (1963/1966), podemos destacar a elaboração do I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado, o início das construções da usina de Boa Esperança, os esforços para a criação da Universidade Federal do Piauí, a assistência financeira à Faculdade de Odontologia, a ampliação da rede de ensino, inaugurando um total de 469 salas de aulas na capital e no interior, além da formação de um grupo de trabalho, composto pelos médicos Zenon Rocha, Lineu Araújo, José Nathan Portella Nunes e Carlyle Guerra de Macedo para a criação de uma Faculdade de Medicina no Estado.

A administração Petrônio Portella, também, promoveu a criação do Serviço de Teatro, do Conselho Estadual de Educação, e do Conselho de Cultura. Este, foi criado através do decreto nº 631, de 12 de outubro de 1965, com os objetivos de defender o patrimônio cultural do Piauí, divulgar as obras literárias, artísticas e científicas de autores piauienses, planejar e orientar as atividades culturais da região, colaborando financeiramente com as iniciativas particulares que visam o desenvolvimento e a expansão da cultura do Estado.<sup>354</sup> Para isso, o Conselho Estadual de Cultura (CEC) criou três câmaras: Ciências, Letras e Artes, cada uma com três conselheiros, para melhor facilitar e organizar o trabalho de incentivo cultural.

---

<sup>353</sup> SANTANA, R. N. Monteiro de. Aniversário de Teresina. *O Dia*. Teresina, ano 15, n. 1632, p.8, 29 ago. 1965.

<sup>354</sup> *REGIMENTO* do Conselho Estadual de Cultura. Título II- Da Competência, Capítulo I, Parágrafo VI, 30 de novembro de 1965. p.2



Caracterizado como órgão assessorial do governo estadual, o Conselho Estadual de Cultura <sup>355</sup> é constituído por um presidente e por nove membros, com mandato de três anos, sendo escolhidos pelo governador do estado, e os demais indicados pela Faculdade Católica de Filosofia e pela Academia Piauiense de Letras. Assim, tudo, desde a escolha de seu presidente até as deliberações e decisões tomadas no Conselho Estadual de Cultura, passava pelo crivo do governador. Dessa forma, as prestações de contas e os relatórios de atividades eram enviados anualmente às autoridades competentes, como o chefe do executivo estadual e o presidente do Conselho Federal de Cultura.

Antes da criação do Conselho Federal de Cultura, através do decreto de nº 74, de 21 de novembro de 1966, o qual estabelecia como uma de suas funções “estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura e propor convênios com esses órgãos, visando ao levantamento das necessidades regionais e locais e ao desenvolvimento e integração da cultura no País,” <sup>356</sup> o Conselho Estadual de Cultura do Piauí já existia.

No entanto, para a definitiva instalação do Conselho Estadual de Cultura, foi preciso firmar um convênio com a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado (CODESE), que durou oito meses. O desembolso das dotações orçamentárias realizadas pela CODESE, assim como a prestação de contas do Conselho de Cultura era feita trimestralmente, desde o salário dos funcionários, até as despesas com o fardamento dos empregados, do lanche dos conselheiros, das viagens que realizavam, do pagamento da taxa dos correios, de água, luz, e do prédio, localizado na Rua General Osório, nº 1.976, onde funcionava a sede provisória do Conselho.

Em relação às atividades culturais realizadas por esta instituição em 1968, podemos apontar a participação do presidente Simplício de Sousa Mendes e dos conselheiros João Nonon de Moura Fontes Ibiapina e Arimathéa Tito Filho no Congresso Nacional dos Conselhos de Cultura, que ocorreu no Rio de Janeiro, sob a presidência de Josué Montello, membro da Academia Brasileira de Letras, evento que teve o apoio do Ministério de Educação e Cultura e do Conselho Federal de Cultura. Dessa participação, os conselheiros piauienses conseguiram uma ajuda financeira de vinte milhões de cruzeiros para a compra de equipamentos e livros para a biblioteca da Casa Anísio Brito.

---

<sup>355</sup> O atual Regimento do Conselho Estadual de Cultura, regido pelo Decreto nº 10.013, de 4 de março de 1999, ainda permanece constituído por nove membros, com mandato de três anos, nomeados pelo governador do Estado, porém, com observância do seguinte critério: 3 nomes indicados pelo Poder Executivo, 3 pelo Poder Legislativo, e mais 3 indicados pelas entidades representativas dos Produtores Culturais do Estado do Piauí.

<sup>356</sup> *DECRETO* nº 74, de 21 nov. 1966, Artigo nº 2. Parágrafo 11º, p.2.

Além disso, o CEC organizou no ano de 1969, a reedição de obras de escritores piauienses, o auxílio às obras novas que se destinavam ao melhoramento do nível cultural do Estado e cursos de arte, exposições teatrais e um concurso literário, previsto na Lei nº 2.208, de 17 de novembro de 1961. Os valores em dinheiro para os vencedores do referido concurso, foram de 300,00 cruzeiros para o prêmio Abdias Neves (ficção), 200,00, para o de Da Costa e Silva (poesia), e 150,00, para o de Félix Pacheco (ensaios e crônicas).

Os candidatos que concorreram a esses prêmios foram Luís Lopes Sobrinho, William Palha Dias, Juscelino Ribeiro Júnior e João Bosco. E os ganhadores foram: Luís Lopes Sobrinho (1º lugar), com o livro de poesias *Vozes da terra*, e William Palha Dias (2º lugar), com o romance *E o Sibarita casou...* Para o primeiro colocado, além do prêmio em dinheiro, o governador patrocinou a publicação de sua obra pela COMEPI. Outro patrocinador que ajudou a promover esse concurso foi a Casa Mater, representada por seu diretor, o Dr. João França, que em 1969, contribuiu no valor de 500,00 cruzeiros novos para a totalização do prêmio oferecido.

Além de realizar os seus concursos, o Conselho, também tinha como objetivo, patrocinar com prêmios em dinheiro, concursos literários promovidos por outras instituições culturais, como o realizado pelo grêmio da Faculdade Católica de Filosofia D. Avelar Brandão Vilela, proporcionando assim, que os alunos ganhadores adquirissem livros novos com o valor do prêmio, bem como, o despertar para o cultivo das artes e das letras. Em 1969, o Conselho, também, instituiu a Ordem do Mérito, uma homenagem que era concedida a pessoas ou instituições que tivessem realizado um importante serviço no âmbito cultural do Estado.

Para divulgar suas atividades no cenário local e prestar contas à sociedade piauiense, do dinheiro que era investido na cultura do Estado, o Conselho contava com os serviços da Rádio Clube de Teresina, através do programa Variedades Chassis Peças, irradiado às 22hs pelo jornalista Joaquim Machado Saraiva, e também do *Jornal do Piauí*, os quais eram financiados pelo governo estadual.

No que diz respeito ao aspecto institucional, houve em 1969, uma modificação nas câmaras do Conselho, pois com a renúncia de Raimundo Nonato Monteiro de Santana, José Camillo da Silveira Filho e Manoel Paulo Nunes, o presidente Simplício de Sousa Mendes solicitou ao governador do Estado, Dr. Helvídio Nunes de Barros (1966-1970), em 14 de abril de 1969, a indicação de três nomes para ocupar os cargos daqueles conselheiros, sendo assim, escolhidos, Deoclécio Dantas, Luís Lopes Sobrinho e o capitão Aurino Nunes Filho.

Em 1970, o Conselho empreendeu de acordo com a Lei nº 2.983, de 25 de setembro de 1969, mais um concurso cultural no Estado, referente aos gêneros de ficção e sociologia, denominados respectivamente, Prêmio Abdias Neves e Prêmio Antonino Freire. Aos ganhadores dos dois primeiros lugares, seriam concedidas as edições das obras laureadas, cujos exemplares ficariam com seus autores.

Para realizar estas atividades, o CEC contava com o recurso de vinte mil cruzeiros novos do Conselho Federal de Cultura, que além de analisar as despesas relacionadas com a promoção cultural piauiense, procurava conhecer o seu patrimônio histórico, pedindo ao CEC que publicasse uma revista contendo fotografias dos mais importantes patrimônios da região, para posterior divulgação na revista *Cultura*, publicação do Conselho Federal de Cultura.

Criado durante o regime civil-militar brasileiro, o Conselho Estadual de Cultura não deixava passar despercebido o aniversário da Revolução de 31 de março de 1964, destacando em suas reuniões os serviços que os governantes militares realizavam em nome da nação e do povo brasileiro. Dessa forma, seus membros sentiam-se na obrigação de participar das solenidades promovidas por esse regime, como a inauguração da Barragem de Boa Esperança (07.04.1970) e da rodovia pavimentada Teresina - São Luís.

O prestígio dado pelo governo ao Conselho Estadual de Cultura era visível pelo apoio que aquele conferia às atividades culturais desempenhadas por esta instituição. Assim, sentindo-se grato pelo apoio que o Chefe do Executivo estadual concedia à cultura piauiense, o conselheiro Fontes Ibiapina propôs aos demais membros do CEC, durante a 36ª sessão do Conselho de Cultura, ocorrida em 25 de maio de 1970, a realização de uma visita de cortesia ao ex-governador Dr. Helvídio Nunes de Barros,<sup>357</sup> o que por sua vez, foi aceito, sendo escolhidos como representantes do referido Conselho, os intelectuais José Gayoso Freitas, Manoel Felício Pinto e Luiz Lopes Sobrinho.

Este contexto histórico, segundo Maria Helena Moreira Alves, representou um período de significativa importância para o país, pois durante o final da década de 1960 e o começo dos anos 1970, o Brasil foi marcado por uma fase de desenvolvimento econômico, isto é, pelo “milagre econômico”, por ter apresentado, dentre outras características, elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), subindo de 2,9% em 1964, início do momento político brasileiro denominado ditadura civil-militar, para 14,0% em 1973, justificativa para

---

<sup>357</sup> O governador Helvídio Nunes de Barros renunciou ao cargo no dia 14.05.1970, o que levou a posse do vice-governador João Clímaco de Almeida, que permaneceu no poder do Estado até o dia 15.03.1971.

que alguns cientistas políticos descrevessem esse período como “autoritarismo modernizante”.<sup>358</sup>

O jornal *O Dia* elogiava as ações político-econômicas empreendidas pelos governantes, destacando em suas matérias: “Surto de progresso é obra da Revolução”, “O Brasil novo começou com a Revolução de março de 64”, “A Revolução é a esperança do Piauí”, “O Piauí cresce com o Brasil”,<sup>359</sup> que o Brasil, e conseqüentemente, o Estado do Piauí, estava se desenvolvendo a passos largos.

O período histórico destacado, também, registrou o esforço dos intelectuais piauienses, representados, dentre outras instituições culturais,<sup>360</sup> pelo Conselho Estadual de Cultura, juntamente com os dirigentes políticos da região, como Chagas Rodrigues e Petrônio Portella, pela criação da Universidade do Piauí. O projeto de criação da Universidade era divulgado no jornal *O Dia*, nas seções denominadas Coluna Universitária e Retalhos Universitários, a última sob a responsabilidade do Diretório Acadêmico da Faculdade Federal de Direito.

A implantação da Universidade era considerada medida essencial para o desenvolvimento do Piauí, sendo tratada como algo urgente e que traria benefícios para toda a população. Com o mesmo sentido, eram vistos a criação do Porto de Luís Correia e a construção da Barragem de Boa Esperança. Sobre a importância da Universidade para o Estado do Piauí, Genuíno Sales afirmou que:

[...] o problema da educação se nos afigura sobremodo palpitante. E por que assim enxergamos é que consideramos a Universidade do Piauí um problema urgentíssimo. [...] sem universidade que possibilite a formação de técnicos, nos vários setores da cultura, é inevitável que a leiguice impere no seio do Estado, como poderemos estabilizar as finanças se não temos economistas? A arquitetura, se nos faltam engenheiros? A saúde sem médicos?<sup>361</sup>

<sup>358</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>359</sup> MONTE, Regianny Lima. *Teresina sob os anos de chumbo: as interfaces de uma modernização autoritária e excludente*. 2007. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 116f. 2007. p. 27.

<sup>360</sup> Dentre estas instituições culturais destacamos a Academia Piauiense de Letras- APL; a Faculdade Federal de Direito (FADI-1931); a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI-1958) e a Faculdade de Odontologia do Piauí (FOPI-1961).

<sup>361</sup> SALES, Genuíno. A Universidade do Piauí. *Almanaque da Parnaíba*. 42ª ed. Teresina. 1965. In: CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. *Colégio Agrícola de Teresina e UFPI: sob a ótica dos ANOS 70 em Teresina, outras histórias...* In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL. MEMÓRIA, ENSINO E BENS CULTURAIS. *Anais...* Teresina, 2008. ISSN: 1983-3385. p.3.

Porém, devido à demora nos trâmites legais, a Universidade do Piauí só foi instituída em 1968, através da Lei nº 5.528, de 12 de novembro, que a estabeleceu sob a forma de Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), integrando todas as demais faculdades que já existiam em Teresina, como a Faculdade de Direito (1931), a Faculdade Católica de Filosofia (1957), a Faculdade de Odontologia (1961), a Faculdade de Medicina (1968) e as de Serviço Social e Enfermagem, criadas na administração do governador Chagas Rodrigues, embora não implantadas na época.

A efetiva instalação da Universidade Federal do Piauí,<sup>362</sup> aconteceu apenas no ano de 1971, quando a instituição ocupou o campus situado no bairro Ininga, denominado Campus Ministro Petrônio Portella, como homenagem à atuação deste político no cenário cultural piauiense. Porém, a instalação dos Centros de Ciências da Saúde (CCS) e o de Ciências Humanas e Letras (CCHL), só veio a ocorrer no dia 15 de fevereiro de 1973, do Centro de Tecnologia (CT), em 28 de agosto de 1975, e o de Ciências Agrárias (CCA), somente em 16 de março de 1978, sendo organizados com base em departamentos e sob a ótica da integração do ensino, da pesquisa e de atividades de extensão.

Nesse contexto, o governador Alberto Silva,<sup>363</sup> eleito para o mandato 1971/1974, empreendeu a realização de algumas metas, dentre elas, a transformação de Teresina numa referência de cidade planejada, moderna e civilizada. Daí a frequente preocupação com a estética da cidade e com a opinião pública, destacadamente, com a imprensa do Sul do país, conhecida por ridicularizar a situação de pobreza do Estado do Piauí. Com esse objetivo, foram criadas políticas públicas com:

[...] a pretensão de construir um ‘Piauí Novo’, partindo do embelezamento de sua capital e das transformações trazidas por obras estonteantes, com que se buscava não só modernizar o seu traçado urbano, mas acima de tudo, ‘apagar a insígnia de Piauí pobre e atrasado’.<sup>364</sup>

<sup>362</sup>A instalação da Universidade Federal do Piauí estava inserida em processo de luta por poder e prestígio no Estado do Piauí, no qual três governadores: Helvídio Nunes de Barros (1966-1970), João Clímaco de Almeida (15.05.1970-15.03.1971) e Alberto Tavares Silva (1971-1975) reclamaram para si a glória de terem instalado a UFPI, respectivamente, nos anos de 1969 e os dois últimos em 1971.

<sup>363</sup> Nasceu na cidade de Parnaíba-PI, em 10.11.1918, e faleceu em 28.09.2009, em Brasília. cursou Engenharia em Itajubá, Minas Gerais, com especialização em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica. Professor, prefeito de sua cidade natal por duas vezes, deputado estadual, governador do Estado do Piauí também por duas vezes, a primeira no mandato de 1971/1974 e a segunda em 1987/1990, sendo o primeiro governador piauiense eleito por via direta após o regime militar. Senador da República, diretor da Estrada de Ferro Central do Piauí. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras, cadeira nº 1 e à Academia Parnaibana de Letras. Livros publicados: *Alguns livros piauienses, Três momentos culturais e Minha luta por um Piauí melhor*.

<sup>364</sup> MONTE, 2007, p.45.

Teresina foi transformada, literalmente, num “canteiro de obras”. Dentre estas obras, destacamos: a reforma do Hotel Piauí, do Palácio de Karnak (sede do governo), da Avenida Frei Serafim, com a implantação de cinco fontes climatizadas e pedras portuguesas nas calçadas, a construção do estádio de futebol Albertão, de dezesseis avenidas em sua malha urbana, do Terminal Rodoviário, na zona Sul, a implantação da sede da Companhia Energética do Piauí S/A - CEPISA, do Terminal de Petróleo e do Pátio de Manobras da Rede Ferroviária, do Parque Zoobotânico, do Instituto de Educação Antonino Freire, da Maternidade Dona Evangelina Rosa e da Companhia de Desenvolvimento do Piauí - COMDEPI. Estas obras, por sua vez, estavam ligadas não apenas ao embelezamento da capital piauiense, mas à sua transformação em uma cidade desenvolvida, que pudesse representar o cartão de visita do Estado do Piauí. Sobre isso o chefe do Executivo Estadual declarava que:

Depois das transformações urbanísticas implementadas na capital piauiense ‘a velha anedota- vamos ao Piauí, antes que acabe- foi transformada, pela euforia dos turistas satisfeitos, na advertência de que é preciso partir de Teresina, antes de resolver ficar para sempre. ’ [Assim] A pequena cidade de ontem, mediocrizada por falta de tratamento urbanístico, é hoje uma capital aprazível, graças ao milagre da imaginação, da técnica e de recursos que aproveitaram a prata da casa.<sup>365</sup>

Todavia, como afirmou a historiadora Cláudia Fonteneles, é importante refletir este período, não como um momento de ruptura, sem comparação na história política do Piauí, e sim que os efeitos desenvolvimentistas que alavancaram na década de 1970, são resultados das experiências e ações efetivadas pelos governantes das décadas de 50 e 60, podendo assim, “ser consideradas como continuidade no processo de urbanização na cidade de Teresina”.<sup>366</sup>

Porém, para o governador Alberto, a construção de uma nova configuração do Estado, necessitava de muito mais que levantar alicerce na malha urbana da cidade. Necessitava principalmente, de revigorar a identidade local do povo, sendo assim “indispensável incutir na comunidade piauiense o sentido do otimismo e das grandes certezas, pois sem aspirações coletivas não há desenvolvimento”.<sup>367</sup> Para isso, precisava contar com o apoio da cidade letrada, isto é, dos múltiplos educadores, escritores, historiadores, sociólogos, literatos e

<sup>365</sup> PIAUÍ, 1974, p.10.

<sup>366</sup> FONTENELES, Cláudia Cristina da Silva. Entre Heráclito e Parmênides: a modernização em Teresina nas décadas de 1960 e 1970. In: FRANCO, Roberto Kennedy Gomes; VASCONCELOS, José Gerardo (Orgs.). *Outras histórias do Piauí*. Fortaleza: Edições UFC, 2007. p.117.

<sup>367</sup>PIAUÍ, Governador 1971-1974 (Alberto Tavares Silva). *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º de março de 1971*. Teresina, 1971. p.2.

jornalistas, os responsáveis pela transmissão do saber, os detentores do poder intelectual, aqueles denominados, segundo Sandra Jatahy Pesavento,<sup>368</sup> de “leitores especiais da cidade”, os quais a interpretam e a ordenam simbolicamente.

Neste período, os principais intelectuais piauienses se concentravam, principalmente, na Academia Piauiense de Letras e no Conselho Estadual de Cultura, que por sua vez, eram presididos por Arimathéa Tito Filho, respectivamente, entre 1971/1992 e 1971/1981.<sup>369</sup> Antes de exercer estes cargos, Tito Filho já assumira, em 1970, o cargo de Secretário de Educação e Cultura, contribuindo assim, para a promoção de edições de obras literárias, a exemplo da obra *Antologia de poetas piauienses*, de Félix Aires. No Conselho de Cultura, Arimathéa Tito Filho ficou responsável por coordenar a seleção, a revisão e os comentários de obras literárias e históricas sobre o Estado do Piauí, a serem editadas e/ou reeditadas pelo Plano Editorial do Estado.

Talvez em virtude desse acúmulo de atividades culturais, as ações do Conselho Estadual de Cultura foram pouco desenvolvidas durante a década de 1970. De acordo com as atas do Conselho do ano de 1971, “não havia matéria de expediente para tratar”,<sup>370</sup> à exceção de algumas obras literárias que eram enviadas ao CEC para que o mesmo auxiliasse, através de recursos financeiros, na publicação; e para a leitura e elaboração de relatório que os conselheiros designados deveriam realizar sobre as obras, pois caso fosse elaborado parecer favorável, os conselheiros encaminhariam estas produções ao governador do Estado para posterior publicação.

Outra atuação importante do CEC foi a sua participação na aprovação do contrato entre a Secretaria de Cultura do Estado, que representava o governo Alberto Silva, com a Editora Tora, do Rio de Janeiro, visando o lançamento dos livros editados através do Plano Editorial,<sup>371</sup> no dia 19 de outubro de 1974, data considerada o dia do Piauí. A pretensão do contrato era lançar as obras não apenas em Teresina, mas em diversas capitais, como Brasília, para efeito de maior visibilidade nacional dos temas históricos e literários do Piauí. Sobre isso, localizamos em ata do CEC, que o contrato objetivava:

---

<sup>368</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana In: *Anais do XI Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUH*.

<sup>369</sup> Arimathéa Tito Filho presidiu o Conselho Estadual de Cultural por três vezes consecutivas, pois com a renúncia do presidente Armando Madeira Basto em 1975, Tito Filho novamente é eleito como presidente, sendo empossado a partir do dia 7 de abril de 1975.

<sup>370</sup> ATA DA 54ª SESSÃO Ordinária do Conselho Estadual de Cultura. 7.06.1971. p.25.

<sup>371</sup> Política editorial criada em 1972, no governo Alberto Silva (1971-1974), visando à reedição das obras histórico-literárias dos intelectuais piauienses.

[...] promover os valores culturais do Piauí, nos campos da História e da Literatura, de modo a obter [...] a repercussão que aqueles valores culturais inadequadamente não tiveram no passado. A promoção, sem prejuízo de todo temático, destacará as Guerras da Independência em terras do Piauí e a influência delas na definição da geografia política do Brasil de nossos dias. A promoção será respaldada, objetiva e concretamente, pelas obras já lançadas através do Plano Editorial do Estado.<sup>372</sup>

Além disso, o Conselho de Cultura ficou responsável por organizar e participar das festividades de inauguração do Museu do Jenipapo,<sup>373</sup> encarregando os conselheiros Tito Filho e Lilizinha Carvalho<sup>374</sup> da seleção de algumas peças existentes no Museu do Piauí<sup>375</sup> relacionadas à Batalha do Jenipapo, para serem expostas durante o evento.

Desde o final do ano de 1973, o Conselho de Cultura trabalhava em parceria com a Secretaria de Cultura, criada através da Lei nº 3.262, de 6 de dezembro de 1973, desmembrando a Secretaria de Educação e Cultura. De acordo com a Lei nº 115, de 2 de abril de 1974, o Conselho Estadual de Cultura passou à condição de órgão da referida Secretaria. Segundo a opinião de Arimathéa Tito Filho foi:

Oportuníssima a medida do Governo em criar a Secretaria da Cultura, com o desdobramento da antiga Secretaria de Educação e Cultura. Um Secretário da Educação já tem sobre os ombros pesadas responsabilidades. Imagine-se o mesmo titular com os imensos encargos de promover o processo cultural da coletividade. Quando exerci o cargo de Secretário da Educação e Cultura, senti o problema em toda a sua crueza. Ou superintendia a parte educacional, deixando de lado os assuntos culturais, ou vice-versa. [...] A primeira medida [a ser adotada] seria a sua urgente organização e a adoção de um plano cultural simples e objetivo de fácil execução. [...] Tudo deve ser iniciado partindo-se de um centro-piloto que é Teresina. Depois, a irradiação, por outras paisagens culturais, do Piauí.<sup>376</sup>

<sup>372</sup> Ata da 7ª sessão ordinária do Conselho Estadual de Cultura, de 30.09.1974, p. 49.

<sup>373</sup> Criado em 1974, pelo governador Alberto Silva para homenagear os piauienses que perderam a vida numa batalha sangrenta em prol da independência política do país, ocorrida a 13 de março de 1823 em Campo Maior, nas margens do riacho Jenipapo, onde hoje está situado este museu, também conhecido como Monumento Heróis do Jenipapo. Seu acervo é composto por documentos de época, fotografias, armamentos, dentre outros artefatos de guerra.

<sup>374</sup> Emília Castelo Branco de Carvalho (Lilizinha Castelo Branco) nasceu no Rio de Janeiro em 1919, e faleceu em Teresina, no ano de 1980. Era filha de Emília Leite Castelo Branco (Lili Castelo Branco). Dirigiu o Museu Histórico e Arquivo Público do Piauí. Foi membro do Conselho Estadual de Cultura, da Academia Piauiense de Letras, da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, do Conselho Internacional de Museus, dentre outras. Obras publicadas: *Sinhazinha de Karnak*; *A mendiga do Amparo*; *O secretário*; *Quinze anos depois*; *O morcego azul*; e *O juramento*.

<sup>375</sup> Localizado na praça Marechal Deodoro, no centro de Teresina, seu acervo é composto de aproximadamente 5.000 peças, distribuídas pelas salas Terra, Homem, Colônia, Império, República Velha, República Nova, Arte Sacra, Arte Popular, Rádio, Heráldica, Numismática, Pinacoteca e Pátio. Possui também um auditório, uma biblioteca, sala de leitura e duas salas para exposições temporárias.

<sup>376</sup> ENTREVISTA Prof. Tito Filho. *O Estado*. Teresina, n.672, p.6, 26/27 jan. de 1975.



A Secretaria de Cultura foi idealizada com a pretensão de “ser a consciência crítica da cultura piauiense,”<sup>377</sup> e sua administração foi confiada ao professor Wilson de Andrade Brandão. De acordo com o Relatório de atividades de 1974 do Departamento de Difusão da referida Secretaria, o Plano Editorial tornou-se responsabilidade deste Departamento. No entanto, até 1975, o Plano Editorial não foi executado nem organizado pela Secretaria, pois de acordo com Tito Filho:

O Plano Editorial deveria vincular-se à Secretaria da Cultura. No projeto de regimento interno do Conselho Estadual de Cultura, que elaboramos, mas ainda não foi aprovado pelo governo, ele lá se encontra como atribuição do Conselho. Por ora, o Plano Editorial está superintendido pelo jornalista Armando Madeira Basto, que tudo tem feito em seu favor, e por mim executado. Preparei já cerca de 40 livros, com muito esforço. [...] O ideal é que a edição de livros seja feita sob a orientação do Conselho Estadual de Cultura, depois de cuidadoso levantamento bibliográfico – aliás, levantamento que já fizemos.<sup>378</sup>

No plano legal, o Plano Editorial deveria ser executado pela Secretaria de Cultura, porém, na prática, a situação era diferente, pois, este plano, criado em 1972, pelo governo Alberto Silva, já vinha sendo organizado com o apoio da Academia Piauiense de Letras e do Conselho Estadual de Cultura, sendo que o serviço continuou a ser realizado por estas instituições nos anos posteriores.

Por sua vez, Wilson de Andrade Brandão afirmava que a organização do Plano Editorial pela Secretaria de Cultura, implicaria na destruição de alguns vícios, que de acordo com ele, estavam sendo adotados pelas referidas instituições culturais, como a adoção de políticas de favorecimento e de personalismo na escolha de obras histórico-literárias piauienses para publicação, bem como, a lentidão em relação à difusão dos livros editados pelo Plano Editorial.

Dessa forma, percebe-se que a crítica de Wilson de Andrade Brandão dizia respeito não ao Plano Editorial, mas às instituições encarregadas de executá-lo, pois segundo ele, o Plano Editorial teve papel importante no cenário cultural piauiense, pelo mérito de conseguir:

Com o esforço que se tem desenvolvido, apesar das objeções antes ressaltadas, [divulgar] nossos autores, e, particularmente, com relação à nossa História, assinalamos um lugar entre os escritores nacionais. O Piauí se torna mais conhecido. Começamos a ser referidos e citados. Um bom augúrio. Contudo, faz-se necessário que o Governo atue ainda mais fortemente. Há muito o que fazer de agora em diante. Os governos devem

<sup>377</sup> A CONSCIÊNCIA crítica da cultura. In: *Presença*. Teresina, ano 1, n.1, maio 1974. p.53.

<sup>378</sup> ENTREVISTA Prof. Tito Filho. *O Estado*. Teresina, n.672, p.6, 26/27 jan. de 1975.

prestigiar os escritores piauienses, como procedem em outros Estados. Temos valores que podem ombrear-se com os filhos de outras regiões. Vamos para o futuro.<sup>379</sup>

Em poucos meses de existência, a Secretaria de Cultura passou a publicar, semanalmente, a partir do dia 7 de julho de 1974, o *Caderno de Divulgação Cultural*, um espaço destinado no jornal *O Estado* para os intelectuais locais divulgarem opiniões, lançamentos de livros, análises literárias e históricas, cujos coordenadores eram Cineas Santos e Adala Carnib. Além disso, criou a revista *Presença*, uma iniciativa, que segundo o governador Alberto Silva, “visa[va] a preservar o patrimônio cultural do Piauí, a animar o seu desenvolvimento e a divulgá-lo em caráter permanente.”<sup>380</sup> O nome dessa revista foi uma escolha do primeiro Secretário de Cultura, Wilson de Andrade Brandão, que além de idealizá-la, foi o responsável pela organização, convidando o artista gráfico Marcos Cremonese para criar a capa, e escolhendo os articulistas para o primeiro número.

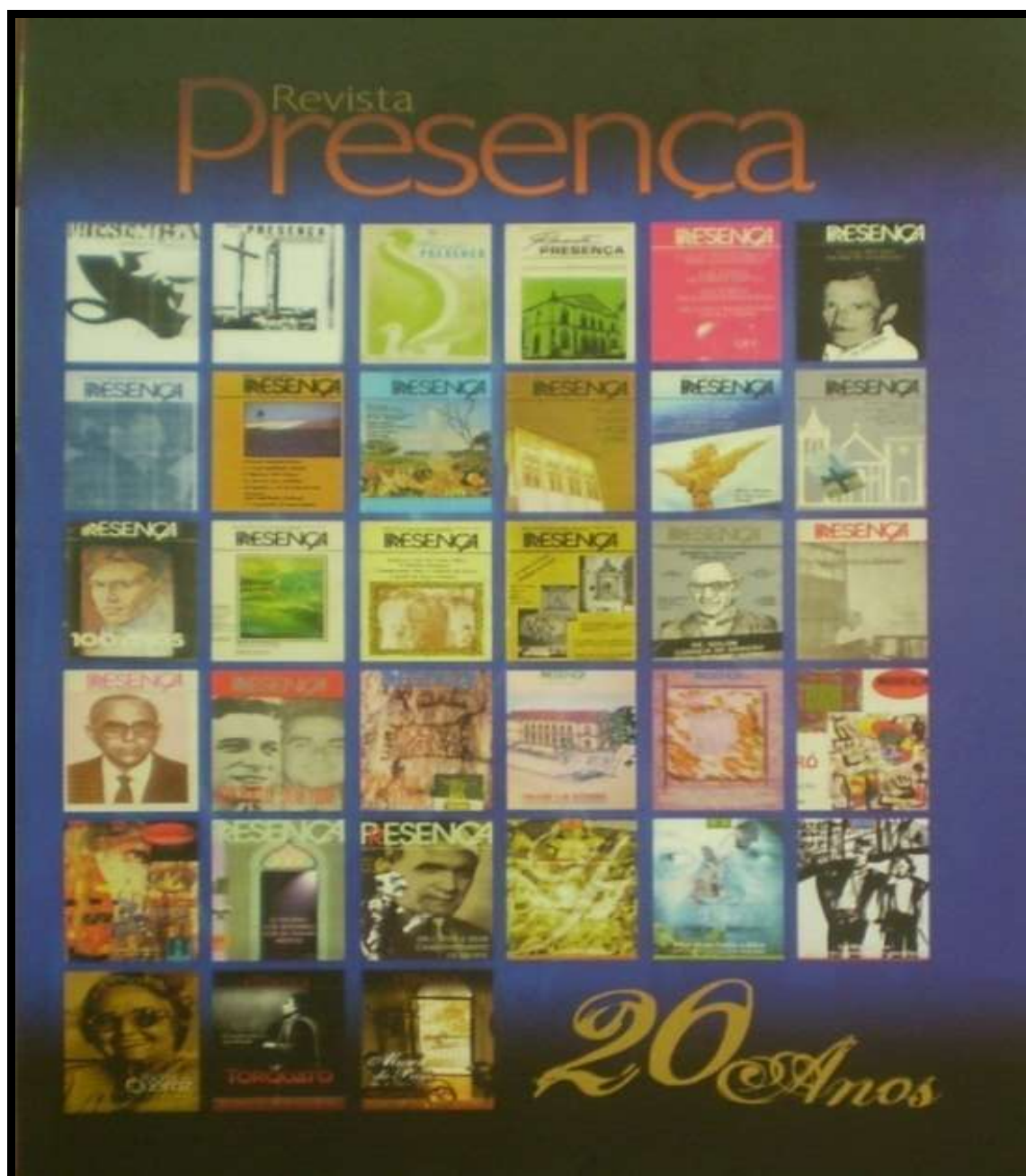
Os artigos da *Presença*, impressos pela COMEPI até o ano de 1987, versavam sobre assuntos variados, como: literatura, história, educação, imprensa, patrimônio arquitetônico, ecologia, arqueologia, dança, música, pintura, artes plásticas, fotografia, humor, cartum, teatro, folclore, folguedos e religiosidade, além de entrevistas com intelectuais piauienses. Apenas em 1992, durante a última gestão do presidente Benjamim do Rego Monteiro Neto<sup>381</sup> no CEC (1981-1992), é que o Conselho Estadual de Cultura, em parceria com a Fundação Estadual de Cultura e do Desporto (FUNDEC) assume a editoração da revista, a partir do número 20, que por sua vez, circula até os dias atuais.<sup>382</sup>

<sup>379</sup> ENTREVISTA Prof. Wilson Brandão. *O Estado*. Teresina, n.708, p.8, 2/3 mar. de 1975.

<sup>380</sup> SILVA, Alberto Tavares. Endosso em preto. In: *Presença*. Teresina, ano 1, n.1, maio 1974. p.3.

<sup>381</sup> Nasceu em Teresina (PI), em 17.09.1915. Formado em Direito, desempenhou as funções de professor da Faculdade de Direito do Piauí, de Filosofia do Piauí e da Universidade Federal do Piauí, poeta, contista e cronista. Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, a Academia de Ciências Médicas e Sociais de São Paulo, a Academia Piauiense de Letras e a Academia Piauiense de Letras Jurídicas. Foi presidente por três vezes consecutivas do Conselho Estadual de Cultura, dirigindo-o a partir de 14 de outubro de 1981 até 12 de janeiro de 1992. Dentre seus livros publicados destacamos-se: *A Santa Sé no Direito Internacional* (1953); *A igualdade dos Estados e o Direito de Veto no Conselho de Segurança da ONU* (1955); *O Cristianismo, o sacerdócio e a paz* (1956); *Em louvor do Direito* (1958); *A casa do Barão de Gurguéia* (1987); *Poesia de ontem* (1989); *O Direito da sociedade humana* (1990) e outros.

<sup>382</sup> O mais recente número deste periódico é: *Presença*. Teresina, ano 25, n.43, jun. 2010.



Fotografia 04: Capas das revistas *Presença*, de 1974 a 2005.

Fonte: *Presença*. Teresina, ano 20, n. 33, 1º sem. 2005.

O Conselho Estadual de Cultura mantinha certa “disputa” com a Secretaria de Cultura, pelo fato desta já ter conseguido em menos de um ano publicar uma revista, que, também, era considerada uma das obrigações constante no seu regimento interno. Desde a criação do Conselho (1965) até o aparecimento da referida Secretaria (1973), a publicação de “uma revista com as decisões e os pareceres do Conselho, relatórios de suas atividades,

informações e estudos sobre problemas culturais,”<sup>383</sup> não havia sido realizada. Todavia, Arimathéa Tito Filho, ao atuar em 1975, como Secretário de Cultura, promoveu uma maior articulação entre os conselheiros e a revista *Presença*, no que diz respeito à edição de artigos produzidos por conselheiros, como o da professora Maria Amélia Azevedo Ribeiro.<sup>384</sup>

Apesar da revista *Presença* não ser órgão oficial do Conselho Estadual de Cultura, este tinha como uma das atribuições, organizá-la, produzir artigos para serem publicados, como no seu segundo número, dirigido por Arimathéa Tito Filho, cujo lançamento constituiu parte das festividades organizadas pelo Conselho e pela Secretaria de Cultura em homenagem a Rui Barbosa e ao Dia da Cultura, sendo suas temáticas voltadas para os variados aspectos da carreira de Rui Barbosa, como o Direito, a poesia e a vida artística do intelectual.

Além do lançamento, as comemorações seguiram com a realização de três conferências, da entrega de prêmios do concurso de melhor trabalho feito sobre Rui Barbosa, cuja comissão de avaliação era composta pelos seguintes conselheiros: Emília Castelo Branco de Carvalho, Luiz Lopes Sobrinho e José de Arimathéa Tito Filho. O evento, ocorrido no auditório Herbert Parentes Fortes, entre os dias 4, 5 e 6 de novembro de 1974, contou com as presenças da neta de Rui Barbosa, Dra. Lucila Rui Barbosa, e da diretora da Casa de Rui Barbosa, Maria Amália Bianquinni.

No segundo número da revista, foram divulgados artigos sobre a participação do Piauí na independência do Brasil, fazendo alusão à inauguração do Monumento do Jenipapo, em Campo Maior, temática, também, ressaltada na capa da revista, que trouxe a fotografia do referido Monumento. Um dos artigos sobre a independência no Piauí era de autoria de Mons. Joaquim Chaves.<sup>385</sup>

Além do *Caderno de Divulgação Cultural* e da revista *Presença*, a Secretaria de Cultura ainda almejava publicar, mensalmente, um Boletim Informativo, expandir o raio de ação do programa radiofônico Panorama, levado ao ar pela Rádio Clube de Teresina, para o interior do Estado, e montar um programa de televisão.

Apesar de ter realizado trabalhos relevantes para a cultura piauiense, o Conselho Estadual de Cultura, durante os primeiros anos da década de 1980, sob a presidência de Benjamim do Rego Monteiro Neto, não teve uma vida muito ativa, haja vista que suas reuniões já não ocorriam com a frequência estabelecida em seus estatutos, principalmente no

---

<sup>383</sup> Regimento do Conselho Estadual de Cultura do Piauí, Título II, da Competência, Cap. I, Art. 6º, Parágrafo XV. p.2.

<sup>384</sup> RIBEIRO, Maria Amélia Azevedo. Rui Barbosa e a arte. *Presença*. Teresina, ano 1, n.2, 1974.

<sup>385</sup> CHAVES, Joaquim. Participação do Piauí nas lutas da Independência. *Presença*. Teresina, ano 1, n.2, 1974.

período compreendido entre janeiro e setembro de 1982, devido a quorum insuficiente, isto é, a falta de seus conselheiros, que na maioria das vezes não justificavam suas ausências.

Diante dessa situação, o Secretário de Cultura, professor Manoel Paulo Nunes (21.05.1982-15.03.1983) criou três cargos de suplente de conselheiros, escolhendo para ocupar estas funções, o escritor Francisco Miguel de Moura, o advogado Luís Gonzaga Brandão de Carvalho e o bibliotecário José Airton Gonçalves Gomes. Assim, somente com a criação destes cargos de suplentes, é que ocorreu em 21 de outubro de 1982, a primeira reunião do Conselho. Foi ainda na gestão de Manoel Paulo Nunes, que a revista *Presença* foi reativada, sendo assim, editado o seu quinto número, com nova feição gráfica, e que a tornou mais moderna, apresentando variadas matérias e ilustrações.

Desta forma, o CEC, através da parceria com a Secretaria de Cultura pôde desempenhar suas atividades culturais, representando assim, uma importante iniciativa do Estado em prol da produção, divulgação e do apoio à cultura escrita, efetivados principalmente, através da organização e edição da revista *Presença*, e da colaboração com os planos editoriais, além da atenção para com as manifestações cívicas do Estado, como as comemorações da Batalha do Jenipapo.

#### 4.2 O Conselho Estadual de Cultura e a produção historiográfica piauiense

Nos primeiros anos de sua criação, o Conselho Estadual de Cultura promoveu a edição dos três volumes das *Pesquisas para a História do Piauí*,<sup>386</sup> de Odilon Nunes, através da COMEPI. Sobre esta obra, o historiador Fonseca Neto manifestou a seguinte impressão:

[...] as 'Pesquisas', é obra superanotada, subanotada, quase-documento em estado bruto, uma provação aos arredios e preguiçosos do contato com as primárias fontes. [...] enquanto garimpava arquivos e sentia o pulsar das gentes do Piauí, foi elaborando o mais valioso conjunto de informações históricas sobre o Piauí que até então se fez, não superado até hoje por nenhum outro pesquisador. [Odilon] Ensinou-nos que os arquivos, em especial o Arquivo Público do Estado, têm um acervo de grande valor a desafiar os amantes da cultura histórica local e nacional.<sup>387</sup>

De acordo com Erasmo Celestino, as *Pesquisas para a História do Piauí* constituem a consolidação de todas as produções de Odilon Nunes, como: *O Piauí na História* (1931), suas

<sup>386</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1966.

<sup>387</sup> SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Apresentação da 2 ed. In: NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. 2 ed. Teresina: APL, 2001. p.20.

monografias divulgadas na revista *Econômica piauiense*, durante o final da década de 1950 e início de 1960, e a *Súmula de História do Piauí* (1963). Os assuntos tratados no primeiro volume das *Pesquisas* referem-se à pré-história e aos primórdios da colonização piauiense, os primeiros currais e o nascimento da oligarquia local. No segundo, aborda a Independência no Piauí e as manifestações republicanas que eclodiram nos meados do séc. XIX. No terceiro, estuda o movimento sociopolítico da Balaiada em terras maranhenses e piauienses. Segundo Odilon Nunes, as *Pesquisas* são originárias de um contrato firmado em 1961, com o governador Chagas Rodrigues, para escrever uma *História Geral do Piauí*, em um único volume. Porém:

Iniciado nosso trabalho como consequência do contrato, vimos logo, em face da riqueza documental que coligamos que mais interessaria à historiografia do Piauí a publicação de novos elementos que servissem de base para a feitura da história do Piauí em suportes documentais que muito mais ampliariam a fronteira de conhecimentos de nossas tradições. [Assim] Esquecemo-nos das vantagens que nos adviriam do contrato, e demos início ao trabalho que ora ainda absorve nossas atividades.<sup>388</sup>

Os volumes das *Pesquisas para a História do Piauí* foram dedicados aos três pesquisadores da história piauiense que Odilon Nunes mais admirava: Pe. Joaquim Chaves, Raimundo Santana e Camillo Filho. Segundo Nunes, esta obra foi escrita com:

[...] o propósito de contribuir para o enriquecimento da historiografia do Piauí, não apenas sob o ponto de vista quantitativo, porque também amplia as fronteiras de nossa história, trazendo à luz do conhecimento acervo de fatos ainda ignorados pelos historiadores, e vividos por nossos antepassados. Acima de tudo aspira a fixar a brasilidade do piauiense nas tradições provindas desse passado histórico e na vivência de nossa gente tão simples e generosa que, através de três séculos, com denodo e engenho, acompanha a evolução nacional, abraçando e perfeitamente interpretando todos os ideais que surgiram no seio da nacionalidade. [...]. É, pois um convite a todos os que se dedicam à cultura, aos que dirigem os destinos do Estado, à elite intelectual, à mocidade estudiosa, especialmente aos universitários piauienses, para que lancem suas vistas para o nosso passado, a fim de que possam melhor dignificar o presente.<sup>389</sup>

A iniciativa do governador Petrônio Portella Nunes foi de suma importância para Odilon Nunes, porque ele tinha consciência de que seu livro “jamais seria editado por

<sup>388</sup> NUNES, Odilon. Uma explicação á guisa de prefácio. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. vol.1. Teresina: FUNDAPI/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. p.15.

<sup>389</sup> NUNES, Odilon. Esclarecimento inicial. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. vol.3. Teresina: FUNDAPI/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. p.9.

empresa comercial, pois não oferecia possibilidade de vantagens pecuniárias”.<sup>390</sup> Assim, Odilon preferiu fazer um acordo com o governo, no sentido de ceder ao Estado os direitos autorais de sua obra em troca da publicação.

Para o autor, sua obra só interessava aos estudiosos da história, os quais, segundo Odilon Nunes, representava o verdadeiro e legítimo piauiense, amante de sua terra, de sua gente e de suas tradições. Daí o interesse que demonstrava em despertar nesses estudiosos, um sentimento de piauiensidade, isto é, um culto de amor a tudo aquilo que se relacionasse ao Piauí. De acordo com ele, a história era:

[...] um conhecimento capaz de assessorar os gestores públicos no sentido da superação de nosso secular atraso, sugerindo formas esquecidas de desenvolvimento, formas que eram vistas como responsabilidade executiva do Estado, porém, produto de reflexão partida de consciências críticas e cívicas, informadas por uma ética de trabalho, pela busca incessante de superar a acomodação. O historiador, com sua verdade, contribuiria para configurar também o processo da mudança econômica e social de que o Piauí tanto precisava. A história daria sábias lições.<sup>391</sup>

De acordo com Erasmo Celestino, Odilon Nunes além de criterioso na escolha de documentos históricos, também era seletivo com seus leitores, pois apesar de querer que suas obras fossem conhecidas pela sociedade piauiense:

[...] dá[se] ao trabalho de escolher o seu leitor por excelência. Quer ele, em primeira instância, [que] o leitor tenha afinidade com o seu objeto de estudos. Possivelmente o paradigma de leitor odiloniano seja o pequeno Almir- o garoto, sempre curioso e interessado na história piauiense, de *O Piauí na História*. Aparentemente, descarta o leitor circunstancial; nem sequer escreve para jornais. Contraria a obrigação que tem o historiador de buscar todas as formas para divulgar a História, mas estabelece, o tempo todo, as bases do diálogo com o leitor que seja como ele, estudioso, investigador, pesquisador. [...] embora, por si só, isso represente mais um corte no seu universo de leitores, que ele não se cansa, literalmente, de mandar para a Casa Anísio Brito.<sup>392</sup>

Sua vontade de querer ser lido pelos intelectuais e estudantes piauienses, aliada a existência de uma lei no Estado, que afirmava que para uma obra ser publicada pelo governo estadual, o autor deveria ter mais de sessenta anos de falecimento, incentivou Odilon Nunes a

<sup>390</sup> NUNES, Odilon. Prefácio da 1ª ed. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. vol.1. Teresina: FUNDAPI/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. p.14.

<sup>391</sup> QUEIROZ, Teresinha. Odilon Nunes: história e erudição. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 3 ed. vol.1. Teresina: FUNDAPI/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. p.41.

<sup>392</sup> CELESTINO, Erasmo. *Odilon Nunes: historiador e educador*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 1996. p.97.

doar seus estudos para o Estado, a fim de serem publicadas e conhecidas pelo público leitor. Sobre isso, Odilon Nunes afirmou:

Doei todas as minhas 16 obras [...]. Cedi também os direitos de publicação. Eu explico. É vaidade, porque eu quero mesmo é ser lido. Todos nós somos vaidosos, os passarinhos são... as mulheres então... Eu passei 50 anos fazendo pesquisas na Casa Anísio Brito, sacrifiquei toda minha vida. [...] Doei sem ônus nenhum do Estado, não recebi nada. Mas me orgulho de ter doado.<sup>393</sup>

Desta forma, a publicação das *Pesquisas para a História do Piauí* representou um marco nas atividades do CEC, pois foi realizada quando o Conselho Estadual de Cultura, ainda, estava em processo de formação. Apesar de ter sido criado pelo decreto nº 631, de 12 de outubro de 1965, e de ter elaborado seu regimento em 30 de novembro do mesmo ano, somente em 1968 é que foram tomadas as providências para o seu real funcionamento.

Assim, no dia 1º de março de 1968, todos os membros do CEC se reuniram numa das dependências da Casa Anísio Brito, para solenemente tomar posse de seus cargos: Des. Simplício de Sousa Mendes – Presidente; José de Arimathéia Tito Filho, João Nonon de Moura Fontes Ibiapina e Celso Barros Coelho, compondo a Câmara de Letras; Manoel Paulo Nunes, José Gayoso de Almendra Freitas e Manoel Felício Pinto, fazendo parte da Câmara de Artes; José Camillo da Silveira Filho, Odilon Nunes e Raimundo Santana, integrando a Câmara de Ciências.

O lugar institucional ocupado por estes homens de letras, facilitava sobremaneira, a publicação de suas obras, pois o trabalho intelectual tornava-se, durante os anos 1960/1970, cada vez mais relacionado com base em privilégios, advindos das proximidades sociais e /ou políticas. Desta forma, em 1968, Fontes Ibiapina publicava seu romance de costumes, *Palha de arroz*,<sup>394</sup> que de acordo com o historiador Elson Rabelo:

[...] é o texto ibiapino que mais se destaca pela inserção nas discussões sobre a modernização dos espaços piauienses, sendo também seu texto que enuncia o Piauí como espaço pobre. Consistindo numa inflexão em seu estrito regionalismo, por ser um romance urbano com estética de denúncia e de observação do cotidiano, *Palha de arroz* é singular, ainda, por se contrapor à festividade saudosa da infância e ao lamento passadista da decadência do sertão; em sua narrativa aflitiva, o romance tematiza aspectos sociais como a prostituição e os incêndios das casas de palha em Teresina em um passado próximo, a década de 1940. [Porém] não se trata de lastimar a ruptura com o

<sup>393</sup> ODILON Nunes, a história viva do Piauí. *Jornal da Manhã*. Teresina, ano 7, n. 2.131, p. 3, 16 de ago. de 1987.

<sup>394</sup> IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Palha de arroz*. Teresina: COMEPI, 1968.



passado, mas o que seria o não-andamento do presente. [...]. Por conta de uma indignação diante do marasmo de que a cidade padecia o que se encontra, por vezes, são cobranças por melhorias urbanas, por iluminação, emprego, educação.<sup>395</sup>

Na reedição de obras piauienses, vale destacar a *Lira sertaneja*,<sup>396</sup> de Hermínio Castelo Branco, que ficou sob os cuidados do presidente do Conselho Estadual de Cultura, Arimathéia Tito Filho (1971-1974), e *Cronologia histórica do Estado do Piauí*,<sup>397</sup> de Pereira da Costa, corrigida e atualizada pelo historiador Odilon Nunes, sendo, no entanto, publicadas respectivamente, apenas em 1972 e 1974, pelo Plano Editorial do Estado.

Assim, cumprindo os objetivos do CEC, que eram, dentre outros, a “promoção e defesa da cultura e aperfeiçoamento cultural do povo piauiense,”<sup>398</sup> o presidente Arimathéia Tito Filho afirmou em 1975, no jornal *O Estado*, que uma das funções designadas a esta instituição pelo Plano Editorial do Estado, era supervisionar:

[...] aqui e no Rio [de Janeiro], a publicação de quase quarenta livros, de princípio de 1973 até fevereiro de 1975, percebendo gratificação mensal de mil e quinhentos cruzeiros, inicialmente, depois dois mil cruzeiros e de seis meses a esta parte – três mil e quinhentos cruzeiros, para trabalhar dia e noite. [Sendo que] Os livros foram distribuídos pelo governo.<sup>399</sup>

Dentre as obras históricas que foram por ele revisadas e comentadas, destacamos: *Cronologia histórica do Estado do Piauí*,<sup>400</sup> de Francisco Augusto Pereira da Costa, e *A guerra do Fidié*,<sup>401</sup> de Abdias Neves, reeditadas pelo Plano Editorial do Estado. Sobre a *Cronologia histórica do Estado do Piauí*, Tito Filho revelou que foi um “Trabalho exaustivo [em que fez] toda a atualização ortográfica e centenas de comentários. Pass[ando] quatorze dias no Rio para o preparo final. O governo apenas pagou passagem e hospedagem.”<sup>402</sup> No que se refere à obra de Abdias Neves, Tito Filho, também, não cobrou ao governo pelo seu trabalho de atualização ortográfica e pelos seus comentários.

<sup>395</sup> RABELO, Elson de Assis. *A História entre tempos e contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí*. 2008. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 200f. 2008. p 51/52.

<sup>396</sup> CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira sertaneja*. Teresina: COMEPI, 1972.

<sup>397</sup> COSTA, Francisco de Assis Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

<sup>398</sup> Decreto nº 631, de 12 de outubro de 1965, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Cultura. Art. 2º. p.1

<sup>399</sup> TITO FILHO presta esclarecimentos. *O Estado*. Teresina, n. 733, p. 9, 6/7 de abril de 1975.

<sup>400</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

<sup>401</sup> NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. Rio de Janeiro: Artenova, 1973.

<sup>402</sup> TITO FILHO presta esclarecimentos. *O Estado*. Teresina, n. 733, p. 9, 6/7 de abril de 1975

Arimathéa Tito Filho produziu, durante as décadas de 1970/1980, diversas obras, dentre as quais, *Governos do Piauí*; <sup>403</sup> que teve duas edições, e *Praça Aquidabã, sem número*; <sup>404</sup> ambas oferecidas gratuitamente ao governo.

No que diz respeito às relações entre instituições culturais e poder público, Sérgio Miceli considera que os letrados ligados a uma esfera institucional conseguem obter “condições materiais e institucionais para conciliar seus encargos no serviço público com seus projetos intelectuais, meta que se revelou tanto mais viável à medida que o próprio Estado foi se tornando uma instância decisiva de difusão e consagração de obras produzidas em tais circunstâncias”. <sup>405</sup>

Nesse sentido, acreditamos que o lugar institucional ocupado por Tito Filho (presidente da Academia Piauiense de Letras e do Conselho Estadual de Cultura), foi um fator imprescindível para a publicação de muitas obras histórico-literárias produzidas, organizadas e comentadas por este intelectual.

Durante a década de 1980, uma das funções exercidas pelo professor Benjamim do Rego Monteiro Neto, como presidente do CEC, foi atuar como membro do conselho editorial do Projeto Petrônio Portella, considerado uma continuação das propostas do Plano Editorial do Estado. Em relação ao Projeto Petrônio Portella, o jornal *Diário Oficial*, enfatizou que esta política editorial do governo Hugo Napoleão (1983-1986) significou:

[...] um bota fora na literatura piauiense, dando oportunidade para todos. Segundo o professor, a literatura piauiense ainda está completamente desconhecida, e isso faz com que ainda não tenhamos nada de concreto em torno dela, em termos de opinião crítica. Benjamim do Rego Monteiro disse que, para dar um exemplo, cita o caso de Fontes Ibiapina, que tem uma média de 30 livros inéditos. Baseado nisso, ele indagou: ‘como podemos emitir uma opinião sobre este escritor se não conhecemos nem um terço de sua produção? Qualquer conceito será mera especulação,’ justificou. <sup>406</sup>

O novo Plano Editorial do Estado, o Projeto Petrônio Portella, vinha mais uma vez oferecendo aos escritores locais a oportunidade de editar suas obras, pois muitos deles não possuíam recursos para publicar seus trabalhos. Através dessa política editorial, as produções piauienses tornavam-se mais conhecidas pelos leitores.

<sup>403</sup> TITO FILHO, Arimathéa. *Governos do Piauí*: capitania, província, estado. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

<sup>404</sup> TITO FILHO, Arimathéa. *Praça Aquidabã, sem número*. Teresina: Artenova, 1975.

<sup>405</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979. p. 132.

<sup>406</sup> PROJETO Petrônio Portella bem aceito no meio intelectual. *Diário Oficial*. Teresina, ano 53, n.34, p.1, 16 fev. 1984.

Trabalhando em parceria com a Secretaria de Cultura, com a Academia Piauiense de Letras, e com outras instituições, o Conselho Estadual de Cultural contribuiu para a edição de várias obras históricas e literárias piauienses, promovendo assim, o trabalho de muitos intelectuais locais que não tinham visibilidade, bem como, a legitimação das políticas editoriais no Piauí.

### 4.3 O Estado e a (re) edição de obras históricas

#### 4.3.1 As tentativas de inserção do Piauí na história nacional

Interessado em inserir o Piauí no contexto brasileiro, o governador Alberto Silva resolveu comemorar o sesquicentenário da Batalha do Jenipapo, instituindo em 1972, um concurso de âmbito nacional sobre a participação do Estado nas lutas da independência do país, cuja comissão era formada por Carlos Eugênio Porto,<sup>407</sup> Raimundo Nonato Monteiro de Santana e Odylo Costa Filho.<sup>408</sup> Os prêmios estipulados por este concurso variavam de Cr\$ 5 mil a Cr\$ 15 mil, para estimular os homens de letras a escreverem sobre este assunto. A obra ganhadora seria publicada pela Companhia Editora do Piauí - COMEPI.

Em virtude deste concurso surgiram as seguintes obras no Estado: *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*,<sup>409</sup> do Pe. Joaquim Chaves, (que foi a ganhadora do concurso), *História da Independência no Piauí*,<sup>410</sup> de Wilson de Andrade Brandão, *O Piauí e a unidade nacional*,<sup>411</sup> de Buggy Brito. Nesse contexto, também, foram reeditadas obras que abordavam

---

<sup>407</sup> Carlos Eugênio Porto nasceu em 1913 na cidade de Santa Rita (PB), e faleceu em 1980, no Rio de Janeiro (RJ). Formado em Medicina, pela Universidade Federal de Pernambuco. Especializou-se em Higiene e Saúde Pública e Epidemiologia. Pertence a Academia Piauiense de Letras, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Academia Paulista de Medicina, Associação Piauiense de Medicina e a Sociedade Brasileira de Higiene. Também foi historiador. Bibliografia: *Roteiro do Piauí* (1955). Publicou cerca de trinta e cinco trabalhos científicos.

<sup>408</sup> Odylo Costa, filho nasceu em São Luís, a 14.12.1914, e faleceu no Rio de Janeiro, a 19.08.1979. Bacharelou-se em Direito, pela Universidade do Brasil, em dezembro de 1933. Também foi jornalista, cronista, novelista e poeta, membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Maranhense de Letras. Dentre outras obras publicadas, destacamos: *Graça Aranha e outros ensaios*; *Livro de poemas*, poesia em colaboração com Henrique Carstens; *Distrito da confusão*, crônica; *A faca e o rio*.

<sup>409</sup> CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1975.

<sup>410</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1973.

<sup>411</sup> BRITTO, Buggy. *O Piauí e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1976. Apesar de ter sido escrito em 1973, não foi publicado nessa época por motivos contrários à sua vontade. Porém, uma súmula dele saiu na *Revista da Federação das Academias de Letras do Brasil* em 1974, e na *Revista da Academia Piauiense de Letras* também em 1974. Sua segunda edição só foi

o tema da independência no Piauí, como *A guerra do Fidié*, de Abdias Neves e os 4 volumes de *Pesquisas para a História do Piauí*, de Odilon Nunes.

Partindo do pressuposto de que “toda grande obra histórica e o próprio gênero histórico são uma forma de lugar de memória,”<sup>412</sup> a Batalha do Jenipapo constitui-se lugar de memória, e se insere em dois tipos de grandes acontecimentos: o acontecimento fundador e o acontecimento espetáculo. O primeiro caracteriza-se por ser destaque apenas no momento ocorrido, sendo que o futuro se encarrega de conferir a grandiosidade ao fato; o segundo acontecimento é definido pela forte carga simbólica e pelo seu caráter comemorativo.

Assim, diante da falta de informação que existia no restante do país sobre a independência no Piauí, principalmente em torno da Batalha do Jenipapo, os intelectuais e os dirigentes políticos piauienses incomodavam-se com a ausência deste assunto nos livros de História do Brasil, e desta forma, com o seu desconhecimento.

Eric Hobsbawm afirmou que o processo de criação e consolidação da identidade nacional faz parte não apenas do universo especializado dos historiadores, mas também “da esfera pública, onde o homem atua como ser político.”<sup>413</sup>

Nesse sentido, a falta de visibilidade nacional em relação à independência no Piauí, era para alguns intelectuais, como Arimathéa Tito Filho, um problema para a “formação da nacionalidade brasileira.” Por isso, ele pedia soluções contra o silêncio imposto ao Piauí no ensino e nos livros de História do Brasil, pois:

Ninguém ignora que o ensino da história nacional envolve graves problemas, que se relacionam com a cultura cívica da adolescência e da juventude, mas a sua prática, nas escolas, está sendo prejudicial à formação definitiva e perfeita da nacionalidade brasileira: atenta contra a verdade por omissão. De fato, quem quiser leia, nos compêndios de história do Brasil, a parte relativa à independência. Narram-se os episódios gloriosos da Bahia. [...] Do Piauí-nada. Estranho silêncio, ou de propósito ou por ignorância. [...] Pereira da Costa, Abdias Neves, Anísio Brito, entre os mortos, e Odilon Nunes, e Monsenhor Joaquim Chaves, entre os vivos, pesquisadores incansáveis todos, escreveram, excelentes trabalhos sobre as causas e as lutas da independência no Piauí, e dois desses autores já foram reeditados pelo atual governo. Pereira da Costa, na ‘Cronologia Histórica,’ e Abdias Neves, na ‘Guerra do Fidié,’ livros que devem ser fartamente distribuídos, pelo Brasil, a fim de que se colham depoimentos corretos [...] e se consiga, junto aos historiadores, abrir as portas da História do Brasil, que continuam de ferrolho e tranca com relação ao Piauí, na verdade o cenário da grande e

---

publicada 31 anos depois, isto é, em 2007, organizada por Raimundo Santana e Cineas Santos, e editada pela FUNDAPI.

<sup>412</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.24, dez. 1993.

<sup>413</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.22.

sacrificada Batalha do Jenipapo [...] O ensino da História do Brasil, nas escolas, deve, antes de tudo, harmonizar-se, com a verdade política e com a verdade social.<sup>414</sup>

As obras que abordavam a participação do Piauí nas lutas pela Independência do Brasil, estavam sendo escritas no sentido de fazer valer os interesses políticos do momento, com o objetivo de mostrar que os piauienses tinham motivo para se orgulhar de sua história, pois tinham ajudado o país a tornar-se livre do domínio de Portugal, lutando e dando a vida pela causa da independência, aspecto esse da nossa história que não era muito conhecido por parte de sua população e nem do restante do Brasil. Para o governador Alberto Silva, “Essa iniciativa visa [va] a colocar nosso Estado no lugar a que tem direito na História do Brasil, quebrando-se aquilo que intelectual pernambucano denominou, em palestra que teve comigo na Guanabara, de ‘conspiração de silêncio’.”<sup>415</sup>

A maioria dos brasileiros não tinha conhecimento de que o Piauí foi um dos estados onde realmente existiu luta, combate, e principalmente, derramamento de sangue em nome da emancipação política brasileira, e isto, o deixava inquieto e obstinado a fazer com que a mocidade nacional soubesse deste acontecimento, e sentisse orgulho por ter tido conterrâneos guerreiros. Segundo o governador Alberto Silva:

A descrença generalizada refletia uma lamentável ignorância de nossas potencialidades, e até mesmo de um passado em que o Piauí vivera momentos eminentes da vida brasileira, assegurando a unidade da independência nacional, como no episódio de Jenipapo, ou ostentando padrões de fartura, com um parque pecuário que era dos mais ricos do país. Em vez de debruçar-se sobre essas realidades, o pessimismo se institucionalizara e a frustração era cultivada em todos os campos. [Para ele] O ponto de partida de meu trabalho terá sido talvez a devolução da confiança do povo piauiense em si mesmo.<sup>416</sup>

A primeira obra editada pela COMEPI, em decorrência desse concurso foi *História da Independência no Piauí*, de Wilson de Andrade Brandão, Secretário de Cultura do governo Alberto Silva. Sobre esta obra, o chefe do executivo estadual ressaltou que:

A presente *História da Independência no Piauí* bem se harmoniza com a definição [de História] de Michelet [vista como ressurreição]. Escreve-a o ilustrado e culto professor Wilson de Andrade Brandão, titular da Universidade Federal do Piauí, apoiado sobre documentos preciosos,

<sup>414</sup> TITO Filho. História. *O Estado*. Teresina, n.661, p.6, 12/13 jan. de 1975.

<sup>415</sup> PIAUÍ, 1972, p.8.

<sup>416</sup> PIAUÍ, 1974, p.9.

agudamente analisados e interpretados - estudo de profundidade e extensão. O Governo do Estado cumpre mais uma vez o grato dever de entregar aos brasileiros o presente livro - um livro que oferece a coletividade o exemplo da grande função da História: a formação da consciência nacional.<sup>417</sup>

Interessado em inserir o Piauí no cenário das ideias liberais do século XIX, Wilson de Andrade Brandão aborda em sua obra, o caráter patriótico da população piauiense, afirmando que: “Levam na alma a flama ardente do ideal de independência. Esse ideal os sublima. Avançam, avançam intrépidos. Darão a vida pela salvação da pátria”.<sup>418</sup> Para o autor, a diferença que havia em torno da luta pela independência do Brasil, era que, enquanto no sul do país, a independência teria sido apenas um ato político-diplomático, no Nordeste, foi uma luta na qual “o generoso sangue dos brasileiros regou a árvore da liberdade”.<sup>419</sup> De acordo com este autor, o sentimento de liberdade propagado através das inconfidências Mineira, Baiana, Carioca e Pernambucana, havia criado nos piauienses uma consciência nacional. Daí o motivo de chamá-los de homens ousados e sanguinários sedentos. No entanto, acreditava que este sentimento patriótico foi estimulado por:

[...] alguém [que] os insufla, os dirige, os conduz. Alguém com impulsos e experiências extraordinárias, vindas não se sabe de onde, vindas não se sabe como, que inflama indivíduos e comunidades há bem pouco sem ânimo para qualquer reação. O homem simples e pacato do Nordeste transmudou-se inteiramente. O ódio ao despotismo não estava nele. Foi-lhe inoculado. A liberdade, como ideia-força, como promessa de uma vida superior, é um culto que lhe ensinaram.<sup>420</sup>

Segundo Wilson de Andrade Brandão, além do traço popular e nacionalista, o que devia ser destacado nas lutas no Piauí, era o ânimo que existia nos piauienses para enfrentar as tropas portuguesas, mesmo diante da sua deficiência em relação aos materiais bélicos. Defende que a análise da Batalha do Jenipapo deve ser realizada com efusão de sentimentos, dada a sua dramaticidade. Também aborda a participação e o esforço piauiense empreendido durante o processo de independência do Maranhão.

---

<sup>417</sup>SILVA, Alberto. Ressurreição. In: BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1973. [s. p.]

<sup>418</sup>BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. 2 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006. p. 180-181.

<sup>419</sup>BRANDÃO, 2006, p. 179.

<sup>420</sup>BRANDÃO, 2006, p.169-170.

Outra produção historiográfica que mereceu atenção do governo do Estado foi *A guerra do Fidié*,<sup>421</sup> de Abdias Neves, por ser uma das primeiras obras a trabalhar a temática da Independência no Piauí. Restrito a algumas bibliotecas, o livro foi autorizado a ser reeditado pelo governo do Estado, através da filha do autor, Yara Neves.

Para a escrita desta obra, o autor seguiu o ponto de vista da elite política, da então capital da Província do Piauí, Oeiras, utilizando como fontes primordiais as atas e os ofícios da Junta de Governo, bem como dos chefes militares, como se fossem verdades absolutas. Abdias Neves conferiu à sua narrativa sobre a Batalha do Jenipapo, uma forte carga de dramaticidade, principalmente, quando narra à desproporção bélica entre as forças portuguesas e as brasileiras, aquelas muito bem armadas, e estas quase sem armamentos. Aponta diferenças, inclusive, entre os próprios independentes, ao afirmar que apenas aos cearenses foram oferecidas as poucas espingardas existentes. Já aos piauienses, foram reservados velhas espadas, facões, chuços, machados e foices.

Segundo Paulo Gutemberg de Carvalho Souza, “Essa estratégia narrativa cumpriu a função de criar a correspondente imagem de uma morte heróica da multidão sem comando.”<sup>422</sup> A própria Batalha do Jenipapo é considerada por Abdias Neves, como a mais importante das que foram deflagradas na região correspondente aos estados do Maranhão e Ceará, indicando assim, a existência de uma disputa entre estes territórios pelas “glórias” de ter um evento sangrento que resultou na expulsão dos portugueses.

Desta forma, a presença do aspecto narrativo não se encontra somente na utilização de uma linguagem romanceada deste evento histórico, mas na sua exaltação, demonstrando assim, a comemoração de um “grande acontecimento”. Influenciada pelas idéias iluministas da razão e da ciência, a narrativa de Abdias Neves procurou influenciar a sociedade piauiense, enfatizando a necessidade de um espírito novo e avesso às crenças e preconceitos, pois somente através de um esforço coletivo se poderia desenvolver o Estado do Piauí. Com a obra, o historiador Abdias Neves buscou contribuir para a luta contra o atraso, a tradição e a ignorância, colocando-se a favor do progresso e da melhoria de vida do povo piauiense,

---

<sup>421</sup> Publicada entre 1903 e 1905 no *Almanaque Piauiense*, sob o título *Independência do Piauí*: apuntes históricos foi editada pela primeira vez sob a forma de livro em 1907, pela Livraria e Tipografia Veras. A segunda edição saiu através do Plano Editorial do Estado em 1974, pela Editora Artenova do Rio de Janeiro, a terceira pelo Projeto Petrônio Portella e Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, em 1985, e a quarta saiu pela FUNDAPI - Fundação de Apoio Cultural do Piauí, em 2006.

<sup>422</sup>SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade: as narrativas da piauiensidade*. 2008. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. 289f. 2008. p. 181.

ajudando assim, a construir uma identidade local oposta ao conservadorismo e à apatia que predominava na região. De acordo com Áurea da Paz Pinheiro:

Abdias Neves viu na escrita da história uma função social e política forte, vez que era pela história, através de seu conhecimento, que os homens se tornariam mais esclarecidos, logo podendo participar de forma mais eficiente dos destinos da nação. Na produção historiográfica de Abdias Neves está clara a sua missão: contribuir para que a história do país, a cultura de seu povo não se perdesse no passado, mas que pudesse servir de alimento, de exemplo para o presente, vez que as futuras gerações deveriam saber sobre seus antepassados e seus feitos gloriosos.<sup>423</sup>

Pode-se perceber que era esse o tipo de história que o governo do Estado queria ver publicado, procurando elevar uma auto-estima que há muito tempo vinha definhando, pois como afirmou o governador Alberto Silva: “[...] a opinião pública, já fatigada da imagem desalentadora de nossa realidade - uma imagem que o país e o próprio Piauí, com bom humor talvez, mas também com certa amargura, haviam inserido no anedotário nacional.”<sup>424</sup>

Porém, para que ocorresse a publicação de uma obra pelo governo, os interesses políticos e ideológicos do autor teriam que se adequar com os dos poderes públicos, caso contrário, a publicação seria cancelada ou adiada, a exemplo da obra ganhadora do concurso, *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*, de Mons. Joaquim Chaves, que não foi publicada durante o mandato do governador Alberto Silva (1971-1974), como este havia prometido nas cláusulas do concurso.

Desta forma, a obra de Joaquim Chaves, não fora lançada no devido momento histórico. Apenas no dia 7 de julho de 1975, no Palácio de Karnak, durante a administração do governador Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1979), que prosseguiu com o Plano Editorial do Estado. Sobre este episódio, Mons. Chaves manifestou que:

[...] naquela ocasião ele [Alberto Silva] sofreu uma influência que não sei de quem foi. Quando eles viram o que tinha no livro acharam que havia um desrespeito à câmara de Parnaíba. Eu dizia umas coisas que eram

---

<sup>423</sup>PINHEIRO, Áurea da Paz. Luzes, progresso e civilização: Abdias Neves e a narrativa histórica no Piauí do início do século XX. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar, NASCIMENTO, Francisco Alcides, PINHEIRO, Áurea da Paz (Orgs.). *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: Bagaço, 2005. p.50.

<sup>424</sup>PIAUI, 1974, p.8.



verdadeiras. Então ele protelou. No governo dele não foi publicado, o que aconteceu só no governo do Dr. Dirceu [em 1975].<sup>425</sup>

O possível desrespeito à câmara de Parnaíba está relacionado à crítica de Joaquim Chaves à proclamação proferida pelos parnaibanos: “Independência e união com Portugal”, pois o autor considerava uma enorme contradição a luta realizada pela emancipação política brasileira, haja vista que os parnaibanos defendiam nesta proclamação a “união com Portugal”. Além desta crítica, “Com naturalidade e simplicidade admiráveis, Monsenhor Joaquim Chaves revela aos estudiosos de nossa história, o lado obscuro das contradições, dos erros e omissões encontrados em todos os documentos de modo geral [que tratam sobre a independência]”.<sup>426</sup>

A obra de Joaquim Chaves foi de certa forma “polêmica”, pois este conseguiu localizar nas produções de vários historiadores, contradições, erros e omissões sobre os seguintes temas: o roubo da bagagem de Fidié, a posição do capitão Manoel Martins Chaves, o número de mortos dos soldados de Fidié e dos independentes, e as ações do tenente piauiense Simplício José da Silva após o combate do Jenipapo em Campo Maior, que segundo Chaves, variavam conforme a posição político-ideológica de cada intelectual piauiense.

Na avaliação de Joaquim Chaves, esta obra “trata[va]-se de seu livro mais significativo. E ao justificar sua escrita, afirm[ou]: era preciso sanar uma injustiça histórica e destruir o véu de silêncio propositadamente levantado sobre a Batalha do Jenipapo e a garra dos piauienses [...]”.<sup>427</sup> O grande interesse que tinha pela Batalha do Jenipapo, pode ser explicado a partir de um sentimento de revolta devido à ausência deste episódio nos livros de História do Brasil, e pela extrema valorização que existe em torno do Monumento do Ipiranga, em São Paulo.

Além disso, o autor sentia necessidade de divulgar este acontecimento que marcou sua cidade natal, Campo Maior, fortalecendo uma identidade na população piauiense. Para ele: “Não há na história da independência uma página mais épica, mais emocionante do que a que escreveram, com sangue e bravura, aqueles homens, no dia 13 de março de 1823, nas margens

---

<sup>425</sup> BEZERRA FILHO, Domingos, CARVALHO, Elmar. Entrevista: Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves. In: *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 10, n.27, dez. 1997. p. 26.

<sup>426</sup> O PIAUÍ nas lutas pela independência do Brasil. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4. 267, p. 4, 29 julho 1975.

<sup>427</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Historiografia piauiense. In: QUEIROZ, Teresinha. *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006.p. 117.

do Jenipapo.”<sup>428</sup> Por isso, desejou ser sepultado no Cemitério do Jenipapo, em Campo Maior, ao lado daqueles homens simples que deram sua vida pela libertação do país.

Esse sentimento de orgulho em torno dos “grandes” acontecimentos do passado está associado, segundo Pierre Nora, à ideia de identidade, e à prática de rememorar estes fatos, através de comemorações, que servem para lembrar a sociedade o quanto ela deve a seus conterrâneos de outrora, pois:

Os dois grandes temas de inteligibilidade da história, ao menos a partir dos tempos modernos, progresso e decadência, ambos exprimiam bem esse culto da continuidade, a certeza de saber a quem e ao que devíamos o que somos. Donde a imposição da ideia das ‘origens’ forma já profana da narrativa mitológica, mas que contribuía para dar a uma sociedade em via de laicização nacional seu sentido e sua necessidade do sagrado. Mais as origens eram grandes, mas elas nos engrandeciam. Porque venerávamos a nós mesmos através do passado.<sup>429</sup>

O amor à história do Piauí foi para Joaquim Chaves algo essencial, pois de acordo com ele, houve um momento de sua carreira em que foi mais pesquisador do que sacerdote, justamente em fase de grande confusão mental em relação à sua vida sacerdotal: “Não seria exagero afirmar que a história me salvou. Eu mergulhei nas pesquisas, ocupei minha cabeça com uma coisa fascinante e útil e, aos poucos, fui me reencontrando, dando um sentido à minha vida.”<sup>430</sup>

Na década de 1970, no auge de sua carreira como historiador, isto é, depois de ter lançado seus *Cadernos históricos* em 1971: *Campo Maior luta pela independência: a Batalha do Jenipapo*,<sup>431</sup> *Como nasceu Teresina*,<sup>432</sup> *A escravidão no Piauí*<sup>433</sup> e *O Piauí na guerra do Paraguai*,<sup>434</sup> Monsenhor Chaves foi patrocinado pelo governador Alberto Silva para viajar pelas cidades de Recife e Brasília, com o objetivo de realizar conferências sobre a participação do Piauí na emancipação política do Brasil.

Sobre isso ele afirmou que, “Certa feita, o Santana [leia-se prof. Raimundo Santana] me levou a Brasília para falar sobre a história do Piauí para professores e estudantes da capital

<sup>428</sup> CHAVES, Monsenhor Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. 3 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006. p. 87.

<sup>429</sup> NORA, 1981, p.19.

<sup>430</sup> ENTREVISTA Monsenhor Chaves. In: *Presença*. Teresina, ano 21, n.35, 1º semestre de 2006. p.33.

<sup>431</sup> CHAVES, Joaquim (Pe.). *Campo Maior luta pela independência: a batalha do Jenipapo*. Teresina: [s. n], 1971. (Cadernos Históricos 1).

<sup>432</sup> CHAVES, Joaquim (Pe.). *Como nasceu Teresina*. Teresina: [s. n], 1971. (Cadernos Históricos 2).

<sup>433</sup> CHAVES, Joaquim (Pe.). *A escravidão no Piauí*. Teresina: [s. n], 1971. (Cadernos Históricos 3).

<sup>434</sup> CHAVES, Joaquim (Pe.). *O Piauí na guerra do Paraguai*. Teresina: [s. n], 1971. (Cadernos Históricos 4).

da República. Não sei se tenho essa importância que me atribuem. Procurei apenas fazer a minha parte.”<sup>435</sup> A modéstia intelectual era uma das características de Joaquim Chaves, pois de acordo com Arimathéia Tito Filho, ele era:

[...] persistente, sustentado pela capacidade de observar, e desse esforço surgiram escritos de valor, úteis, honestos, rico patrimônio para repasto dos estudiosos. [...]. As lições dos seus livros constituem em fonte segura para conhecimento de variado aspecto da história do Piauí, - que ele expõe e analisa com critério. Oferece estilo plástico, prosa ágil, sabe reviver o passado e os homens que o construíram, e os critica de forma imparcial e cuidadosa. De mim, julgo o historiador sereno, hábil, metódico, às vezes irreverente, apoiado todas às vezes sobre invulgar capacidade de discernir e interpretar.<sup>436</sup>

Além da realização de concurso para comemorar o sesquicentenário da independência brasileira, o governo Alberto Silva, também empreendeu, em 1972, o soerguimento do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí,<sup>437</sup> através do apoio a edição de sua revista, que não era editada desde 1923. O último número publicado foi no ano de 1922, com o apoio do governador do Estado João Luiz Ferreira (1920-1924). Esta revista homenageava as comemorações do centenário da independência do país, na qual foram divulgadas doze artigos, sendo dois sobre história do Brasil e dez sobre a história do Piauí, destacava também, a relação dos sócios efetivos e beneméritos, e a listagem dos livros oferecidos à biblioteca do Instituto.

Em 1972, tendo como presidente Celso Pinheiro Filho, e vice-presidente o historiador Mons. Joaquim Chaves, saiu o terceiro número da revista, em decorrência das comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil. Este número da revista era constituído por

<sup>435</sup> ENTREVISTA Monsenhor Chaves. *Presença*. Teresina, ano 21, n.35, 1º semestre de 2006. p. 34.

<sup>436</sup> TITO FILHO, Arimathéia. Padre Chaves. *Presença*. Ano 7, n. 15, Teresina, ano 7, n.15, jul./out. 1985.[s. p.].

<sup>437</sup> O Instituto Histórico e Geográfico do Piauí foi criado em 23 de junho de 1918, com a denominação de Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico Piauiense, com o objetivo de incentivar os estudos e as pesquisas nas áreas de História e Geografia relacionadas com o Estado do Piauí. Seu primeiro presidente foi Higino Cunha (1918-1922). Através da Lei Estadual nº 1.001, de 4 de junho de 1921, o referido Instituto foi reconhecido como de utilidade pública. E somente em 1974, com a proposta de se harmonizar com os demais Institutos Históricos do país, é alterado seu nome para Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Apesar de constar em seu estatuto, a publicação de sua revista, uma vez por ano, o Instituto editou apenas seis números de sua revista, que circularam nos anos de 1920, 1922, nov. de 1972, jun. de 1974, dez. de 1974 e jul. de 1975. Segundo a historiadora Áurea da Paz Pinheiro, o Instituto funcionou regularmente até 1922. Entre 1928 e 1971, passou por uma crise profunda. Embora tenha havido tentativas de soerguer a entidade em 1946, 1948 e 1952 (época do centenário de Teresina), o grêmio só conseguiu um momento de nova atividade a partir de 1972, tendo uma atuação mais ativa entre 1972 e 1978, quando voltou ao processo de decadência. Até hoje nunca conseguiu sede própria para suas reuniões e para a guarda de seus livros e documentos.

seis artigos, além da relação dos sócios efetivos, dos termos dos estatutos e da legislação que o reconhecia como de utilidade pública. Dos seis artigos, apenas um fazia alusão à emancipação do país, denominado A Batalha do Jenipapo e a Independência do Piauí, de autoria de Joaquim Chaves.

O quarto número, publicado em junho de 1974, era formado por cinco artigos históricos, dentre eles, um do Pe. Joaquim Chaves, denominado A participação de Oeiras no movimento da Independência, um artigo sobre geografia, um sobre literatura, uma parte dedicada a miscelânea, além dos espaços reservados a homenagens, como a notícia da concessão de Honra ao Mérito ao governador Alberto Silva pelos trabalhos realizados em favor da cultura do Estado, bem como homenagens especiais ao Dr. Dirceu Arcoverde,<sup>438</sup> então Secretário de Saúde do governo Alberto Silva, ao Dr. Sebastião Rocha Leal, Vice-Governador do Estado (1971-1975), ao Major Joel da Silva Ribeiro, Prefeito de Teresina (1971-1975), e os agradecimentos a políticos e empresários que tornaram possível a referida edição.

O quinto número, publicado em dezembro de 1974, enfatiza a gratidão ao governo estadual pelo apoio aos serviços do Instituto, além de publicar trabalhos relacionados à história, educação, literatura, miscelânea, noticiário, um estudo sobre os fundadores do Instituto, e um sobre Alberto Silva, denominado O Homem e sua Época: Quadro Genealógico da família Tavares da Silva (cinco gerações), bem como fotografias de pessoas ilustres, como o Dr. Eurípides de Aguiar, governador do Estado na época da criação do Instituto (1916-1920), e seu primeiro presidente honorário, de Higino Cunha, primeiro presidente do Instituto, Dr. Alberto Silva e sua esposa D. Florisa de Melo Tavares Silva.

O último número da revista do IHGP circulou em julho de 1975, no governo de Dirceu Arcoverde (1975-1979), trazendo uma foto desse governante e seu slogan de governo “Uma administração que valoriza o HOMEM na sua verdadeira expressão”, assim como artigos sobre história, educação, sociologia, economia, literatura, arte, miscelânea, e como todos os demais números, revelando a formação da sua diretoria, o quadro de sócios, bem como os Estatutos. A revista registrou a visita do Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, bisneto do imperador D. Pedro II ao Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, no dia 13 de março de

---

<sup>438</sup> Dirceu Mendes Arcoverde nasceu em Amarante-PI, em 7.09.1925, e faleceu em Brasília, no dia 16.03.1979. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Piauí, instituição da qual também foi professor. Foi Secretário de Saúde durante o primeiro governo Alberto Silva, eleito Governador do Piauí em 1974 após indicação do presidente Ernesto Geisel, para o mandato 1975-1979. Em 1978 foi eleito senador, tendo falecido pouco menos de dois meses após iniciar seu mandato.

1975. Nessa época, o IHGP funcionava, provisoriamente, nas instalações do Arquivo Público do Piauí.

Analisando as cinco revistas do IHGP, disponíveis no Arquivo Público do Piauí, percebe-se a forte ligação entre o Estado e o Instituto, no que se refere à promoção cultural piauiense, bem como a maneira como a instituição concedia visibilidade ao apoio governamental, visando atender aos interesses de ambos os lados.

Em decorrência da publicidade que conferiu à sua administração, o governador Alberto Silva foi entrevistado pela revista *Veja*,<sup>439</sup> sendo eleito, em 1973, pela imprensa paulista como o Melhor Governador do Ano. Posteriormente, recebeu os títulos de Cidadão Teresinense e Desportista do Ano, além da Medalha Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, e a Medalha Assis Chateaubriand.

Em 17 de janeiro de 1978, no auditório Herbert Parentes Fortes, foi empossado como Sócio Benemérito da Academia Piauiense de Letras, em virtude de serviços prestados a favor da cultura local. E no dia 27 de dezembro de 1988, tomou posse na Cadeira nº 1 da APL. Percebe-se que o valor sociocultural conferido à administração de um governante transparece, sobretudo quando acontecem eleições para instituições historicamente tradicionais, como as Academias de Letras e os Institutos Históricos, que apontam a credibilidade e a importância de seus atos. Esse reconhecimento sociocultural do governo Alberto Silva, foi assim destacado no jornal *O Estado*:

Poucos governos do Estado se preocupam com o autor piauiense - vivo ou morto. Lembra-se Anísio de Abreu, que mandou editar a *Cronologia histórica do Piauí*, de Pereira da Costa, pernambucano que aqui [Teresina] trabalhou na administração. Pedro Freitas mandou publicar o livro de Antônio José de Sampaio. Dois governantes, porém, deram a melhor das atenções ao assunto. O primeiro, inegavelmente, foi Leônidas Melo, que várias edições fez de autores piauienses: Celso Pinheiro, Da Costa e Silva, Fidié, Higino Cunha e outros. Houve algumas publicações nos governos Petrônio Portella e Helvídio Nunes. O segundo governante, campeão de edições, tem sido o governador Alberto Tavares Silva. Aí estão quase trinta livros entre edições e reedições, todas bem lançadas, algumas revivendo páginas literárias quase perdidas para a memória das gerações [...]. Notável, pois essa atividade editorial, que deve ser seguida por todos os governos.<sup>440</sup>

---

<sup>439</sup> Entrevista Alberto Silva. Revista *Veja*. Editora Abril, n. 269, 31 de out. de 1973. p. 3-6.

<sup>440</sup> LIVROS. *O Estado*. Teresina, n.674, p.3, 29 de jan. de 1975.

### 4.3.2 O Plano Editorial do Estado

Interessado no engajamento dos intelectuais piauienses, especificamente de historiadores, o governador Alberto Silva mostrava a necessidade de o Estado do Piauí contar com eruditos que fossem capazes de projetar uma imagem positiva do Estado a outras regiões do país. Para isso, era preciso, de acordo como este governador:

[...] apoiar e estimular as atividades dos intelectuais piauienses, prestigiando-os, **pois importante é a missão que desempenham**. Resolvi, por isto, assegurar sede, ainda que provisória à Academia Piauiense de Letras. Deliberei, também, nomear comissão para elaborar plano editorial a ser custeado pelo Estado, possibilitando, assim, a divulgação ampla de obras valiosas, de interesse do Piauí e elaboradas por autores piauienses, ou não, do passado e do presente. (Grifos nossos).<sup>441</sup>

Era preciso, assim, que os piauienses conhecessem as potencialidades, a cultura e a história do Piauí. Todavia, na década de 1970, a cidade de Teresina, registrava 48,32% da população analfabeta, enquanto no restante do Estado do Piauí era de 67,59%.<sup>442</sup> Diante desse quadro, a alternativa era convocar a intelectualidade local a trabalhar contra isto, incentivando a produção histórica e literária piauiense.

Porém, as políticas culturais implantadas durante o governo Alberto Silva, tinham um alcance restrito, e atingiam, principalmente, a elite intelectualizada do Piauí e de outras regiões do país, pois eles eram:

[...] os únicos exercitantes das letras num meio desguarnecido de letras, os donos da escritura numa sociedade analfabeta [...]. Acima de tudo [...] Foi a distância entre a letra rígida e a fluida palavra falada, que fez da *cidade letrada* uma *cidade escriturária*, reservada a uma estrita minoria.<sup>443</sup>

Para esse segmento social, o governador Alberto Silva criou em 17 de janeiro de 1972, pelo Decreto nº 1.416, a Comissão de elaboração do Plano Editorial do Estado, cuja finalidade era “conceber [...] a publicação de monografias sobre variado aspecto cultural, abrangendo literatura, letras históricas, folclore [...], com o objetivo de familiarizar a mocidade com a vida e a obra de nossos intelectuais vivos e mortos.”<sup>444</sup>

<sup>441</sup> PIAUÍ, 1971, p.2.

<sup>442</sup> CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina: 1930/1970*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003. p. 75.

<sup>443</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 49-54.

<sup>444</sup> PIAUÍ, 1972, p.7.

A comissão, presidida por Raimundo Wall Feraz, Secretário de Educação e Cultura, foi composta por representantes selecionados pelo governador Alberto Silva nas principais entidades culturais do Estado, como a Academia Piauiense de Letras, representada por Manoel Felício Pinto; o Conselho Estadual de Cultura, por Odilon Nunes; o Departamento Estadual de Cultura, por Casimiro Távora Ramos Filho; a Companhia Editora do Piauí, por Deoclécio Dantas Ferreira; a Assessoria de Imprensa do Palácio do Governo, por Armando Madeira Basto; e a Fundação Universidade Federal do Piauí, por Noé Mendes de Oliveira.

Dentre estes selecionados, encontrava-se um dos mais importantes historiadores do período, Odilon Nunes, que foi bastante beneficiado com a política editorial empreendida pelo governo, pois das dezesseis publicações históricas, cinco foram de sua autoria. Desta forma, o trabalho sério e responsável de Odilon Nunes, no que se refere às pesquisas históricas, levadas a efeito na “poeira e no silêncio” do Arquivo Público do Piauí, fez com que o governador não relutasse em lhe oferecer a oportunidade de ver seus estudos publicados e, com isso legitimar discurso do que seria a “verdadeira” História do Piauí.

A principal finalidade da comissão era “realizar o levantamento do acervo bibliográfico de autores piauienses, ou de obras relativas ao Piauí, selecionando, justificadamente, os que deverão ser incluídos no Plano Editorial do Estado do Piauí”.<sup>445</sup> O critério utilizado para a escolha das obras literárias e históricas, era a identificação no perfil autorizado pelo Estado, isto é, obras que abordassem os principais eventos ocorridos no Piauí, com a finalidade de discutir as raízes da piauiensidade, construindo uma história patriótica, que exaltasse os feitos de seus “heróis”. O intelectual Arimathéa Tito Filho afirmava que havia, no Estado, o perigo de eclodir uma sublitteratura, pois havia muitos textos “marginais”, isto é, fora dos padrões oficiais da literatura. Dessa forma, defendia “uma censura cultural; não uma censura ao modo de pensar do escritor, mas uma censura a respeito do que se publica”.<sup>446</sup>

Michel de Certeau, ao se referir à seleção das obras realizadas pelas instituições culturais, considera que os escritores fazem parte de um complexo social que autoriza, ou não a legitimação de suas produções. É o que ele concebe como:

[...] a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas *torna outras impossíveis*; [...] representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação

<sup>445</sup> *Diário Oficial*. Teresina, ano 41, n.17, p.2, 28 jan. 1972.

<sup>446</sup> ENTREVISTA A. TITO FILHO. In: *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, dez./fev. de 1983. p. 19.

entre *permissão* e *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com *qualquer coisa*.<sup>447</sup> (Grifos do autor)

As obras históricas lançadas pelo Plano Editorial tratavam, basicamente, de duas temáticas: a colonização e a independência, aspectos fundadores da história local. Caracterizáveis como história pedagógica, com efeito, funcional e principalmente, simbólico, essas produções historiográficas seriam, de acordo com a definição de Pierre Nora, lugares de memória. Nesse sentido, o objetivo do Plano Editorial consistia em:

[...] dinamizar as atividades culturais do Estado, incentivando o desenvolvimento da ação criadora de nosso povo no campo da cultura, [ajudando a recuperar] o acervo bibliográfico de autores piauienses e de obras relativas ao Estado do Piauí [que estava] ameaçado de irreparável perda; e considerando que se faz mister maior estudo e preservação dos bens de valor cultural, por um imperativo de civismo e brasilidade.<sup>448</sup>

Neste tipo de história publicada pelo poder estatal, é perceptível a ligação entre aqueles que ditavam e faziam a cultura oficial, isto é, entre o poder público e os letrados (autores e editores), além da proximidade de ideias, que por sua vez, transparecia no tipo de escrita (argumentação), nos personagens e temas abordados, que deveriam ser destacados pela historiografia piauiense.

Tornava-se necessário editar obras sobre o Estado do Piauí, de caráter literário e histórico, que estavam esgotadas e esquecidas pela população piauiense, além de proporcionar a publicação de obras inéditas. Assim, o Plano Editorial atuou contra aquilo que o governador Alberto Silva caracterizou de “pessimismo crônico”, pois pretendia favorecer que homens e mulheres, ricos de imaginação e inteligência, mas pobres de recursos financeiros, vissem publicados suas produções culturais. Sobre a difícil situação de muitos escritores piauienses na década de 1970, o poeta José Miguel de Matos assim manifestou-se:

[...] publicar livro no Piauí, ainda é mais difícil do que escrevê-lo, tais os obstáculos naturais oriundos de fatores crônicos e diversos, viçando entre eles, com vitalidade de erva daninha - umas vezes, e outras, com solerte discrição de *fogo de monturo* que arde sem ninguém perceber - alguns litígios: uns causados pela inveja e outros pela natural contenda entre os que vão repastar o intestino, apressada e gulosamente, por via de um apetite longamente insaciado, num prato que, pela pobreza da casa, mal dá para fartar uma barriga. [...] Porém [...] O Plano Editorial do Governador Alberto Tavares Silva, embora não possa atender, convenientemente, a quantos batem à sua porta por sua incipiência e natural carência de meios para o

<sup>447</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.76/77.

<sup>448</sup> *Diário Oficial*. Teresina, ano 41, n.17, p.2, 28 jan. 1972.



oneroso problema publicitário, é esse clarão ainda bosquejante que veio indicar uma nova era nas letras do Piauí [...].<sup>449</sup> (Grifo do autor)

Para pôr seus objetivos em prática, o governo contava com os serviços da COMEPI e da Editora Artenova, do Rio de Janeiro, para a editoração das obras piauienses. Um dos principais motivos que levou o governo do Estado a editar grande parte dos livros piauienses no Rio de Janeiro foi a ausência de materiais gráficos modernos em Teresina, particularmente na COMEPI, cujos equipamentos ainda eram da época da interventoria de Leônidas Melo (1935-1945). Desta forma, a maioria dos documentos relacionados com a administração estadual, como os relatórios das empresas de economia mista, do Banco do Estado e as obras do Plano Editorial do Estado eram impressos pela Editora Artenova, propriedade do piauiense Álvaro Pacheco.<sup>450</sup> Sobre a contribuição deste editor para o Estado do Piauí, Paulo Rónai afirmou:

Na lojinha da Maria, em Teresina, uns bonequinhos feitos de couro e vendidos como souvenirs aos turistas trazem estes dizeres: O Piauí existe. A frase, lançada em protesto contra um slogan maldizente, parece hoje o lume de toda uma população que, saída de longo período de estagnação, colabora com orgulho neste espetáculo inédito que é a dinamização do Estado. [...] Mas mesmo quem não pode ir ao Piauí pode sentir-lhe a renovação graças à Assessoria de Acompanhamento e Comunicação do Governo do Estado, coordenada pelo jornalista Armando Madeira Basto, que acaba de publicar mais de 30 obras de autores piauienses. [Que] testemunham um respeito comovente pelas peculiaridades da terra, o *spiritus loci*, o passado regional. [...] Fazem-se notar por uma aparência digna e sóbria, mas viva, uma composição e uma impressão cuidadas, sem nada de amadorístico na apresentação, sem nada do ranço que, na maioria das publicações oficiais, previne o leitor contra um conteúdo muitas vezes valioso. Sente-se neles o cuidado de um profissional, o editor Álvaro Pacheco, ele mesmo filho do Piauí, que escolheu essa maneira de servir a sua terra. Como seria bom que cada Estado da Federação tivesse um filho editor que se deixasse entusiasmar por esse exemplo.<sup>451</sup>

De acordo com o chefe do executivo estadual, este impulso cultural favorecia a criação de uma “nova dimensão ao Piauí, arrancando-o do pessimismo e colocando-o no lugar que é legitimamente o seu na região Nordeste e no País – lugar de Estado que não tem razões para

<sup>449</sup> MATOS, José Miguel de. *Perfis*. Teresina: COMEPI, 1974. p.1-2.

<sup>450</sup> Álvaro dos Santos Pacheco nasceu em 26.11.1933 na cidade de Jaicós (PI). Advogado, poeta, jornalista, contista, cronista, senador, editor e empresário. Fundou a Editora Artenova Ltda. Pertence à Academia Piauiense de Letras. Livros publicados: *Os instantes e os gestos*; *Pasto da solidão*; *Margem rio mundo*; *O sonho dos cavalos selvagens*; dentre outros.

<sup>451</sup> RÓNAI, Paulo. História, poesia e lembranças do Piauí. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4.261, p. 6, 17 de jul. de 1975.

descrever do poder de criação dos seus filhos e do seu futuro,”<sup>452</sup> além de ser mais uma forma de propagar a imagem que se queria do Estado, pois todas as obras lançadas através do Plano eram oferecidas e enviadas às principais instituições culturais do Brasil.

Outro piauiense que contribuiu para a execução e o sucesso do Plano Editorial do Estado, foi o jornalista e assessor de Acompanhamento e Comunicação do Governo do Estado (AGE), Armando Madeira Basto, responsável por convocar a intelectualidade local a participar e a redigir, juntamente com ele o roteiro editorial, que selecionaria as obras a serem re (editadas) pelo governo do Piauí. No que diz respeito a seu trabalho de assessor, o jornal *O Dia* destacou que:

Ninguém lutou tanto pela recuperação de nosso patrimônio cultural quase perdido, do que o jornalista Armando Basto. O acervo de nossa bibliografia estava relegado ao abandono e ao olvido. Obras raras e de autoria de escritores piauienses eram conhecidas apenas em referências ocasionais. [...] Armando Basto sabia muito sobre as dificuldades e obstáculos nesse setor ingrato [...]. Ninguém acreditava no prodígio fáustico de um reverdecimento dessa árvore estiolada e ressequida. Mas ele acreditou na viabilidade do plano [...]. Convocou [...] Romancistas, poetas, contistas, historiadores e ensaístas [...]. Traçado que fora o roteiro editorial, restava apenas o apoio integral do Sr. Governador do Estado. Armando Basto obteve pleno acolhimento às propostas apresentadas, e a Comepi deu início às primeiras démarches indispensáveis ao empreendimento. Os materiais eram por demais difíceis de encontrar, e a boa vontade de uns poucos contrafazia os laivos de indiferença de muitos. [...] Com a publicação [das obras], em curto prazo, firmou-se o alto conceito do jornalista brilhante, que é o Dr. Armando Madeira Basto.<sup>453</sup>

As obras publicadas pelo Plano Editorial, ao longo de todo o mandato do governador Alberto Silva somaram trinta e três, sendo dezessete literárias<sup>454</sup> e quatorze históricas.<sup>455</sup> No

---

<sup>452</sup> PIAUÍ, 1971, p.5.

<sup>453</sup> ARMANDO Madeira Basto e a cultura. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4.153, p. 10, 12 de mar. de 1975.

<sup>454</sup> As dezessete obras literárias são: *Canções de hoje-Canções de outrora*, de Cristina Leite; *Lira sertaneja*, de Hermínio Castelo Branco; *Tombador*, Fontes Ibiapina; *Epopéia camoniana*, Martins Napoleão; *Antologia de sonetos piauienses*, Félix Aires; *O Piauí na poesia popular*, Félix Aires; *Vila de Jurema*, William Palha Dias; *Nas ribas do Gurguéia*, Artur Passos; *Viagem ao Dicionário*, A. Tito Filho; *Esmaragdo de Freitas, homens e episódios*, Tito Filho; *Deus e a Natureza em José Coriolano*, Tito Filho; *Zito Baptista, o poeta e o prosador*, Tito Filho; *Lima Rebelo, o homem e a substância*, Tito Filho; *Perfis*, J. Miguel de Matos; *Antologia poética Piauiense*, J. Miguel de Matos; *A Província deserta*, H. Dobal; e *Cem anos depois*, José Carlos de Santana Cruz e Margarida Leite.

<sup>455</sup> Os livros históricos são: *Pesquisas para a História do Piauí*, Odilon Nunes; *Devassamento e conquista do Piauí*, Odilon Nunes; *O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento*, Odilon Nunes; *Os primeiros currais*, Odilon Nunes; *Economia e finanças (Piauí Colonial)*, Odilon Nunes; *História da Independência do Piauí*, Wilson de Andrade Brandão; *Roteiro do Piauí*, Carlos Eugênio Porto; *Cronologia histórica do Estado do Piauí*, F. A. Pereira da Costa; *Governos do Piauí* em duas edições, A. Tito Filho; *Praça Aquidabã, sem número*, Tito Filho; *A guerra do Fidié*, Abdias Neves, *História da*

prelo, ficaram cinco.<sup>456</sup> Todas as obras publicadas trazem prefácios assinados por Alberto Silva, possivelmente realizados por Armando Madeira Basto, bem como a cópia do Decreto que criou a comissão para elaboração do Plano. A inclusão do Decreto nas produções literárias e históricas era algo bastante importante, pois desta forma, o leitor poderia ter acesso aos objetivos do governo, à relevância sócio-cultural do Plano Editorial, às tarefas da comissão, e às instituições culturais com seus membros. Isto iria colaborar com as propostas empreendidas pela administração estadual, além de ter o propósito de servir como propaganda política dos feitos do governador Alberto Silva. Sobre este Plano, o referido governador declarou que:

Com este esforço, todos sentem que não nos limitamos a existir, nem compreendemos administração preocupada apenas com pecuária, indústria, comércio e realizações materiais. Entendemos que é necessário abrir o Piauí para a revelação dos seus elementos culturais, praticando concentrações de inteligências, a fim de que se interprete a cultura piauiense. Não queremos meditar entre tumbas, como Harvey, mas buscar na história a maneira de definir a nossa própria renovação em marcha.<sup>457</sup>

As primeiras obras reeditadas pelo Plano Editorial, de caráter literário e histórico foram respectivamente, *Lira sertaneja*, de Hermínio Castelo Branco e os quatro volumes das *Pesquisas para a História do Piauí*, de Odilon Nunes. Sobre as *Pesquisas*, o chefe do executivo estadual assim pronunciou-se:

Agora, com justificada satisfação o Poder Executivo promove nova edição dos quatro volumes, - homenagem ao trabalho de real valor que vem desenvolvendo o Professor Odilon Nunes como historiador- e para tanto busca o arquivo e o documento, confronta as informações que nessas fontes se encontram, para dizer do que leu e do que considera verdadeiro. E, antes, já o fizera com suas obras ‘Devassamento e Conquista do Piauí’, ‘O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento’, ‘Os primeiros currais’, e ‘Economia e Finanças (Piauí Colonial)’, tornando, assim, o Professor Odilon Nunes, merecidamente, o autor mais divulgado pelo Plano Editorial do Piauí, criado em nossa administração. É certo que a nossa história ainda está na fase da **caça ao documento** – e em razão disto se torna necessário investir com a poeira e o silêncio dos arquivos.<sup>458</sup> (Grifo do autor)

---

*Imprensa no Piauí*, Celso Pinheiro Filho; *Depoimento para a História da Revolução no Piauí*, Moysés Castelo Branco Filho; e *Soldados de Tiradentes*, Celso Pinheiro Filho e Lina Celso Pinheiro.

<sup>456</sup> As obras que ficaram no prelo foram: *Deslumbrado*, José Newton de Freitas; *A casa de Lucídio Freitas*, J. Miguel de Matos; *O Piauí no folclore nacional*, Pedro Silva; *Passarelas de marmotas*, Fontes Ibiapina; *Poesias*, R. Petit.

<sup>457</sup> SILVA, Alberto Tavares. Entendimento. In: NUNES, Odilon. *O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento*. Teresina: COMEPI, 1972. p.1.

<sup>458</sup> SILVA, Alberto Tavares. Povo e consciência. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2 ed. Teresina: COMEPI, 1975. p. 1.

No que diz respeito à publicação de obras financiadas pelo Estado, também foi inaugurada, na década de 1970, a coleção Monografias do Piauí, dividida em quatro séries: Literária, Econômica, Jurídica e Histórica, cujos responsáveis eram: A. Tito Filho (Literatura e Folclore); Raimundo Nonato Monteiro de Santana (Economia); Vidal de Freitas e Felício Pinto (Letras Jurídicas); Odilon Nunes, Monsenhor Joaquim Chaves, Celso Pinheiro Filho e Antilhon Ribeiro Soares (História); Celso Barros Coelho (Sociologia e Educação).

A obra que inaugurou a coleção Monografias do Piauí - Série Histórica: *Devassamento e Conquista do Piauí*, de Odilon Nunes, já havia sido publicada em 1960, na *Econômica piauiense*, com a denominação de Domingos Jorge Velho, abordando um tema controverso da história do Piauí: a discussão em torno da primazia da colonização piauiense. O autor filia-se à corrente que aponta Domingos Jorge Velho, como o precursor da tarefa desbravadora do território piauiense. Além desta, ainda foram reeditados os seguintes estudos de Odilon Nunes na série Monografias do Piauí: *Os primeiros currais*, que na *Econômica piauiense*, foi editada em 1957, sob a denominação de Geografia e História do Piauí; *O Piauí: seu povoamento e seu desenvolvimento*, denominado em 1960 de *O Piauí e seu povoamento*; e *Economia e finanças: Piauí colonial*, publicado com o mesmo nome na revista de 1959.

Acredita-se que, entre os motivos que levaram o governo a interessar-se pela publicação dos estudos de Odilon Nunes, estava o fato dos seus trabalhos abordarem temáticas que ajudavam os leitores a compreenderem as características iniciais do processo de ocupação do território piauiense, ao caracterizar os: “Aspectos físicos, cenários naturais, paisagens humanas, abertura do palco para os primeiros atos de nossa história, índios e criadores e as lutas entre criadores e índios, a fixação do psicológico, do social e do econômico para definir virtudes e desvirtudes da gente piauiense [...]”.<sup>459</sup>

Em virtude do empenho governamental em publicar obras relevantes para o Estado, o professor Odilon Nunes manifestou-se e agradeceu por estas conquistas culturais em benefício da História e da Literatura do Piauí. Tendo em vista a concepção de Certeau, de que toda pesquisa historiográfica está submetida a imposições, regras e privilégios, isto é, a um lugar de produção socioeconômico, político e cultural que garante estabilidade social à escrita de um autor, tornando-a, uma “obra de valor” em história, consideramos que a publicação da obra *Pesquisas para a História do Piauí*, só seria publicada dentro de um contexto social que tornaria viável sua edição e divulgação, pois de acordo com Odilon Nunes:

---

<sup>459</sup> SILVA, Alberto Tavares. Entendimento. In: NUNES, Odilon. *O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento*. Teresina: COMEPI, 1972. p.1.

O quarto volume de *Pesquisas* seria publicado no governo de Helvídio se não fora a intromissão dum amigo que se tornara desleal. Mas seria no governo de Alberto Tavares Silva que muito me auxiliaria na reedição de minhas publicações da *Econômica Piauiense* e da segunda edição de *Pesquisas*. Pela primeira e última vez iria receber, por conta do Estado, graças à interferência de R. Wall Ferraz, então Secretário do Ensino [leia-se da Educação e Cultura], novecentos cruzeiros mensais, para prosseguir em minhas pesquisas que abrangeriam então o período republicano. Essa comissão perdurou por mais de um ano. Fiz farta coleta de informações que estão anotadas em mais de dez cadernos de cem a trezentas páginas, pois após o término da comissão, continuariam as pesquisas.<sup>460</sup>

Porém, a publicação desta obra pelo Plano Editorial do Estado, gerou discussões na intelectualidade local, pois, de acordo com o jornal *O Estado*, Odilon Nunes não recebeu nenhum exemplar de seu livro, e nem acesso à capa de sua obra, depois de impressa pelo governo estadual. Alguns escritores piauienses consideraram isto uma enorme falha do executivo estadual contra o trabalho intelectual e a própria moral de Odilon Nunes, como O. G Rego de Carvalho, que considerou esta situação uma espoliação praticada pelo Estado, pois segundo matéria no jornal *O Estado*:

[...] de acordo com a lei, o professor Odilon Nunes [tem o] direito a percepção de dez por cento do preço de cada exemplar vendido ou, não havendo venda, como é o caso, a dez por cento dos exemplares impressos. Mas nada disso ocorreu: nem pagamento, nem entrega, como de direito, de um décimo da edição. O próprio escritor piauiense indagou: como justificar o esbulho?<sup>461</sup>

Respondendo a estas críticas sobre as ações do Plano Editorial, Arimathéa Tito Filho afirmou que era preciso deixar esclarecido que, em virtude da competência de Odilon Nunes, este foi um dos escritores mais publicados e homenageados pelo Plano, tendo assim, um total de oito obras impressas, sendo que as *Pesquisas para a História do Piauí* tiveram cinco mil exemplares de cada volume, custando para o governo Cr\$ 580 mil cruzeiros. Sobre a última edição, Tito Filho revelou que:

Feitos os dois primeiros volumes, aqui chegaram os primeiros exemplares, e de cada volume o professor Odilon recebeu exemplar. Feitos os dois outros volumes, pessoalmente levei exemplar de cada qual à residência de Odilon. Há poucos dias, encontrei-me com o professor Odilon Nunes e lhe disse que a sua cota seria entregue com a maior brevidade. De fato, o ilustrado mestre

<sup>460</sup> NUNES, Odilon. Casos e cousas da historiografia piauiense. In: *Presença*. Teresina, ano 4, n.9, out./dez. 1983. p.15.

<sup>461</sup> ODILON Nunes esbulhado. *O Estado*. Teresina, n. 725, p.10, 25 março de 1975.

Luís Gonzaga Pires já havia determinado a distribuição de todos os livros editados pelo governo, com integral respeito e consideração aos autores das obras. Penso que ninguém, meu caro jornalista [Dirigindo-se ao dono do jornal *O Estado*, Helder Feitosa] quis esbulhar o professor Odilon Nunes, merecedor do mais cabal acatamento do governo e do povo piauiense, em todos os tempos.<sup>462</sup>

Percebe-se como as preocupações do momento político-cultural interferem na construção e legitimação de uma memória histórica, que é seletiva, e em parte herdada pelos grupos detentores do poder, daí ser um objeto de disputa importante entre os segmentos sociais, e de trabalho de enquadramento de memória realizado, a exemplo, pelos historiadores. Para Michael Pollak “o trabalho de enquadramento da memória pode ser analisado em termos de investimento. [...] em certo sentido, uma história social da história seria a análise desse trabalho [...]. Tal análise pode ser feita [...] em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social”<sup>463</sup>.

Por ter sido um dos pioneiros na luta pela introdução da História do Piauí nas escolas, editando o livro *O Piauí na História* (1931), uma obra com fins didáticos voltada para os alunos do curso primário; e pela sua atuação como educador, a exemplo das funções ocupadas de Inspetor do Ensino e Diretor da Instrução Pública, além do intenso trabalho desenvolvido com a pesquisa historiográfica, os professores do Departamento de Geografia e História da UFPI, propuseram como gesto de reconhecimento da comunidade universitária aos méritos de Odilon Nunes, a concessão do título de Doutor *Honoris Causa*, que aceito pela comunidade acadêmica, foi concedido pelo reitor da Universidade Federal do Piauí, José Camillo da Silveira Filho, em 12 de julho de 1974. Sobre essa homenagem, os organizadores da revista *Presença* assim se manifestaram:

A iniciativa dos professores merece o irrestrito apoio da ‘intelligentsia’ piauiense. E não só. O reconhecimento do valor da obra de Odilon Nunes deve ser público, oficial. Que não fique só nesta concessão, justa e oportuna, de um título universitário honorífico. Nosso maior historiador merece homenagens efetivas e afetivas do governo e do povo piauienses. Sobretudo ele que, incansável e persistente, vive encerrado na humildade e no anonimato de uma vida dedicada à pesquisa e ao estudo de nossa História.<sup>464</sup>

Todavia, a atuação do historiador Odilon Nunes no cenário cultural piauiense não causou somente admiração, mas, também suscitou certa “disputa” intelectual, como aconteceu

<sup>462</sup> TITO FILHO e Odilon Nunes. *O Estado*. Teresina, n.727, p. 13, 27 março de 1975.

<sup>463</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. p. 207.

<sup>464</sup> HOMENAGEM a Odilon Nunes. *Presença*. Teresina, ano1, n.1, maio 1974. p. 46.

entre ele e o historiador Wilson de Andrade Brandão, que avaliou a obra *Pesquisas para a História do Piauí*, de maneira bastante crítica, afirmando que:

É pena que Odilon Nunes não se tenha servido dos conhecimentos obstinadamente acumulados para escrever a história geral do Piauí. Na verdade essa obra não é ainda a história do Piauí. É um roteiro que servirá aos futuros pesquisadores de nossa história. São palavras do próprio autor, num autojulgamento. Dele discorda José Honório Rodrigues, quando ressalta que as *Pesquisas* são uma construção sistemática, ordenada com base em fontes primárias, inspirada em metodologia correta, minuciosa, segura. Mas o crítico atento, mais juiz que panegirista, não confirmará esses conceitos. Terá de reconhecer, ao contrário, que as *Pesquisas para a História do Piauí* foram elaboradas sem espírito científico e sem um método que presidisse ao trabalho do investigador. Por isso mesmo sua consulta não é fácil, circunstância que lhe reduz consideravelmente sua importância.<sup>465</sup>

Não considerando justa a avaliação crítica de Wilson de Andrade Brandão, Odilon Nunes respondeu a ele em artigo publicado na revista *Presença*, manifestando sua indignação, e mostrando as omissões realizadas por Brandão, num estudo em que pretendia abordar a produção historiográfica piauiense. No artigo, Nunes defende-se das críticas feitas à sua postura e metodologia de trabalho, bem como as obras históricas produzidas pelo grupo intelectual de que fazia parte nas décadas de 1950 e 1960, constituído principalmente por Mons. Chaves e Raimundo Santana. De acordo com Odilon Nunes:

Desde o começo do século passado [XIX], a História ingressou numa fase de revisão, e sempre que possível sua pesquisa foi transferida para os arquivos onde se encontra sua fonte primária, ficando em segundo plano os cronistas dos fatos que lhes são contemporâneos. [...]. Em *Pesquisas* não me dediquei à revisão propriamente, mas deixei elementos para isso. [...]. Quis colaborar com meus contemporâneos que se dedicam ao estudo de nossa história. Talvez tenha sido esse meu principal objetivo que nem sempre é compreendido. [...]. Queria que meus trabalhos fossem recebidos como trabalhos de sapa, mas desejava que fossem recebidos com respeito e como testemunhos de minha tenacidade e capacidade de renúncia e do meu amor ao Piauí.<sup>466</sup>

Outro intelectual piauiense que teve suas obras criticadas foi Arimathéa Tito Filho. Porém, as críticas não diziam respeito à metodologia de pesquisa, e sim, à forma como suas produções literárias e históricas eram editadas. O fato de ter sido, durante a década de 1970,

---

<sup>465</sup> BRANDÃO, Wilson de Andrade. *Historiografia piauiense*. In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981. p. 28.

<sup>466</sup> NUNES, 1983, p. 14.

presidente da Academia Piauiense de Letras e do Conselho Estadual de Cultura, Secretário de Cultura do governo Alberto Silva, levava-o a participar diretamente do processo de seleção, revisão, atualização ortográfica e de realização de comentários nas obras que seriam (re) editadas pelo Plano Editorial do Estado.

Contudo, devido ao grande número de obras que conseguiu publicar, em virtude da efetiva participação no meio cultural piauiense, recebeu inúmeras críticas de alguns intelectuais locais. O jornalista Helder Feitosa, afirmou no jornal *O Estado*, que a obra *Sermões aos peixes*, de Tito Filho, havia sido publicada com dinheiro público, especificamente, do Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí (IAPEP). Respondendo às acusações do jornalista, Tito Filho afirmou:

Escrevi o livro SERMÕES AOS PEIXES. Mandei publicá-lo sem nenhum auxílio do governo (três mil exemplares), na Artenova, ao preço de mais de dezesseis cruzeiros o exemplar. Estou devendo toda a edição, segundo pode atestar o doutor José Elias Tajra. Fiquei admirado de ler no seu acreditado jornal que o livro havia sido pago com dinheiros do IAPEP. Procurei o dr. José Elias, e este me explicou que houve engano. Em lugar do meu livro foi paga uma publicação sobre o Palácio da Justiça, a recuperação do 4 de Setembro e o acervo do Palácio de Karnak. [...]. Quem me dera que o IAPEP a tivesse pago, pois eu ofereceria os três mil exemplares ao governo para distribuição gratuita. Mas a verdade é que vou vender os livros a amigos a fim de pagar a dívida. Devo esclarecer-lhe, meu caro Helder, que o ex-governador Alberto Silva e o jornalista Armando Basto quiseram publicar os meus livros por conta do Estado. Nada de espantoso nisto. Quantos publicaram obras por conta do Estado? É que eu pretendia vender os livros feitos, por minha conta, buscando a autonomia do escritor.<sup>467</sup>

De acordo com Tito Filho não havia nada de espantoso e/ou de errado em o governo querer publicar seus livros, pois era finalidade da administração estadual editar obras de autores do passado e do presente que pudessem contribuir para a cultura piauiense. Se Odilon Nunes foi o historiador mais publicado pelo Plano, Arimathéa Tito Filho foi o literato que mais teve livros editados, pois somente durante os anos de 1972 a 1975, este autor teve publicado quinze livros, escritos<sup>468</sup> e organizados<sup>469</sup> por ele. Segundo Tito Filho, destas obras,

<sup>467</sup> TITO FILHO presta esclarecimentos. *O Estado*. Teresina, n. 733, p. 9, 6/7 de abril de 1975.

<sup>468</sup> TITO FILHO, Arimathéa. *Viagem ao Dicionário*. 1º vol. Teresina: COMEPI, 1972; TITO FILHO, Arimathéa. *Teresina meu amor*. Teresina: COMEPI, 1973; TITO FILHO, Arimathéa. *Teresina meu amor*. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; TITO FILHO, Arimathéa. *Gente e humor*. Teresina: COMEPI, 1974; TITO FILHO, Arimathéa. *Governos do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; TITO FILHO, Arimathéa. *Governos do Piauí*. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; TITO FILHO, Arimathéa. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; TITO FILHO, Arimathéa. *Sermões aos peixes*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; TITO FILHO, Arimathéa. *Estudo do vocabulário da Lira Sertaneja*. Teresina: COMEPI, 1972.



apenas o *Estudo do vocabulário da Lira Sertaneja*; Zito Batista, o poeta e o prosador (pelos trabalhos de organização e comentário) e *Viagem ao Dicionário*, foram pagos, sendo que o valor recebido foi respectivamente, Cr\$ 10 mil cruzeiros, Cr\$ 2 mil cruzeiros e Cr\$ 5 mil cruzeiros.

Apesar de não ter recebido o pagamento pecuniário por todas as obras, seu lucro material é extremamente desprezível, quando comparado ao valor simbólico, que por sua vez, foi muito maior do qualquer outro literato piauiense que viveu na década de 1970. De acordo com a análise realizada por Sérgio Miceli, situamos o papel desempenhado por Arimathéa Tito Filho como um dos legítimos “escritores-funcionários”, isto é, aqueles que:

Situados entre os objetos de devoção da crítica militante nos aparelhos de celebração que circulam entre as panelas de letrados, buscam minimizar o quanto suas obras devem aos laços clientelísticos de que são beneficiários. Afinal eles são os grandes interessados em corroborar a imagem de que suas obras pouco devem as servidões do mundo temporal.<sup>470</sup>

Tito Filho chegou a ser motivo de caricatura em periódicos locais, sendo caracterizado como uma figura ligada ao poder autoritário (tenente), sempre de olho bem aberto no que estava à sua volta, isto é, na questão cultural piauiense, e jamais de boca fechada, isto é, discorrendo sobre alguma ideia e/ou se defendendo das críticas.

---

<sup>469</sup>TITO FILHO, Arimathéa. *Esmaragdo de Freitas, homens e episódios*: antologia comentada. Teresina: COMEPI, 1973; TITO FILHO, Arimathéa. *Deus e a natureza em José Coriolano*: antologia comentada. Teresina: COMEPI, 1973; TITO FILHO, Arimathéa. *Zito Batista, o poeta e o prosador*: antologia comentada. Teresina: COMEPI, 1973; TITO FILHO, Arimathéa. *Lima Rebelo, o homem e a substância*: antologia comentada. Teresina: COMEPI, 1973; TITO FILHO, Arimathéa. *Notas e comentários à Cronologia histórica do Piauí*, de Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; TITO FILHO, Arimathéa. *Notas e comentários à guerra do Fidié*, de Abdias Neves. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

<sup>470</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979. p. 151-152.



Fotografia 05: Caricatura de A.Tito Filho de autoria de Alcide Filho  
 Fonte: *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, dez./fev. 1983.

As críticas tornavam-se maiores porque Tito Filho afirmou que o Plano Editorial, publicara apenas um livro de sua autoria, denominado *Governos do Piauí*, e que não cobrou ao governo seus direitos autorais.<sup>471</sup> Desta forma, consideramos que o poder público selecionava, dentro das organizações culturais mais formais, como a APL, intelectuais autorizados para construir uma memória histórica para o Estado do Piauí.<sup>472</sup>

Assim, alguns intelectuais piauienses passaram a definir Tito Filho como “latifundiário da cultura piauiense”, ou, como preferia o literato Cineas Santos, o “monumento vivo da cultura oficial do Piauí”. Sobre esse estereótipo, Tito Filho se posicionou da seguinte forma:

Nos dias que correm, se a gente escrever críticas ao governo, às autoridades ou mesmo a certos costumes da vida social, ninguém as publicará. [Por isso] Discordamos no que diz respeito à expressão monumento vivo da cultura oficial. Somos apenas um grande ledor com muita pena, como você deve ter também, do Piauí, porque dói que a nossa coletividade ainda não esteja consciente de sua história política, dos seus aspectos culturais, por falta de leitura. Infelizmente, o nosso povo não pode ler, não tem acesso ao livro. Nem mesmo o jornal é acessível ao grande público. [...]. Não nos consideramos monumento vivo de coisa alguma. Como Petrônio Portella, nunca suportaríamos a burrice. Ajudamos governo, oposição, pobres, ricos, jovens, velhos quando nos procuram, apontando-lhes os melhores caminhos

<sup>471</sup> TITO FILHO presta esclarecimentos. *O Estado*. Teresina, n. 733, p. 9, 6/7 de abril de 1975.

<sup>472</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989. p.10.

para a escritura dos trabalhos que produzem, sem cobrança de um vintém de pessoa alguma.<sup>473</sup>

Acreditamos que os verdadeiros leitores das obras de história e literatura piauiense, editadas pelo Plano Editorial, não eram o público leigo, isto é, os consumidores por excelência, que dão suporte financeiro e moral ao historiador e/ou literato, mas seus pares intelectuais, responsáveis por apresentar um juízo de valor às produções historiográficas e literárias, critérios que são decisivos para o seu reconhecimento. Como afirmou Michel de Certeau, a relevância de uma obra histórica “depende de uma ‘agregação’ que classifica o ‘eu’ do escritor no ‘nós’ de um trabalho coletivo, ou que habilita um locutor a falar o discurso historiográfico. [É] Este discurso - e o grupo que o produz - [que] faz o historiador.”<sup>474</sup>

Todavia, a pretensão do governador Alberto Silva não era apenas distribuir as obras publicadas para os intelectuais piauienses, mas ampliar o universo de leitores dos livros reeditados através do Plano Editorial, pois de acordo com ele: “A exemplo do que se verifica com a *Lira Sertaneja*, pretende meu Governo enviar os livros que ora se editam ou reeditam às principais instituições culturais do país e aos seus mais importantes escritores e poetas.”<sup>475</sup> Para isso, firmou contrato com a Editora Tora, do Rio de Janeiro, visando à divulgação cultural do Estado, nos campos da História e da Literatura, em diversas capitais do país, haja vista a ausência de repercussão desses valores culturais na federação nacional. Segundo o contrato firmado entre a Secretaria de Cultura do Estado do Piauí e a referida Editora, eram vários os locais em que seriam lançadas as obras editadas pelo Plano Editorial:

As providências serão realizadas em Teresina, Brasília, Guanabara, Fortaleza e São Paulo, em datas que deverão ser fixadas pela Secretaria, atendendo a ordem cronológica das ocorrências nestas cidades, serem a mesma ou não, daqui seguidas à citação das ditas capitais, exceto no tocante a Teresina, que em qualquer hipótese deverá ser a primeira. Assiste à Secretaria, durante a fase da promoção, cancelar a programação seguinte, não cabendo à Editora outro pagamento senão aquele referente à programação efetiva.<sup>476</sup>

O preço firmado entre governo do Estado e a Editora Tora pelos trabalhos de promoção cultural nas capitais citadas, correspondeu a Cr\$ 20. 000 (vinte mil cruzeiros), além da importância de Cr\$ 100. 000 (cem mil cruzeiros) pelo cumprimento da programação que

<sup>473</sup> ENTREVISTA A. Tito Filho. In: *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, dez./fev. 1983. p.18.

<sup>474</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.72.

<sup>475</sup> PIAUÍ, 1972, p. 8.

<sup>476</sup> Contrato de prestação de serviços entre o Governo do Estado do Piauí, representado pela Secretaria de Cultura e a Editora Tora LTDA. Cláusula II- Das capitais onde se realizarão as promoções. In: Ata da 7ª sessão ordinária do Conselho Estadual de Cultura, em 30 de set. 1974. p. 49.

constava de almoço em Brasília a ser oferecido à imprensa, lançamento das obras, e palestra do governador do Estado do Piauí na capital federal, com projeção de filmes e slides. Além dos serviços de assessoramento em diferentes locais do país, constava como uma das obrigações da referida Editora:

1º Encarregar-se de promover a presença de Homens Públicos, Intelectuais e Jornalistas de notável repercussão e projeção, a serem convidados pela Secretaria, conforme relação previamente elaborada por aquela e por esta aprovada. 2º Organizar o almoço em Brasília para a Imprensa, constante da cláusula III, compreendendo: a) escolha do local, a ser aprovado pela Secretaria; b) encaminhamento da contratação do serviço de bufet; c) preparação e teste do serviço de som e gravação. 3º Assegurar ampla divulgação nos principais veículos de publicidade da capital onde se realizarem as promoções.<sup>477</sup>

Foram lançados no dia 23 de outubro de 1974, na cidade de Brasília, alguns livros editados pelo Plano Editorial do Estado durante a gestão de Alberto Silva, quais sejam: *Cronologia histórica do Estado do Piauí*,<sup>478</sup> de Pereira da Costa; *Roteiro do Piauí*,<sup>479</sup> de Carlos Eugênio Porto; e *A Província deserta*,<sup>480</sup> de H. Dobal, contando com a presença dos governadores do Distrito Federal, Farias Serejo; e do Piauí, Alberto Silva, de sua esposa, D. Floriza Silva, do Secretário de Cultura do Piauí, Dr. Francisco Amorim de Carvalho; do Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Dr. Armando Madeira Basto; do Presidente da Academia Piauiense de Letras, Prof. José de Arimathéa Tito Filho; do chefe do Escritório do Piauí no Rio de Janeiro, Dr. Haroldo Amorim; e o do Escritório do Piauí em Brasília, Dr. Joaquim Parente. Também, houve exibições de filmes sobre o Piauí na década de 1970 e homenagem ao governador Alberto Silva, realizada pelo jornalista de Brasília, Almeida Fisher.

Esta ação político-cultural visava oferecer uma imagem positiva do Piauí para o restante do país, a começar pela capital brasileira. O objetivo era apresentar um Estado que refletisse o desenvolvimento nos aspectos culturais, educacionais, sociais, políticos e econômicos. O trabalho de enquadramento da memória oficial estava relacionado ao sentimento de identidade, na medida em que ele ajuda a construir e fortalecer os laços de continuidade e de

<sup>477</sup> Contrato de prestação de serviços entre o Governo do Estado do Piauí, representado pela Secretaria de Cultura e a Editora Tora LTDA. Cláusula III- Das obrigações da Editora. In: Ata da 7ª sessão ordinária do Conselho Estadual de Cultura, em 30 de set. 1974. p. 49.

<sup>478</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 2 v.

<sup>479</sup> PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

<sup>480</sup> DOBAL, Hindemburgo Teixeira. *A Província deserta*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

coerência de um grupo. Identidade, aqui entendida, na perspectiva de Michael Pollak, isto é, como “o sentido da imagem de si, para si e para os outros”.<sup>481</sup> No Estado do Piauí, é a imagem que ele adquire ao longo de sua existência, que ele constrói e apresenta aos outros e a si próprio, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebido da maneira como quer ser visto pelos outros Estados da federação brasileira.

No entanto, por ter conseguido publicar variadas e importantes obras relacionadas ao Estado do Piauí, não significou que o Plano Editorial tenha sido executado da forma como Armando Madeira Basto, diretor da Assessoria de Imprensa do Governo Alberto Silva, o idealizou, pois para ele, não houve um compromisso sério da parte de todos aqueles que se propuseram a ajudar a política editorial, na medida em que:

Poderia ter sido maior o resultado - eu sei. No começo - tudo são flores - gente muita prometeu ajudar-[...]. As colaborações não vieram, entanto - que penoso é o pesquisar, trabalhoso o escrever. [...] Na hora de unirem-se [...]. Fogem. Escapam. Escorregam. [...]. Palmilhou-se a estrada como foi possível [...]. As exceções, os titulares dela, vieram raros como são. Os livros começaram a sair das oficinas da imprensa oficial, [despreparada] para a tarefa, mas suprida de dedicação, de entusiasmo, de decisão de fazer. Os engenheiros de obra feita deram o ar de sua graça - o Plano Editorial não fora criado, o Conselho Estadual de Cultura fora marginalizado - tudo estava errado. Ah! Perfeccionistas, quanto vos deve, a vós, o Piauí! Montões de livros destes aos jovens, zelastes pela cultura, incentivastes as letras e as artes, mecenas sois!<sup>482</sup>

Apesar das dificuldades e críticas, as obras publicadas pelo Plano Editorial conseguiram atravessar gerações, perpetuando bons sentidos e valores que representassem a piauiensidade. De acordo com o governador Alberto Silva, a grande função da história era criar uma consciência nacional na população “através da crítica dos tipos representativos da coletividade, do mecanismo das instituições políticas, do desenvolvimento do processo cultural e das tendências e realizações da gente brasileira, nas diversas áreas em que se distribui a fisionomia nacional.”<sup>483</sup>

Os resultados do Plano Editorial do Estado foram considerados positivos, por parte daqueles acostumados com a escassez de produção e de divulgação de obras histórico-literárias piauienses, a exemplo do parnaibano J. A. Rebello, residente em Juiz de Fora (MG). Sobre isso J. A. Rebello lembra que:

<sup>481</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. p. 205.

<sup>482</sup> BASTO, Armando Madeira. Frutos da Terra. *Presença*. Teresina, ano1, n.1, maio 1974. p.32.

<sup>483</sup> SILVA, Alberto Tavares. Povo e consciência. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2 ed. Teresina: COMEPI, 1972. p. 2.

Certa vez, quando hipnotizados pela leveza e pela exuberância de cursiva explanação de Lima Rebello sobre História Geral [...] ouvimos do mestre breve referência ao Piauí. Brotou em mim, então, incontrolável impulso de interrompê-lo respeitosamente, para saciar curiosidade [...], indaguei dele em que obras poderíamos conhecer a história do nosso Piauí. Decepcionei-me, enrubesci com sua resposta pronta, incisiva e visivelmente pesarosa: ela ainda não fora escrita. [...] De uns tempos para cá, todavia, obsequioso conterrâneo residente no Rio, [...] vem suprindo-me com publicações desse surpreendente Plano Editorial do Piauí [...] É dupla a emoção que me empolga: saber que esses antigos colegas revolucionaram a velha Província - cujo povo, dizia Abdias [Neves], em 1907, continuaria moroso e triste, a marcha para a realização longínqua de sua finalidade histórica - até sob o aspecto cultural, sempre relegado, em toda a parte, a segundo plano, e saciar a curiosidade que vem do despertar da juventude e resistiu à ferrugem do tempo e ao impiedoso desterro do vão desfilar dos dias, em que os olhos, cegos para o presente só enxergam, através das lágrimas, as visões do pretérito.<sup>484</sup>

No governo Dirceu Arcoverde (1975-1979), o poeta José Miguel de Matos fez um apelo para que o mesmo voltasse sua atenção, não apenas para a capital do Estado, como aconteceu no governo Alberto Silva, mas que se preocupasse, também, com os outros municípios piauienses, que necessitavam de um maior estímulo no âmbito cultural. Com isso, José Miguel de Matos esperava que o novo governo buscasse interiorizar a cultura nos locais mais longínquos do Estado, locais onde brotaram riquezas intelectuais do porte de Da Costa e Silva (Amarante), Clodoaldo Freitas (Oeiras), Esmaragdo de Freitas (Floriano), Baurélio Mangabeira (Piripiri), Celso Pinheiro (Barras), dentre outros. Dessa forma, José Miguel de Matos ressaltou que:

Pedir, porém, essa distensão horizontal e vertical, por todo o interior do Piauí, ainda tão esquecido, sem a prevalência do maior sobre o menor, parece-me, como homem de letras altamente preocupado com os fatos culturais de sua terra - que não considera menor do que nenhuma outra em questão de inteligência e de vontade e do seu país, que começa a ser visto e respeitado pelas nações do continente e do mundo, um imperativo num instante em que o novo barqueiro - o médico amarantinense Dirceu Mendes Arcoverde, já começa a empurrar o seu veleiro, água a dentro, para o reinício, rio acima, da travessia, num oceano temerariamente encapelado e proceloso.<sup>485</sup>

---

<sup>484</sup> REBELLO, J. A. História, estória e o dever do governo. *O Estado*. Teresina, n.666, p.9, 19/20 jan. de 1975.

<sup>485</sup> MATOS, J. Miguel de. A interiorização da cultura piauiense: 2. *O Estado*. Teresina, n. 689, p.6, 18 fev. de 1975.

Através do impacto que teve o Plano Editorial, o Piauí começava a sair de seu isolamento cultural. Daí a necessidade de continuar com essa política cultural no governo Dirceu Mendes Arcoverde. Cumprindo esse objetivo, a primeira obra publicada em sua administração foi *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*, de Mons. Joaquim Chaves, lançada em menos de quatro meses pela nova administração estadual, através da COMEPI e da Secretaria de Cultura, dirigida por Luís Gonzaga Pires. Sobre essa política editorial, o governador Dirceu Mendes Arcoverde posicionou-se da seguinte forma:

Quando se chegou a pensar que o Plano Cultural iniciado na gestão anterior teria solução de continuidade, retomamos hoje o caminho seguro das providências que têm como objetivo prestigiar aqueles que, pela inteligência, pelo saber e, sobretudo, pela fidelidade e respeito as nossas tradições e patrimônios culturais, esquecem dificuldades e lutam para dar ao Piauí o lugar de destaque a que tem direito na História das Letras e da Cultura do País. [...]. É este o primeiro lançamento. Devo regozijar-se entretanto, com o fato de que novos lançamentos estão sendo preparados para breve, de livros de autoria dos piauienses: João Nonon de Moura Fontes Ibiapina, João Gabriel Batista, Antônio Veríssimo de Castro (Tonhá), Odilon Nunes (que enriquece as letras didáticas com um livro sobre a História do Piauí, para uso em nossos estabelecimentos de ensino) e Padre Cláudio Melo, de quem publicaremos uma tese de doutoramento defendida na Itália. Já se cogita, por outro lado, de reeditar o livro de Cromwell Barbosa de Carvalho- Estados versus Município [...].<sup>486</sup>

Somente no ano de 1975, o governo mandou publicar nove obras pela COMEPI, e em 1976, mais de dez livros foram colocados à disposição do público leitor, resultado de aplicação de recursos visando à modernização do parque gráfico da COMEPI, com a aquisição de equipamentos no valor de Cr\$ 1,4 milhões, como impressoras *off-set*, copiadora e mesa de gravação de chapas *off-set*, além da ampliação do prédio, que custou um total de meio milhão de cruzeiros. No que diz respeito aos resultados financeiros, o governo Dirceu Arcoverde “verificou uma receita de Cr\$ 5, 7 milhões, contra despesas da ordem de Cr\$ 3, 9 milhões, operando-se no cômputo geral um excelente resultado superavitário de Cr\$ 1, 8 milhões.”<sup>487</sup>

Este governo preferia investir no setor editorial local a ter que gastar com o envio e a edição de livros, revistas, periódicos e relatórios, para as editoras do Rio de Janeiro, pois os custos desses serviços eram mais elevados do que a compra de equipamentos de impressão.

<sup>486</sup> GOVERNO mostra dinamização pela cultura. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4250, p.3, 9 de jul. de 1975.

<sup>487</sup> PIAUÍ, Governador 1975-1979 (Dirceu Mendes Arcoverde). *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1º março de 1977*. Teresina, 1977. p. 93.

Sobre essa política editorial empreendida pelo governo Dirceu Arcoverde, o jornal *O Dia*, manifestou que:

Na primeira parte desses planos a Comepi vai investir, com recursos próprios, 950 mil cruzeiros, 50 por cento a menos do que o Estado do Piauí gastou, a preços de 1974, na impressão de sete obras encomendadas a uma editora carioca. Para o diretor presidente da Comepi, Deoclécio Dantas, só esse fato demonstra que o objetivo da empresa não é fazer concorrência às gráficas particulares, mas sim, dar ao Estado condições de imprimir suas obras gastando menos e com melhores resultados. [...] Um livro do professor Odilon Nunes, impreso numa editora carioca - ao preço de mais de 100 mil cruzeiros por cada edição de 2. 500 exemplares - apareceu repleto de erros que iam desde um verbo no tempo errado até a troca de nomes de municípios piauienses. Foi a Comepi, por sinal que imprimiu as erratas, adicionando-a a cada volume. Mas o dinheiro ficou no Rio.<sup>488</sup>

O Plano Editorial, mais uma vez, favorecia o historiador Odilon Nunes publicando suas obras, como *O Piauí na História*,<sup>489</sup> cujo lançamento ocorreu no auditório Herbert Parentes, durante as festividades da Semana da Cultura. De acordo com Nunes, este livro, escrito em 1931, em decorrência da implantação do ensino de História do Piauí nas escolas primárias, e da falta de texto didático sobre este assunto, era a obra que ele mais estimava, pois:

*O Piauí na História* encerra a história do Piauí em 48 capítulos dispostos em ordem cronológica, desde a pré-história ao governo de Dirceu quando na quarta edição, e quando já sofrera alterações para atualizá-lo e facilitar a pesquisa, guiando o aluno na biblioteca e mesmo na busca do arquivo. São capítulos curtos em linguagem clara e sucinta. No fim de cada capítulo, desde muito, há uma anotação que indica a página dos livros de minha autoria em que se estuda o assunto de cada lição. O leitor ou estudante encontrará, então, as fontes em disposições mais simples e também a indicação de novas fontes bibliográficas e de arquivos, essas, em sua maioria até então ignoradas.<sup>490</sup>

De acordo com o Secretário de Cultura, professor Luís Pires Chaves, o Plano Editorial no Governo Dirceu Arcoverde tinha um diferencial, ao proporcionar aos novos autores piauienses, isto é, àqueles que ainda não eram consagrados no meio literário local, a publicação de seus livros. Estes, por sua vez, passariam por uma comissão julgadora, haja vista a grande “responsabilidade dessa Secretaria ao colocar seu timbre numa determinada obra. [Pois] Temos a responsabilidade de lançar o que é bom, não o medíocre, não lançar o

<sup>488</sup> COMEPI inicia importação de máquinas. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4299, p.12, 7 de set. de 1975.

<sup>489</sup> NUNES, Odilon. *O Piauí na História*. 4. ed. Teresina: COMEPI, 1975.

<sup>490</sup> NUNES, 1983, p. 14-15.



que possa servir de crítica depreciativa contra o nosso Estado.”<sup>491</sup> Outra finalidade do Plano era reeditar obras de autores do passado, que além de estarem esgotadas, tinha um importante valor cultural.

A distribuição dessas obras, também, foi alterada, pois a prioridade era destinada aos grandes críticos nacionais, aos escritores de renome, aos principais órgãos culturais do país, com o objetivo de estimular o interesse do público brasileiro pelas obras piauienses. Segundo Luís Pires Chaves, o objetivo do Plano não era “fazer uma distribuição intramuros que atinja simplesmente a determinadas pessoas aqui em Teresina. Pretendemos colocar os lançamentos do Plano Editorial ao alcance de todos os que demonstrarem interesse em conhecê-los, em todo o território nacional [...]”.<sup>492</sup>

Mais uma vez, temos em evidência a preocupação com o Outro, com a legitimação da imagem do Piauí, a partir da ênfase em suas potencialidades. O olhar e o julgamento dos demais Estados eram importantes para a constituição da representação do Piauí. Sobre o processo de criação e legitimação da identidade, Michael Pollak, considera impossível “construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. [Pois] A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos [...] critérios de aceitabilidade [e] de credibilidade [...]”.<sup>493</sup>

Acredita-se, que esta política editorial representou a tentativa de consolidar uma identidade do Estado do Piauí para seus habitantes e principalmente, para o restante do país, pois havia uma imagem que não agradava à população piauiense, ao caricaturar e inferiorizar a situação econômica, social e cultural da região. Por isso, a relevância da dinamização da cultura piauiense, incentivando a produção e a divulgação de obras históricas e literárias de autores piauienses do passado e do presente.

#### 4.3.3 O Projeto Petrônio Portella

No início da década de 1980, o governo continua com a proposta de impulsionar a intelectualidade piauiense, dando continuidade ao Plano Editorial do Estado, através do Decreto n.º 5.678, de 6 de janeiro de 1984, instituído pelo governador Hugo Napoleão (1983-1986), que formulou o Projeto Petrônio Portella, designação criada em homenagem a um dos

<sup>491</sup> PROF. LUÍS Pires: pronto para o diálogo. *O Estado*. Teresina, n.724, p.7, 23/24 mar. de 1975.

<sup>492</sup> PROF. LUÍS Pires: pronto para o diálogo. *O Estado*. Teresina, n.724, p.7, 23/24 mar. de 1975.

<sup>493</sup> POLLAK, 1992, p. 205.

mais atuantes políticos piauienses, que faleceu em Brasília, em 6 de janeiro de 1980. A data de 6 de janeiro de 1984 não foi escolhida de forma aleatória, pelo contrário, foi uma lembrança pela passagem do quarto aniversário de morte do senador Petrônio Portella Nunes.

Este Projeto era executado pela Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, e Fundação Cultural do Piauí<sup>494</sup>, que por sua vez, eram presididas por Jesualdo Cavalcante Barros. Uma das medidas implementadas no âmbito do Projeto, foi a promoção de um concurso para a escolha da sua logomarca, isto é, de uma representação gráfica padronizada utilizada como símbolo do Projeto Petrônio Portella, que oferecia ao vencedor, um prêmio de Cr\$ 100 mil.

Com o intuito de estabelecer uma distinção entre o Plano Editorial da década de 1970, a logomarca deveria conter legenda alusiva à filosofia do referido projeto, o qual consistia na publicação de obras de interesse para a cultura piauiense. A logomarca vencedora exibia a imagem do senador Petrônio Portella, trazendo um lápis e um livro sobre o Piauí nas mãos, mostrando-se interessado em ler a respectiva obra. E a legenda trazia a seguinte frase: “Agora você pode tirar da gaveta aquele livro que escreveu e não tinha como publicar. O governo Hugo Napoleão, no sentido de estimular a produção literária, criou o Projeto Petrônio Portella, para editar livros que reflitam o Piauí, seu povo, sua cultura.”

---

<sup>494</sup> Até 1975 as ações governamentais de incentivo à cultura concentravam-se na Secretaria de Cultura do Estado. A partir de então, foi criada a Fundação Cultural do Piauí, com atuação principalmente no apoio às manifestações folclóricas e da memória do Estado.



Fotografia 06: Logomarca do Projeto Petrônio Portella.

Fonte: *Presença*. Teresina, ano 8, n. 18, ago./dez. 1986.

Esta legenda imprimia um caráter democrático a todos aqueles que se interessavam na publicação de pesquisas relacionadas aos aspectos literários e históricos sobre o Estado do Piauí. O poder público concedia, além da publicação das obras dos intelectuais, a legitimidade destas produções, garantido com o selo/timbre oficial que elas eram obras de grande qualidade cultural. Sobre esse poder de legitimação do Estado, Sérgio Miceli considera que:

[...] o poder público impôs-se não obstante como concessionário-mor dos padrões da legitimidade intelectual. As encomendas, os prêmios, as viagens de representação, as prebendas, tudo que ostentasse o timbre do oficialismo, passou a constituir a caução daqueles que aspiravam ingressar no panteão da 'cultura brasileira'.<sup>495</sup>

A Fundação Cultural do Piauí, que coordenava a execução do Projeto, contava com a colaboração de um Secretário-Executivo, Wilson Gondin Cavalcante e de um Conselho Editorial, composto pelos escritores Clidenor de Freitas Santos (membro da Academia Piauiense de Letras), Benjamin do Rêgo Monteiro (Presidente do Conselho Estadual de

<sup>495</sup> MICELI, 1979, p. 161.

Cultura), José Camillo da Silveira Filho (Reitor da Universidade Federal do Piauí), Carlos Evandro Martins Eulálio (professor e crítico literário) e Maria Gomes Figueiredo dos Reis (Professora da Universidade Federal do Piauí). O Secretário-Executivo tinha a função de receber os pedidos dos autores e encaminhá-los ao Conselho Editorial, que fazia uma avaliação crítica da obra, emitindo parecer conclusivo, recomendando ou não sua publicação.

Os autores interessados na editoração, deveriam formular um pedido de publicação à Secretaria Executiva do Projeto, localizada na Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, acompanhado de três cópias da obra, que deveriam estar revisadas, contendo fotografias, arte final e capa. Porém, caso desejassem uma reedição, deveriam enviar, anexo ao pedido, apenas um exemplar da última edição de sua obra. A editoração pelo Projeto Petrônio Portella levava o autor a renunciar os seus direitos autorais durante dois anos, obrigação estendida aos meeiros e herdeiros.

Aos intelectuais que tivessem suas obras publicadas pelo Projeto, seriam concedidos cem exemplares de cada milheiro impresso, sendo o restante distribuído para os órgãos financiadores do Projeto, para bibliotecas públicas e escolares, bem como para a venda e constituição do Fundo Rotativo de Editoração, que contava com contribuições financeiras dos órgãos e entidades governamentais, como a Fundação Cultural do Piauí, a Assembleia Legislativa, a Prefeitura Municipal de Teresina, o Banco do Estado do Piauí, e outros.<sup>496</sup> Sobre o apoio desses órgãos públicos, o secretário de Cultura, Desportos e Turismo, Jesualdo Cavalcanti Barros, afirmou que “A convergência de tantos órgãos e entidades que o financiam, se dá a ideia da preocupação do governo com a afirmação de nossa identidade cultural, reflete o espírito de coesão [da sociedade piauiense] que Petrônio Portella soube inspirar [...]”<sup>497</sup>

---

<sup>496</sup> As demais entidades eram: a Centrais Elétricas do Piauí S/A – CEPISA; Águas e Esgotos do Piauí S/A – AGESPISA; Companhia de Habitação do Piauí – COHAB; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí – EMATER; Companhia de Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI; Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí – CIDAPI; Companhia Editora do Piauí – COMEPI; Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí – CODIPI; Empresa de Turismo do Piauí – PIEMTUR; Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO; Fundação de Saúde do Estado do Piauí – FUSEPI; Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Piauí – CEPA; Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí – IAPEP; Instituto de Terras do Piauí – INTERPI; Empresa de Obras Públicas do Estado do Piauí – EMOPPI; Loteria do Estado do Piauí – LOTEPI; Empresa de Processamento de Dados do Piauí – PROCED; Empresa Radiodifusão do Piauí – RADIOTEPI; Rede Integrada de Hotéis e Motéis do Piauí S/A – RIMO; Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN; Departamento de Estradas de Rodagens do Piauí – DER, e o Instituto de Planejamento e Administração Municipal - IPAM.

<sup>497</sup> BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de cultura*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. p.20.

Nas publicações do Projeto deveria constar a seguinte referência: “GOVERNO HUGO NAPOLEÃO, PROJETO PETRÔNIO PORTELLA, esta obra foi publicada graças ao apoio das seguintes entidades....”. No que diz respeito à relevância do Projeto para os novos autores, Wilson Gondin Cavalcante, em entrevista publicada pelo *Diário Oficial*, opinou que:

[...] poucos são os escritores piauienses que podem editar suas obras [...]. Dessa forma, quando alguém edita alguma coisa é por conta própria, e isso acontece com uma minoria privilegiada. Por isso, acredito muito neste Projeto, que editará tanto autores novos como consagrados, através de edições e reedições.<sup>498</sup>

Ao contrário do Plano Editorial da década de 1970, o Projeto Petrônio Portella preferia imprimir as obras selecionadas em editoras do Piauí. Durante o governo Hugo Napoleão, foram publicadas 24 obras pelo Projeto Petrônio Portella, das quais 11 históricas<sup>499</sup> e 13 literárias,<sup>500</sup> e diferentemente da maioria das obras editadas pelo Plano Editorial do Estado, que eram reedições de obras esgotadas, o Projeto Petrônio Portella investiu, prioritariamente, nas edições de livros inéditos, principalmente, de dissertações de mestrado dos professores de

<sup>498</sup> PROJETO Petrônio Portella bem aceito no meio intelectual. *Diário Oficial*. Teresina, ano 53, n. 34, p.1, 16 fev. de 1984.

<sup>499</sup> LEMOS, Osvaldo. *Petrônio Portella: depoimentos à História*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1983; NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 3 ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. *A rebelião de Joaquim Pinto Madeira*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. *A Balaiada no Piauí*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; BARROS, Jesualdo Cavalcante. *Tempo de cultura*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; SILVA NETO, Mariano da. *O município de Francisco Santos*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; PIMENTEL, Valderez Cavalcante. *A aculturação do imigrante sírio no Piauí: estudo de caso*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986; BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba: contribuição à história de sua navegação*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986; ROCHA, Francisco Heitor Leão da. *As colônias do Gurguéia*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986; FALCI, Miridan Brito Knox. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

<sup>500</sup> PEREIRA, José Bezerra; SAMPAIO, Airton; COSTA, José Magalhães da. *Novos contos piauienses*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1983; IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Curral de assombrações*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; NEVES, Abdias. *Um manicaca*. 2 ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; VERAS, Paulo; ARAÚJO, V. CANDEIA, Alcenor; CARVALHO, Jorge; CARVALHO, Elmar. *Poemágico*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; NOGUEIRA, Fabiano Rios. *O mundo degradado de Lucínio*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; REGO, Raimundo de Moura. *As mamoranas estão florindo*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; COSTA, José Magalhães da. *Estação de manobras*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; NUNES, Manoel Paulo. *A Província restituída*. 2 ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; BATISTA, Jonâtas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; TITO FILHO, Arimathéa. *Lima Rebelo: o homem e a substância*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. TEIXEIRA, Hindenburgo Dobal. *Um homem particular*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; PACHECO, Félix. *Poesia*. 2 ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985; TITO FILHO, Arimathéa. *Gente e humor*. 2 ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

História da UFPI, que recém-chegados a Teresina (PI), com seus cursos de pós-graduação, e sem muitos recursos para investir em editoração, vêm na iniciativa do Projeto, um excelente meio para a publicação de suas pesquisas. As obras dos novos autores representariam uma mudança com relação à utilização de métodos, fontes, linguagem, e até mesmo dos objetos históricos, podendo assim, tornar viável o aparecimento de novas pesquisas e produções historiográficas relativas ao Piauí.

Para Arimathéa Tito Filho, o Plano Editorial do Estado, criado na década de 1970, publicou mais obras de autores mortos e “desconhecidos” e/ou “esquecidos”, devido a sua sugestão de que seria mais coerente o governo priorizar a publicação de autores já falecidos, do que os livros de escritores vivos, pois só assim, diminuiriam as disputas de apadrinhamento por parte da intelectualidade local, haja vista que “muitos tinham livro pronto, engatilhado, e cada qual desejava publicá-lo com prioridade. [Todavia] as exceções [foram] feitas com os que estavam empenhados em escrever a história do Piauí. [Como] Odilon Nunes, Moysés Castelo Branco Filho, Carlos Eugênio Porto e Joaquim Chaves, historiadores.”<sup>501</sup>

De acordo com o Secretário de Cultura, Desportos e Turismo, Jesualdo Cavalcante Barros, o Projeto Petrônio Portella foi idealizado de maneira bem diferente do Plano anterior, pois suas ações não giravam em torno de bases paternalistas, em que o autor buscava apadrinhamento para conseguir a publicação de suas obras. Para este secretário, um projeto político-cultural era entendido como:

[...] um projeto social de vida, [pois] acredito que a afirmação do Piauí, portanto seu renascer, depende, essencialmente, de ser levado a cabo o seu projeto fundamental - plasmar, pelo engajamento consciente, um piauiense menos contemplativo, mais participativo. Selecionar os instrumentos que viabilizem esse objetivo deve ser, no meu pensar, o móvel de uma política cultural, que há de processar-se de forma dinâmica e transformadora, para revestir-se do mínimo de autenticidade. O resto é elitismo que não condiz com o espírito dos novos tempos, marcado, não há negar, pela emergência de forças sociais antes marginalizadas.<sup>502</sup>

Para ele, cultura significava um patrimônio da sociedade, bem social que deveria ser preservado e divulgado pelos seus gestores, como o governo, as empresas e a sociedade de uma forma geral. Ao Estado caberia estimular a formação e expansão de valores intelectuais,

<sup>501</sup> ENTREVISTA A. Tito Filho. *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, dez./fev. 1983. p. 22.

<sup>502</sup> BARROS, 1985, p.11.

concedendo maiores oportunidades aos escritores, que não tinham espaço dentro da cultura oficial.<sup>503</sup>

Contando com a colaboração de algumas instituições, como a APL, Secretaria da Educação, COMEPI, CEC, dentre outras, o Projeto elaborou um mecanismo que garantia, não só a publicação, mas a circulação das obras, pois, segundo opinião de Jesualdo Cavalcante Barros, o que se observava era que:

[...] os livros comprados como favor burocrático não raro estão mofando nas prateleiras ou depósitos das repartições públicas, daí resultando seu estrangulamento como agente cultural. Isto não pode continuar. E uma providência já tomamos: todo certame, realizado no Centro de Convenções, contará, ao lado, com um estande de publicações nossas, com cheiro do Piauí. E mais: um box funcionará permanentemente na nossa Rodoviária, para divulgar nossos livros e autores. Através da Secretaria de Educação, nosso livro chegará às escolas, inclusive do interior.<sup>504</sup>

Após o governo Hugo Napoleão, as propostas do Projeto Petrônio Portella, ainda tiveram uma grande força. Durante a administração do segundo governo de Alberto Silva (1987-1991), eleito por votação direta, após o fim da ditadura civil-militar no Brasil, foi firmado o compromisso de que “A publicação de livros será aumentada e haverá maior oportunidade de os escritores piauienses verem seus livros publicados.” Já em relação à reedição de obras históricas e literárias destacou que: “*Cronologia histórica do Piauí*, de Pereira da Costa, considerado o livro básico da história piauiense, [...] terá a 3ª edição lançada pelo Projeto Petrônio Portella, juntamente com a publicação da 2ª edição do livro a *História da Literatura Piauiense*, de João Pinheiro.”<sup>505</sup>

Neste governo, o Secretário Executivo do Projeto Petrônio Portella foi o jornalista Kenard Krueel Fagundes dos Santos,<sup>506</sup> que contou com a colaboração do poeta William Soares, funcionário da Fundação Cultural do Piauí, para fazer a distribuição das obras, e para os serviços de divulgação, a jornalista Ivonilma Santana Veloso. O Projeto Petrônio Portella foi avaliado da seguinte forma pela revista *Impacto*:

<sup>503</sup> BARROS, 1985, p.31.

<sup>504</sup> ENTREVISTA Jesualdo Cavalcanti. *Presença*. Teresina, ano 4, n. 7, mar./jun. 1983. p. 16.

<sup>505</sup> ENTREVISTA Alberto Silva. *Presença*. Teresina, ano 8, n. 19, mar./dez. 1987. p. 7.

<sup>506</sup> Kenard Krueel Fagundes dos Santos nasceu em São Luís (MA), a 30 de julho de 1959. Formado em Letras pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Bacharel em Direito pela UESPI. Jornalista, foi coordenador do Projeto Petrônio Portella e diretor da Biblioteca Pública Estadual Des. Cromwell de Carvalho. Principais obras publicadas: *Torquato Neto ou a carne seca é servida* (2001); *Djalma Veloso: o político e sua época* (2006); *O. G. Rêgo de Carvalho: fortuna crítica* (2007), etc.

Restrito a publicação de obras de gosto discutível, em sua maioria por motivos políticos, o Projeto Petrônio Portella, que assim foi denominado em homenagem ao ex-ministro da Justiça e do governo Figueiredo, durante todo seu tempo de vida esteve afastado dos valores novos da terra. A partir desta nova fase, como está sendo chamada a atual etapa do Projeto pelos novos administradores, as coisas caminharão diferente da anterior, conforme garante Kernard Krueel, atualmente empenhado na arregimentação de talentos desperdiçados nos serviços burocráticos das demais secretarias do Governo do Estado.<sup>507</sup>

Kernard Krueel afirmou que houve duas etapas do Projeto Petrônio Portella, a primeira no governo Hugo Napoleão, na qual, segundo ele, as obras eram publicadas devido a proximidades pessoais e políticas com o referido governo, sendo assim, “de gosto discutível,” por serem selecionadas por pessoas que não tinham muita formação cultural. A segunda fase do Projeto, seria aquela do segundo governo de Alberto Silva, e efetivada, de acordo com Kernard Krueel, por profissionais atuantes no ramo editorial e cultural do Estado do Piauí, que estavam sendo “desperdiçados nos serviços burocráticos das demais secretarias do Governo do Estado”.<sup>508</sup>

Assim, foi proposto uma inovação do Projeto, com a concessão de bolsas de pesquisas, visando o desenvolvimento de seis projetos de pesquisa, quais sejam: História da Imprensa Piauiense, a cargo dos alunos de Comunicação Social da UFPI; História do Movimento Estudantil, pelo jornalista Luiz Carlos; História do Futebol, pelo jornalista e cronista esportivo Dídimo de Castro; História do Teatro Piauiense, por Ací Campelo; História da Música Piauiense, pelo barítono Raimundo Pereira; e História do Movimento Sindical, pelo professor de economia da UFPI, Luiz Carlos Puskas.

Os gestores do Projeto, também, promoveram, através do apoio da Secretaria de Cultura, de Educação e da Fundação Cultural do Piauí, uma Feira de Livros nas escolas da capital e do interior, objetivando aproximar os alunos da literatura e da história piauiense. O Projeto Petrônio Portella interagiu com a sociedade local, incentivando a doação de livros, de preferência de literatura piauiense, para a complementação da referida feira. Para Jesualdo Cavalcanti Barros:

Tudo isso é fruto de trabalho de equipe, da convergência do querer e do fazer com firmeza e determinação. Resulta do profundo convencimento de que afirmar o Piauí [tornando-o] presente no contexto da Nação exige de todos nós continuadas atitudes de grandeza. Trata-se de tarefa eminentemente

<sup>507</sup> PETRÔNIO sai do marasmo. *Impacto*. Teresina, ano 1, n. 5, maio de 1987. p.10.

<sup>508</sup> PETRÔNIO sai do marasmo. *Impacto*. Teresina, ano 1, n. 5, maio de 1987. p.10.



cultural e política, que deve mobilizar toda a sociedade piauiense, num mutirão de lutas e devoções.<sup>509</sup>

Com a reedição de obras históricas e literárias, a elaboração de concursos, e o apoio oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, em virtude das comemorações do sesquicentenário da independência brasileira, o poder estatal pretendia perpetuar no imaginário da população piauiense, uma memória de governantes que se preocupavam com a cultura do Estado, uma memória denominada voluntária, por ser vivida como um dever, uma obrigação, apoiada no vestígio, na imagem, isto é, no que mais existe de material concreto, como os livros editados pelo Plano Editorial e pelo Projeto Petrônio Portella, que segundo Jesualdo Cavalcanti Barros, “é uma forma de desobstruir canais de comunicação com o passado, de espiritualizar distâncias, enfim, de reavivar memórias que se perdem no correr do tempo e na omissão dos homens sem esperança.”<sup>510</sup>

Assim, a memória dita verdadeira ou espontânea, cede lugar a uma memória de papel, uma memória arquivística, uma produção histórica, com o intuito de bloquear o trabalho de esquecimento em relação ao passado. Sobre isso, Nora afirmou que as sociedades modernas sentem-se angustiadas com a efemeridade do tempo, ou seja, pela rapidez com que ocorrem os acontecimentos, o que faz a memória ficar mais distante e difícil de recuperar. Daí a necessidade de tudo guardar, datar e documentar para a posteridade, pois:

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, não pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história.<sup>511</sup>

Por não existir mais uma memória espontânea, como aquela mantida pelas sociedades primitivas ou arcaicas, resultou na necessidade de termos historiadores, que reconstruíssem o passado. Dessa forma, eles seriam os responsáveis ou os guardiões de uma “memória verdadeira”, pois como afirmou Pierre Nora: “O arsenal científico do qual a história foi

---

<sup>509</sup> BARROS, 1985, p.56.

<sup>510</sup> BARROS, 1985, p.45.

<sup>511</sup> NORA, 1993, p.15.

dotada no século [XIX] só serviu para reforçar poderosamente o estabelecimento crítico de uma memória verdadeira”.<sup>512</sup>

Os intelectuais, especificamente os historiadores, trabalham em parceria com o Estado. Porém, não são meros funcionários estatais, que colaboram para a legitimação da identidade de um povo, da imagem de um governante ou de uma região. A relação que existe entre intelectuais e autoridades políticas é muito mais complexa, pois aqueles sabem que podem:

[...] modificar o tipo de mensagens que emitem sem que se altere sua condição de funcionário, e esta deriva de uma intransferível capacidade que procede de um campo que lhe é próprio e que dominam, pelo qual se lhes reclama serviços, que consiste no exercício das linguagens simbólicas da cultura. Não somente servem a um poder, como também são donos de um poder. Este inclusive pode embriagá-los até fazê-los perder de vista que sua eficiência, sua realização só se alcança se o centro do poder real da sociedade o apóia, lhe dá força e o impõe.<sup>513</sup>

Acredita-se que um depende do outro para funcionar, o Estado controlando e manipulando as operações dos que detêm a pena da escritura, “inspirando seus princípios de concentração, elitismo, hierarquização”,<sup>514</sup> e alguns letrados agindo através de propagandas, ensaios, romances, poesias e história, para sustentar e justificar uma determinada ordem político-social. “São essas mediações, consubstanciadas em métodos e técnicas, que permitem a formação de um ‘saber’, malgrado as diferentes visões de mundo dos historiadores”.<sup>515</sup> Por estarem ligados a um lugar social, isto é, a um grupo político, institucional ou privado, eles acabam construindo sua visão de mundo com base nesses interesses, influenciando os indivíduos na maneira como devem relacionar-se com o Estado.

Razões pela quais determinadas pesquisas acabam tendo maior visibilidade, e consequentemente, divulgação perante o poder estatal, como as obras históricas editadas pelo Plano Editorial, implantado pelo governador Alberto Silva (1971-1974) e pelo Projeto Petrônio Portella, no governo de Hugo Napoleão (1983-1986). Porém, isso só ocorre, fundamentalmente, porque o sistema de poder considera esse tipo de produção válida, pois como afirmou Michel Foucault:

---

<sup>512</sup> NORA, 1993, p.10.

<sup>513</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 48.

<sup>514</sup> RAMA, 1985, p.54.

<sup>515</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 122.

[...] o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso também faz parte desse sistema.<sup>516</sup>

É esse tipo de poder que Pierre Bourdieu chamou de simbólico, por ser “invisível”, isto é, ignorado pela maioria da população, e exercido a partir de uma “cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”,<sup>517</sup> os quais são representados pelos intelectuais, ou seja, pelos produtores de um saber-poder, cujas características advêm tanto dos interesses das instituições (lugar social) de que faz parte, quanto das suas próprias aspirações pessoais, responsáveis por orientar a pesquisa histórica.

---

<sup>516</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 71.

<sup>517</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.8.

## 5 HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE NOS ANOS 1970-1980: OUTROS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

Neste capítulo analisamos as preocupações das instituições político-culturais piauienses das décadas de 1970 e 1980, com a história e a cultura do Estado, ao implantar medidas que facilitavam a produção e a divulgação de obras históricas. Dentre estas instituições, destacamos uma de âmbito estadual, atrelada à Secretaria de Planejamento do Estado, a Fundação CEPRO, realizando, dentre outras funções, atividades de pesquisa, de editoração de periódicos e de obras relacionadas à economia e a sociedade piauiense, que eram resultados de seus estudos, bem como, a ação pioneira de criação do Núcleo de História Oral, com o objetivo de formar um acervo de entrevistas, ampliando assim, o corpus documental dos pesquisadores locais.

Além desta, enfatizamos uma de âmbito municipal, a Fundação Cultural Monsenhor Chaves, que visava desenvolver as políticas de editoração na cidade de Teresina, colocando em prática, as ações de re (edição) de obras de autores piauienses que começaram nos anos 1970, no governo Alberto Silva, e que na década de 1980, foi estimulado com a criação do Projeto Petrônio Portella. Porém, esse programa editorial da Fundação Cultural Monsenhor Chaves só foi desenvolvido a partir das décadas de 1990 e 2000, com a criação do concurso Literário Novos Autores - Prêmio Cidade de Teresina, e da Lei A. Tito Filho,<sup>518</sup> que oportunizava a publicação de trabalhos inéditos de intelectuais piauienses, entre eles, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Ressaltamos também, a criação da revista, de caráter quadrimestral, *Cadernos de Teresina*, que discutia variados temas, com enfoque voltado principalmente, para as áreas sociais e culturais do Piauí, diferenciando dos periódicos da Fundação CEPRO, de caráter mais econômico. Procuramos compreender outras atividades realizadas pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, objetivando produzir uma imagem oposta às políticas estaduais, pois segundo esta Fundação, as ações editoriais do governo possuíam práticas paternalistas, não atendendo assim, aos interesses da maioria dos escritores.

---

<sup>518</sup> O Projeto Cultural Lei A. Tito Filho (Lei nº 2.194) foi criado em 24 de março de 1993 e consiste na concessão de incentivo fiscal para pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no município de Teresina para realização de projetos culturais. É abrangida nesta Lei as seguintes atividades: música; dança; teatro; cinema, vídeo e fotografia; literatura; editoração e artes gráficas; folclore e artesanato; pesquisa nas áreas especificadas; artes plásticas; acervo e patrimônio histórico, cultural e natural de museus e meio ambiente.

## 5.1 A Fundação CEPRO no desenvolvimento da historiografia piauiense

Interessado em aperfeiçoar o conhecimento da realidade piauiense, o poder executivo do Estado criou uma instituição de caráter técnico-científico, nos termos das leis estaduais de números 3.127, de 6 de dezembro de 1971 e 3.320, de 4 de abril de 1975. Na primeira lei em vigor, a instituição denominava-se Fundação Centro Regional de Produtividade do Piauí, e com a segunda, este nome foi alterado para Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), “com o objetivo [...] de prover o Governo de uma visão cada vez mais científica e mais técnica, das características essenciais da estrutura social e econômica do Piauí.”<sup>519</sup>

Ao realizar estudos e pesquisas nas áreas econômica, social, política, ambiental e histórica da realidade piauiense, a Fundação CEPRO tinha como uma de suas funções, assessorar a Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí - SEPLAN, (antiga Comissão de Desenvolvimento do Estado – CODESE) criada em 1972, que tinha como objetivo analisar as propostas de liberação de recursos para as demais Secretarias do Estado, conceder apoio técnico às pretensões governamentais de pedido de verbas da União, além de coordenar o planejamento estratégico do Estado, elaborar e acompanhar projetos de desenvolvimento socioeconômico, e divulgar informações sobre o sistema produtivo e a realidade social do Piauí.

De acordo com os estatutos do ano de 1987 da Fundação CEPRO, os seus principais objetivos eram: colaborar com a Secretaria de Planejamento na elaboração do Plano de Governo e na sua compatibilização com os Planos regionais e nacionais, elaborar projetos para o desenvolvimento do Piauí, estatísticas estaduais e programas de treinamento de pessoal ligado ao Sistema Estadual de Planejamento, além de promover estudos e pesquisas necessários ao conhecimento da realidade social, econômica e financeira do Estado.<sup>520</sup>

Os resultados dos estudos sobre a realidade socioeconômica do Piauí, efetuados pelos pesquisadores da Fundação CEPRO podem ser analisados, dentre outros periódicos em: *Piauí: visão sumária* (1974/1988), *Carta CEPRO* (1974/...), *Análise Conjuntural da Economia Piauiense* (1977/1983) e *Indicadores Conjunturais da Economia Piauiense*

---

<sup>519</sup> ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1971*. Teresina, 1971. p.18.

<sup>520</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. *Uma proposta para a Fundação CEPRO*. Teresina: Fundação CEPRO, 1987. p.1.

(1983/1987). Além dos relatórios de pesquisa, projetos, programas especiais (Polonordeste e o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado), obras históricas e estatísticas, produzindo um acervo considerável sobre as condições naturais, a economia e sociedade piauienses.

Dos periódicos publicados pela CEPRO, destacamos *Piauí*: visão sumária, uma revista destinada a sistematizar informações sobre o Estado do Piauí, retratando aspectos naturais, estruturais, sócio-econômicos, demográficos, históricos, dentre outros, colocando-os à disposição de investidores, políticos, planejadores, administradores, pesquisadores, professores e estudantes. *Piauí*: visão sumária foi organizada pela geógrafa Maria Florice Raposo Pereira Feitosa, coordenadora do Núcleo de Estudos Espaciais da CEPRO, e “surgiu a partir da rejeição da velha e desbotada desculpa nacional de que não existem informações, lengalenga monocórdica encontrada entre exatamente aqueles que têm obrigação de orientar empresários, homens públicos, técnicos, estudiosos em geral.”<sup>521</sup>

A Fundação CEPRO, também editou, a partir de 1974, a revista *Carta CEPRO*, de publicação quadrimestral, e que circula até os dias atuais.<sup>522</sup> No entanto, entre setembro de 1978 e dezembro de 1979, a revista esteve desativada, voltando a circular no ano de 1980, de forma semestral, com pequena interrupção nos primeiros semestres de 1983, 1984 e 1986, sendo que em 1985 não foi editada de forma alguma.<sup>523</sup> Até os anos 1980, os temas que a revista publicava eram essencialmente econômicos, enfatizando a agricultura, pecuária, babaçu, indústria, a ação do Polonordeste, etc.

A partir de então, os assuntos tratados tornaram-se mais sociais e históricos, com a discussão da migração, do crescimento urbano, do problema alimentar, do ensino supletivo, da população negra piauiense, da participação da mulher no mercado de trabalho, das secas, da estrutura fundiária, do trabalho historiográfico de Odilon Nunes, da pré-história, e outros. Em 1986, a *Carta CEPRO* publicou um número especial, apenas com trabalhos históricos e somente um referente à literatura do Piauí, com artigos denominados: *A imigração dos Tajras para o Piauí*;<sup>524</sup> *Notas sobre a literatura piauiense: primeira república*;<sup>525</sup> *O tenentismo no*

<sup>521</sup> RAMOS, Antônio de Pádua Franco. [Orelha]. In: FEITOSA, Maria Florice Raposo Pereira (Org.). *Piauí: visão sumária*. Teresina: Fundação CEPRO, 1974.

<sup>522</sup> *Carta CEPRO*. Teresina, v. 25, n. 1, p.1-118, jan./jun. 2009.

<sup>523</sup> A periodicidade da revista varia, pois a publicação não circulou nos anos de 1979, 1985, 1989-90, 1992-93, 1996-98, 2004, 2006 e 2008.

<sup>524</sup> TAJRA, Marta Teresa. A imigração dos Tajras para o Piauí. *Carta CEPRO*. Teresina, v. 11, n. 1, p.5-26, jul./dez. 1986.

<sup>525</sup> BORGES, Geraldo Almeida. Notas sobre a literatura piauiense: primeira república. *Carta CEPRO*. Teresina, v. 11, n. 1, p.27-52, jul./dez. 1986.

*poder: a interventoria Landri Sales (1931-1935);*<sup>526</sup> *A luta político-religiosa entre igreja e maçonaria no Piauí: 1902-1914;*<sup>527</sup> e *O Piauí na proclamação da república.*<sup>528</sup>

Diante da variedade de artigos publicados pela *Carta CEPRO*, destacamos apenas um para análise, A proeza de mestre Odilon, do historiador Manuel Domingos Neto. Neste texto, o autor aborda os principais aspectos da obra de Odilon Nunes, como o uso de fontes primárias, destacando assim, elementos novos para a compreensão do processo histórico, na medida em que no Brasil, era comum, de acordo com o autor, a reprodução dos livros publicados, não alterando o pensamento dominante. Por isso, Domingos Neto considerava a atividade de Odilon Nunes uma proeza, pois: “A proeza está no fato de alguém, no Piauí, por vontade, intuição, instinto e com perseverança rara, produzir história baseando-se em documentação original de primeira ordem.”<sup>529</sup>

Outra contribuição de Odilon Nunes, realçada pelo autor, foi a abrangência temática de suas pesquisas, não se tornando especialista de determinado tema e período histórico, trabalhando temas que iam desde a ocupação do território piauiense à cultura, política, administração, até a estrutura econômica dos anos 1980.

Todavia, Domingos Neto caracterizava o estilo de Odilon Nunes como árido e a sua linguagem seca, não agradando assim, a muitos leitores, pois, para Nunes, sua preocupação central era com a empiria e com o uso de cronologia. “Para o leitor que procure sintetizações nos livros de Odilon Nunes, fica difícil encontrar os momentos em que o texto revela o processo de reflexão do autor. Às vezes, os comentários mais ricos, mais profundos, ficam dispersos entre as páginas de copiosas informações e transcrições de documentos.”<sup>530</sup>

Para o autor, estas características de Odilon resultam da falta de formação universitária, daí a carência em suas obras, de definições conceituais e o uso de improvisações metodológicas, que se refletem principalmente, na ausência de avaliação da qualidade das fontes que utilizou. Por acreditar que, para melhor analisar uma obra, é necessário conhecer o contexto e a vida do autor, Domingos Neto destacou os principais aspectos da vida pessoal e pública de Odilon Nunes, concluindo que o fator de contribuição para este historiador escrever sobre a História do Piauí foi:

<sup>526</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. O tenentismo no poder: a interventoria Landri Sales (1931-1935). *Carta CEPRO*. Teresina, v. 11, n.1, p.53-86, jul./dez. 1986.

<sup>527</sup> SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. A luta político-religiosa entre Igreja e Maçonaria no Piauí (1902-1914). *Carta CEPRO*. Teresina, v. 11, n.1, p.87-114, jul./dez. 1986.

<sup>528</sup> MACAMBIRA, Dalton Melo. O Piauí na proclamação da república. *Carta CEPRO*. Teresina, v. 11, n.1, p. 115, jul./dez. 1986.

<sup>529</sup> DOMINGOS NETO, 1984, p. 62.

<sup>530</sup> DOMINGOS NETO, 1984, p. 62-63.

[...] um profundo sentimento de amor a seu povo e sua terra. Este sentimento motivou-lhe a sensação de, escrevendo sobre o Piauí, estar prestando um serviço a sua gente. Encarou a tarefa de recuperação do passado na perspectiva de captar a essência e o sentido de uma sociedade. Quis provocar nos piauienses a consciência de si mesmos.<sup>531</sup>

Dentre os historiadores que tiveram artigos publicados nesta revista, no recorte pesquisado, podemos citar: Manuel Domingos Neto, Geraldo Almeida Borges e Francisco Alcides do Nascimento. E entre os estagiários da Universidade Federal do Piauí, destacamos: Paulo Gutemberg de Carvalho Souza, Dalton Melo Macambira e Solimar Oliveira Lima. De todas as revistas da instituição referida, somente a *Carta CEPRO* conseguiu propagar-se durante as décadas de 1990 e 2000, sendo um importante meio de divulgação da vida econômico-social do Piauí.

A revista *Análise Conjuntural da Economia Piauiense*, resultou de um convênio entre a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujo objetivo era diagnosticar a situação econômica do Estado, através da análise do desempenho de sua economia, com base em variáveis macroeconômicas, abordando os setores agropecuário, industrial e de serviços. Após fevereiro de 1983, esta revista teve seu nome alterado para *Indicadores Conjunturais da Economia Piauiense*, tratando de temas relacionados à agropecuária, indústria, indicadores de produção e consumo, de mão-de-obra e emprego, de comércio e serviços fiscais e financeiros, de preços e salários.

Apesar dessa importante iniciativa, os intelectuais da Fundação CEPRO encontravam muitas dificuldades em coletar dados históricos relevantes para suas pesquisas, devido principalmente, às precárias condições de conservação das fontes hemerográficas existentes no Arquivo Público do Piauí, e a pouca existência de memórias e autobiografias.<sup>532</sup> Diante dessa situação, os historiadores Manoel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges, passaram a coordenar, no segundo semestre de 1979, junto à Fundação CEPRO, o Núcleo de História Oral, considerado a primeira iniciativa em nível local a utilizar a história oral como metodologia de pesquisa histórica.<sup>533</sup> De acordo com Francisco Alcides do Nascimento, este “programa tinha a pretensão de produzir deliberadamente documentos de história oral que

<sup>531</sup> DOMINGOS NETO, 1984, p. 66.

<sup>532</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História Oral: experiências na construção de fontes orais. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *História e Historiografia*. Recife: Bagaço, 2006. p. 121.

<sup>533</sup> No Brasil, o emprego de forma institucionalizada da técnica da história oral ocorreu a partir de 1975, com programas de entrevistas realizados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas.



permitissem recuperar aquilo que não tivesse sido encontrado em documentos de outra natureza”.<sup>534</sup>

No entanto, os idealizadores e pesquisadores do Núcleo de História Oral (NHO), segundo Francisco Alcides do Nascimento, não procuraram fazer uma discussão teórico-metodológica sobre o que seria e como deveria ser utilizada a História Oral, em razão de uma maior preocupação em produzir os roteiros e as entrevistas. De acordo com o regimento do NHO, a História Oral era considerada uma técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. Os pesquisadores deste Núcleo delimitaram o recorte temporal das entrevistas, a partir da República Velha (1889-1930). Quanto aos temas, o interesse foi por conteúdos variados, abrangendo as áreas de História Política, Cultural, Urbana, Econômica e Social, pois os entrevistados selecionados estavam aptos a falar sobre mais de uma dessas áreas.

Os entrevistados eram provenientes de diferentes classes sociais, isto é, faziam parte tanto da elite, quanto das camadas populares que se destacaram no meio político-cultural piauiense, e que não tinham a oportunidade de expressar suas experiências pessoais.<sup>535</sup> O modelo de entrevista utilizado pelos pesquisadores do NHO foi a trajetória de vida, mesclado com a entrevista temática. No final da década de 1980, esses pesquisadores iniciaram o projeto História do Rádio no Piauí, um trabalho de cunho mais cultural, que objetivava a realização de entrevistas com pessoas que haviam trabalhado nas emissoras de rádio em Teresina.<sup>536</sup>

Ao longo de sua trajetória, o NHO teve como coordenadores: Manoel Domingos Neto, Marta Teresa Tajra e Francisco Alcides do Nascimento. Além destes, o Núcleo contou em seu quadro com estagiários que, na época, estavam em processo de graduação, como Paulo Gutemberg de Carvalho Souza, Dalton Melo Macambira, João Kennedy Eugênio, Maryneves Saraiva de Arêa Leão e Shara Jane de Holanda Costa Adad. Segundo Francisco Alcides do Nascimento, foi nesse núcleo que eles se envolveram “em trabalhos de pesquisa, uma vez que

---

<sup>534</sup> NASCIMENTO, 2006, p. 121.

<sup>535</sup> De acordo com Francisco Alcides do Nascimento foram colhidas no NHO da CEPRO, as entrevistas de Pedro de Almendra Freitas, José da Rocha Furtado, João Clímaco de Almeida, Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, Clidenor de Freitas Santos, Cândido de Almeida Ataíde, Arimathéia Tito Filho, Moacir Ribeiro Madeira Campos, Francisco Cunha e Silva, Luiz Carlos Prestes, Antônio Vieira Sales, Francisco Félix Lopes de Barros, Odonel Leão Marinho, Ariosvaldo Marinho, Francisco Peixoto da Mota, Samuel Dourado Guerra, Josias Clarence Carneiro da Silva, Elvira Raulino, Dídimo de Castro, Cláudio Pacheco Brazil, José Eduardo Pereira, Maria da Penha Fonte Silva e Eli Bezerra.

<sup>536</sup> Devido a dificuldades de ordem financeira e administrativa, o referido projeto foi suspenso. Anos mais tarde, foi criado projeto semelhante na Universidade Federal do Piauí, no ano de 2001, pelo historiador Francisco Alcides do Nascimento, o qual ampliou o foco de trabalho para a cidade de Parnaíba, local onde foi instalada a primeira emissora de rádio no Piauí: a Rádio Educadora de Parnaíba.

na universidade, na área das Humanas, o ensino era realizado de forma livresca. Ali os alunos-estagiários tiveram os primeiros contatos com a pesquisa realizada em arquivos.”<sup>537</sup> Para o historiador Fonseca Neto, a Fundação CEPRO foi o núcleo de formação e aperfeiçoamento dos futuros professores do Departamento de Economia e de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí.

Sobre a construção e a manutenção de uma memória coletiva, Le Goff afirmou que esta prática faz parte das grandes questões da sociedade moderna, por ser um elemento essencial da consolidação da identidade individual e/ou coletiva, daí ser tão discutida e analisada pelos intelectuais.

Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte [...] das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. [...] A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.<sup>538</sup>

Dentre seus objetivos, o Núcleo de História Oral previa a publicação de algumas das entrevistas orais. Porém, isso nunca foi realizado, apesar do pedido de apoio ao Ministério da Cultura e ao poder público do Estado, os quais o negaram sob a justificativa da falta de recursos para tal fim. Segundo Francisco Alcides do Nascimento:

Algumas entrevistas chegaram a ser formatadas [num total de doze] para a publicação, todavia desencontros, interesses políticos contrariados e o provincianismo de alguns integrantes da elite política local impediram, por exemplo, a publicação da entrevista com o coronel Pedro de Almendra Freitas, e a argumentação central foi a de que, por ocasião da entrevista, o entrevistado já estava doente e havia falado coisas que não deveriam ser publicadas. Mas existiam outros elementos menos visíveis, como a indefinição entre o público e o privado que também dificultaram a publicação.<sup>539</sup>

Apesar da importância social e histórica do NHO, este, foi extinto nos meados da década de 1990 da estrutura organizacional da Fundação CEPRO, sendo seu acervo de entrevistas transferido para o Arquivo Público do Piauí. Sobre este episódio, Francisco

<sup>537</sup> NASCIMENTO, 2006, p. 133.

<sup>538</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas/ São Paulo: UNICAMP, 2003. p. 469.

<sup>539</sup> NASCIMENTO, 2006, p.135-136.

Alcides Nascimento lembra que “Naquele momento, a Fundação CEPRO já vivia imersa em dificuldades de toda ordem. Os governantes piauienses haviam transformado a única instituição de pesquisas do Estado em ‘cabide de emprego’, ‘expulsando’ dali os técnicos comprometidos com a pesquisa.”<sup>540</sup>

Além da criação de revistas e do NHO, os pesquisadores da Fundação CEPRO, também, engajaram-se na produção e edição de obras sobre o Estado do Piauí, centradas preferencialmente, nos aspectos sócio-econômicos, como: *Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento* (1979);<sup>541</sup> *Seca seculorum* (1983)<sup>542</sup> e *Cronologia do Piauí Republicano*.<sup>543</sup> Outro estudo publicado pela CEPRO foi *Indicações bibliográficas sobre o Estado do Piauí: selecionadas e comentadas*,<sup>544</sup> do historiador Manuel Domingos Neto. De caráter pioneiro no Estado, a publicação objetivava apresentar ao leitor as principais obras que tratam da evolução histórica e social piauiense.

A intenção primeira foi facilitar a orientação daqueles que não dispõem de tempo para pesquisas bibliográficas exaustivas e desejam ter em mãos, indicações de fontes de informações significativas e precisas. Sua validade não está somente na criteriosa pesquisa bibliográfica, como também nos comentários, em linguagem acessível ao leitor, remetendo-o ao acervo e assumindo posições a respeito de obras e autores, muitos já mitificados, as quais a desinformação generalizada imputou todos os méritos ou todas as culpas.<sup>545</sup>

O estudo de Manuel Domingos Neto diagnostica a pequena produção bibliográfica existente sobre o Estado, bem como, as dificuldades de fazer uma análise historiográfica, tendo em vista o estado de desorganização e os desvios das fontes escritas, motivo, segundo Domingos Neto, de muitas obras não constarem na seleção, como a *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*,<sup>546</sup> de José Martins Pereira de Alencastre.

Visando facilitar a consulta do público leitor, as *Indicações bibliográficas sobre o Estado do Piauí* foi dividida em seis partes: Colonização; História Geral; Sociedade e

<sup>540</sup> NASCIMENTO, 2006, p 127.

<sup>541</sup> MARTINS, Agenor de Sousa. et al. *Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

<sup>542</sup> DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

<sup>543</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do; BORGES, Geraldo Almeida. (Orgs.). *Cronologia do Piauí Republicano* (1889-1930). Teresina: Fundação CEPRO, 1988.

<sup>544</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. *Indicações bibliográficas sobre o Estado do Piauí: selecionadas e comentadas*. Teresina: Fundação CEPRO, 1978.

<sup>545</sup> FORTES, Antônio Cezar Cruz. Apresentação. In: DOMINGOS NETO, 1978. p.1.

<sup>546</sup> ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.

Cultura; Condições Naturais; Economia e Desenvolvimento; e Diagnósticos. Em relação às obras de História Geral elas abordam, sobretudo, a evolução histórica do Piauí a partir do início do século XIX, fase que em que é definido o processo de implantação da estrutura sócio-econômica piauiense. Sobre esses livros de história, o autor afirmou que:

A produção historiográfica sobre o Piauí ainda se mantêm, fundamentalmente, de caráter meramente descritivo. O lado analítico dos estudos históricos está em evidente desproporção com as informações historiográficas já disponíveis. A razão pela qual inserimos alguns textos de caráter mais documental sobre determinados assuntos é devido ao fato destes mesmos assuntos permanecerem quase à margem da produção bibliográfica e, portanto, a leitura dos documentos é fundamental para o seu conhecimento.<sup>547</sup>

A publicação de maior destaque na área de história, produzida pela Fundação CEPRO foi: *Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento*, cuja equipe técnica de elaboração da obra foi formada por: Almir Bittencourt da Silva, Antônio César Cruz Fortes, Antônio José Castelo Branco Medeiros, Felipe Mendes de Oliveira, Jonas Rocha, José Fonseca Ferreira Neto e Manuel Domingos Neto. Na época de sua publicação (1979), a obra foi mimeografada, realizando tiragem de cem exemplares, cujo objetivo era estimular o debate e a reflexão sobre os principais problemas socioeconômicos do Estado do Piauí, dentre eles, o atraso econômico em relação às regiões do centro-sul do país. Contando com o apoio financeiro da Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (SAREM) e da SUDENE, a obra tinha como finalidade principal:

[...] verificar as transformações e contradições de natureza endógena que se processam na área de pecuária extensiva do Nordeste brasileiro, partindo do suposto de que o conjunto de fatores que determinaram a evolução de estado do Piauí, como área periférica ao centro nacional dominante, está intimamente relacionado com o processo histórico de colonização desta região e, em particular, com o processo de estruturação de sua base econômica e com as relações sociais e políticas que o acompanham. Para não se tornar um trabalho incompleto, o estudo aqui empreendido realiza também um esforço para situar a economia piauiense na divisão regional do trabalho [...]. Enfim, este trabalho tenta fornecer uma visão global dos processos econômicos, políticos e sociais que se efetuam no Piauí e analisa, em particular, o papel da intervenção governamental neste Estado e seus resultados em termos de transformações estruturais.<sup>548</sup>

<sup>547</sup> DOMINGOS NETO, 1978. p. 5.

<sup>548</sup> MARTINS, 2003, p.13.

A ideia de elaborar o trabalho surgiu da necessidade de realizar uma avaliação crítica da situação econômico-social do Piauí, desde que a maioria dos estudos sobre o problema das desigualdades regionais do Brasil, de acordo com os autores, associa o atraso econômico do Nordeste ao fenômeno de transferência do polo exportador que girava em torno da cana-de-açúcar, para o do café na região centro-sul do país. Os autores da obra acreditavam que esta tendência à generalização dificultava a compreensão da realidade econômico-social piauiense, na medida em que as características locais se “definiram dentro de um quadro histórico estrutural específico de pouca ou nenhuma articulação com aquela base dinâmica de referência regional, pelo menos nas épocas em que esta região monopolizava as exportações nacionais.”<sup>549</sup>

Visando contribuir para uma melhor reflexão, sobre as possibilidades de desenvolvimento do Piauí, o livro foi dividido em três partes: Processo evolutivo do Piauí; Análise estrutural do Piauí; e Aspectos do desenvolvimento estadual e análise das ações governamentais. Na primeira, os autores analisam os aspectos físicos da colonização, a implantação da estrutura de produção pecuária, a formação sócio-político-administrativa do Estado a partir de 1660 a 1780. Discutem, também, os desdobramentos da economia no decorrer do século XIX e primeira metade do século XX, caracterizando os diversos subsetores da economia piauiense, como a pecuária extensiva, a agricultura de subsistência, o extrativismo, o comércio e a rudimentar indústria de transformação. Além das mudanças ocorridas com a abertura do mercado internacional, as características da sociedade local, a consolidação do poder oligárquico, dando uma atenção especial às intervenções do governo nacional na política piauiense.

A segunda parte apresenta a situação sócio-econômica do Estado a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a 1970, enfatizando o comércio e a indústria, as estruturas agrária e social, o aprofundamento da dependência econômica do Estado e o papel das transferências federais no processo de marginalização piauiense em relação ao cenário nacional.

A terceira parte do livro aborda a má distribuição da renda interna, dando ênfase às condições de vida da população, e às propostas de desenvolvimento elaboradas pelo Estado. Por último, os autores fazem uma avaliação crítica destas propostas, tendo em vista os mecanismos geradores da marginalização e da realidade que estas medidas visavam transformar.

---

<sup>549</sup> MARTINS, 2003, p.13.

Em 1983, a Fundação CEPRO traz à sociedade piauiense mais uma obra historiográfica, *Seca seculorum*: flagelo e mito na economia rural piauiense, dos historiadores Manuel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges. Resultado de três anos de estudos em fontes primárias e secundárias, o livro, dividido em sete capítulos, tem como objetivo analisar as características do complexo fenômeno da seca no Piauí. Segundo Antônio Adala Carnib, apresentador da obra e superintendente da Fundação CEPRO, na década de 1980:

O grande mérito deste trabalho reside no fato de não se conformar com as explicações até agora dadas acerca do fenômeno. E, o que é mais importante, demonstrar que é possível modificar sensivelmente o quadro de amarguras em que vive o nosso homem do campo, a partir da aplicação de medidas substantivas e não assistencialistas, que possam atender as aspirações e interesses das populações diretamente atingidas.<sup>550</sup>

Para os autores, o entendimento do que seria “seca” era bem mais amplo e complexo, do que a inexistência de chuvas na região, haja vista que a compreendiam como um fenômeno socioeconômico e político. E para eles, estudar o tema no Piauí, significava descortinar o papel histórico desempenhado por esse Estado nas diversas crises nordestinas, que até então, era desconhecido por muitos intelectuais, engenheiros e políticos, devido ao drama da seca piauiense, quase não ser registrado na vasta literatura sobre o tema.

Além dos tradicionais documentos bibliográficos, hemerográficos e dos oficiais (relatórios, cartas, memorandos, mensagens governamentais e registros das comissões de socorro), a experiência do NHO, da Fundação CEPRO possibilitou a esses pesquisadores a utilização de entrevistas no processo de confecção da obra, uma das pioneiras a usar a técnica da história oral.

Procuraram também, “na medida do possível, oferecer um texto capaz de encontrar leitores além do estreito círculo de especialistas.”<sup>551</sup> Daí, o emprego de uma linguagem simples e acessível à maioria a população local. Deixando claro que:

Este não é um estudo ‘neuro’. [Pois] Tomamos partido, intencionalmente. Atendemos, mais que às convicções teóricas, às emoções vividas nos longos contatos durante a pesquisa de campo com as vítimas da ‘seca’. Nossa posição está bem distante da dos paladinos da ‘neutralidade técnico-científica’.<sup>552</sup>

<sup>550</sup> CARNIB, Antônio Adala. Apresentação. In: DOMINGOS NETO; BORGES, 1983, p.14.

<sup>551</sup> CARNIB, 1983, p.26.

<sup>552</sup> CARNIB, 1983, p.26.

Outro trabalho produzido pela Fundação CEPRO foi a obra *Cronologia do Piauí republicano*, coordenada pelos historiadores Francisco Alcides do Nascimento e Geraldo Almeida Borges. Neste estudo, há semelhanças em sua organização cronológica, com a *Cronologia histórica do Piauí desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*, do historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa; e também com *Governos do Piauí: capitania, província e estado*, de Arimathéia Tito Filho. Sobre o livro editado pela CEPRO, Manuel Domingos Neto acreditava que:

[...] este volume representa uma significativa contribuição à preservação da memória local. Um repertório substancial de informações fundamentais, coletado com todo o critério em fontes primárias e secundárias, constitui um apoio seguro e de fácil consulta a quantos necessitem de material para analisar o processo de evolução histórica do Piauí.<sup>553</sup>

A *Cronologia do Piauí republicano* é dividida em quatro tópicos: política; administração; economia e finanças; cultura e educação, apresentando-se aos leitores como um manual de consultas sobre a da Primeira República no Piauí, de fácil manuseio. Para os autores, esta obra é:

[...] um livro de consultas, sem nenhuma pretensão de análise. No entanto, levanta, em voo rasante, um panorama político-cultural de uma determinada época, esboçando os contornos de uma tendência histórica. Com a vantagem de deixar, nas entrelinhas de suas informações, filigranas do discurso ideológico oficial. [...] Não há dúvida de que a *Cronologia do Piauí republicano* preencherá um grande vazio em termos de informações organizadas no que corresponde ao período da Primeira República. [...] O público interessado tem ao seu alcance uma obra que pode não ser a melhor; mas, no momento, é a única que existe na praça.<sup>554</sup>

A *Cronologia do Piauí republicano* atendia às propostas do Núcleo de História Oral, no que se refere à formação de um banco de dados, para orientação de questionários que iriam servir de roteiros para as entrevistas, isto é, de um conhecimento minucioso do período histórico vivido pelos entrevistados selecionados. A intenção da obra era também, a de estimular a elaboração de mais três outras cronologias, tratando do período Pós-Revolução e Estado Novo (1930-1945), da Normalidade Constitucional (1945-1964) e da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

<sup>553</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. Apresentação. In: NASCIMENTO; BORGES, 1988, p. 11.

<sup>554</sup> BORGES, Geraldo; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Uma pesquisa inédita. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n. 4, p. 49-50, abr. 1988.

Concluímos que a Fundação CEPRO trouxe, no período em análise, importantes contribuições culturais para a sociedade piauiense, reunindo esforços para colaborar com o planejamento do Estado, bem como, para a realização de pesquisas úteis à história e à economia piauiense, como a publicação de periódicos e das obras histórico-sociais, ampliando assim, a produção historiográfica piauiense dos anos 1970 e 1980, além da iniciativa pioneira de criação do Núcleo de História Oral no Piauí.<sup>555</sup>

## 5.2 A Fundação Cultural Monsenhor Chaves e a escrita histórica do Piauí

Em paralelo às atividades da Academia Piauiense de Letras, do Conselho Estadual de Cultura, da Fundação CEPRO e do Projeto Petrônio Portella, foi criada em 26 de fevereiro de 1986, pela Lei Municipal nº 1.842, assinada pelo prefeito Raimundo Wall Ferraz<sup>556</sup> (1986-1989), a Fundação Cultural Monsenhor Chaves,<sup>557</sup> assim denominada, em homenagem ao padre-historiador, Joaquim Raimundo Ferreira Chaves.

Em relação à escolha do nome, Noé Mendes considerava que: “A homenagem é justa. Apesar de o padre Chaves não ser de Teresina, é uma pessoa que faz parte da vida da cidade e foi a primeira a se interessar e a registrar em livros sua história.”<sup>558</sup> Esta homenagem, por sua vez, tomou de surpresa Monsenhor Chaves, que afirmou não esperar que suas atividades históricas fossem, assim, reconhecidas pela sociedade local:

---

<sup>555</sup>Atualmente a Fundação CEPRO, atrelada à Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) dispõe de uma biblioteca (Biblioteca Pádua Ramos) que possibilita ao público consultar suas revistas, obras, relatórios de pesquisa e os diversos livros e mensagens governamentais existentes sob sua responsabilidade.

<sup>556</sup>Raimundo Wall Ferraz nasceu em Teresina (PI), a 14.03.1932, e faleceu em São Paulo (SP), a 22.03.1995. Formado em Direito, História e Geografia. Ocupou diversos cargos públicos tais como: vereador, vice-prefeito e prefeito de Teresina, professor da Universidade Federal do Piauí, deputado federal, promotor público, procurador do Estado, chefe da Casa Civil e Secretário de Educação do Estado do Piauí. Pertenceu ao Conselho Estadual de Educação. Obras: *A Igreja e a formação capitalista; O deputado e a cidade e 45 anos depois: tudo que vi, li e ouvi.*

<sup>557</sup>A Fundação Cultural Monsenhor Chaves assessora a administração pública municipal na formulação das diretrizes da política cultural. Atualmente trabalha nos segmentos das artes cênicas, artes plásticas, literatura, música, folclore e cultura popular, patrimônio natural, histórico e artístico. Mantém ainda espaços culturais: Casa da Cultura, Teatro do Boi, Teatro de Arena, Teatro Municipal João Paulo II, Espaço Cultural Trilhos, Escola de Danças Folclóricas, sete bibliotecas públicas, além de 19 bandas-escolas, a Banda 16 de Agosto, a Orquestra Sinfônica de Teresina e o Balé da Cidade de Teresina.

<sup>558</sup>ENTREVISTA Noé Mendes. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 1, n. 1, p. 70, abr. 1987.



Eu fui surpreendido com isso. Nunca me passou pela cabeça qualquer tipo de homenagem. Como ocorreu? Um dia eu recebo a visita de um secretário do doutor Wall Ferraz, que mandou me perguntar se eu aceitaria que ele pusesse meu nome na Fundação Cultural da Prefeitura. E eu perguntei por quê? Ele respondeu que eu tinha escrito muita coisa sobre Teresina e era preciso que fosse reconhecido. Eu contraargumentei que havia tanto teresinense que podia ser promovido com essa homenagem. Eu tive que aceitar. Só que eu não teria nenhum compromisso com a Fundação, apenas o meu nome seria colocado nela, como de fato foi. [...] Eu não vejo nada que possa merecer isso. É muito grande a homenagem. Não é uma estátua, é uma coisa cultural, muito mais séria.<sup>559</sup>

A criação dessa Fundação vinha sendo, há muito tempo, reivindicada na imprensa de Teresina por diversos intelectuais que lutavam pela organização de uma instituição cultural municipal na capital piauiense. Depois de oficializada, a presidência da Fundação foi exercida pela senhora Eugênia Maria Parentes Fortes Ferraz, esposa do prefeito Raimundo Wall Ferraz, e o cargo de superintendente foi exercido pelo professor Noé Mendes de Oliveira,<sup>560</sup> que integrava, juntamente com Raimundo Wall Ferraz, o quadro docente do Departamento de Geografia e História da UFPI. De acordo com Eugênia Ferraz:

A ideia de criar uma fundação cultural no município surgiu quando estive em Brasília – o Wall era deputado federal e eu trabalhava com ele na Câmara. Em conversas com mulheres de deputados de outros estados, que também eram atuantes e trabalhavam com os maridos nos gabinetes, cheguei à conclusão de que havia essa falha em Teresina. A cidade necessitava de um órgão que fizesse cultura, que trabalhasse com o povo, que resgatasse a memória da cidade, que publicasse livros, enfim, todo esse complexo que é fazer cultura em um estado pobre como o Piauí. Essa idéia ficou na minha cabeça. Quando o Wall se elegeu prefeito, ela tomou corpo. Ele gostou da idéia e partimos para formar um quadro básico de funcionários para começarmos esse trabalho. O professor Noé Mendes, a professora Aldenora Mesquita e eu começamos a discutir como agiríamos para criar essa Fundação. Ela começou devagar, conquistando aos poucos a confiança e a simpatia de toda a classe ligada a área cultural da cidade, e daí a implantarmos essa Fundação foi um passo. Ousado, mas firme. A prova está aí no sucesso dos eventos e no trabalho sério, respeitado por toda a cidade.<sup>561</sup>

Ainda, segundo Eugênia Ferraz, o sucesso que a Fundação Cultural Monsenhor Chaves conquistou no meio teresinense foi devido, principalmente, à participação de Noé Mendes na

<sup>559</sup> ENTREVISTA Monsenhor Chaves. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 10, n.27, p. 31, dez. 1997.

<sup>560</sup> Noé Mendes de Oliveira nasceu em Simplício Mendes (PI), 17.01.1940, e faleceu em Teresina (PI), 21.10.1990. Formado em Filosofia e em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma e em Direito pela UFPI. Foi professor da UFPI, folclorista, vereador de Teresina, presidente da Fundação Cultural Monsenhor Chaves e da Casa Anísio Brito. Pertenceu à União Brasileira dos Escritores - PI. Obras: *Folclore piauiense*; e *Folclore brasileiro: Piauí*; e *Arte rupestre do Piauí*.

<sup>561</sup> ENTREVISTA com Eugênia Ferraz. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 10, n.24, p.71, dez. 1996.

elaboração do organograma e dos trabalhos culturais dessa instituição, haja vista sua experiência com assuntos voltados para a cultura, e em especial, para o folclore piauiense. Além disso, ele era “um elo entre as pessoas ligadas a área da cultura, da literatura, das artes plásticas, do folclore. [que possuía] uma ligação permanente com [os grupos folclóricos], [...] ajudando a organizar festivais e outros eventos.”<sup>562</sup>

Esta instituição era diferente, porque havia mais independência de ação e maior flexibilidade financeira em relação às outras entidades culturais, que foram abordadas neste estudo, nas quais existiam medidas restritivas e opiniões discordantes entre governos e instituições culturais, situação que começou a mudar, a partir de 1985, em consequência do processo de redemocratização do Brasil.

Para Wall Ferraz, criar uma Fundação<sup>563</sup> era mais válido do que a criação de uma Secretaria Municipal de Cultura, pois aquela era mais flexível e se estruturava sem os trâmites burocráticos que dificultam qualquer ação cultural, além de ser um espaço mais democrático para todos que queriam expandir a cultura. Sobre as finanças da Fundação, Eugênia Ferraz afirmou, durante entrevista em 1996, que “A dotação era pequena, mas [quando] extrapolasse a dotação, imediatamente era suprimida porque [Wall Ferraz] tinha o mais absoluto interesse em que a Fundação exercesse um papel fundamental no desempenho dos trabalhos da cultura em Teresina.”<sup>564</sup>



<sup>562</sup> ENTREVISTA, 1996, p.71-72.

<sup>563</sup> A sede da Fundação Cultural Monsenhor Chaves está localizada na antiga residência do historiador Anísio Brito, possuindo por isso, não apenas um valor arquitetônico em si, pelo seu estilo eclético, mas um inestimável valor histórico.

<sup>564</sup> ENTREVISTA, 1996, p. 72.

Fotografia 07: Sede da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, localizada na Rua Eliseu Martins, n.1426, Centro de Teresina.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Além dos recursos que recebia da Prefeitura de Teresina, a Fundação contava, através de convênios, com o apoio de outras instituições, como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), o Instituto de Informática (INF), o Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEM) e a UFPI. Havia também, outros tipos de apoio, que não partiam apenas de instituições político- culturais, mas de empresas que contribuía para a realização de eventos culturais, como a Varig, Antarctica, Coca-cola, Supermercados Raul Lopes e Tataia, Software, Árvore propaganda, Boutique Madona, Plug, Luxor Hotel e Servi-san, cuja doação, era descontada no Imposto de Renda, de acordo com os dispositivos da Lei Sarney.<sup>565</sup>

No ano seguinte ao de sua criação, a Fundação Cultural Monsenhor Chaves já publicava revista de caráter quadrimestral, *Cadernos de Teresina* (1987), com o objetivo de divulgar e aprofundar temas relacionados à cultura piauiense, destacadamente, a história e a literatura. Sobre essa revista, a jornalista Ana Regina Rego considera que:

[...] os *Cadernos* destacam-se no cenário jornalístico e cultural do Piauí, como um dos poucos veículos a publicizar aspectos importantes da cultura local. Firma-se, portanto, uma publicação que traz para o presente resquício de um passado, aliados a um fazer cultural do presente, proporcionando visão sistêmica de aspectos culturais que se firmaram no discurso da identidade piauiense e que participam do imaginário simbólico do povo. Além disso, trás temas que, mesmo fora desse universo comum de compartilhamento de conhecimentos, também são tratados com o fim de permitir reflexão acerca das temáticas menos discutidas na agenda cultural do público e da mídia. [...] Dentre as matérias sobre história, vale ressaltar que o Piauí é o lugar mais visitado, o que revela um movimento de retorno às origens, com vistas à legitimação de um processo identitário [...]. Logo, no tocante a seu conteúdo, a publicação em pauta [...] apresenta abertura para a difusão de aspectos tanto da cultura popular como da cultura erudita, embora a tiragem reduzida e a distribuição restrita a formadores de opinião e à classe artística dificulte o acesso ao grande público, muito mais influenciado pela cultura de massa [...].<sup>566</sup>

<sup>565</sup> FUNDAÇÃO Cultural Monsenhor Chaves: de onde vêm os recursos? *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 1, n. 2, p. 36, ago. 1987.

<sup>566</sup> LEAL, Ana Regina Barros Rego. *Cadernos de Teresina*: veículo de difusão da cultura piauiense. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 22, n. 39, p. 90/94, abr. 2008.

De todas as publicações periódicas que abrangeram este recorte de estudo (1950-1980), essa revista foi a única no Piauí a ser publicada com regularidade, isto é, quadrimestralmente. O seu primeiro número, lançado no dia 14 de abril de 1987, em Teresina, e posteriormente, nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Belém (PA), foi uma edição em homenagem ao poeta piauiense Mário Faustino,<sup>567</sup> e marca o primeiro ano de atividades da Fundação. De acordo com a presidente Eugênia Ferraz, “O nº 1 dos Cadernos de Teresina inicia com uma edição comemorativa da Semana Mário Faustino, ocorrida de 4 a 11 de novembro passado. [E devido] a presença de conferencistas de renome [...] tivemos a oportunidade de fazer reviver em nosso meio a figura [...] de Mário Faustino.”<sup>568</sup> Além dos textos referentes ao poeta, a revista era composta por um espaço para entrevista (a primeira fora realizada com Noé Mendes); e agenda cultural, abordando as ações empreendidas nos vários setores culturais da capital.

Em seu segundo número, em agosto de 1987, o enfoque era a história, homenageando a capital do Piauí nos seus 135 anos, destacando estudos e documentos sobre a criação oficial da cidade, em 16 de agosto de 1852, pelo presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva, além de reflexões sobre os problemas que afetavam Teresina, como a preservação de seu patrimônio ambiental, e ainda, entrevista com o prefeito Raimundo Wall Ferraz.

O quinto número, datado de agosto de 1988, também aborda o aniversário da cidade de Teresina, com ênfase em seus aspectos históricos, isto é, em documentos e artigos sobre a fundação da cidade, que valorizam as ações dos índios, dos jesuítas, dos colonizadores e dos vaqueiros no início da ocupação do território piauiense, além do papel do escravo na construção da nova capital do Piauí, como mostram os artigos do Pe. e historiador Cláudio Melo<sup>569</sup> e de Alcebíades Costa Filho.<sup>570</sup>

O tema da escravidão foi recorrente na revista *Cadernos de Teresina* em 1988, ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil. Dessa forma, o artigo dos historiadores Alcebíades Costa Filho e Teresinha Cortez, *As fontes sobre a escravidão no Piauí*, foi bastante

---

<sup>567</sup> Mario Faustino dos Santos e Silva nasceu em Teresina (PI), em 22.10.1930, e faleceu em Lima (Peru), a 27.11.1962. Atuou como jornalista, tradutor, crítico literário, poeta, advogado e professor. Foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Escritores do Pará, trabalhou nos Estados Unidos em vários jornais e na Organização das Nações Unidas (ONU). Principal obra: *O homem e a sua hora* (1955).

<sup>568</sup> FERRAZ, Eugênia Maria Parentes Fortes. Apresentação. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 1, n. 1, p.1, abr. 1987.

<sup>569</sup> MELO, Cláudio. Teresina nos albores de sua história. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n. 5, ago. 1988.

<sup>570</sup> COSTA FILHO, Alcebíades. O trabalho escravo na construção de Teresina. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n. 5, ago. 1988.

relevante para refletir como a historiografia local discutia o tema, e quem eram os historiadores que davam visibilidade a esses sujeitos históricos.

Paralelo aos artigos históricos e literários, a revista concedia espaço para divulgações culturais importantes, como a realização, em 1988, do concurso monográfico: A mulher e a escravidão no Piauí, cuja comissão julgadora era formada por integrantes do Conselho Municipal do Direito da Mulher de Teresina (idealizador do concurso) e do Arquivo Público do Piauí, que concederia prêmio estipulado no valor de 530 OTN<sup>571</sup> à monografia classificada em primeiro lugar. Além do prêmio em dinheiro, as instituições promotoras publicariam os textos dos três primeiros classificados, sob a forma de livro, revista ou em coletânea, cuja entrega seria realizada no dia de 8 de março de 1989, dia Internacional da Mulher. O objetivo do concurso era:

[...] resgatar a participação da mulher enquanto agente da história, se possível, evidenciando nomes e dados biográficos. Os trabalhos [deveriam] ser inéditos e versarem sobre as lutas e formas de resistência da mulher contra a escravidão, tais como: aborto, infanticídio, suicídio, fugas, quilombos, revoltas, biografias de mulheres participantes do movimento abolicionista, denúncias, mão-de-obra feminina, ascensão da mulher e outras formas de resistência ou lutas.<sup>572</sup>

A revista *Cadernos de Teresina*, que circulou em dezembro de 1988, também trouxe para o público leitor, estudos dos historiadores Francisco Alcides Nascimento, sobre o movimento da Aliança Nacional Libertadora no Piauí,<sup>573</sup> e de Miridan Britto Knox, enfocando suas lembranças pessoais e sentimentais em torno da cidade de Teresina.<sup>574</sup>

Em 1989, o tema histórico escolhido para debate foi a República brasileira, devido ao centenário de sua proclamação, como mostra o artigo de Alcebíades Costa Filho, O Movimento Republicano no Piauí (1824-1889),<sup>575</sup> no qual aborda a Confederação do Equador (1824), movimento que antecedeu a adesão ao regime republicano no Brasil, o papel do jornalista piauiense David Moreira Caldas na propagação da República, e a criação do jornal *Amigo do Povo* que, em 1873, passa a denominar-se *Oitenta e Nove*. O autor analisa,

<sup>571</sup> Ordem do Tesouro Nacional (OTN) era um índice de atualização adotado para demonstrativos financeiros do ano de 1989.

<sup>572</sup> CONCURSO A mulher e a escravidão no Piauí. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n.6, dez. de 1988. p.53.

<sup>573</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A Aliança Nacional Libertadora no Piauí. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n.6, dez. de 1988.

<sup>574</sup> KNOX, Miridan Britto. Teresina... rabiscos histórico-sentimentais. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n.6, dez. de 1988.

<sup>575</sup> COSTA FILHO, Alcebíades. O movimento republicano no Piauí: 1824-1889. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 3, n. 7, abr. 1989.

também, a criação de outros jornais e de clubes republicanos no Piauí, bem como os interesses divergentes dos Partidos Liberal e Conservador. Porém, na época da proclamação da República, em 1889, os partidos foram extintos e seus membros aderiram ao novo regime político com o objetivo de legitimar seus interesses, prosseguindo com suas disputas político-econômicas através dos partidos, Republicano Federal e Democrata.

Apesar da variedade de assuntos tratados pela revista, havia uma temática recorrente nos *Cadernos de Teresina*, principalmente nos meses de agosto, período de comemoração do aniversário da capital piauiense, quando a comissão de editoração publicava artigos de cronistas e de historiadores, como os de Arimathéia Tito Filho, Pe. Cláudio Melo e Alcebíades Costa Filho. Temas como a história do cotidiano; as insurreições e o movimento republicano brasileiro foram contemplados por esta comissão, como nos mostram os estudos de Tânia Maria Pires Brandão, *Maneiras de viver em Jerumenha: 1800-1813*,<sup>576</sup> que trata do cotidiano da cidade e da população de Jerumenha; de Adrião Neto, *Herói ou Bode Expiatório?*<sup>577</sup> que aborda o papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira de 1789; e de Bugyja Britto, *A República Brasileira e o imperador D. Pedro II*.<sup>578</sup>

Dentre os historiadores que colaboraram com a revista *Cadernos de Teresina*, no recorte 1987-1989, destacamos: Alcebíades Costa Filho, Arimathéia Tito Filho, Bugyja Britto, Claudete Dias, Cláudio Melo, Francisco Alcides do Nascimento, Geraldo Borges, Miridan Britto Knox, Possidônio Queiroz e Tânia Maria Pires Brandão.

De acordo com Luiz Ubiraci de Carvalho, Presidente da Fundação Cultural Monsenhor Chaves (1989-1993), a revista “*Cadernos de Teresina* é documento e história cultural, basta dizer do interesse despertado pela [...] coleção em pessoas como o escritor e historiador da literatura, Prof. Afrânio Coutinho, do Rio de Janeiro.”<sup>579</sup>

Ao lado da publicação da revista *Cadernos de Teresina*, editada até os dias atuais,<sup>580</sup> a Fundação Cultural Monsenhor Chaves, durante a década de 1980, também contribuiu para a fomentação literária da região, através da edição e reedição de obras piauienses. Sobre isso, Eugênia Ferraz afirmava em 1996: “Sem desmerecer a criação, por exemplo, do Balé da

<sup>576</sup> BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *Maneiras de viver em Jerumenha: 1800-1813. Cadernos de Teresina*. Teresina, ano, 3, n. 8, ago. 1989.

<sup>577</sup> NETO, Adrião. *Herói ou bode expiatório? Cadernos de Teresina*. Teresina, ano, 3, n. 8, ago. 1989.

<sup>578</sup> BRITTO, Bugyja. *A república brasileira e o imperador D. Pedro II. Cadernos de Teresina*. Teresina, ano, 3, n. 9, dez. 1989.

<sup>579</sup> CARVALHO, Luiz Ubiraci de. *Apresentação. Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 3, n. 7, p. 3, abr.1989.

<sup>580</sup> *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 25, n.42, jun. 2010.

Cidade, a orquestra de Câmara de Teresina, o Salão de Artes Plásticas, o Festival de Vídeo [...], o projeto editorial da Fundação é a menina dos meus olhos.”<sup>581</sup>

Dentre as produções de caráter histórico, editadas no período 1986 a 1989, pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, destacamos: *Teresina 134 anos: ruas, praças e avenidas*<sup>582</sup>, de A. Tito Filho; *Como nasceu Teresina*,<sup>583</sup> de Mons. Joaquim Chaves; *Raízes do Terceiro Mundo*,<sup>584</sup> de Odilon Nunes; e *História de Teresina*,<sup>585</sup> de Clodoaldo Freitas. Ao contrário das outras obras que destacam a capital piauiense, *Raízes do Terceiro Mundo*, de Odilon Nunes, enfatiza a formação dos países em desenvolvimento, em particular o Brasil, tendo em vista o seu processo de colonização portuguesa.

As obras publicadas pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, estavam inseridas na perspectiva de uma história regional, capaz de fazer com que os piauienses sentissem que a História, também, estava próxima da sua realidade, do seu cotidiano, dos seus interesses, mostrando que sua identidade local podia integrar a história do país. Desta forma, a cidade de Teresina foi escolhida como o campo de investigação pela maioria dos historiadores locais, principalmente por ser uma cidade em ritmo de transformação, e interessada na construção de sua memória, de seus mitos de origens e de suas lendas, pois “Assim como pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente. [...] Como fala Ítalo Calvino, uma cidade contém muitas cidades e esse tem se revelado um campo de pesquisa muito amplo no âmbito da História Cultural.”<sup>586</sup>

Todas as produções editadas pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, aproximavam-se de maneira bastante discreta, da abordagem histórica conhecida como História Sócio-Cultural, vigente no Brasil, a partir da década de 1980, quando os historiadores passaram a se preocupar com uma renovação temática e metodológica, destacando outros aspectos que não fossem apenas o econômico e o político, mas outras formas de poder existentes na sociedade, como a cultura popular, o sistema médico, as penitenciárias, e as

---

<sup>581</sup> ENTREVISTA, 1996, p. 73.

<sup>582</sup> TITO FILHO, Arimathéa. *Teresina 134 anos: ruas, praças e avenidas*. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1986.

<sup>583</sup> CHAVES, Joaquim (Mons.). *Como nasceu Teresina*. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1987.

<sup>584</sup> NUNES, Odilon. *Raízes do terceiro mundo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1987.

<sup>585</sup> FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

<sup>586</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 80.

instituições culturais.<sup>587</sup> Sobre a historiografia brasileira desse período, percebemos a preocupação que os historiadores tinham em relação à narrativa, isto é, com a análise social dos acontecimentos, visando possibilitar aos leitores uma interpretação coerente da sociedade estudada. Sobre isso, Sandra Jatahy Pesavento considerou que:

O que o historiador pretende é reconstruir o passado, para satisfazer o pacto de verdade que estabeleceu com o leitor, mas o que constrói pela narrativa é um terceiro tempo, situado nem no passado do acontecido nem no presente da escritura. Esse tempo histórico é uma invenção/ficção do historiador, que, por meio de uma intriga, refigura imaginariamente. Mas sua narrativa almeja ocupar o lugar deste passado, substituindo-o. É, pois, representação que organiza os traços deixados pelo passado e se propõe como sendo a verdade do acontecido. O narrador-historiador é ainda aquele que se vale de prova, os indícios, cuidadosamente pesquisados, selecionados e dispostos em uma rede de analogias e combinações de modo a revelar significados, que mais até do que explicar opera como recurso de autoridade a fala do historiador.<sup>588</sup>

No entanto, as obras piauienses da década de 1980 ainda estavam caminhando em direção a essa trajetória da História Sócio-Cultural, ensaiando assim, alguns temas e enfoques, como o cotidiano, o trabalho, as práticas culturais de sua população, a pobreza e a esperança de progresso e modernização, advinda a partir da navegação no rio Parnaíba.

Com exceção dos livros de Odilon Nunes e de Clodoaldo Freitas, que foram editados pela primeira vez, as demais obras históricas foram apenas reeditadas pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, como *Teresina 134 anos: ruas, praças e avenidas*,<sup>589</sup> de Arimathéia Tito Filho, que circulou pela primeira vez em 16 de agosto de 1977, quando a cidade de Teresina completava 125 anos de existência.

Escrita para homenagear a capital piauiense, bem como aos principais representantes da política local, Tito Filho explica a origem histórica da designação das ruas, praças e avenidas de Teresina, que deixaram de ser oficialmente chamadas por nomes comuns do cotidiano,

---

<sup>587</sup>De forma bem sucinta, apontamos os exemplos de alguns historiadores brasileiros que trabalham neste viés sócio-cultural, como: Margareth Rago, na obra *Do cabaré ao lar* (1985); Maria Odila Leite da Silva Dias, com *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (1984); Laura de Mello e Souza, em *Os desclassificados do ouro* (1983) e *O diabo e a terra de Santa Cruz* (1986); Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão* (1983); Ronaldo Vainfas, em *História e sexualidade no Brasil* (1986); João José Reis, em *Rebelião escrava no Brasil* (1986); e José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados* (1987) e *O teatro de sombras* (1988); que abordam respectivamente, os excluídos da História tradicional, sejam sujeitos e/ou temas, como as mulheres, os pobres, as crenças e mentalidades coloniais, a relação entre história e literatura, a sexualidade, os escravos negros, e a nova história política, ou história cultural do político.

<sup>588</sup> PESAVENTO, 2008, p.50.

<sup>589</sup> TITO FILHO, Arimathéia. *Teresina: ruas, praças e avenidas*. Teresina [s.n.], 1977. TITO FILHO, Arimathéia. *Teresina 134 anos: ruas, praças e avenidas*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1986.



como a Rua Bela, Grande, do Bacuri, da Estrela, da Glória, dos Negros, nomes que ainda fazem parte da memória de alguns de seus habitantes.

O autor recorreu às fontes jornalísticas encontradas no Arquivo Público do Piauí e aos familiares dos biografados. Tito Filho fez então, organizadas por ordem alfabética, uma pequena biografia dessas personalidades públicas, com os locais de nascimento e falecimento, formação educacional, as atividades exercidas e suas virtudes literário-culturais, para o conhecimento de estudantes e demais leitores.

A obra *Como nasceu Teresina*, de Monsenhor Chaves foi inicialmente publicada no ano de 1971, como monografia autônoma do *Caderno Histórico* de número 2. Nesta obra, o autor trata dos primórdios da cidade de Teresina, ou seja, aborda primeiramente o povoado Poti, para depois fazer uma ligeira explanação sobre a elevação dessa região a freguesia e vila, bem como as dificuldades que desaceleraram o seu desenvolvimento econômico, como a invasão dos balaios em 1839, em decorrência da eclosão da Balaiada no Maranhão e no Piauí; e as constantes enchentes, que além de destruírem casas e plantações, provocavam diversas doenças.

Esse fator, por sua vez, foi uma peça chave para desencadear a mudança da Vila do Poti para um local mais salubre, denominado Vila Nova do Poti, transferência que só foi concretizada, segundo Mons. Joaquim Chaves, devido à promessa do então Presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva (1851-1854), de mudar a sede da capital, localizada em Oeiras, para este novo lugar.

Utilizando atas das câmaras municipais e outros documentos oficiais, Monsenhor Chaves deixava, na maioria das vezes, que as fontes falassem por si mesmas, como se elas refletissem a “verdade histórica”, numa típica posição dos historiadores tradicionais. Nesses documentos, o sujeito e ator principal é o presidente José Antônio Saraiva, o qual enfatiza e justifica porque a Vila Nova do Poti era o local mais conveniente para receber a capital do Piauí. Dentre algumas razões estavam: a boa localização, por se situar às margens do rio Parnaíba, tirando a posição de Caxias (MA) de gerenciador do comércio com o Piauí; desenvolver a navegação, com vistas ao comércio e a comunicação com a Corte e as demais províncias brasileiras; sua salubridade; a proximidade da cidade de Parnaíba, ao norte do Estado; e por ser uma região agrícola.

A partir da documentação, Monsenhor Chaves concluiu que a transferência da capital passou a ser muito mais do que uma medida político-administrativa, mas um projeto pessoal do presidente Saraiva. Daí sua afirmação:

Esta história de Saraiva dizer que aceitaria um parecer da Assembléia contrário ao que ele emitira na sua fala sobre a mudança da capital era pura malícia de sua parte. Ele jamais cederia. [...] Aquela Assembléia era, na sua maioria, infensa ao seu plano, de vez que em 1850 votara a lei nº 253 de 5 de agosto, revogando disposições anteriores favoráveis à mudança, no propósito de cortar a questão pela raiz. Aguardou uma melhor oportunidade para voltar à carga, e dessa vez com os trunfos na mão. [...] Saraiva esperou [...] no sentido de conseguir maioria na próxima Assembléia. [...] Foi uma batalha árdua. [Em que acabou prevalecendo uma] Vitória esmagadora do Presidente Saraiva. [...] Sua execução tinha que se fazer com urgência [...] Para prevenir qualquer futuro golpe [...] E aí aparece o homem de corpo inteiro, sem medo, sem dubiedades, firme na meta que se propusera. [...] Contava então 29 anos de idade.<sup>590</sup>

Enfatizou a coragem e a malícia de Saraiva ao transferir as repartições públicas rapidamente para Teresina, nome dado após a elevação da Vila Nova do Poti a cidade e capital do Piauí. Saindo de Oeiras pela madrugada, Saraiva não deixou margens para que “os habitantes da velha capital [...] como bons brasileiros [...] pudessem dar um jeitinho.”<sup>591</sup>

O autor finaliza a obra com a transcrição da transladação da Paróquia e da Padroeira Nossa Senhora do Amparo, da antiga Vila do Poti para Teresina, e com a exposição das iniciativas que não vingaram anteriores a 1852, em relação à transferência da capital, batalha que se iniciara em fins do século XVIII, em 1798, no governo de João de Amorim Pereira. Na conclusão, fica explícita sua admiração e exaltação pela figura de Saraiva, pois segundo ele “Teresina deve [...] tudo ao Dr. José Antônio Saraiva, seu fundador.”<sup>592</sup>

Esta obra trata basicamente, das ações do governo Saraiva, tendo a cidade de Teresina como pretexto, uma obra essencialmente política, que destoa um pouco das suas outras produções, que tem um viés mais culturalista e social. Sobre esta obra e a postura de seu autor, o historiador Manuel Domingos Neto tem a seguinte impressão: “O trabalho é fundamentalmente a reprodução de um precioso documento do Conselheiro Saraiva, justificando sua posição de mudar a Capital da Província, e de extratos de outros documentos também interessantes.”<sup>593</sup>

Como parte das comemorações dos 135 anos da cidade de Teresina, a Fundação Cultural Monsenhor Chaves publicou no ano de 1987, mais uma obra histórica: *Raízes do Terceiro Mundo*, de Odilon Nunes. Dividida em quatro capítulos: Mundo Ocidental, Raízes do Terceiro Mundo; Raízes do Terceiro Mundo em Portugal; Conquista e Colonização das

<sup>590</sup> CHAVES, Monsenhor. *Obra completa*. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005. p.176;178.

<sup>591</sup> CHAVES, 2005, p.178.

<sup>592</sup> CHAVES, 2005, p. 181.

<sup>593</sup> DOMINGOS NETO, 1978, p.16.

Américas - Estruturação do Terceiro Mundo; e O Brasil no Terceiro Mundo, a obra representava o esforço de Odilon Nunes, que na época de sua publicação contava com oitenta e cinco anos, em explicar “as causas do nosso subdesenvolvimento. [Para ele] Hoje tem muita gente querendo explicar nosso atraso, pensando que as causas são atuais. Não olham para o passado. As causas são antigas, vêm da cobiça estrangeira, que é a responsável pela situação do chamado terceiro mundo.”<sup>594</sup>

Além de ser um ensaio histórico, também se diferencia do conjunto das obras de Odilon Nunes, pelo aspecto temático, ao abordar o subdesenvolvimento e suas relações com a colonização e a educação brasileira. Odilon Nunes chegou a preparar um quinto capítulo, denominado Meditações em torno do 3º Mundo, que conectava este assunto com a realidade piauiense, porém, não chegou a ser publicado. Para Erasmo Celestino “Este texto é um estranho no ninho: nada tem que ver com o contexto odiloniano.”<sup>595</sup>

Apesar de ser diferente de suas outras produções, este livro de Odilon Nunes é importante, na medida em que inaugura uma discussão mais geral sobre a realidade sócio-econômica e cultural, tratando do contexto mundial, e não se restringindo apenas ao Piauí, como fazia a maioria dos intelectuais piauienses.

A obra de Clodoaldo Freitas representou para a época, uma das mais importantes edições promovida pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, pois esse trabalho histórico não era conhecido pela intelectualidade local, pois Freitas só o havia publicado em forma de folhetim no jornal *Diário do Piauí*, entre 1911 e 1912. De acordo com Eugênia Ferraz, Presidente da Fundação Cultural (1986-1988 e 1993-1996), o texto de Clodoaldo Freitas foi selecionado para publicação, dentre outros motivos, por que:

A historiografia piauiense registra poucas obras sobre a cidade de Teresina no que se refere à sua evolução histórica. Entre os trabalhos mais conhecidos destacam-se os do Mons. Joaquim Chaves, Odilon Nunes, Orgmar Monteiro e A. Tito Filho. Considerando essa carência, a Fundação Cultural Monsenhor Chaves, dentro de seu programa editorial [...]. Espera-se que este importante estudo dos diversos aspectos da vida administrativa da Capital piauiense, nos períodos de Província e Primeira República, seja de grande utilidade para todos os que se interessam pelo passado como forma de entender o presente e dar um testemunho às gerações futuras.<sup>596</sup>

<sup>594</sup> DOMINGOS NETO, Manuel. A proeza do mestre Odilon. *Carta Ceipro*, Teresina, v.10, n.1, jul./dez. 1984. p.66.

<sup>595</sup> CELESTINO, 1996, p.54.

<sup>596</sup> FERRAZ, Eugênia Maria Parentes Fortes. Apresentação. In: FREITAS, 1988, p.1.

Clodoaldo Freitas trata de forma minuciosa sobre diversos assuntos, dentre eles, a transferência da capital de Oeiras para Teresina (1852),<sup>597</sup> que é o primeiro tópico enfatizado por ele. De acordo com Paulo Gutemberg de Carvalho Souza, Clodoaldo Freitas:

Embora tendo nascido em Oeiras, emite opinião favorável à mudança afirmando que as conjecturas de Saraiva em relação ao desenvolvimento do comércio e ao desenvolvimento do Piauí realizaram-se. Clodoaldo trata de desfazer a imagem que a cidade de Teresina tinha desde à época do Império, quanto ao seu aspecto físico, como descreveu Pereira da Costa na *Notícia das comarcas da província do Piauí*, considerando esse autor “exageradamente falso ou falsamente exagerado”.<sup>598</sup>

Ao abordar os aspectos físicos da nova capital, Clodoaldo Freitas contesta as afirmações do historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa, que caracterizou o local como “agreste, estéril, irregular e excessivamente quente pelo verão, fria e úmida pelo inverno; sujeita a trovoadas medonhas [...], sem condições de boa salubridade”.<sup>599</sup> Com isso, afirma que suas refutações foram feitas em homenagem à verdade e não por interesses pessoais.

Através de relatórios, cartas e mensagens governamentais, o autor descreve com riqueza de detalhes, como foram construídos os primeiros prédios públicos de Teresina: a Igreja do Amparo, Santa Casa de Misericórdia, Cadeia, igreja das Dores, Escola Normal, Biblioteca, Educandos Artífices, Teatro, Mercado, Cemitério, Palácio Governamental, Tesouro Provincial, Quartel de Linha, bem como a construção de rampas e taludes e a chegada dos vapores que proporcionaram a navegação no rio Parnaíba.

Segundo Paulo Gutemberg de Carvalho Souza, *História de Teresina*, “é a única obra em que Clodoaldo Freitas faz pesquisa em documentos oficiais, sob a guarda do Arquivo Público do Piauí, facilitada por ter sido o primeiro diretor do Órgão, criado por Lei Estadual no Governo Anísio de Abreu, em 1909.”<sup>600</sup> Sua metodologia aproxima-se daquela utilizada por Monsenhor Chaves, no início de sua carreira de historiador, ao utilizar muitos documentos oficiais, sem citação da fonte, não separando muitas vezes, a documentação de sua exposição, terminando por confundir o leitor, sobre quais seriam as palavras do autor e da citação.

---

<sup>597</sup> A mudança da capital é tema clássico na história do Piauí, sendo tratado por Alencastre em sua *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*, Odilon Nunes no volume 3 da sua *Pesquisas para a história do Piauí*, por Monsenhor Chaves, em *Teresina: subsídios para a história do Piauí*, dentre outros.

<sup>598</sup> SOUZA, 2008, p. 152-153.

<sup>599</sup> FREITAS, 1988, p. 18.

<sup>600</sup> SOUZA, 2008, p. 152.

Porém, o leitor atento, poderá perceber em algumas passagens da obra, um posicionamento bastante crítico por parte de Clodoaldo Freitas, quando trata da pobreza das construções, e do despreparo técnico dos trabalhadores piauienses na edificação dos prédios.

Aborda, também, a falta de apoio e/ou desamparo do governo em relação à saúde, cultura e a educação no Estado durante a segunda metade do séc. XIX, cujos professores eram nomeados segundo os interesses políticos e as conveniências do momento. Porém, o autor considerava essa realidade não muito distante dos primeiros anos da República, “[Quando] a instrução pública, entre nós, carece de bons professores e o mal de então, como o de hoje, consiste em fazerem da instrução pública arma de manejar políticos e aconchego de pimpolhos das situações dominantes!”<sup>601</sup>

Em relação à estrutura do Liceu Piauiense, Clodoaldo Freitas criticou a situação de pobreza, afirmando que naquele local faltavam limpeza, carteiras para seus alunos e livros para serem consultados, condições que acabavam resultando em sua extinção.

A extinção do Liceu foi determinada por motivos de economia. O Governo de então, como o de todos os tempos, só procurou realizar economias suprindo o único estabelecimento de instrução secundária existente na Província. É vezo antigo. Quando se trata de cortar despesas inúteis, não há Governo que se esqueça da instrução pública pela diminuição de cadeiras e da magistratura pela diminuição da comarca. O dinheiro despendido com a instrução pública dói na alma desses ilustres estadistas. [...] Apesar dos males apontados e das repetidas reformas dos regulamentos da instrução pública, a verdade é que nenhum Presidente trouxe um remédio prático para melhorar o péssimo estado da instrução pública no Piauí, mal crônico que ainda subsiste.<sup>602</sup>

O autor fez denúncias sérias contra os governantes, ao explicitar que eles, por conveniências partidárias, aceitavam que os professores fossem, inclusive, analfabetos, com prejuízo da instrução pública. Contudo, reconheceu a atuação de dois políticos na seara educacional: Franklin Américo de Meneses Dória,<sup>603</sup> por ter criado a Escola Normal, e Antonino Freire da Silva, pela criação de vários grupos escolares.

O seu pensamento representou um dos principais exemplos no Piauí, da decepção com a “República real”, instaurada no Brasil após 1889, e foi, por essa razão, um crítico ardoroso do

---

<sup>601</sup> FREITAS, 1988, p. 92.

<sup>602</sup> FREITAS, 1988, p.74; 88.

<sup>603</sup> Franklin Américo de Meneses Dória nasceu em Ilha dos Frades (BA), em 12 de jul. 1836, e faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de out. de 1906. Foi advogado, poeta, membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Foi nomeado presidente de três diferentes províncias, no Piauí, de 28.05.1864 a 03.08. 1866, em 1866, no Maranhão, e em 1880, em Pernambuco. Foi ministro da Guerra no gabinete de José Antônio Saraiva (1881), quando fundou a Biblioteca do Exército, que perdura até hoje.

sistema político republicano excludente e um defensor assumido do tema da “republicanização” da República.<sup>604</sup>

Em relação as suas críticas, era bastante defensivo, afirmando que os documentos que tinha em mãos, como os da construção, contratada pelo Estado, de rampas e taludes no rio Parnaíba, eram:

[...] autêntico[s], est[avam] copiado fielmente [...]. Faço esta declaração para que não tenham como falso o famoso trecho, realmente incrível de ter procedido de um funcionário republicano. Para edificação dos leitores públicos, na íntegra o seguinte documento [...].<sup>605</sup>

Finaliza seu texto, com a história da Companhia de Navegação, destacando sua importância para a economia e progresso da região, suas dificuldades financeiras, o papel dos vapores Uruçuí, Conselheiro Paranaguá e Piauí na navegação do rio Parnaíba, bem como os lucros da Companhia. A análise do livro, realizada por Paulo Gutemberg de Carvalho Souza, considera que:

Ao final da leitura do livro, tem-se uma idéia da evolução urbana de Teresina [a partir da narração de] uma história estatal e administrativa, sempre do ponto de vista da Presidência da Província, não da municipalidade, [na qual o autor utiliza] relatórios onde já estão separados por tópicos os itens tratados por ele na sua *História de Teresina*, mantendo uma estrita correspondência entre o conteúdo da fonte e a escrita historiográfica. Na realidade, agrupa os conteúdos de cada um dos itens constantes nos relatórios, a maioria referente ao período Imperial. Alguns temas tratados pelo autor, como a mudança da capital, edifícios públicos primitivos, instrução pública, teatro e a navegação do rio Parnaíba, tiveram seguimento e aprofundamento por outros historiadores que lhe sucederam, especialmente pelo Pe. Joaquim Chaves.<sup>606</sup>

Além do trabalho de editoração, a Fundação, cumprindo sua tarefa de incentivadora da cultura escrita, passou a administrar a Biblioteca Abdias Neves, criada em 1974, no centro de Teresina. Durante a década de 1990, a Fundação promoveu a criação de bibliotecas públicas nos principais bairros da cidade, como a do bairro São João (Zona Leste de Teresina) e no Matadouro (Zona Norte), denominada Biblioteca Fontes Ibiapina. Em 2002, foram criadas as bibliotecas do Parque Alvorada (Zona Norte), designada Da Costa e Silva e do Satélite (Zona Leste), Biblioteca H. Doba. Juntamente com estas bibliotecas, a Fundação Cultural

<sup>604</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os Literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>605</sup> FREITAS, 1988, p. 177.

<sup>606</sup> SOUZA, 2008, p. 156.

Monsenhor Chaves ainda administra os Ciartes (Centro Integrado de Artes), o Arquivo Público Municipal e a Casa da Cultura de Teresina.<sup>607</sup> Sobre os Ciartes, José Reis Pereira,<sup>608</sup> Presidente da Fundação Monsenhor Chaves entre 2001 e 2008, declarou que:

Foram implantados três Ciartes, um no Centro, outro na Zona Leste e outro na Zona Norte, cada um com características específicas e algumas atividades próprias. Assim, o Ciarte do Centro possuía uma espécie de museu de arte sacra; o do São João (Zona Leste) era o menor de todos, até mesmo por limitação de espaço físico; o do Matadouro (Zona Norte) era o maior e o que desenvolvia maior número de atividades, contando inclusive com um teatro, o Teatro do Boi, e uma quadra, a Quadra do Berro, e uma biblioteca pública, a Fontes Ibiapina. O Ciarte Matadouro foi estabelecido no edifício do antigo matadouro municipal, adaptado para as novas funções. Dos três Ciartes, ele é o único que ainda existe. Lá funcionam regularmente oficinas e cursos de formação nas áreas de teatro, dança, música, artes plásticas, capoeira, cultura popular. Além disso, estão sediados lá dois grupos musicais de bom nível: uma banda de música marcial e um grupo de flauta doce, com extração barroca, ambos compostos por adolescentes. Por último, ressalte-se que foi recentemente acrescido ao complexo do Ciarte Matadouro o Espaço Cultural Balé Folclórico de Teresina, onde serão montados cursos específicos sobre danças populares. [...] O início dessas atividades teve o apoio e a parceria da Funabem/CBIA, como forma de atender crianças e adolescentes em situação de risco. Com o fim do convênio, foram encontradas novas formas de atender a esse objetivo, tal como sediar cursos em escolas públicas, fazer parcerias com igrejas ou entidades comunitárias. Hoje muitos cursos são realizados em escolas ou sedes de associações de moradores.<sup>609</sup>

Apesar do recorte temporal desta pesquisa, restringir-se até a década de 1980, é necessário ressaltar que, a ação editorial da Fundação Cultural Monsenhor Chaves foi bastante ampliada nas décadas de 1990 e 2000, ao desenvolver projetos que objetivavam, mediante seleção de um Conselho Editorial, publicar produções inéditas, como *Os Literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo, de Teresinha Queiroz;<sup>610</sup>

<sup>607</sup> Inaugurada em 1994, com museu, sala de vídeo, sala de danças, galeria de artes, auditório e sala de artes plásticas. Posteriormente, passou a abrigar o acervo de Carlos Castelo Branco, que contém a biblioteca particular e os objetos de uso pessoal, o Memorial Prof. Wall Ferraz e a Biblioteca de Artes Wall Ferraz.

<sup>608</sup> José Reis Pereira nasceu em São João do Piauí, em 10.12.1943. É licenciado em Letras pela Faculdade Católica de Filosofia do Piauí e cursou Mestrado em Linguística na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi professor da UFPI, deputado estadual e secretário de educação e cultura de Teresina. É autor de dois livros: *Visualização gráfica da estrutura da frase* (1977) e *Sintaxe estrutural* (2000).

<sup>609</sup> PEREIRA, José Reis. Influências positivas da Fundação Cultural Monsenhor Chaves. *Cadernos de Teresina*, Teresina, ano 17, n. 37, p. 38-41, ago. 2005.

<sup>610</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os Literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

*A elite colonial piauiense: família e poder*, de Tânia Maria Pires Brandão;<sup>611</sup> *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina-1877/1914*, de Maria Mafalda Baldoíno de Araújo<sup>612</sup>; *Mulheres Plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*, de Pedro Vilarinho Castelo Branco;<sup>613</sup> *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina- 1937/1945*, de Francisco Alcides do Nascimento.<sup>614</sup>

Visando o desenvolvimento desta política editorial, a Fundação Cultural Monsenhor Chaves criou o Concurso Novos Autores - Prêmio Cidade de Teresina, buscando estimular a criação literária no Estado e contemplar os autores piauienses ou radicados no Piauí, que ainda não tivessem trabalhos publicados, oferecendo desta forma, oportunidade para a publicação de suas produções nas seguintes categorias: Pesquisa Histórica sobre a Realidade Piauiense, Ficção e Poesia.

Porém, para concorrer à seleção dos trabalhos, eles deveriam ser inéditos, sendo desclassificado aquele que tenha sido publicado ou veiculado, no todo ou em parte do original, inclusive através da mídia radiofônica, impressa ou eletrônica, ou que já tenha sido premiado em qualquer outro concurso. Os primeiros colocados em cada categoria recebiam, como premiação, a publicação de 1.000 (hum mil) exemplares pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, bem como o percentual de 60% da edição. Aos segundo e terceiro classificados, de cada categoria seriam outorgados menção honrosa.

Dentre as obras publicadas por este concurso, destacamos *As Ciladas do Inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*, de Áurea da Paz Pinheiro;<sup>615</sup> *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina: 1930-1970*, de Elizangela Barbosa Cardoso;<sup>616</sup> e *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí: 1850-1889*, de Alcebíades Costa Filho;<sup>617</sup> *Contra a foice*

---

<sup>611</sup> BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

<sup>612</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina-1877/1914*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

<sup>613</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

<sup>614</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina- 1937/1945*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

<sup>615</sup> PINHEIRO, Áurea da Paz. *As Ciladas do Inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

<sup>616</sup> CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina: 1930-1970*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

<sup>617</sup> COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí: 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.



*e o martelo*: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969- uma análise a partir do jornal “O Dia”, de Marylu Alves de Oliveira.<sup>618</sup>

Também houve a implantação da Lei A. Tito Filho (Lei nº 2194, de 24/03/1993), que apóia a partir de incentivos fiscais, o desenvolvimento de projetos nas diversas áreas culturais, como a dança, a música, o teatro, o cinema, a editoração, dentre outros, organizados por pessoas físicas e/ou jurídicas. Sobre a Lei A. Tito Filho, José Reis Pereira considera que foi:

[...] através dela que a Fundação pôde dar apoio, de forma institucional e sem paternalismos ou clientelismos, aos produtores culturais da cidade. Por ela, a Prefeitura restitui cem por cento do que a empresa patrocinadora destina ao financiamento de um projeto cultural previamente aprovado. Alguns questionam que, se a Prefeitura paga cem por cento, poderia dispensar o concurso da empresa financiadora. Mas perder-se-ia, dessa forma, o efeito didático de levar o conjunto da sociedade a se interessar e a contribuir com a cultura. A Lei A. Tito Filho é forma de incentivo financeiro de projetos culturais, mas é também ação pedagógica em favor do envolvimento da sociedade com nosso ‘fazer cultura’.<sup>619</sup>

No intuito de divulgar suas atividades, a Fundação Cultural Monsenhor Chaves, contava, desde 12 de setembro de 1987, com os serviços do Programa Cultural irradiado, através da Rádio Pioneira de Teresina, que ia ao ar todos os sábados, às 18 horas. Apesar de ter meia hora de duração, o programa era de fundamental importância para levar as notícias culturais a uma boa parte da população do Estado, que não tinha acesso aos meios de comunicação escritos, como jornais e revistas. Este programa, além de divulgar notícias da Fundação, também contava com a realização de entrevistas com pessoas destacadas na área cultural.

Com as inovações na sua programação, mudou de nome duas vezes, passando pelas designações de Meia Hora Cultural e Chama Cultural, além de ter sua duração ampliada para uma hora. Outra estratégia de divulgação, era o novo quadro que este programa desenvolvia, pedindo aos ouvintes que quisessem ganhar algum material produzido pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves, como livros, discos e a revista *Cadernos de Teresina*, que ligassem para a rádio Pioneira, e respondessem a pergunta que o locutor fazia sobre algum tema relacionado com a cultura do Estado.

Para Raimundo Wall Ferraz, o ideal seria que a Fundação Cultural Monsenhor Chaves não trabalhasse sozinha nesta seara, mas que buscasse articulação com as demais instituições

<sup>618</sup>OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Contra a foice e o martelo*: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969- uma análise a partir do jornal “O Dia.” Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

<sup>619</sup>PEREIRA, 2005, p.10.

responsáveis pela promoção cultural piauiense. Todavia, para isso acontecer, Wall Ferraz considerava imprescindível que estas instituições implantassem algumas medidas, como: eliminar a estratificação dos órgãos culturais e compreender a cultura como ação voltada para o cotidiano do povo e não como promoções governamentais paternalistas.<sup>620</sup>

Ao longo desses anos, a Fundação Cultural Monsenhor Chaves prestou relevantes serviços à cultura do Estado do Piauí, ao viabilizar sua política cultural, incentivando autores novos e consagrados no meio literário local a publicar seus trabalhos, criando concursos literários, editando os *Cadernos de Teresina*, identificando traços caracterizadores da formação cultural do Piauí, administrando bibliotecas públicas na capital piauiense, valorizando a cultura em seus múltiplos aspectos. No aspecto historiográfico, a instituição promoveu o alargamento da produção histórica, incentivando estudantes e professores da área de história a publicar suas pesquisas nos *Cadernos de Teresina*, bem como através das políticas editoriais, legitimando uma prática que começou na década de 1970, com o Plano Editorial do Estado.

---

<sup>620</sup> ENTREVISTA Prefeito Wall Ferraz. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 1, n. 2, ago. 1987. p. 3.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as obras historiográficas, produzidas e divulgadas pelas instituições político-culturais de Teresina (PI), entre os anos 1950 a 1980, percebemos que elas apresentam uma preocupação em comum em torno da construção e da legitimação da imagem do Estado do Piauí, como uma região que buscava seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural, principalmente após o contexto da sua integração nacional e das comemorações do centenário da cidade de Teresina, ocorrida nos anos 1950.

Preocupação que crescia, na medida em que a sociedade piauiense se deparava com a pequena quantidade de obras historiográficas sobre o Piauí, isto é, com a deficiência de uma memória arquivística, de papel, que fosse capaz de fazer frente ao trabalho de esquecimento da sociedade em relação ao passado piauiense.

Dessa forma, a intelectualidade e o poder público local buscaram soluções para tal situação, através da realização de concursos públicos que publicavam pesquisas históricas, da criação de instituições culturais, que incentivavam a realização de pesquisas históricas, como o Centro de Estudos Piauienses, a Faculdade Católica de Filosofia, e o Movimento de Renovação Cultural. Além, da circulação da revista *Econômica piauiense*, que durante os anos 1950 e 1960, foram os propulsores da cultura piauiense. O primeiro, incentivando intelectuais a proferirem palestras no interior do Estado, publicando-as posteriormente, por meio da contribuição de alguns homens de letras.

A Faculdade Católica de Filosofia foi uma das iniciativas, colocadas em prática pelo arcebispo D. Avelar Brandão Vilela, bem como, pelos setores intelectuais da capital piauiense, a exemplo de Raimundo Santana e Manuel Paulo Nunes, que conseguiram superar a insígnia de Estado, que só existia um centro de ensino superior: a Faculdade de Direito (FADI-1931), implantando cursos de bacharelado e de licenciatura, como, os de História, Geografia, Filosofia, Matemática, e Letras, objetivando formar e aperfeiçoar professores para as escolas de ensino secundário (médio) do Estado do Piauí.

O Movimento de Renovação Cultural procurou impulsionar as letras piauienses, publicando obras que abordavam a economia e a sociedade piauiense, com destaque para os estudos de Raimundo Santana e de Odilon Nunes. Em relação à revista *Econômica piauiense*, verificamos a presença de uma idéia fixa em seus artigos: estudar as causas do atraso econômico do Estado, com a finalidade de buscar soluções para o seu desenvolvimento. Tendo em vista esta questão, este periódico foi direcionado principalmente, para os dirigentes políticos e os empresários da região.

Foi nesta revista que Odilon Nunes teve acesso à publicação de suas primeiras pesquisas, de caráter econômico-sociais, possibilitando a sua participação, durante as décadas de 1970 e 1980, nas políticas editoriais do Estado, e o seu reconhecimento intelectual por parte da sociedade piauiense.

Paralelo a essas iniciativas culturais, a Academia Piauiense de Letras (1917), também, tem uma grande responsabilidade no desenvolvimento cultural do Estado, além de ser a única instituição cultural do início do século XX, que apesar dos problemas de ordem financeira, se mantém ativa, colaborando com a publicação de estudos dos intelectuais piauienses, através da edição da *Revista da Academia Piauiense de Letras*, e do apoio a edição de suas obras histórico-literárias.

Para isso, manteve uma forte relação com o poder público, isto é, de dependência econômica, fator de diferenciação em relação às instituições citadas anteriormente, e que fortalece a manutenção de sua existência até os dias atuais. Essa ligação foi fortalecida, durante a presidência de Arimathéa Tito Filho (1971-1992) e nos governos de Aberto Silva (1971-1975) e Hugo Napoleão (1983-1986), época em que foi doada a sede definitiva (1986) da APL.

Porém, a relação existente entre os intelectuais piauienses e o Estado é muito mais complexa, pois ambos sabem que, o que está em jogo é a manutenção do poder simbólico, ou seja, a legitimação social e cultural, capaz de determinar, dentre outros aspectos, uma memória para a sociedade local.

Este poder conferido aos homens de letras, não é aquele que se encontra nas instâncias superiores, como o Estado, que controla tudo em benefício do bem comum, mas é o que atua de maneira sutil e profunda na sociedade, ditando e legitimando um determinado discurso em detrimento de muitos outros, que segundo as normas do lugar institucional e/ou de saber (APL, CEC, CEP, MRC, Fundação CEPRO e Fundação Cultural Monsenhor Chaves), é invalidado, barrando assim, a publicação das obras históricas que não se encaixam na perspectiva desejada pelos detentores do poder.

Foi no contexto político da ditadura civil-militar brasileira (1964-1984), que compreendemos que estas relações tornaram-se mais fortes, pois o Estado, em nome da segurança nacional, era quem gerenciava e incentivava as políticas culturais do país, objetivando um maior controle das suas ações. Nesse sentido, foi criado em 1966, o Conselho Federal de Cultura para assessorar os Conselhos Estaduais, integrando, desta forma, a cultura do país.

O Conselho Estadual de Cultura foi efetivado em 1965, um ano antes do Conselho Federal de Cultura, com o objetivo de defender o patrimônio cultural do Piauí, divulgar as obras literárias de autores piauienses, colaborando com as iniciativas que visavam o desenvolvimento cultural do Estado. Uma das ações analisadas neste trabalho foi a edição dos três volumes das *Pesquisas para a História do Piauí* (1966), de Odilon Nunes, a realização de concursos literários, o apoio concedido a Secretaria de Cultura (1975), em atividades que iam da organização da revista *Presença*, às manifestações cívicas do Estado, como as comemorações da Batalha do Jenipapo.

No que se refere ao crescimento da produção historiográfica piauiense, destacamos o papel que teve o Plano Editorial dos anos 1970 e o Projeto Petrônio Portella na década de 1980, que contaram com a participação, dentre outras instituições, da Academia Piauiense de Letras e do Conselho Estadual de Cultura na seleção das obras editadas. Percebemos que estas políticas editoriais, tinham a finalidade de re (editar) obras de autores piauienses do passado e/ou do momento presente dessas ações editoriais, divulgando as produções históricas e literárias, bem como a imagem do governo piauiense, não apenas a nível local, mas também nacional.

Todavia, estes planos editoriais, principalmente, o da década de 1970, não atenderam satisfatoriamente, a maioria dos escritores piauienses, haja vista que se restringiu a publicação e divulgação das produções de alguns intelectuais ligados ao poder público, como Odilon Nunes, na área de História, e de Arimathéa Tito Filho, na Literatura.

Estes desempenharam a função de homens-memória do Estado, os responsáveis pela manutenção da imagem do Piauí, através das suas produções histórico-literárias e das ações governamentais, divulgadas inclusive, em âmbito nacional, visando à criação de uma representação positiva do Estado para si e fundamentalmente para os outros, preocupação central dos governos Alberto Silva e Hugo Napoleão. Dessa forma, a imagem que foi transmitida fora do Estado, através dos prefácios e das dedicatórias das obras publicadas pelos planos editoriais, enfatizava o apoio que o governo piauiense concedia a cultura local, bem como, a luta empreendida por este, para fazer do Piauí uma região desenvolvida sócio-economicamente.

Foi buscando esse objetivo, que o governador Alberto Silva promoveu, durante o último ano de seu mandato (1971-1974) na década de 1970, o lançamento das obras editadas pelo plano editorial em Brasília, fazendo deste ato, uma importante propaganda pessoal e sócio-cultural do Estado do Piauí. A questão da identidade piauiense foi registrada, também, durante a realização de concursos históricos sobre a participação do Piauí na independência brasileira,

aspecto não conhecido nacionalmente. Por isso, o incentivo dado às obras históricas, que tratassem da contribuição do Piauí na emancipação do Brasil, e às revistas do IHGP, que nas poucas vezes que circulou, foi durante os momentos de comemoração do centenário e do sesquicentenário deste acontecimento histórico.

Outra ação do governo do Estado que incentivou o desenvolvimento da cultura historiográfica do Estado do Piauí, foi a instituição nos anos 1970, da Fundação CEPRO, ao realizar estudos e pesquisas nas áreas: econômica, social, política, ambiental e histórica da realidade piauiense, e publicar diversos periódicos e obras históricas, além da criação do Núcleo de História Oral, a primeira iniciativa de âmbito estadual preocupada em registrar os depoimentos de pessoas que viveram momentos importantes da História do Piauí, e que, dentre outros motivos, deveriam ser guardados para a posteridade.

Em relação ao Projeto Petrônio Portella (1984), observamos as “disputas” existentes entre estas políticas sobre os benefícios que cada uma trouxe à sociedade local, em que este procurou diferenciar-se do Plano anterior, adotando medidas de caráter mais abrangentes, visando oferecer oportunidades aos novos escritores piauienses.

Com objetivos semelhantes, a Prefeitura de Teresina criou a Fundação Cultural Monsenhor Chaves (1986), que dentre outras atividades, foi responsável pela publicação da revista *Cadernos de Teresina*, criação de políticas editoriais, com realce para o concurso Novo Autores e a Lei A. Tito Filho, efetivados durante a década de 1990, que possibilitou a publicação de várias dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de outras produções de intelectuais piauienses.

Sobre as obras publicadas por esta instituição, consideramos que elas tinham um viés mais cultural, aproximando-se lentamente da perspectiva da História sócio-cultural, e conseqüentemente, diferenciando-se da maioria das publicações piauienses, voltadas para a História positivista (com a presença de grandes nomes e de fatos sócio-econômicos).

Por tudo o que foi exposto, ressaltamos que as produções historiográficas foram determinadas, não apenas por uma vontade pessoal do autor, mas por relações de poder, por regras impostas por uma instituição político-cultural, que o sustenta e o proporciona legitimidade perante seus pares intelectuais. Como afirmou Michel de Certeau, para entendermos esta operação historiográfica, é preciso elucidar estas relações entre o discurso de saber e o corpo social, isto é, a posição ocupada por cada historiador na sociedade, o que faz com que compreendemos porque determinadas obras são escritas e editadas e quais os interesses que estão em jogo durante o trabalho do historiador.

Sobre as relações entre as instituições político-culturais e a historiografia piauiense, acreditamos na existência de uma forte dependência, não apenas financeira, mas ideológica, circunscrita a um lugar social que direciona a maneira de agir e de pensar dos intelectuais, como a manutenção e a consolidação da identidade e da memória histórica, objetivando a criação de um passado dignificante, motivo de orgulho para o Estado do Piauí.

## REFERÊNCIAS

## 1 MENSAGENS DE GOVERNO

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Pedro de Almendra Freitas em 1951*. Teresina, 1951.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Pedro de Almendra Freitas em 1952*. Teresina, 1952.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Pedro de Almendra Freitas em 1954*. Teresina, 1954.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1960*. Teresina, 1960.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1961*. Teresina, 1961.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1971*. Teresina, 1971.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Dirceu Mendes de Oliveira em 1977*. Teresina, 1977.

## 2 LEIS, DECRETOS E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. *Regimento interno da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, Sessão de 30 de dezembro de 1988.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Regimento do Conselho Estadual de Cultura do Piauí*, Título II, da Competência, Cap. I, Art. 6º, Parágrafo XV. p.2.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. *Regimento do Conselho Estadual de Cultura*. Título II- Da Competência, Capítulo I, Parágrafo VI, 30 de novembro de 1965. p.2.

ESTADO DO PIAUÍ. Decreto nº 74, de 21 nov. 1966, Artigo nº 2. Parágrafo 11º, p.2.

ESTADO DO PIAUÍ. Decreto nº 631, de 12 de outubro de 1965, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Cultura.

ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 54ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura*, em 7 de jun. 1971. Teresina. 1971.



ESTADO DO PIAUÍ. *Ata da 7ª sessão ordinária do Conselho Estadual de Cultura*, em 30 de set. 1974. Teresina, 1974.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA. *Regimento Interno da Faculdade Católica de Filosofia*. Art. 8º, Título II - Da Organização Didática, Capítulo I - Da Constituição.

### 3 JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS

*O Dia*, Teresina, 1952-1989.

*O Estado*, Teresina, 1975.

*Folha da Manhã*. Teresina, 1959-1960.

*Jornal do Piauí*. Teresina, 1974.

*Jornal da Manhã*. Teresina, 1987.

*Diário Oficial*. 1972-1984.

*Presença*. Teresina, 1974-2008.

*Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, 1918-2000.

*Impacto*. Teresina, 1987- 1989.

*Cadernos de Teresina*. Teresina, 1987-2008.

*Veja*. São Paulo, 1973.

*Econômica Piauiense*. Teresina, 1957.

*Notícias Acadêmicas*. Órgão da Academia Piauiense de Letras, 1986-1992.

*Carta Cepro*. Teresina, 1974-2009.

*Análise Conjuntural da Economia Piauiense*. Teresina, 1977-1983.

*Indicadores Conjunturais da Economia Piauiense*. Teresina, 1983-1987.

*Piauí: visão sumária*. Teresina, 1974-1988.

### 4 ENTREVISTAS

ENTREVISTA Alberto Silva. *Presença*. Teresina, ano 8, n. 19, mar./dez. 1987.

ENTREVISTA Alberto Silva. *Veja*. São Paulo, n. 269, 31 out. 1973. p. 3-6.

ENTREVISTA A. Tito Filho. *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, dez./fev. 1983.

ENTREVISTA A. Tito Filho: um homem polêmico. *Impacto*. Teresina, ano 3, n. 13, julho de 1991.

ENTREVISTA com Eugênia Ferraz. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 10, n.24, dez. 1996.

ENTREVISTA Jesualdo Cavalcanti. *Presença*. Teresina, ano 4, n. 7, mar./jun. 1983.

ENTREVISTA Manoel Paulo Nunes. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 7, n. 14, ago. de 1993.

ENTREVISTA Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 10, n. 27, dez. 1997.

ENTREVISTA Monsenhor Chaves. *Presença*. Teresina, ano 21, n.35, 1º semestre, 2006.

ENTREVISTA Noé Mendes. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 1, n. 1, abril 1987.

ENTREVISTA Pedro Celestino de Barros. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 8, n. 18, dez. de 1994.

ENTREVISTA Prefeito Wall Feraz. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 1, n. 2, ago. de 1987.

ENTREVISTA Prof. Raimundo Nonato Monteiro de Santana. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 9, n. 20, ago. 1995.

ENTREVISTA Prof. Tito Filho. *O Estado*. Teresina, n.672, p.6, 26/27 jan. de 1975.

ENTREVISTA Prof. Wilson Brandão. *O Estado*. Teresina, n.708, p.8, 2/3 mar. de 1975.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento, Iara Conceição Guerra de Miranda Moura e Sônia Maria dos Santos Carvalho*. Teresina, em 23 de set. 2008.

## 5 ARTIGOS, LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

A CONSCIÊNCIA crítica da cultura. *Presença*. Teresina, ano 1, n. 1, maio 1974.

A PROEZA de Mestre Odilon. *O Dia*. Teresina, ano 38, n. 9.107, 27-28, ago. 1989, p.12.

ADVERTÊNCIA. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v.1, n.1, p.1, jun. 1918.

AGUIAR, Eurípides de. As festas do Centenário. *O Dia*. Teresina, ano 11, n.82, 24 ago. 1952, p.1/4.

AIRES, Félix. *Antologia de sonetos piauienses*. Teresina: COMEPI, 1972.

ALENCAR, Altevir Soares de. José de Arimathéa Tito: uma grande ausência. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v.1, ano 49, p.77-80, 1974.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.20, p.5-59, mar.1857.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.

ALMEIDA, Jaime de; SOUZA, Ana Guiomar Rego. Qualquer festa é festa? In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Sensibilidades e sociabilidades: perspectivas de pesquisa*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

ALMENDRA, Jacob Manoel Gayoso e. *O feudo da Casa da Torre do Piauí*. Teresina: CEP, 1953.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

APRESENTAÇÃO. *Econômica piauiense*. Teresina, v.1, n.1, p. 3, jan./mar. 1957.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina: 1877/1914*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARMANDO Madeira Basto e a cultura. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4.153, 12 mar. 1975, p.10.

BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba: contribuição à história de sua navegação*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de cultura*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

BARROS, Pedro Celestino de. *Sinais de seca*. Teresina: Cultura, 1964.

BASTO, Armando Madeira. Frutos da terra. *Presença*, Teresina, ano 1, n. 1, maio 1974.

BATISTA, Jonâtas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

BORGES, Geraldo Almeida. Notas sobre a literatura piauiense: primeira república. *Carta CEPRO*. Teresina, v. 11, n. 1, p.27-52, jul./dez. 1986.

BORGES, Geraldo; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Uma pesquisa inédita. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n. 4, p. 49-50, abr. 1988.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. Maneiras de viver em Jerumenha: 1800-1813. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano, 3, n. 8, ago. 1989.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1973.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. Introdução: Historiografia piauiense. In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.

BRANDÃO, Wilson. Os oitenta anos da *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 72, n.47, p. 40, 1989.

BRANDÃO, Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade; MORAES, Herculano. *Wilson Brandão: símbolo de uma geração*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 2005.

BRITTO, Buggyja. *O Piauí e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1976.

BRITTO, Buggyja. A república brasileira e o imperador D. Pedro II. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano, 3, n. 9, dez. 1989.

BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. *A rebelião de Joaquim Pinto Madeira*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

BORGES, Geraldo Almeida. Notas sobre a literatura piauiense: primeira república. *Carta CEPRO*. Teresina, v. 11, n. 1, p.27-52, jul./dez. 1986.

BULHÕES, Aristeu. O Piauí na rota da integração. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.61-66, jun.1980.

CANCLINI, Nestor García. *Definiciones en transición*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina: 1930/1970*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CARNIB, Antônio Adala. Apresentação. In: DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

CARVALHO, Luiz Ubiraci de. Apresentação. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 3, n. 7, p. 3, abr.1989.

CARVALHO, Miguel de (Pe.) *Descrição do sertão do Piauí*. 2. ed. Teresina: Gráfica Mendes, 1993.

CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. Parnaíba: roteiro histórico e sentimental. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p. 45-51, dez.1979.

CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. Notícia histórica da freguesia de Nossa Senhora do Ó e Conceição. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.73-74, jun.1980.

CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira sertaneja*. Teresina: COMEPI, 1972.

CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. Colégio Agrícola de Teresina e UFPI: sob a ótica dos ANOS 70 em Teresina, outras histórias... CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL. MEMÓRIA, ENSINO E BENS CULTURAIS. *Anais...* Teresina, 2008.

CASTELO BRANCO, Lilizinha de Carvalho. *Sinhazinha de Karnak*. Teresina. COMEPI, 198[?].

CASTELO BRANCO, Nerina. *Poesias modernas I*. Teresina: [s.n.], 1963.

CASTELO BRANCO, Nerina. *Poesias modernas II*. Teresina: [s.n.], 1964.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. O Presidente Humberto de Alencar Castello Branco e o Piauí. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.91-95, dez.1979.

CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. Memória da navegação do rio Parnaíba. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.81-85, dez.1979.

CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. Dom Francisco da Cunha Castelo Branco: um pioneiro do desbravamento do Piauí. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.87-90, dez.1979.

CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. *O povoamento do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1982.

CELESTINO, Erasmo. *Odilon Nunes: historiador e educador*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Teresina: subsídios para a História do Piauí*. Teresina: [s. n.], 1952.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *O índio no solo piauiense*. 2. ed. Teresina: CEP, 1953.

CHAVES, Joaquim (Mons.). Coisas de nossa História. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 45, n. 21, p.122-124, mar. de 1963.

CHAVES, Joaquim (Mons.). Discurso do acadêmico Mons. Joaquim Chaves por ocasião de seu acesso à Casa de Lucídio Freitas. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 48, n. 22, 1965.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Campo Maior luta pela independência: a batalha do Jenipapo*. Teresina: [s. n], 1971. (Cadernos Históricos 1).

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Como nasceu Teresina*. Teresina: [s. n], 1971. (Cadernos Históricos 2).

CHAVES, Joaquim (Mons.). *A escravidão no Piauí*. Teresina: [s. n], 1971. (Cadernos Históricos 3).

CHAVES, Joaquim (Mons.). *O Piauí na guerra do Paraguai*. Teresina: [s. n], 1971. (Cadernos Históricos 4).

CHAVES, Joaquim (Mons.). Discurso de recepção a Odilon Nunes. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v. 3, p.123, 1972.

CHAVES, Joaquim (Mons.). Campo Maior e a Independência. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v.3, p.23-33, 1972.

CHAVES, Joaquim (Mons.). Participação do Piauí nas lutas da Independência. *Presença*. Teresina, ano 1, n.2, 1974.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Como nasceu Teresina*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1987.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Obra completa*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. 3 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

COELHO, Celso Barros. *Academia Piauiense de Letras: 75 anos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1994.

COMENTÁRIO. *Notícias Acadêmicas*. Teresina, ano 1, n. 4, p.1, abr. 1986.

- COMEPI inicia importação de máquinas. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4299, p.12, 7 set. 1975.
- CONCURSO A mulher e a escravidão no Piauí. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n.6, dez. 1988.
- CONDE, Hermínio de Brito. *Independência no Nordeste*. Ceará: Cadernos do Cariri, 1960.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- COSTA FILHO, Alcebíades. O trabalho escravo na construção de Teresina. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n. 5, ago. 1988.
- COSTA FILHO, Alcebíades. O movimento republicano no Piauí: 1824-1889. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano, 3, n. 7, abr. 1989.
- COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí: 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.
- COSTA, José Magalhães da. *Estação de manobras*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanez et al. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DISCURSO do Sr. Raimundo Nonato Monteiro de Santana. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v. 3, p.36, 1972.
- DOBAL, Hindemburgo Teixeira. *A Província deserta*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- DOBAL, Hindemburgo Teixeira. *Obra completa II*. Prosa. 2 ed. Teresina: Plug, 2007.
- DOBAL, Hindemburgo Teixeira. *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.
- DOMINGOS NETO, Manuel. *Indicações bibliográficas sobre o Estado do Piauí: selecionadas e comentadas*. Teresina: Fundação CEPRO, 1978.
- DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.
- DOMINGOS NETO, Manuel. A proeza do mestre Odilon. *Carta Cepro*, Teresina, v.10, n.1, jul./dez. 1984.
- DOMINGOS NETO, Manuel. *Uma proposta para a Fundação CEPRO*. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.
- ECONÔMICA piauiense. *Folha da Manhã*. Teresina, ano 3, n. 707, 10 maio 1960, p.4.
- EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República: 1897-1924*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ENTIDADES culturais e livros. *O Dia*, Teresina, ano 15, n. 1611, 4 ago. 1965, p. 6.

FALCI, Miridan Brito Knox. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

FERNANDES JÚNIOR, Raimundo Itamar Lemos. Falando de A. Tito Filho. *O Dia*. Teresina, ano 41, n. 9.946, 30 jun. 1992, p.6.

FERREIRA, Álvaro Alves. *Estudos: o determinismo geográfico, impondo um regime econômico: porque o piauiense não é imaginoso*. Teresina: CEP, 1953.

FERRAZ, Eugênia Maria Parentes Fortes. Apresentação. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 1, n. 1, p.1, abr. 1987.

FERRY, João. *Chapada do Corisco*. Teresina: Imprensa Oficial, 1952.

FILHO, Oscar. Inatividade literária: coluna da cidade. *Folha da Manhã*, Teresina, ano 2, n. 286, 26 fev. 1959, p. 5.

FONTENELES, Cláudia Cristina da Silva. Entre Heráclito e Parmênides: a modernização em Teresina nas décadas de 1960 e 1970. In: FRANCO, Roberto Kennedy Gomes; VASCONCELOS, José Gerardo (Orgs). *Outras histórias do Piauí*. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

FREITAS, Francisco Rodrigues de. Ressuscitem os imortais. *O Dia*, Teresina, ano 14, n. 1.233, 29 mar. 1964, p.6.

FREITAS, José Gayoso de Almendra. *O município de José de Freitas na História do Piauí*. Teresina: CEP, 1954.

FUNDAÇÃO Cultural Monsenhor Chaves: de onde vêm os recursos? *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 1, n. 2, p. 36, ago. 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOVERNO mostra dinamização pela cultura. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4250, 9 jul. 1975, p.3.

HOBBSBAWM, Eric J. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOMENAGEM a Odilon Nunes. *Presença*. Teresina, ano 1, n. 1, maio 1974.

IBIAPINA Fontes. Ao receber o acadêmico Artur Passos. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 48, n. 22, 1965.

IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Palha de arroz*. Teresina: COMEPI, 1968.



IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Curral de assombrações*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

INICIATIVA pioneira no campo cultural. *O Dia*, Teresina, ano 12, n. 941, 14 jan. 1962, p.3.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos César de. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KNOX, Miridan. *O Piauí na segunda metade do século XIX*. Teresina: COMEPI, 1986.

KNOX, Miridan Britto. Teresina... rabiscos histórico-sentimentais. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n.6, dez. de 1988.

LEAL, Ana Regina Barros Rego. *Cadernos de Teresina*: veículo de difusão da cultura piauiense. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 22, n. 39, p. 90/94, abr. 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LE MOS, Osvaldo. *Petrônio Portella*: depoimentos a história. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1983.

LIMA, Maria Lenice de Barros. *Centenário de Teresina*: mudanças no espaço urbano e no cotidiano dos teresinenses: 1939-1952. 2008. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 68f. 2008.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O devassamento do Piauí*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.

LIVROS. *O Estado*. Teresina, n.674, p.3, 29 de jan. de 1975.

MACAMBIRA, Dalton Melo. O Piauí na proclamação da república. *Carta CEPRO*. Teresina, v. 11, n.1, p. 115, jul./dez. 1986.

MARTINS, Agenor de Sousa. *Piauí*: evolução, realidade, desenvolvimento. 3 ed. Teresina: Fundação Cepro, 2003.

MATOS, José Miguel de. *Perfis*. Teresina: COMEPI, 1974.

MATOS, José Miguel de. *Da Costa e Silva*: o poeta da saudade. Teresina: COMEPI, 198[?].

MATOS, J. Miguel de. A interiorização da cultura piauiense: 2. *O Estado*. Teresina, n. 689, 18 fev. 1975, p. 6.

MATOS, José Miguel de. Casa de Lucídio Freitas não tem teto, mas vive. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4131, 14 fev. 1975, p. 12.

MELO, Cláudio. Teresina nos albos de sua história. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n. 5, ago. 1988.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

MENDES, Simplício de Sousa. A nossa revista. *O Dia*. Teresina, ano 15, n. 1475, 28 fev. 1965, p.3.

MENDES, Simplício de Sousa. As leis da história. *O Dia*. Teresina, ano 14, n. 1265, 16 jun. 1964, p.3.

MENDES, Simplício de Sousa. Atividades da cultura acadêmica. *O Dia*. Teresina, ano 15, n. 1.490, 20 mar. 1965, p. 3.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979.

MONTE, Regianny Lima. *Teresina sob os anos de chumbo: as interfaces de uma modernização autoritária e excludente*. 2007. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 116f. 2007.

MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MOURA, Clóvis. Uma abordagem sociológica do conceito de História. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v. 1, ano 49, p.63-73, 1974.

MOURA, Francisco Miguel de. *Literatura do Piauí*. Teresina: APL, 2001.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. *História, Memória e Identidade da Batalha do Jenipapo: Campo Maior-PI/1823*. 2007. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 112f. 2007.

NASCIMENTO, Esdras do. *Aventuras do capitão Simplício*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. O tenentismo no poder: a interventoria Landri Sales: 1931-1935. *Carta CEPRO*. Teresina, v. 11, n.1, p.53-86, jul./dez. 1986.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do; BORGES, Geraldo Almeida (Orgs.). *Cronologia do Piauí Republicano: 1889-1930*. Teresina: Fundação CEPRO, 1988.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A Aliança Nacional Libertadora no Piauí. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 2, n.6, dez. de 1988.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina: 1937-1945*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História Oral: experiências na construção de fontes orais. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *História e historiografia*. Recife: Bagaço, 2006.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. As comemorações do centenário de Teresina: novas sensibilidades do viver urbano. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL. MEMÓRIA, ENSINO E BENS CULTURAIS. *Anais...* Teresina, 2008.

NETO, Adrião. Herói ou bode expiatório? *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano, 3, n. 8, ago. 1989.

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 3. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NEVES, Abdias. *Um manicaca*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NEVES, Abdias. *O Piauí na Confederação do Equador*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

NOGUEIRA, Fabiano Rios. *O mundo degradado de Lucínio*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 14, dez. 1993.

NUNES, Cecília. Motorista Gregório, um santo do povo. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 9, n.19, abr. 1995.

NUNES, Manoel Paulo. *A província restituída*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NUNES, Manoel Paulo (Org.). *Academia de Letras: os fundadores*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1997.

NUNES, Odilon. Geografia e história do Piauí. *Econômica piauiense*. Teresina, v.1, n. 4, out./dez. 1957.

NUNES, Odilon. A origem das Fazendas Estaduais. *Econômica piauiense*. Teresina, v.2, n. 1, 2, 3 e 4, jan./dez. 1958.

NUNES, Odilon. Economia e finanças: Piauí colonial. *Econômica piauiense*. Teresina, v.3, n. 1, 2, 3 e 4, jan./dez. 1959.

NUNES, Odilon. Domingos Jorge Velho e o Piauí. *Econômica piauiense*. Teresina, v.4, n. 1, jan./mar. 1960.

NUNES, Odilon. O Piauí e seu povoamento. *Econômica piauiense*. Teresina, v.4, n. 3, jul./set. 1960.

NUNES, Odilon. Independência do Piauí. *Econômica piauiense*. Teresina, v.4, n. 4, out./dez. 1960.

NUNES, Odilon. *O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento*. Teresina: COMEPI, 1972.

- NUNES, Odilon. *Devassamento e conquista do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972.
- NUNES, Odilon. Discurso de posse. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v. 3, 1972.
- NUNES, Odilon. *O Piauí na História*. 4. ed. Teresina: COMEPI, 1975.
- NUNES, Odilon. *Um desafio da historiografia do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1979.
- NUNES, Odilon. *Depoimentos históricos*. Teresina: COMEPI/Academia Piauiense de Letras, 1981.
- NUNES, Odilon. Casos e cousas da historiografia piauiense. *Presença*. Teresina, ano 4, n. 9, out./dez. 1983.
- NUNES, Odilon. *Raízes do terceiro mundo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1987.
- NUNES, Odilon. *Súmula de História do Piauí*. 2. ed. Teresina: APL, 2001.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina: FUNDAPI/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. v.1.
- NUNES, Odilon. Discurso do professor Odilon Nunes. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano 23, n. 5.157, 14/15 jul. 1974, p. 5.
- NUNES, Odilon. Esclarecimento inicial. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina: FUNDAPI/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. v.3.
- NUNES, Odilon. *O Piauí na História*. 3. ed. Teresina: [s.n.], 1959.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1966.
- NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. Teresina: Cultura, 1963.
- O CINQUENTENÁRIO da Academia. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v. 3, p.12, 1972.
- O PIAUÍ nas lutas pela independência do Brasil. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4. 267, 29 jul. 1975, p.4.
- ODILON Nunes é homenageado e recebe comenda. *O Dia*. Teresina, ano 29, n. 7.439, 27 dez. 1980, p. 8.
- ODILON Nunes esbulhado. *O Estado*. Teresina, n. 725, 25 mar. 1975, p.10.
- ODILON Nunes, a história viva do Piauí. *Jornal da Manhã*. Teresina, ano 7, n. 2.131, 16 ago. 1987, p. 3.

- OLIVEIRA, Joaquim Mendes de. *Família Mendes: memória*. Teresina: CEP, 195[?].
- OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. *A Balaiada no Piauí*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Contra a foice e o martelo: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do jornal O Dia*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.
- OMMATI, Fides Angélica de Castro Veloso Mendes. A Academia de Letras na construção da cidadania. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 81, n.56, 1998.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- PACHECO, Félix. *Poesia*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- PASSOS, Artur. *História, economia e lendas: município de Jerumenha*. Teresina: CEP, 1954.
- PASSOS, Artur. *Lendas e fatos: crônicas do Vale do Gurguéia*. Teresina: [s.n.], 1958.
- PASSOS, Artur. Teresina: lembranças, reparos e sugestões. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 45, n. 21, p.95-109, mar. de 1963.
- PASSOS, Artur. Anísio de Abreu: uma expressão cultural do Piauí. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 45, n. 21, p.125-135, mar. de 1963.
- PASSOS, Artur. *Folclore piauiense*. Teresina: [s.n.]. 1945.
- PASSOS, Artur. *Folclore piauiense*. Teresina: Edições Cultura, 1965.
- PASSOS, Artur. Discurso do acadêmico Artur Passos por ocasião de seu acesso à Casa de Lucídio Freitas. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 48, n. 22, 1965.
- PASSOS, Artur. *Abdias Neves: homens e eventos de sua época*. Teresina: [s.n.], 1966.
- PASSOS, Artur. *Nas ribas do Gurguéia*. Teresina: COMEPI, 1973.
- PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; ZANIRATO, Sílvia Helena (Orgs.). *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: Eduem, 2005.
- PEREIRA, José Bezerra; SAMPAIO, Airton; COSTA, José Magalhães da. *Novos contos piauienses*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1983.
- PEREIRA, José Reis. Influências positivas da Fundação Cultural Monsenhor Chaves. *Cadernos de Teresina*, Teresina, ano 17, n. 37, p. 38-41, ago. 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana In: XI Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUH. *Anais...*

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PETRÔNIO sai do marasmo. *Revista Impacto*. Teresina, ano 1, n. 5, maio 1987.

PIMENTEL, Valdevez Cavalcante. *A aculturação do imigrante sírio no Piauí: estudo de caso*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

PINHEIRO, Áurea da Paz. *As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

PINHEIRO, Áurea da Paz. Luzes, progresso e civilização: Abdias Neves e a narrativa histórica no Piauí do início do século XX. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides; PINHEIRO, Áurea da Paz (Orgs.). *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: Bagaço, 2005.

POBRE Teresina. *Jornal do Comércio*. Teresina, ano 6, n.926, 20 jan. 1952, p.3.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PRESENÇA. *Presença* (Arquivo Público do Piauí - 100 anos bem documentados). Teresina, ano 24, n.42, abr. 2009.

PROF. LUÍS Pires: pronto para o diálogo. *O Estado*. Teresina, n.724, 23/24 mar. 1975, p.7.

PROJETO Petrônio Portella bem aceito no meio intelectual. *Diário Oficial*. Teresina, ano 53, n. 34, 16 fev. 1984, p.1.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

QUEIROZ, Teresinha. Historiografia piauiense. In: *Do singular ao plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. Odilon Nunes: história e erudição. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 3. ed. Teresina: FUNDAPI/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. v.1.

QUEIROZ, Teresinha. R. N. Monteiro de Santana e a historiografia econômica do Piauí. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL. MEMÓRIA, ENSINO E BENS CULTURAIS. *Anais...* Teresina, 2008. ISSN: 1983-3385.

QUEIROZ, Teresinha. Teresinha Queiroz: emoção e respeito no discurso de posse. *Presença*. Teresina, ano 23, n. 41, p. 40, abr. 2008.

QUEIROZ, Teresinha. As escritas de R. N. Monteiro de Santana. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *A nova realidade-mundo: as transmutações em curso*. Teresina: FUNDAPI, 2009.

RABELO, Elson de Assis. *A história entre tempos e contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí*. 2008. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, Antônio de Pádua Franco. [Orelha]. In: FEITOSA, Maria Florice Raposo Pereira (Org.). *Piauí: visão sumária*. Teresina: Fundação CEPRO, 1974.

REBELLO, J. A. História, estória e o dever do governo. *O Estado*. Teresina, n.666, 19/20 jan. 1975, p.9.

REGO, José Expedito. *Vaqueiro e visconde*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

REGO, Raimundo de Moura. *As mamoranas estão florindo*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

REIS, Raimundo José dos. *Poetas do Piauí*. Teresina: [s.n.], 196[?].

REIS, Raimundo. O autor e o livro. *O Dia*, Teresina, ano 14, n. 1258, p.2, 7 jun. 1964.

RIBEIRO, Maria Amélia Azevedo. Rui Barbosa e a arte. *Presença*. Teresina, ano 1, n.2, 1974.

ROCHA, Francisco Heitor Leão da. *As colônias do Gurguéia*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.

RÓNAI, Paulo. História, poesia e lembranças do Piauí. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4.261, 17 jul. 1975, p.6.

SAMPAIO, Antônio (Mons.) Discurso de recepção a Raimundo Nonato Monteiro de Santana. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, v. 3, p.175, 1972.

SANTANA, R. N. Monteiro de. *Aspectos de uma ideologia para o desenvolvimento econômico*. Teresina: [s. n.], 1956.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Perspectiva histórica do Piauí*. Teresina: Cultura, 1965.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. Discurso do Sr. Raimundo Nonato Monteiro de Santana. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v. 3, p.36, 1972.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. Discurso de posse do acadêmico Raimundo Nonato Monteiro de Santana na Presidência da Academia Piauiense de Letras. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, ano 83, n. 58, dez. 2000.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964.

SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

SANTANA, R. N. Monteiro de. A propósito de uma Apresentação. In: CHAVES, Joaquim (Mons.). *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

SANTANA, R. N. Monteiro de. Aniversário de Teresina. *O Dia*. Teresina, ano 15, n. 1632, p.8, 29 ago. 1965.

SANTANA, R. N. Monteiro de. Apresentação da 1ª ed. In: NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. 2 ed. Teresina: APL, 2001.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. Apresentação. In: FERREIRA, Álvaro. *Estudos: o determinismo geográfico, impondo um regime econômico: porque o piauiense não é imaginoso*. Teresina: CEP, 1953.

SANTOS, Cíneas. Sob o signo da paixão. *Cadernos de Teresina*, Teresina, ano 6, n. 12, ago. 1992.

SANTOS, José Lopes dos. *Cadeira 27: acadêmico José Lopes dos Santos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1994.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Relembrando o Piauí. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p.67-72, jun.1980.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Apresentação da 2ª ed. In: NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. 2. ed. Teresina: APL, 2001.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Brandão: entre Clio e Têmis. In: BRANDÃO, Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade; MORAES, Herculano (Orgs.). *Wilson Brandão: símbolo de uma geração*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 2005.

*SEMINÁRIO PRESENTE DO PASSADO: A FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ. Anais...* Teresina: EDUFPI, 2000.

SILVA, Alberto Tavares. Entendimento. In: NUNES, Odilon. *O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento*. Teresina: COMEPI, 1972. p.1.

SILVA, Alberto Tavares. Povo e consciência. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2. ed. Teresina: COMEPI, 1975.



- SILVA, Alberto Tavares. Endosso em preto. *Presença*. Teresina, ano 1, n. 1, maio 1974.
- SILVA, Alberto. Ressurreição. In: BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1973. [s. p.]
- SILVA, Daniel James Sousa. *Dom Avelar e as mudanças ocorridas durante a segunda metade do século XX na Igreja Católica*. 2009. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 45 f. 2009.
- SILVA, Cunha e. *Copa e cozinha*. Teresina: APL/Projeto Petrônio Portella, 1988.
- SILVA NETO, Mariano da. *O município de Francisco Santos*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- SILVA SOBRINHO, Fernando Lopes e. *Pe. Marcos de Araújo Costa: um missionário do Bem*. Teresina: CEP, 1955.
- SILVA SOBRINHO, Fernando Lopes e. Patrocínio, o heróico defensor da abolição. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v.3, p.17-22, 1972.
- SOUSA, Luís Antônio de. *Problemas piauienses*. Teresina: Empresa Publicitária Piauiense, 1954.
- SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. A luta político-religiosa entre Igreja e Maçonaria no Piauí: 1902-1914. *Carta CEPRO*. Teresina, v. 11, n.1, p.87-114, jul./dez. 1986.
- SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade: as narrativas da piauiensidade*. 2008. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. 289f. 2008.
- TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.
- TAJRA, Marta Teresa. A imigração dos Tajras para o Piauí. *Carta CEPRO*. Teresina, v. 11, n. 1, p.5-26, jul./dez. 1986.
- TEIXEIRA, Hindenburgo Dobal. *Um homem particular*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- TITO FILHO, Arimathéa. *Governos do Piauí: capitania, província, estado*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- TITO FILHO, Arimathéa. *Praça Aquidabã, sem número*. Teresina: Artenova, 1975.
- TITO FILHO, Arimathéa. Padre Chaves. *Presença*. Teresina, ano 7, n. 15, jul./out. 1985.
- TITO FILHO, José de Arimathéa. *A igreja do Alto da Jurubeba*. Teresina: APL, 1986.

TITO FILHO, Arimathéa. *Teresina 134 anos: ruas, praças e avenidas*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1986.

TITO FILHO, José de Arimathéa. Entrevista: A. Tito Filho: um homem polêmico. *Revista Impacto*. Teresina, ano 3, n. 13, p.6, jul. 1991.

TITO FILHO e Odilon Nunes. *O Estado*. Teresina, n.727, p. 13, 27 março de 1975.

TITO FILHO presta esclarecimentos. *O Estado*. Teresina, n. 733, 6/7 abr. 1975, p.9.

TITO FILHO, Arimathéa. *Deus e a natureza em José Coriolano*: antologia comentada. Teresina: COMEPI, 1973.

TITO FILHO, Arimathéa. *Esmaragdo de Freitas, homens e episódios*: antologia comentada. Teresina: COMEPI, 1973.

TITO FILHO, Arimathéa. *Estudo do vocabulário da Lira Sertaneja*. Teresina: COMEPI, 1972.

TITO FILHO, Arimathéa. *Gente e humor*. Teresina: COMEPI, 1974.

TITO FILHO, Arimathéa. *Gente e humor*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

TITO FILHO, Arimathéa. *Lima Rebelo: o homem e a substância*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

TITO FILHO, Arimathéa. *Notas e comentários à Cronologia histórica do Piauí*, de Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

TITO FILHO, Arimathéa. *Notas e comentários à Guerra do Fidié*, de Abdias Neves. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

TITO FILHO, Arimathéa. *Sermões aos peixes*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TITO FILHO, Arimathéa. *Teresina meu amor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

TITO FILHO, Arimathéa. *Teresina: ruas, praças e avenidas*. Teresina [s.n], 1977.

TITO FILHO, Arimathéa. *Viagem ao Dicionário*. Teresina: COMEPI, 1972.v.1.

TITO FILHO, Arimathéa. *Zito Batista, o poeta e o prosador*: antologia comentada. Teresina: COMEPI, 1973.

TITO FILHO, José de Arimathéa. Entrevista: A. Tito Filho. *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, dez./fev. 1983.

TITO Filho. História. *O Estado*. Teresina, n.661, 12/13 jan. 1975, p.6.

VELOSO, Francisco. Apresentação à 2ª ed. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. 2. ed. Teresina: APL, 2001.

VERAS, Paulo; ARAÚJO, V. CANDEIA, Alcenor; CARVALHO, Jorge; CARVALHO, Elmar. *Poemágico*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

VIDAL, Márcia. *Imprensa e poder: o I e o II veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.

VILELA, D. Avelar Brandão. Carta à Direção. *Econômica piauiense*. Teresina, v.1, n.1, p.5, jan./mar. 1957.